

Bourdieu e os Seus Livros

Exercícios práticos de leitura

ORGANIZAÇÃO

Virgílio Borges Pereira

Título
Bourdieu e os
Seus Livros.
Exercícios práticos
de leitura

Organização
Virgílio Borges Pereira

Edição
Livros IS-UP – Livros
do Instituto de Sociologia
da Universidade do Porto

Coordenação Editorial
Isabel Pacheco,
U.Porto Press

Coleção Transversal
N.º 30

1.ª Edição, Porto,
Abril 2025
© Instituto de Sociologia
© U.Porto Press
Universidade do Porto
Praça Gomes Teixeira,
4099-002 Porto

<http://up.pt/press>
editup@reit.up.pt

Design
Diana Vila Pouca

Impressão e acabamentos
Papelmunde

ISBN
978-989-746-412-6

Depósito Legal
547717/25

Tiragem
300 exemplares


DOI
<https://doi.org/10.21747/978-989-746-412-6/bou>

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia
no âmbito do Projeto UID/00727 – Instituto de Sociologia
da Universidade do Porto.

 U.PORTO PRESS

 **IS** INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA

 **LIVROS**
DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA

 **fct** Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Bourdieu e os Seus Livros

Exercícios práticos de leitura

ORGANIZAÇÃO

Virgílio Borges Pereira

Índice

Um ciclo de exercícios práticos de leitura: ponto prévio Virgílio Borges Pereira	15
<i>La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement.</i> De Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Paris, Éditions de Minuit, 1970	29
Notas para uma análise sociológica de <i>A Reprodução</i> Pedro Abrantes	31
<i>A Reprodução no Sistema de Ensino</i> - Inovação, crítica e apropriação de uma obra que foi um trovão João Teixeira Lopes	47
<i>Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle.</i> De Pierre Bourdieu Genève/Paris, Droz, 1972	63
Sobre Pierre Bourdieu. <i>Esquisse d'une théorie de la pratique, précédée de trois études d'ethnologie kabyle</i> (1972), Genebra/Paris, Droz	65
José Madureira Pinto	
<i>O Esboço de uma teoria da prática</i> e uma contextualização e análise dos três estudos etnológicos que o precedem Virgílio Borges Pereira	77
<i>La Distinction. Critique sociale du jugement.</i> De Pierre Bourdieu. Paris, Minuit, 1979	91
<i>A Distinção.</i> Modos de usar Nuno Domingos	93
Do espaço social à teoria dos campos: uma releitura de <i>La Distinction</i> Franck Poupeau	105
<i>Ce que Parler Veut Dire : l'économie des échanges linguistiques.</i> De Pierre Bourdieu. Paris, Fayard, 1982	125
<i>O que falar quer dizer:</i> performatividade, corporeidade e linguagem Cláudia Marisa Oliveira	127

<i>Ce que parler veut dire/ O que falar quer dizer.</i> Apresentação e análise do livro de Pierre Bourdieu Carla Aurélia de Almeida	143
<i>Convite à Sociologia Reflexiva.</i> De Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant. Porto: U.Porto Press, 2022 (edição original de 1992). Tradução de Virgílio Borges Pereira	157
Sobre Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, <i>Convite à Sociologia Reflexiva</i> , Porto, U.Porto Press, 2023 José Madureira Pinto	159
A diáde de Bourdieu: sobre a primazia do espaço social e do poder simbólico Loïc Wacquant	171
<i>La Misère du monde.</i> Dirigido por Pierre Bourdieu. Paris, Seuil, 1993	181
<i>A Miséria do Mundo: uma leitura</i> Inês Brasão	183
Três maneiras de usar <i>La Misère du monde</i> , de Pierre Bourdieu João Queirós	197
<i>La Domination masculine.</i> De Pierre Bourdieu. Paris, Seuil, 1998	219
<i>A Dominação Masculina</i> revisitada Annick Prieur	221
<i>A Dominação Masculina: contextualização, receção, crítica e dinamização do legado de uma obra</i> Yasmine Siblot	231
<i>Les Structures Sociales de l'économie.</i> De Pierre Bourdieu. Paris, Seuil, 2000	245
Bourdieu e <i>As Estruturas Sociais da Economia:</i> uma visão contemporânea sobre as possibilidades de afirmação de uma nova sociologia económica Ester Gomes da Silva	247
Sobre Pierre Bourdieu, <i>Les structures sociales de l'économie.</i> Paris, Seuil, 2000 Frédéric Lebaron	265

<i>Science de la science et réflexivité.</i> De Pierre Bourdieu. Paris, Raisons d'Agir, 2001	275
Science de la Science et Réflexivité: para uma sociologia como ciência Fernando Luís Machado	277
O ataque às ciências sociais e a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu Diogo Ramada Curto	299
<i>Manet. Une révolution symbolique.</i> De Pierre Bourdieu. Paris, Points, 2016 [2013]	315
<i>Manet</i> ou a sociologia de Bourdieu em plena ação Virgílio Borges Pereira	317
O efeito Manet Pierre Bourdieu	333
Anexo biobibliográfico	345
Algumas datas e factos relevantes na biografia de Pierre Bourdieu (1930-2002)	345
Principais obras em livro de Pierre Bourdieu publicadas em França	346

Sobre os Autores

Pedro Abrantes

Sociólogo, Professor da Universidade Aberta, Centro de Estudos Globais, e investigador do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. E-mail: pedro.abrantes@uab.pt

Carla Aurélia de Almeida

Linguísta, Professora Associada com Agregação do Departamento de Humanidades da Universidade Aberta e investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. E-mail: carla.almeida@uab.pt

Pierre Bourdieu (1930-2002)

Sociólogo, foi Professor Catedrático de Sociologia do Collège de France, em Paris, França.

Inês Brasão

Socióloga, Professora Adjunta da Escola Superior de Turismo e de Tecnologias do Mar do Instituto Politécnico de Leiria e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: ines.brasao@ipleiria.pt

Diogo Ramada Curto

Historiador, Professor Catedrático do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), codirige a colecção “História e Sociedade” das Edições 70. Publicou, mais recentemente, *Um país em bicos de pés: escritores, artistas e movimentos culturais* (Edições 70, 2023). E-mail: dcur@fcs.unl.pt

Nuno Domingos

Antropólogo, Investigador Principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É coeditor da colecção “História e Sociedade” das Edições 70 e da colecção de livros da editora Outro Modo. E-mail: nuno.domingos@ics.ulisboa.pt

Frédéric Lebaron

Sociólogo, Professor Catedrático do Département d'Enseignement et Recherche en Sciences Humaines et Sociales da École Normale Supérieure da Université Paris-Saclay e investigador do Laboratoire Institutions et Dynamiques Historiques de l'Économie et de la Société – IDHES Paris-Saclay. E-mail: frederic.lebaron@ens-cachan.fr

João Teixeira Lopes

Sociólogo, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP). E-mail: jlopes@letras.up.pt

Fernando Luís Machado

Sociólogo, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). E-mail: fernando.machado@iscte-iul.pt

Cláudia Marisa Oliveira

Socióloga e dramaturgista, Professora Coordenadora na Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo. Investigadora integrada no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Doutorada em Motricidade Humana – Dança (FMH), com mestrado em Sociologia (FLUP), bacharelato em Teatro (ESMAE), licenciatura em Sociologia (FLUP), Conservatório de Dança. Conta com inúmeras publicações na área da Estética, Análise de Espetáculo e Sociologia do Corpo. E-mail: claudiamarisa@esmae.ipp.pt

Virgílio Borges Pereira

Sociólogo, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP). E-mail: jpereira@letras.up.pt

José Madureira Pinto

Sociólogo, Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP). E-mail: jpinto@letras.up.pt

Franck Poupeau

Sociólogo, Directeur de Recherches do Centre de Recherches et de Documentation sur les Amériques, Centre National de la Recherche Scientifique, Sorbonne Nouvelle Université des Cultures e Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. E-mail: franck.poupeau@cncrs.fr

Annick Prieur

Socióloga, Professora Catedrática do Departamento de Sociologia e Trabalho Social, Faculty of Social Sciences and Humanities, University of Aalborg, Dinamarca. E-mail: ap@socsci.aau.dk

João Queirós

Sociólogo, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP). E-mail: jqueiros@letras.up.pt

Yasmine Siblot

Socióloga, Professora Catedrática do Departamento de Sociologia, Université de Paris 8 e investigadora do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris – Cultures et Sociétés Urbaines (CRESPPA-CSU), França. E-mail: yasmine.siblot@univ-paris8.fr

Ester Gomes da Silva

Economista, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP). E-mail: esilva@letras.up.pt

Loïc Wacquant

Sociólogo, Professor Catedrático do Department of Sociology, University of California Berkeley e investigador do Centre Européen de Sociologie et Science Politique (CESSP). E-mail: loic@berkeley.edu

Um ciclo de exercícios práticos de leitura: ponto prévio

Virgílio Borges Pereira

Por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Pierre Bourdieu, o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto promoveu um ciclo de debates dedicado à obra do autor francês intitulado “Bourdieu e os seus livros”. O ciclo, como se dizia no seu lançamento, era um convite à leitura de trabalho sociológico, privilegiando a referência fundamental da investigação constituída pelos livros, de diferente formato e alcance, que Pierre Bourdieu foi publicando ao longo do seu extenso e intenso percurso de pesquisa, e que têm conhecido também importantes edições, muitas delas inéditas, de carácter póstumo. Para esse efeito, percorrendo momentos diferentes da sua obra, privilegiaram-se dez dos seus livros e os exercícios práticos de debate decorrentes de vinte leituras levadas a cabo por outros tantos especialistas, nacionais e estrangeiros, de diferentes disciplinas das ciências sociais, incluindo, evidentemente, de diferentes especialidades sociológicas, que se defrontaram com os instrumentos do trabalho científico propostos na investigação sociológica de Bourdieu.

O interesse das intervenções e dos debates gerados no ciclo cedo suscitou uma vontade, partilhada por promotores e audiência, de garantir a possibilidade de registar as intervenções para estudo e memória futuros. Este livro visa, por isso, dar uma resposta a esse propósito, ou seja, registar, fixando em texto, uma dinâmica de trabalho que envolveu um coletivo motivado e cuja partilha de saberes se estendeu muito para além do ano, que tinha sido a duração original prevista para o funcionamento do ciclo.

Deve reconhecer-se – e tal foi assumido desde o primeiro momento de funcionamento do ciclo –, perante uma vida intelectual plenamente preenchida e uma obra tão vasta e diversificada, como se pode perceber no anexo bibliográfico que se encontra no final deste livro, que seria sempre motivo de questionamento o conjunto de títulos a discutir no âmbito do ciclo. Poderiam,

com facilidade e idêntico proveito em matéria de conhecimento e de debate, ter sido outras as escolhas. Contudo, presidiu ao propósito de discutir os livros de Bourdieu a ideia de abrir horizontes renovados de análise da sua obra a partir de títulos que tivessem desempenhado um papel relevante no desenvolvimento de investigação sociológica e científico-social substantiva no percurso de quem os discutia. Houve, evidentemente, a preocupação de procurar tais investigações no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, por razões que se compreenderão bem face ao significado que o trabalho de Bourdieu tem tido neste Instituto e entre os seus investigadores,¹ mas a procura não poderia, nem deveria cingir-se a este contexto. Procedeu-se, nesse sentido, à convocatória de especialistas com diferentes pertenças institucionais e disciplinares, no país e no estrangeiro, procurando também enriquecer esta convocatória com a presença de investigadores com distintas pertenças geracionais. Para além destas preocupações e importa reiterá-lo, existia também a noção clara de que seria muito difícil escapar à não inclusão de títulos essenciais da bibliografia de Bourdieu. A sua obra, já se o afirmou, é vasta. Acresce que esta se ampliou postumamente de um modo muito significativo, com a publicação de cursos, textos raros e/ou inéditos, intervenções. Optou-se, face um tal cenário, por realizar alguns compromissos, para garantir a possibilidade de ter na seleção realizada um convite para o aprofundamento de leituras e para a descoberta do conjunto do trabalho sociológico de Bourdieu. Tais compromissos esclarecem-se seguidamente.

Como sabido, munido de uma formação filosófica de base muito diferenciada, Bourdieu converteu-se à disciplina sociológica a partir de uma prática etnográfica intensiva desenvolvida na sequência do choque pessoal, social e político que experimenta, ao cumprir o serviço militar obrigatório, na Argélia,

¹ Importará ter presente que, para além de dialogar de modo significativo e em diferentes modalidades com o legado da obra sociológica de Bourdieu, trabalhos específicos dos investigadores do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto foram sistematizando contributos determinados da sua obra e realizando balanços interpretativos sobre a mesma. Retenham-se, entre outros, o livro, fruto de um grande colóquio internacional, organizado por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira, *Pierre Bourdieu, a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (2007) e o número 24 da revista *Cadernos de Ciências Sociais*, intitulado "Génese e legado da obra de Pierre Bourdieu", organizado por José Madureira Pinto, Loïc Wacquant e Virgílio Borges Pereira (2007), dedicado aos estudos argelinos e aos estudos camponeses no Béarn realizados por Bourdieu no início do seu percurso. A disponibilidade destes trabalhos de balanço interpretativo e de atenção à génese do percurso foi também uma razão para, num novo momento coletivo de discussão da obra de Bourdieu, direcionar o ciclo para um olhar sobre livros determinados e para o exercício prático da respetiva leitura.

no quadro da guerra colonial aí conduzida pelo Estado francês. Combinando, desde fases iniciais deste processo de conversão, este último iniciado ainda no decurso da sua presença na Força Aérea, o estudo da Argélia com a análise do seu Béarn natal, Bourdieu informa progressivamente a sua prática etnográfica por princípios sociológicos de análise que desenvolve, quase sempre, com recurso a trabalho de pesquisa coletivo e a uma reinterpretação sintética dos clássicos da sociologia, em particular, Marx, Durkheim e Weber, que atualiza em processos racionalistas e reflexivos de construção de objeto. Os temas argelinos, bem como os relativos ao Béarn, estarão presentes no trabalho de Bourdieu ao longo de toda a sua carreira. Contudo, o regresso definitivo a França, no início dos anos 1960, consolida a conversão sociológica do seu olhar. Ainda que esta conversão trouxesse implícita uma reformulação das divisões entre sociologia e antropologia, construída à luz do programa durkheimiano, que não estabelecia divisões entre ambas as disciplinas, Bourdieu empreende a partir das bases de trabalho que tem inicialmente em Lille e em Paris novos (e também vastos) trabalhos de pesquisa que o vão lançar em direções de investigação alternativas, onde o ponto de vista sociológico terá ocasião de se consolidar plenamente. Não sem alguma simplificação, pode afirmar-se que estas novas direções reatualizam uma parte significativa das preocupações que já motivavam Bourdieu nos estudos argelinos iniciais, tentando, por isso, compreender os processos de profunda recomposição social que eram vividos pela França de então; contudo, o aspecto que haverá a destacar neste movimento passa por uma orientação vincada para o estudo sociológico das desigualdades perante a escola e a cultura. Para além desta orientação, este movimento é também acompanhado por uma progressiva estabilização do trabalho teórico e conceptual, onde a reanálise sistemática do legado durkheimiano será traço dominante; esta reanálise será animada não só pela recuperação sistemática da atenção à morfologia social e à necessidade de alimentar o seu conhecimento pelo estudo empírico dos fenómenos sociais, em clara rutura com as abordagens hermenêuticas dominantes na intelectualidade francesa dos anos 1960, mas também por um trabalho teórico de reinterpretação de várias das propostas de Durkheim no domínio do conhecimento da relação com a escola, com arte e com a simbolização. Juntamente com o aperfeiçoamento dos estudos sobre a Argélia e o Béarn, Bourdieu constrói, assim, uma versão alternativa e modificada do estruturalismo, marcada pela relevância da atenção à génese das relações que identifica. Numa tal construção vão ter papel muito relevante os estudos que Bourdieu realiza com um conjunto alargado de colegas investigadores do Centre de Sociologie Européenne (fundado por Raymond Aron, em 1960, na sexta

secção da École Pratique des Hautes Études), com destaque especial, numa primeira fase, para Jean-Claude Passeron. Será com J.-C. Passeron que Bourdieu assinará o primeiro livro que lhe fará ganhar notoriedade e atenção nos meios intelectuais franceses. Num contexto societal de grandes transformações no alargamento da escolarização e de algum optimismo na interpretação de um tal processo em determinados sectores da sociedade francesa, Bourdieu e Passeron, em *Les Héritiers. Les étudiants et la culture* (1964), questionam os limites da democratização do acesso ao ensino superior.

Precedidos, entre outros, por *Le Métier de sociologue*, livro coletivo em que as preocupações com a epistemologia e a construção de objeto próprias da sociologia se materializam numa mobilização do trabalho dos clássicos Marx, Durkheim e Weber, visando um horizonte de crítica à “trilogia capitolina”, em que se incluem Lazarsfeld, Parsons e Merton, que domina, na época, a sociologia nos Estados Unidos da América e que tem grandes seguidores em França (Bourdieu, Passeron & Chamboredon, 1968), e já depois de trabalhos substantivos realizados sobre o domínio autonomizado de investigação em torno da cultura (Bourdieu, Boltanski, Castel & Chamboredon, 1964; Bourdieu & Darbel, 1966), os dois primeiros livros privilegiados no ciclo² não são as primeiras incursões de Bourdieu nas problemáticas estudadas, correspondendo, em ambos os casos, a esforços muito preparados de maturação do ponto de vista sociológico, fortemente articulado com o trabalho preparado em *Le Métier de sociologue*, constituído sobre a escola e sobre a realidade argelina e a respetiva teorização sociológica antropológicamente fundada.

Com efeito, *La Reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*, o primeiro dos livros debatido, redigido, tal como *Les Héritiers*, por Bourdieu e Passeron (1970), corresponde ao aperfeiçoamento, inclusive do ponto de vista formal, de um argumento de fundo sobre a lógica da desigualdade na ação da escola e no acesso à escola na sociedade francesa, anunciando, preliminarmente, os desenvolvimentos teóricos de fundo que viriam a marcar de forma definitiva a posterior sociologia de Bourdieu. A partir de um exame das grandes contribuições de Marx, Weber e Durkheim para a conceptualização do exercício do poder, Bourdieu e Passeron produzirão teorizações sistemáticas sobre a violência simbólica e o trabalho de imposição

² Privilegiou-se, na versão escrita deste ciclo, uma sequência cronológica de apresentação das obras discutidas, tomando por referência a data da publicação original em língua francesa. Não se deixou, contudo, de identificar informação relativa à data da respetiva edição portuguesa, quando esta existe, sem deixar de identificar também a data da realização da discussão pública.

do arbitrário cultural em curso na ação pedagógica, que articularão com a atenção ao peso da desigualdade no acesso à cultura escolar dominante e na relação das diferentes classes sociais com esta. Sem esquecer que o acesso ao ensino superior se tinha tornado, entretanto, um pouco mais aberto, os autores alertavam, no entanto, para o facto de serem os agentes que pertenciam aos posicionamentos sociais mais protegidos e qualificados aqueles que mais beneficiavam de uma tal abertura. Muito debatido, em grande medida, polémico, este livro foi recebido relativamente cedo pela sociologia e pelas ciências sociais em Portugal, tendo conhecido edição em língua portuguesa ainda nos anos 1970. Os exercícios de leitura que lhe são consagrados nesta obra por Pedro Abrantes e João Teixeira Lopes, autores, entre outros, de trabalhos sociológicos reconhecidos no domínio da sociologia da educação, permitem compreender o potencial do argumento sociológico desenvolvido por Bourdieu e Passeron, os equívocos de leitura a que esteve sujeito e o uso que dele foi feito, também entre nós.

O segundo livro discutido no ciclo, publicado, no seu original francês, em 1972, *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, é considerado um marco fundamental na sociologia de Bourdieu (1972), por proceder também ele a uma estabilização, depois de alguns ensaios preliminares, do corpo analítico subjacente à produção da teoria da prática e, em particular, do conceito de *habitus*, que permitirá conceptualizar, na senda do trabalho que tinha vindo a ser estabelecido em torno das propostas de Marx, Durkheim e Weber, a realidade social como uma construção social e assegurar um meio para resolver a dicotomia entre o macro e o microsociológico. O ciclo, sem deixar de perspetivar o significado dos estudos etnológicos presentes no livro, através do olhar de José Madureira Pinto, entre múltiplos desempenhos, figura cimeira do processo de institucionalização da sociologia portuguesa e profundo conhecedor da obra de Bourdieu, explora exaustivamente o contributo analítico do argumento principal inscrito no *Esquisse d'une théorie de la pratique* e a relevância formativa decisiva que este teve para uma geração de aprendizes do ofício sociológico em Portugal e para aqueles que estes formaram, incluindo o autor destas linhas, entre outros elementos.

A discussão prossegue tomando por referência um livro determinante na obra sociológica de Bourdieu, o que se consuma em *La Distinction. Critique sociale du jugement*, publicado em 1979, e fruto de um prolongado trabalho de investigação levado a cabo durante mais de uma década e que permite ao seu autor fazer convergir as investigações sobre a escola, a cultura e a teorização sociológicas das práticas sociais, num quadro analítico profundamente

transformado com recurso às teorizações e investigações empíricas sobre a problemática do espaço social, do gosto e, em suma, da simbolização, elaboradas, agora, a partir da conjugação plena dos conceitos principais da teoria da prática. Para discutir *La Distinction* (Bourdieu, 1979) e as suas implicações no desenvolvimento de trabalho sociológico e científico-social, o ciclo mobilizou o contributo de Nuno Domingos, antropólogo e cientista social com interesses multifacetados, com atividade editorial de relevo e que esteve fortemente envolvido na difusão da edição em língua portuguesa deste livro de Bourdieu e, por isso, numa posição privilegiada para aferir do seu potencial, e Franck Poupeau, jovem colaborador próximo de Bourdieu nos seus anos finais no Collège de France e, ao longo das duas últimas décadas, uma das personalidades sociológicas com maior responsabilidade, entre várias vertentes, nos trabalhos de recuperação e de publicação de investigações inéditas e de cursos de Bourdieu e que retoma, no seu contributo para o ciclo, entre outros aspectos, o valor programático inscrito em *La Distinction*, que associa ao desenvolvimento da teoria dos campos, tal como esta se pode captar no recentemente publicado *Microcosmes. Théorie des champs* (Bourdieu, 2021).

A publicação de *La Distinction* permitiu a Bourdieu consolidar o seu quadro conceptual, abrindo-lhe a possibilidade de desenvolver um programa de pesquisa em torno dos processos de simbolização e das suas relações com o espaço social, sem perder de vista o aprofundamento das respetivas implicações para o desenvolvimento da teoria sociológica. Este triplo movimento do programa de pesquisa será conjugado com um crescente compromisso cívico e público da reflexão e análise desenvolvidas. O ciclo procurou consagrar a sua atenção a estes movimentos do pensamento e do percurso de Bourdieu, aos trabalhos específicos que foi desenvolvendo sobre processos de simbolização, de estruturação dos espaços sociais, de compreensão de campos e de aperfeiçoamento reflexivo da teorização sociológica da prática social (como se consumará em Bourdieu, 1980, 1997), e também ao lado comprometido da ação que desenvolveu como intelectual público.

O livro seguidamente discutido, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, publicado em 1982, permite situar os desafiantes contributos que Bourdieu estabelece para o desenvolvimento de instrumentos específicos para questionar os processos de simbolização a partir do tratamento sociológico da linguagem, um domínio do seu trabalho muito relevante e nem sempre sistematicamente lembrado (Bourdieu, 1982). Cláudia Marisa Oliveira, socióloga e, entre múltiplas atividades, especialista no estudo da criação artística e ela própria criadora, documenta o uso que fez deste livro nas suas investigações e

os horizontes de trabalho que este lhe permitiu abrir. Carla Aurélia de Almeida, linguísta e especialista em pragmática linguística e sociolinguística interacional, discute o conteúdo do livro e reflete sobre as convergências e os desafios que uma abordagem sociologicamente informada das práticas linguísticas – equacionada a partir da relação entre simbolização e dominação – coloca aos paradigmas analíticos mais influentes da linguística.

Momento especial do ciclo, o exercício de leitura constituído em torno de *Convite à Sociologia Reflexiva*, de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (2022), livro originalmente publicado em 1992, praticamente em simultâneo, primeiro, em língua inglesa, numa versão completa, logo de seguida, em língua francesa (Bourdieu & Wacquant, 1992), numa versão mais curta, decorre no quadro da apresentação pública da sua edição portuguesa, publicada em 2022 e apresentada a 23 de janeiro de 2023. Livro influente na difusão do pensamento e da prática sociológicas de Bourdieu no plano internacional e muito relevante na formação sociológica, incluindo em Portugal, a apresentação que dele é feita está a cargo de José Madureira Pinto, influente utilizador do livro nas suas investigações sociológicas e ator de relevo na pedagogia sociológica das suas mensagens, que sublinha precisamente, no exercício de leitura realizado, o carácter programático e promotor de novos conceitos e conhecimentos próprios do livro, sem perder de vista outros momentos marcantes da obra de Bourdieu. Combina-se este texto com um outro de Loïc Wacquant que, dando espaço a argumentos contidos no prefácio que redigiu expressamente para a edição portuguesa de *Convite à Sociologia Reflexiva*, sublinha também o significado heurístico do trabalho bourdieusiano em torno do espaço social e da simbolização.

Organizado por Bourdieu com base na realização de um extenso programa de investigação configurado em torno da elaboração de entrevistas em profundidade, fortemente centrado na restituição da voz dos agentes sociais entrevistados, *La Misère du monde*, publicado em 1992, mobiliza os exercícios práticos de leitura seguintes. Livro que teve grande reconhecimento público, *La Misère du monde* (Bourdieu, 1992) é fruto de um empreendimento coletivo de investigação científica, mas também de uma prática de militância cívica desenvolvida por Bourdieu e pelo coletivo de investigadores que se lhe associa, sendo um estudo do sofrimento social e pessoal dos franceses e habitantes da França (mas também de norte-americanos) envolvidos, em diferentes modalidades (dos profissionais do setor social do Estado, aos sindicalistas e velhos militantes operários, passando pelos habitantes de contextos sociais com dificuldades, ou pelos próprios jornalistas que cobrem tais situações), na crise de reprodução do modelo social construído no pós-Segunda Guerra Mundial. Os

exercícios de leitura produzidos retêm os contributos de Inês Brasão, socióloga e reconhecida estudiosa das experiências da vida social, não raramente em lugares sociais marcados pela subalternidade, a partir do relato vivido e em viva-voz, que examina o argumento sociológico do livro e explora as respetivas implicações, recorrendo ao estudo de casos particulares nele analisados, no desenvolvimento das suas próprias investigações. Os exercícios de leitura a propósito de *La Misère du monde* contemplam também o contributo de João Queirós, sociólogo, que alia uma reflexão sobre o seu multifacetado trabalho de investigação, fortemente marcado pela leitura ativa do trabalho sociológico de Bourdieu, à discussão da sua experiência enquanto docente que mobiliza as páginas de *La Misère du monde* para o exercício da atividade pedagógica a partir das dinâmicas da sala de aula.

A relação entre simbolização e dominação encontra-se também no cerne do livro que é alvo do debate subsequente. *La Domination masculine*, publicado em 1998, representa, também ele, um novo retomar, na obra de Bourdieu, dos estudos sobre a Cabília, aqui encarada como uma configuração apurada de um sistema de mecanismos de reprodução social, analisada a partir da problemática das relações entre os sexos/gêneros (Bourdieu, 1998), cujo estudo Bourdieu iniciara nos primeiros trabalhos dedicados à Cabília e ao Béarn. Retêm-se a este propósito dois exercícios de leitura que exploram ângulos complementares da obra estudada. Annick Prieur, socióloga, profunda conhecedora do trabalho sociológico de Bourdieu e autora de investigação pioneira e muito original sobre os domínios do género e da sexualidade, entre outros trabalhos onde o ponto de vista bourdieusiano revela a sua heurística, retoma a génese do livro em discussão, que pôde acompanhar de perto até dada altura, define o seu argumento e discute o potencial da abordagem nele inscrita. Por sua vez, Yasmine Siblot, socióloga e também grande conhecedora do trabalho sociológico de Bourdieu que dinamiza em investigações muito atentas às relações entre as dominações de classe e as dominações de género, explora o argumento da obra discutida e dá grande atenção ao modo como esta foi recebida nos meios intelectuais franceses, em geral, e na sociologia feminista francesa, em particular.

O segmento constituído pelos três últimos exercícios de leitura procurou trazer à luz o esforço considerável que Bourdieu desenvolveu, nomeadamente, e tal como já foi mencionado nestas páginas, a partir da publicação de *La Distinction*, para concretizar uma sociologia dos campos estruturados nas sociedades muito diferenciadas, do ponto de vista da sua génese e/ou da sua estruturação contemporânea. O caminho percorrido por Bourdieu a este propósito é, hoje, conhecido com mais pormenor. Implicou a realização de

investigações, quase sempre, de grande exigência em matéria de tempo e de coleção de informação pertinente, concretizando-se em estudos sociológicos sobre o campo académico (Bourdieu, 1984), o campo filosófico (Bourdieu, 1988), o campo do poder (Bourdieu, 1989), o campo literário (Bourdieu, 1992), o campo económico (Bourdieu, 2000a), o campo político (Bourdieu, 2000b) e o campo científico (Bourdieu, 2001). A publicação póstuma de cursos permitiu precisar a natureza do percurso de conhecimento que desenvolvia sobre a estruturação do campo do poder estatal (Bourdieu, 2012), sobre o campo artístico pictórico (Bourdieu, 2013), entre outros domínios.

Um dos livros discutidos neste último segmento foi *Les Structures Sociales de l'économie* (Bourdieu, 2000a). Publicado em 2000, e resultado de um projeto de investigação dinamizado coletivamente durante mais de uma década sobre as relações entre o campo das grandes empresas de construção habitacional em França, o campo do poder estatal e as suas intermediações com o campo burocrático e dos poderes locais, este é um livro pleno de desafios de conhecimento, desde logo, os que coloca à ciência económica de matriz mais “ortodoxa”. Os exercícios de leitura efetuados em torno do livro são produzidos por Ester Gomes da Silva, economista e especialista em história económica, que define, pormenorizadamente, o caminho seguido por Bourdieu no seu estudo, destacando o modo como este se relaciona com a economia e o que a sua sociologia pode propor-lhe. O olhar assim produzido é complementado pelo contributo de Frédéric Lebaron, sociólogo, especialista, entre outros domínios, na sociologia da economia e um dos grandes estudiosos da obra de Bourdieu, nomeadamente, a partir do exame das respetivas implicações epistemológicas, metodológicas e técnicas, e que aqui examina exaustivamente o argumento sociológico do livro, situando-o no conjunto da investigação de Bourdieu e sublinhando as relações nele configuradas entre uma herança durkheimiana e a prossecução do pensamento e análise relacionais por ele preconizados, ilustrando, a partir daqui, os contributos que uma tal obra pode dar para o aprofundamento do conhecimento das opções no desenho de políticas públicas e de escolhas económicas por diferentes categorias de atores sociais e políticos.

O livro subsequentemente discutido, *Science de la science et réflexivité*, publicado em 2001, sendo o último curso lecionado por Pierre Bourdieu no Collège de France, envolve a autonomização de um pensamento sobre as condições de possibilidade de uma análise sociológica relacional sobre o campo científico, que se materializa no estabelecimento de um programa e de um roteiro de investigação, que Bourdieu lê a partir de um registo reflexivo e que evoluirá ainda para um trabalho autorreflexivo, na origem de um outro pequeno

e eloquente livro com um esboço de uma socio-análise da trajetória do próprio Bourdieu (Bourdieu, 2004). Para discutir *Science de la science et réflexivité* (Bourdieu, 2001), o ciclo mobilizou o contributo de Fernando Luís Machado, sociólogo, com interesses científicos muito alargados e que tem dedicado uma grande atenção à sociologia da sociologia portuguesa e que explora, na sua intervenção, a génese, contextos e impacto do livro discutido, procurando retirar dele ilações para um exercício, também ele reflexivo, de análise do contributo respetivo para o trabalho sociológico que vem desenvolvendo sobre a sociologia em Portugal e que equaciona também a partir do estudo dos contributos que, a par de Merton, o trabalho de Bourdieu pode dar para o avanço do empreendimento. O exercício de leitura realizado por Diogo Ramada Curto, historiador, especialista na história da leitura, do livro e dos intelectuais, entre outros domínios, e também ele um estudioso atento do trabalho sociológico de Bourdieu, que tem promovido ativamente entre nós, completa a perspetiva sobre *Science de la science et réflexivité*. Neste caso, o exercício realizado permite analisar o livro e retirar consequências do programa de sociologia da ciência nele exposto a partir da exploração das implicações, reflexivas, que tal programa sugere para pensar o campo das ciências sociais em Portugal.

Por fim, o ciclo de debates convoca um dos livros póstumos de Bourdieu (2013), neste caso, *Manet. Une révolution symbolique*, publicado em 2013, cujo argumento é discutido, primeiro, a partir de uma identificação de coordenadas de leitura para um entendimento de uma obra incompleta, depois, convocando um excerto, da autoria do próprio Pierre Bourdieu, sobre o trabalho do curso dedicado à sociologia do campo artístico e do lugar, disposições e tomadas de posição nele assumidos por Édouard Manet.

Eis, pois, um ciclo de exercícios práticos de leitura sobre um conjunto de livros de Bourdieu que interpela diferentes modalidades de construção do ofício de questionamento sociológico por ele preconizado. O ciclo não esgota, evidentemente, as leituras possíveis das obras discutidas, mas espera poder convocar leituras renovadas destas e de outras obras, de Bourdieu e de analistas que o tenham estudado e dinamizado, e que possam continuar a exercitar o potencial heurístico inscrito no programa de conhecimentos sociológicos que lhes subjaz.

A publicação do presente livro é fruto de uma conjugação significativa de boas-vontades institucionais e pessoais que importa também registrar. Impõe-se um agradecimento ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto que, com decisões unânimes do seu Conselho Científico e da sua Comissão Executiva, deu as condições institucionais necessárias à organização do ciclo de debates que deu origem a esta publicação. Um tal agradecimento é também extensível às responsáveis pelo grupo editorial da secção de livros das publicações do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, em cujo enquadramento este livro nasce, e às responsáveis da U.Porto Press, em cujas coleções o livro se publica e a quem se deve o habitual cuidado colocado na preparação editorial dos textos publicados. São ainda devidos agradecimentos a Jérôme Bourdieu pela autorização da publicação do texto original de Pierre Bourdieu com que termina este livro.

Para além dos contributos escritos presentes neste livro, a preparação do ciclo em que este último se baseia beneficiou de uma permanente troca de ideias com José Madureira Pinto. Justifica-se, por isso, que se lhe deixe registado um agradecimento por mais este contributo, entre tantos, para o estudo do trabalho sociológico de Pierre Bourdieu.

Durante mais de um ano, o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto recebeu, em dias programados, convidados nacionais e internacionais e público para discutir livros de Bourdieu em animadas sessões coletivas. Foi, em grande medida, fruto da dinâmica de reflexão e trabalho coletivos desenvolvidos na sequência dos exercícios de leitura que esta publicação ganhou a sua existência. Importa, por isso, agradecer também ao público presente e esperar que a publicação assim realizada dê um contributo efetivo para a continuação daquela animada dinâmica coletiva de trabalho e de pensamento. Será essa também uma forma efetiva de continuar a apurar a razão sociológica tão cultivada por Pierre Bourdieu nos seus livros.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P., Boltanski, L., Castel, R., & Chamboredon, J.-C. (1964). *Un Art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P., & Darbel, A. (1966 e 1969). *L'Amour de l'art. Les musées de l'art européens et leur public*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P., Passeron, J.-C., & Chamboredon, J.-C. (1968). *Le Métier de sociologue*. Paris: Editions Mouton/Bordas.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La Reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Editions Droz.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1980). *Le Sens pratique*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.

Bourdieu, P. (1984). *Homo Academicus*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1988). *L'Ontologie politique de Martin Heidegger*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1989). *La Noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1992). *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Editions du Seuil.

Bourdieu, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Editions du Seuil.

Bourdieu, P. (1998). *La Domination masculine*. Paris: Editions du Seuil.

Bourdieu, P. (2000a). *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Editions du Seuil.

Bourdieu, P. (2000b). *Propos sur le champ politique* (introdução de Ph. Fritsch), Lyon, Presses universitaires de Lyon.

Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir Editions.

Bourdieu, P. (2004). *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'agir Editions.

Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État (1989-1992)*. Paris: Raisons d'agir Editions/Edições du Seuil.

Bourdieu, P. (2013). *Manet. Une révolution symbolique. Cours au Collège de France (1998-2000) suivis d'un manuscrit inachevé de Pierre et Marie-Claire Bourdieu*. Paris: Raisons d'agir Editions/Edições du Seuil (nova edição revista, Paris, Editions Points, 2016).

Bourdieu, P. (2021). *Microcosmes. Théorie des champs*. Paris: Raisons d'agir Editions.

Bourdieu, P. (Dir.) (1993). *La Misère du monde*. Paris: Editions du Seuil.

Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Editions du Seuil.

Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2022). *Convite à Sociologia Reflexiva*. Porto: U.Porto Press.

Madureira Pinto, J., & Borges Pereira, V. (2007). *Pierre Bourdieu, a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

Madureira Pinto, J., Wacquant, L., & Borges Pereira, V. (2007). Génese e legado da obra de Pierre Bourdieu: espaço, cultura e dominação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 24, 5-7.

*La Reproduction. Éléments
pour une théorie du système
d'enseignement.*

De Pierre Bourdieu
e Jean-Claude Passeron.

Paris, Éditions de Minuit, 1970

A presente obra possui edição portuguesa, sob o título *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, publicada pela Editorial Vega, em edição sem data, mas ocorrida ainda nos anos 1970 (segundos os registos na Biblioteca Nacional de Portugal, em 1978), com tradução de C. Perdigão Silva.

A sessão realizou-se no dia 17 de março de 2022 na Sala de Reuniões 1 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com intervenções de Pedro Abrantes e de João Teixeira Lopes e a moderação de Virgílio Borges Pereira.

Notas para uma análise sociológica de *A Reprodução*

Pedro Abrantes

Evocar e discutir a obra de Pierre Bourdieu continua a afigurar-se um caminho profícuo para, enquanto sociólogos, conhecermos a – e intervirmos na – sociedade. Neste sentido, deixo aqui uma palavra de agradecimento ao Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e, especialmente, ao Virgílio Borges Pereira e pelo seu trabalho incansável no estudo e divulgação da obra deste autor francês.

Produto de um convite para inaugurar o ciclo de conferências dedicadas a Pierre Bourdieu que organizaram, nos 20 anos do seu falecimento, o presente texto procura aprofundar uma reflexão anterior publicada na revista *Análise Social* (Abrantes, 2011) e organiza-se em três andamentos: (1) uma breve apresentação dos princípios epistemológicos e teóricos em que se baseia a obra; (2) uma reflexão sobre o contexto em que foi publicada e o seu impacto à época; e (3) algumas notas sobre a atualidade de *A Reprodução*, em diálogo com vários estudos sociológicos recentes, tanto a nível nacional como internacional. Tal como o interessante debate que suscitou esse evento, com as valiosas intervenções do João Miguel Teixeira Lopes e de vários colegas na assistência, espero que este texto possa estimular o conhecimento, o debate e a vontade de transformação dos sistemas educativos, enquanto elemento central das nossas sociedades.

Gostaria de começar com uma breve nota biográfica. O estudo de muitas das obras de Pierre Bourdieu, durante a licenciatura no ISCTE, de forma até algo obsessiva, em certo momento, teve um peso determinante na decisão de me dedicar a este campo profissional e científico, bem como no meu modo de o fazer. Sendo mais ousado, poderia até acrescentar que o pensamento de Bourdieu se inscreveu no meu *habitus*, o que não deixa de conter aqui alguma

heterodoxia face a perspectivas mais rígidas deste conceito. Mas, avesso a idolatrias e conformismos, tal como o próprio autor, isto significou também muitos momentos de exame crítico e de demarcação. Já em 2003, desiludido pela indiferença no espaço público com a notícia do seu falecimento, escrevi, com Sara Cardoso Lopes, então a dar os primeiros passos no jornalismo, uma reportagem que propusemos ao *Jornal de Notícias*, tendo sido publicada no suplemento semanal dedicado à cultura (o *Notícias Magazine*). Dada a minha inflexão para o campo da educação, *Os Herdeiros* e, sobretudo, *A Reprodução*, escritos nos anos de 1960 com o seu colega Jean-Claude Passeron, impuseram-se como obras centrais que me têm ajudado e interpelado sucessivas vezes, enquanto sociólogo, professor, investigador, pai e cidadão. Tenho, portanto, uma relação emocional e identitária forte com o autor e a obra, a qual é difícil exprimir em palavras. Mas vou tentar.

Breve apresentação d'*A Reprodução*

A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino é publicada originalmente em 1970, culminando alguns anos de estudo de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre o sistema educativo francês. Trata-se de uma obra curta, mas de leitura difícil, ao articular um sistema de proposições de um alto nível de abstração teórica (condensado na primeira parte) com a análise de um leque variado de dados quantitativos e qualitativos (na segunda parte). Já se passaram, portanto, mais de cinquenta anos da sua produção, o que obviamente tem implicações na linguagem utilizada e nos dados empíricos mobilizados, mas pode-se dizer que a elaboração teórica e metodológica tem resistido à erosão do tempo. É sobre esta que nos iremos aqui centrar.

Primeiro que tudo, é importante referir que, para leitores socializados nas ciências sociais, *A Reprodução* pode causar alguma estranheza inicial, ao assentar num princípio de racionalidade estrita, assemelhando-se, de certa forma, a uma obra de ciências da natureza. Segundo princípios lógicos, as proposições derivam umas das outras e desdobram-se em proposições de menor nível de abstração. Apoiada numa ampla gama de dados quantitativos e qualitativos que a sua equipa de investigação compilou ao longo da década anterior, mas que se apresentam e discutem sobretudo na segunda parte, trata-se de uma obra muito ambiciosa no plano teórico, buscando estabelecer "leis do social" – neste caso, de constituição do campo educativo. Em termos esquemáticos e

enquanto convite (ou apoio) ao seu estudo, podemos dizer que a obra propõe uma teorização geral sobre os sistemas educativos que se apoia em quatro proposições centrais.

A primeira afirma que qualquer ação pedagógica constitui uma violência simbólica, sendo produto e (re)produtora de relações de poder. Este argumento situa-se, aliás, num nível de abstração que se aplica não apenas aos sistemas educativos modernos, mas também a diversas formas educativas, desde as desenvolvidas na Antiguidade ou na Idade Média, frequentemente, nas mãos da nobreza ou de congregações religiosas, à educação parental nas sociedades contemporâneas. Como educadores, temos alguma aversão a pensar que estamos a cometer uma violência, mas não é difícil reconhecer que se busca transformar (ou, pelo menos, ampliar, o que não deixa de ser uma transformação) quadros mentais (e corporais), por meio de uma relação de poder. As ciências sociais romperam com outras formas de pensamento ao revelar que o ser humano é, desde tenra idade, um “animal social” (Runciman, 2012), produto e produtor de cultura(s). Por seu lado, muito se tem escrito – talvez mais do que praticado – sobre formas de educação construtivistas, interculturais, humanistas, inclusivas, entre outros adjetivos, mas estas, ainda que se possam entender como pacifistas, não deixam de ser construções de quem educa e que, frequentemente, se procuram impor sobre a mundividência de quem pretendem educar.

A segunda proposição, na sequência da anterior, afirma que qualquer ação pedagógica implica autoridade pedagógica e autonomia relativa da instância que a produz. Ou seja, entende-se que a ação pedagógica só pode ser levada a cabo por agentes autorizados para o efeito, enquanto uma nomeação e delegação de estruturas de poder mais amplas, constituídas no âmbito das relações de produção. A estrutura social define quem pode e deve educar e quem pode e deve ser educado, em cada contexto e configuração concreta. Há uma autonomia, pois não se trata de uma ação direta levada a cabo pela classe dominante, mas é uma autonomia relativa, pois tem sempre determinados limites definidos. Esta proposição remete a compreensão das estruturas e dinâmicas do campo educativo para as relações de poder que, num primeiro plano, se estabelecem no seio das instituições educativas, mas que, num segundo plano, derivam das relações de forças na própria sociedade, sendo que as primeiras são condicionadas pelas segundas, em formas e graus variáveis entre sociedades e ao longo do tempo. Por outras palavras, um educador pode agir de acordo com os seus próprios princípios e valores, mas o seu reconhecimento como educador depende do cumprimento de um conjunto de

requisitos que são estabelecidos pela classe dominante. É interessante como este princípio se aplica, inclusive, ao papel do pai e da mãe. O belo filme *Listen*, de Ana Rocha de Sousa, oferece-nos uma ilustração pungente e atual deste facto, ao retratar como o estado inglês tem colocado em causa o direito de milhares de operários imigrantes à custódia dos seus filhos.

Numa terceira proposição, os autores afirmam que a ação pedagógica é necessariamente orientada para a (e pela) formação de um *habitus*. Este princípio estabelece uma diferença importante face a outras modalidades de socialização, no sentido em que a ação pedagógica é intencional e sistemática, almejando a formação de disposições consistentes e duradouras, o que implica processos de rotinização e naturalização, em tempos longos, de papéis, instituições e práticas. Assim, o arquétipo de aluno (e de ser humano) que busca formar a escola já foi interiorizado pelos professores – aliás, essa é uma condição prévia à sua investidura – e, no caso das classes sociais mais escolarizadas, tende a estar já em formação no contexto de socialização primária, facilitando as aprendizagens escolares, pela consonância das disposições desenvolvidas na escola e na família. Em contraste, para as crianças das classes trabalhadoras, a escolarização revela-se muito mais difícil, devido a distâncias, traumas e conflitos entre o *habitus* em formação, em ambas as instituições, o que acaba por constituir uma explicação poderosa para as desigualdades de resultados entre as diferentes classes sociais, assim como para a sua naturalização e legitimação. Desta forma, a escola opera uma *dupla reprodução*, contribuindo simultaneamente para a preservação de referentes culturais e estruturas sociais.

Por fim, a quarta proposição advoga que os sistemas educativos reproduzem as condições para uma ação pedagógica institucionalizada, através de um alto grau de formalismo, de uma naturalização do saber (isto é, dos conteúdos e dos métodos da ação pedagógica) e de instâncias complexas de controlo. A recorrência com que os professores, em Portugal, afirmam a necessidade de “dar a matéria” como estratégia de legitimação da sua ação constitui um exemplo poderoso dessa naturalização do arbitrário cultural que sustenta a ação pedagógica institucionalizada, até porque o que designam como “matéria” são um conjunto de factos, operações, valores, linguagens, etc. – variáveis ao longo do tempo e entre países, em resultado de complexas relações de poder – que, no melhor dos casos, está inscrito em documentos de orientação curricular e cuja transmissão é vigiada, de diferentes formas (circulares, coordenações, inspeções, exames, etc.), pela administração escolar.

A Reprodução no seu contexto

Em grande parte do mundo, os anos 1950 e 1960 foram marcados pela expansão demográfica, o crescimento económico e a consolidação do estado-providência. Tendo como pano de fundo a crise económica dos anos 1930, a destruição causada pela II Guerra Mundial e o conflito latente entre os blocos capitalista e socialista, os Estados apostaram em políticas fortes de desenvolvimento e de combate às desigualdades, incluindo um investimento sem precedentes no alargamento dos sistemas educativos. A França, bastião de uma escola republicana em que muitos dos jovens das classes populares não passava do ensino primário, foi um dos epicentros deste processo, tendo alargado a escolaridade obrigatória até aos 16 anos de idade e, nos anos seguintes, criado um nível intermédio de estudos gerais (os *collèges*), entre o ensino primário e o instituto liceal, em paralelo com a aposta do Reino Unido na universalização das “comprehensive schools” (Archer, 1979; Petitat, 1982; Prats e Raventós, 2005).

Foi também nesse período, de forte afirmação das ciências sociais, que surgiram os primeiros estudos estatísticos sobre o peso das condições económicas e, sobretudo, das heranças culturais nos percursos e resultados escolares dos jovens e que o sociólogo Basil Bernstein iniciou os seus trabalhos etnográficos sobre o desenvolvimento linguístico em diferentes classes sociais e a sua relação com as aprendizagens escolares (Seabra, 2009). O *Relatório Coleman* (1968), nos Estados Unidos, é um caso paradigmático de como o tema penetrou nas agendas públicas e suscitou inquéritos de grande amplitude e sofisticação, em vários países. A constatação das profundas desigualdades de oportunidades educativas segundo as origens sociais abalou fortemente o otimismo existente sobre o contributo das escolas para a construção de sociedades mais democráticas, tornando-se, desde então, um tema de estudos recorrentes e de debates acesos, tanto a nível científico como no espaço público. Inclusive num Portugal que enfrentava a opressão do Estado Novo, a braços com uma guerra colonial e uma economia maioritariamente rural, Sedas Nunes (1968 e 1970) desenvolveu um estudo sobre os estudantes universitários que permitiu expor o modo como as desigualdades sociais se reproduziam através do sistema educativo e que faz parte do património fundador da sociologia no país.

Apesar destes padrões terem dado azo a diversos debates e interpretações, *A Reprodução* revelou uma densidade e uma consistência sociológica singulares,

aos quais não será alheio o desenvolvimento de conceitos que se viriam a tornar centrais na obra de Bourdieu e na própria sociologia – *habitus*, capital cultural, violência simbólica, relação de forças – e a sustentação em análises tanto quantitativas como qualitativas, as quais permitiam combinar os estudos microsociológicos de Bernstein (e. g. 1961) com o desenvolvimento histórico dos sistemas educativos.

Tal como nota De Singly (1998), convém não subestimar o facto de muitas obras de Pierre Bourdieu serem trabalhos coletivos. Neste caso, devemos começar por reconhecer que *A Reprodução* foi escrita em coautoria com um outro sociólogo de grande craveira, Jean-Claude Passeron, no culminar de uma intensa e profícua colaboração ao longo dos anos 1960, não isenta de dissensões e negociações intelectuais. De referir que ambos estavam, à época, fortemente empenhados na afirmação da Sociologia e, em particular, do *Centro de Sociologia Europeia*, através de estudos inovadores, em termos metodológicos, e relevantes, em termos político-sociais, a partir de um resgate do património teórico de Durkheim, numa combinação criativa com o legado de Weber e Marx, assim como um diálogo – nem sempre devidamente citado – com outros sociólogos e antropólogos contemporâneos, tais como Raymond Aron, Talcott Parsons, Richard Hoggart, Norbert Elias, entre outros.

Antes de *A Reprodução*, os autores haviam já publicado *Les Héritiers: les étudiants et la culture*, em 1964, obra que, a par com alguns artigos em revistas conceituadas, teve um profundo impacto na sociologia e no campo académico, não apenas pelo seu carácter inovador nos planos teórico e metodológico, mas também por se integrar num movimento político e intelectual de expansão, questionamento e reforma das instituições educativas em curso.

A Reprodução foi, então, um trabalho de sistematização e aprofundamento de um conjunto de teorias e análises já parcialmente apresentadas, em momentos anteriores. Contudo, o seu alto nível de abstração parece ter dificultado, num primeiro momento, a apropriação da obra, pelo menos, fora do âmbito mais especializado, sendo que a sociologia permanecia, na Europa, um reduto académico bastante exíguo. Importa ainda lembrar que, entretanto, ocorreu o maio de 68, momento decisivo para os movimentos sociais, os debates intelectuais e os conflitos culturais, com epicentro em Paris e ressonâncias em todo o mundo. O papel opressivo e reproduzidor da escola mobilizou muitos milhares de estudantes para confrontos nas universidades, nas escolas e nas ruas. Se os estudos anteriores podem ter contribuído para esta mobilização, é possível que este evento tenha dificultado a compreensão de *A Reprodução* à época. Enquanto os pensadores mais conservadores – incluindo aqueles que,

como Raymond Aron ou Claude Lévi-Strauss, tiveram um papel importante na formação acadêmica e inserção profissional de Pierre Bourdieu – não podiam aceitar que a ação pedagógica constituía uma “violência simbólica”, nem que o conhecimento escolar fosse concebido como “arbitrário cultural”, sobretudo no ambiente convulso que se vivia nas escolas e universidades, também não esconderam as suas discordâncias os intelectuais marxistas em ascensão na academia, para quem o capitalismo era o responsável pelas desigualdades escolares, enquanto as afinidades teóricas com Durkheim ou Weber, bem como as *démarches* epistemológicas e metodológicas, ressoavam a um “status quo” com o qual pretendiam romper (Passeron, 2008).

De referir, aliás, que *A Reprodução* não deixou de ser incômoda para os movimentos pedagógicos que propunham uma transformação radical das instituições educativas. A noção de que a autoridade dos professores resultava de relações estruturais, sobre as quais as instituições educativas tinham apenas uma autonomia relativa, frustrava as perspectivas de uma emancipação social a partir das escolas. Tal como refere Sainsaulieu (1972, p. 400) numa recensão da obra: “a vontade de transformar as práticas escolares e os seus efeitos seletivos por uma pedagogia revolucionária, que concederia a cada aluno uma liberdade real de aprender, constitui uma outra ilusão que se dissolve no banho corrosivo das análises de *A Reprodução*” (tradução do autor).

Mesmo no plano da sociologia (não marxista), a ambição de providenciar uma teoria sobre os sistemas educativos, assente num princípio de racionalidade estrita que, na primeira parte, a aproxima de uma obra das ciências naturais, numa linguagem quase matemática, não deixou de alimentar muitas controvérsias. É uma característica que surge até exacerbada face a outras obras dos autores, ainda que a lógica, a abstração e o hermetismo sejam frequentemente associados – mais como crítica do que como elogio – ao trabalho de Bourdieu. O próprio Passeron (2007) refletiu, posteriormente, sobre o modo como este trabalho havia sido influenciado pelo investimento epistemológico que a equipa fez, nesse período, muito inspirado por pensadores como Gaston Bachelard, o qual conduziu à publicação de uma outra obra coletiva que se tornou charneira no plano metodológico, intitulada *Le métier de sociologue* (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1968). Os autores procuravam, então, demarcar-se tanto da Filosofia, então dominante no espaço académico francês, como do estrutural-funcionalismo norte-americano, então dominante no campo sociológico internacional.

Muito se tem escrito contra o alegado positivismo inscrito na ambição de estabelecer “leis do social”, minimizando a agência individual e coletiva dos

sujeitos. A sociologia foi marcada, aliás, no último quartel do século XX por um movimento que Alain Touraine (1984) sintetizou na feliz expressão “o regresso do ator”. À luz desta perspectiva, a obra de Bourdieu e Passeron não escapa a um certo “fatalismo” ou “determinismo”, o qual, ao não reconhecer a relevância das ações locais ou das políticas públicas, legitima e reforça até o processo de reprodução que critica, tal como observou, por exemplo, Richard Jenkins (1982) ou, em Portugal, Miguel Cabrita (2003). Se é inegável que algumas das apropriações públicas da obra têm servido para sustentar argumentos sobre a impossibilidade ou, pelo menos, a extrema dificuldade de alterar as estruturas escolares e a sua relação com as desigualdades sociais, também podemos alegar que parte destas apropriações resultam de um entendimento frágil (ou truncado) das ciências sociais. As próprias críticas que surgiram do interior do campo sociológico podem ser interpretadas à luz de uma insegurança epistemológica, assim como de uma simplificação das próprias ciências naturais, dos seus paradigmas e controvérsias. Esta questão remete-nos para um longo e intrincado debate epistemológico que marcou a sociologia, nas décadas subsequentes, tendo o próprio Bourdieu dedicado uma das suas últimas obras ao tema (Bourdieu, 2001). Mas, para o efeito, gosto de trazer à colação uma ideia simples e provocatória: a “lei da gravidade” de Newton não é refutada pelo facto de os pássaros voarem, nem impediu os homens de construir máquinas que voam. Pelo contrário, ajudou-os nessa tarefa. Claro que a comparação não é perfeita, mas serve para ilustrar o facto de que a demonstração da existência de certas forças e a sua explicação científica não nega a possibilidade de existirem outras forças, em sentidos e intensidades diferentes. Não se pode é exigir a um autor que inclua toda a complexidade do real em apenas uma teoria ou, ainda mais, em apenas uma obra. A perspectiva de que as interações sociais e os campos em que estas se organizam – nomeadamente, o sistema educativo – geram relações de poder, mas são também sujeitos a estruturas sociais mais amplas, é uma evidência. Isto não significa que essas relações e estruturas não sejam mutáveis no tempo e não sejam também complexas e diversas, suscitando, por exemplo, contrapoderes e, usando um conceito caro a Bourdieu, processos de “inversão simbólica”.

Assim sendo, muitas das críticas que se têm apontado à teoria da reprodução baseiam-se em afirmações que a complementam, mais do que a contrariam. Aliás, a obra de Bourdieu e Passeron não nega – ainda que os autores o possam ter feito no calor dos debates em que gostavam de se envolver pela hegemonia do campo sociológico – que os estudantes e as famílias fazem escolhas que procuram

maximizar os seus benefícios, tal como propõe o “individualismo metodológico” de Boudon (1973), frequentemente apresentado como alternativa conservadora à teoria da reprodução, nem que muitos estudantes e professores resistem, de forma criativa e corajosa, às instituições educativas, tal como propuseram as teorias culturalistas que se tornaram populares, nas últimas décadas do século XX, nas ciências sociais anglo-saxónicas (e. g. Willis, 1977; Apple, 1982). Adverte é que essas ações têm por referência estruturas sociais e, muito frequentemente, acabam por legitimar e reforçar o papel reprodutor do sistema educativo.

Neste sentido, vale a pena ponderar sobre a alegação de que *A Reprodução* não tem devidamente em conta as variações e as transformações socio-históricas dos sistemas educativos e das instituições escolares, resultantes da ação coletiva e dos conflitos, alianças e negociações entre diferentes grupos sociais, tal como analisadas por autores como Margaret Archer (1979) ou André Petitat (1982). Cabe reconhecer que os sistemas educativos dos diferentes países – assim como as escolas, no seu interior – apresentam singularidades e, de facto, têm conhecido importantes mudanças, sendo hoje muito diferentes do que eram, por exemplo, há 50 ou há 100 anos. Contudo, também é verdade que essas transformações são transversais à sociedade, ou seja, as próprias relações de poder também se têm reconfigurado. A este propósito, Bourdieu e Passeron não recusam as mutações nas relações de poder, o que afirmam é que elas são a base (e também o produto) da ação pedagógica, num movimento tendencialmente reprodutivo.

A Reprodução hoje

Críticas à parte, é importante referir que *A Reprodução* se foi afirmando, ao longo das últimas décadas, no campo sociológico, a nível mundial. Foi absolutamente estruturante no desenvolvimento da sociologia da educação – em todos os países que conheço – e na colocação dos temas da educação e da cultura no cerne da agenda sociológica, contribuindo para o estudo das relações de poder, do binómio ação-estrutura, das organizações modernas, entre outros temas. Pode-se até dizer que, a partir dos anos 1990, as teorias de Pierre Bourdieu e, em particular, *A Reprodução*, conheceram uma “segunda vida”, um pouco por todo o mundo, com apropriações criativas diversas, com particular expressão nos países anglo-saxónicos (e. g. Aschaffenburg & Maas, 1997; Grenfell & James, 2003; Mills, 2008; Azaola, 2012; Stahl & Mu, 2022). A este propósito, destaque-se

o recente recurso à teoria de Pierre Bourdieu para estruturar um trabalho coletivo de análise crítica e reformista do sistema educativo chinês (Mu, 2020).

Não será estranha esta “apropriação tardia”, não apenas pela tradução progressiva da obra em várias línguas – em particular, em inglês – mas também pelo facto de Pierre Bourdieu ter produzido obras posteriores, como *La Distinction* (1979), *Homo Academicus* (1983), *La Noblesse d’État*, *La Misère du Monde* (1993) ou *Stratégies de reproduction et modes de domination* (1994), em que alguns dos principais argumentos de *A Reprodução* foram retrabalhados, atualizados e exemplificados, numa linguagem menos hermética, à medida que ocorria a consagração do autor no campo sociológico. Ainda assim, acreditamos que o principal motivo é, efetivamente, o seu enorme potencial heurístico para interpretar (e interpelar) sistemas educativos em diferentes períodos e regiões do mundo. Efetivamente, sucessivas análises têm vindo a mostrar que, apesar das variações e evoluções, entre as quais se inclui uma expansão notável dos sistemas educativos, o carácter reprodutivo do sistema não se tem dissipado.

Também em Portugal, vários investigadores têm-lhe dedicado artigos (e.g., Stoer, 1979; Cabrita, 2003; Abrantes, 2011; Melo & Lopes, 2021), mais ou menos críticos, e a obra tem sido citada em vários manuais de introdução à sociologia, enquanto exemplo paradigmático do que são estruturas, desigualdades e regularidades sociais e de como os sociólogos as estudam (Costa, 1992; Almeida *et al.*, 1994). *A Reprodução* tem sido central, sobretudo, na investigação sociológica das desigualdades educativas, hoje alargando-se das questões clássicas da relação entre classes sociais e (in)sucesso escolar para outras que perspetivam os percursos escolares e de vida, a segregação territorial e o racismo estrutural (Alves & Canário, 2004; Seabra, 2009; Abrantes & Roldão, 2019).

É certo que, tal como assinalam Seabra (2009) ou Melo & Lopes (2021), a teoria da reprodução tem dificuldade em lidar com fenómenos tais como os níveis elevados de sucesso escolar das raparigas, em comparação com os rapazes socializados nos mesmos contextos, aqueles que registam alunos imigrantes de contextos culturais de origem notavelmente distintos daqueles que orientam o sistema educativo nos países de acolhimento, ou aqueles que se observam em algumas escolas, em comparação com outras em contextos sociais análogos. Podemos convocar, a este propósito, novos estudos inspirados na obra de Bourdieu e que se focam, por exemplo, no desenvolvimento do “capital emocional” e as suas mais-valias escolares (Reay, 2004). Mas podemos também assumir, como referido antes, que a existência de outras forças, em direções ou sentidos diversos, não invalida a existência da gravidade, o que nos obriga a reconhecer e a estudar outros processos que ocorrem nas escolas para além da reprodução.

Se o patrimônio de *A Reprodução* tem sido mobilizado sucessivas vezes para a análise da relação entre origens sociais e resultados escolares – ainda que, cada vez mais, a econometria venha impondo na recolha de dados uma substituição dos indicadores de classe social por escalas socioeconômicas que empobrecem a interpretação sociológica – o mesmo não se poderá dizer do estudo das instituições escolares e das relações de poder que as sustentam. A este propósito, o conceito de “conhecimento poderoso” (e. g. Young & Muller, 2013) tem vindo a ser utilizado, no debate teórico (e retórico), para colocar em causa o relativismo inscrito no entendimento do currículo enquanto “arbitrário cultural”, buscando fundamentação inclusive na posição supostamente “anti-relativista” de Pierre Bourdieu sobre a ciência. Nesta perspetiva, enquanto a tradição escolar assentava na reprodução da cultura dominante, a política curricular de valorização da ciência, da tecnologia, da engenharia e da matemática (conhecida pela sigla STEM) seria democratizante, ao privilegiar um conhecimento objetivo, universal e com o qual os indivíduos podem resolver problemas, intervir eficazmente no mundo e gerar riqueza.

Ainda assim, nem esta perspetiva anula o princípio da violência simbólica (assim como os missionários católicos estavam convencidos de que salvavam os indígenas das suas falsas crenças e podiam até salvar alguns da fúria dos conquistadores), nem sequer tem resistido a diversas questões que lhe têm sido colocadas, tais como: as STEM são mais importantes (ou mais democráticas) do que a arte, a filosofia, a cidadania? Não será a capacidade de comunicar, de colaborar, de pensar, de sentir, de nos compreendermos, que nos abre mais possibilidades? Por que motivo a apologia do ensino da Ciência tende a excluir as ciências sociais? A educação física não será também poderosa, ao permitir aos indivíduos desenvolver disposições corporais que os tornam mais saudáveis, mais ágeis, mais trabalhadores, etc.? Se as STEM são mais democráticas, por que motivo os resultados dos alunos a matemática e a ciências (naturais) mantêm uma forte correlação com as origens sociais? Poderíamos continuar nesta linha de raciocínio, sendo que a resposta sociológica mais consistente, até por se basear em estudos aprofundados sobre a construção social do currículo, é que este é resultado de lutas de poder, nas quais os grupos dominantes fazem prevalecer a sua visão do mundo e os meios através dos quais podem reproduzir, simultaneamente, os seus quadros culturais e os seus privilégios sociais (e. g. Popkewitz, 1997; Goodson, 2013). Tal como o relativismo cultural de Bourdieu é compatível com a noção de que a dominação cultural converte apenas certas disposições em capitais (culturais), enquanto outras se tornam estigmas, também se poderá dizer que se há um conhecimento mais poderoso

é porque as classes e culturas dominantes assim o estabelecem. O que valerá a pena compreender é, portanto, o conjunto das mudanças ocorridas nas relações de poder e, em particular, nas classes dominantes para que as STEM sejam hoje sacralizadas, sem que, por exemplo, o ensino das línguas ou da História, transversal a todas as disciplinas, a partir de matrizes etnocêntricas e de classe, não deixem de ocupar um lugar importante (e mesmo novas áreas como a cidadania, muito influenciadas por discursos relativistas, democráticos e interculturais, tendem a ser apropriadas segundo esta matriz).

A este propósito, concluímos com a alusão a um filão ainda pouco explorado na investigação sociológica: o sistema educativo como força transformadora da sociedade, não pela ação pedagógica institucionalizada, mas por outros processos de socialização que ocorrem nas margens das instituições escolares. Veja-se, por exemplo, a alavancagem de muitos movimentos revolucionários e reformistas nas organizações estudantis, frequentemente, também envolvendo uma parte do corpo docente, tal como ocorreu no maio de 68, mas também nas lutas pela democracia e no ativismo ambientalista, em diversas partes do mundo. Em geral, estes movimentos mantêm uma relação tensa com as hierarquias escolares, mas não deixam de ser uma consequência, nem sempre intencional – um “efeito colateral”, se quisermos usar outra expressão – da criação de um espaço de reflexão e de formação que concentra e liberta temporariamente das relações de produção um grande número de pessoas, sobretudo, das gerações mais jovens, para se dedicarem ao conhecimento e à cultura.

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2011), Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português, *Análise Social*, 46 (199), 261-281.
- Abrantes, P., & Roldão, C. (2019). The (mis)education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps?. *Portuguese Journal of Social Science*, 18(1), 27-55.
- Apple, M. (1989 [1985]). *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Archer, M. (1979). *Social Origins of Educational Systems*. Londres: Sage.
- Aschaffenburg, K., & Maas, I. (1997). Cultural and educational careers: The dynamics of social reproduction. *American Sociological Review*, 62 (4), 573-587.
- Almeida, J. F., Machado, F. L., Capucha, L., & Torres, A. (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alves, N., & Canário, R. (2004). Escola e exclusão social: das promessas às incertezas. *Análise Social*, 39 (169), 981-1010.
- Alves, M. G., & Diogo, A. M. (2022). O ensino de sociologia da educação nas universidades e politécnicos em Portugal. *Análise Social*, 57 (243), 280-308.
- Azaola, M. C. (2012). Revisiting Bourdieu: alternative educational systems in the light of the theory of social and cultural reproduction. *International Studies in Sociology of Education*, 22(2), 81-95.
- Bernstein, B. (1961). Social class and linguistic development: a theory of social learning. In Halsey, A. H.; Floud, J.; Anderson, C. A. (eds). *Education, Economy and Society* (pp. 288-314). Nova Iorque: Free Press.
- Boudon, R. (1981 [1973]). *A Desigualdade de Oportunidades: A Mobilidade Social nas Sociedades Industriais*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo Academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (org.) (1993). *La Misère du Monde*. Paris: Les Éditions du Seuil.
- Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 105 (1), 3-12.
- Bourdieu, Pierre (2001). *Science de la Science et Reflexivité*. Paris: Raisons d'Agir.
- Bourdieu, P. (2005 [2004]). *Esboço para uma Auto-Análise*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P., e Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers: Les Étudiants et la Culture*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P., e Passeron, J.-C. (1990 [s/data]). *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa: Vega.
- Bourdieu, P., Chamboredon J.-C. et Passeron J.-C. (1968). *Le Métier de Sociologue: Préalables Épistémologiques*. Paris: Mouton-Bordas.
- Cabrita, M. (2003). Teoria social, reprodução e violência simbólica: um olhar sobre a teoria do sistema de ensino de Pierre Bourdieu. *Fórum Sociológico*, 9 (10), 99-109.

- Coleman, J. S. (1968). Equality of educational opportunity. *Integrated Education*, 6(5), 19-28.
- Costa, A. F. (1992), *Sociologia*. Lisboa: Quimera Editores.
- Cruzeiro, M. E., & Antunes, M. M. (1978). Ensino secundário: duas populações, duas escolas (I). *Análise Social*, 14 (44), 443-502.
- De Singly, F. (1998). Bourdieu: nom propre d'une entreprise collective. *Magazine Littéraire*, 369, 39-44.
- Goodson, I. F. (2013). *School Subjects and Curriculum Change*. London: Routledge.
- Grenfell, M., & James, D. (2003). *Bourdieu and Education: Acts of Practical Theory*. London: Routledge.
- Jenkins, R. (1982). Pierre Bourdieu and the reproduction of determinism. *Sociology*, 16(2), 270-281.
- Melo, B., e Lopes, J. T. (2021). Metamorfoses de A Reprodução: um olhar atualizado a partir da realidade portuguesa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 97, 87-105.
- Mills, C. (2008). Reproduction and transformation of inequalities in schooling: The transformative potential of the theoretical constructs of Bourdieu. *British Journal of Sociology of Education*, 29(1), 79-89.
- Mu, G. M. (2020). Chinese education and Pierre Bourdieu: Power of reproduction and potential for change. *Educational Philosophy and Theory*, 52(12), 1249-1255.
- Passeron, J. C. (2008). Que reste-t-il des Héritiers et de La Reproduction (1964-1971) aujourd'hui? Questions, méthodes, concepts et réception d'une sociologie de l'éducation. *Sociological Research Online*, 12(6), 151-166.
- Petitot, A. (1982). *Production de l'École, Production de la Société*. Genebra: Droz.
- Popkewitz, T. S. (1997). The production of reason and power: Curriculum history and intellectual traditions. *Journal of Curriculum Studies*, 29(2), 131-164.
- Prats, J., & Raventós, F. (eds.) (2005). *Los Sistemas Educativos Europeos: ¿Crisis o Transformación?* Barcelona: Fundació "la Caixa".
- Reay, D. (2004). Gendering Bourdieu's concepts of capitals? Emotional capital, women and social class. *The Sociological Review*, 52(2_suppl), 57-74.
- Runciman, W. G. (2012). *The Social Animal*. London: Harper Collins Publishers.
- Sainsaulieu, R. (1972). Sur La reproduction de Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron. *Revue Française de Sociologie*, 13 (3), 399-412.
- Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 75-106.
- Sedas Nunes, A. (1968). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. *Análise Social*, 6 (22-24), 295-385.
- Sedas Nunes, A. (1970). A Universidade no sistema social português: Uma primeira abordagem. *Análise Social*, 8 (32), 646-707.
- Stahl, G., & Mu, G.M. (2022). Pierre Bourdieu: Revisiting Reproduction, Cultural Capital, and Symbolic Violence in Education. In B. A. Geier (ed.), *The Palgrave Handbook of Educational Thinkers*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Stoer, S. R. (2008). A genética cultural da "reprodução". *O Professor*, 15, 21-24.
- Touraine, A. (1984). *Le Retour de l'Acteur*. Paris: Ed. Fayard.

Vincent, G., Lahire, B., & Thin, D. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, 33, 7-47.

Willis, P. (1977). *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class Jobs?* Aldershot: Ashgate.

Young, M., & Muller, J. (2013). On the powers of powerful knowledge. *Review of Education*, 1(3), 229-250.

A Reprodução no Sistema de Ensino - Inovação, crítica e apropriação de uma obra que foi um trovão

João Teixeira Lopes

Mais de meio século volvido sobre a publicação da *Reprodução*, eis que se esgrimem, ainda, argumentos e contra-argumentos, pesquisas que perseguem as hipóteses iniciais, declinando-as em novos contextos, outras que se dedicam a prolongamentos críticos e não poucas, também, a cruas ou ardentes refutações. Teoria viva, pois, em busca da sua recepção e reformulação – *reprodução interpretativa*, abrindo itinerários sem prescindir da acumulação.

Neste texto, imbuído da paixão científica do diálogo com os autores, algo só possível porque, em múltiplas ocasiões, mobilizei as suas proposições e achados em estudos concretos, procurarei dar conta do cariz inovador das suas teses e da repercussão que tiveram no debate público científico, numa interseção *avant la lettre* entre sociologia académica e sociologia pública. Num segundo momento, seguindo sempre o fio dos meus interesses de pesquisa, identificarei algumas das objeções que foram levantadas, conduzindo o argumentário para a defesa de uma *sociologia pluriescalar* que se possa aperceber da relevância dos *percursos de contratendência* e da análise em filigrana da produção de disposições sociais, entre elas as escolares. Finalizarei com a importância de um poema e do segredo nele contido – o mesmo que abre a *Reprodução*.

Um trovão rebenta em França

Quando Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron publicaram, primeiro os *Herdeiros* e depois *A Reprodução*¹, foi como se a sociologia tivesse obtido o poder de produzir trovões, repercutindo-se no mundo social através do estrondo que (re)organiza posições, discursos e práticas conflitantes. Afinal, o impacto causado na sociedade civil revelou as potencialidades de uma sociologia pública baseada no labor da pesquisa académica. A Nobel da Literatura, Annie Ernaux, é perentória ao traduzir a epifania que sentiu ao ler pela primeira vez, nos já longínquos anos 70, aquelas duas obras:

(...) o ser que pensávamos ser já não é o mesmo, a visão que tínhamos de nós próprios e dos outros na sociedade é desfeita, o nosso lugar, os nossos gostos, nada é natural ou dado como adquirido no funcionamento das coisas aparentemente mais comuns da vida.²

Bourdieu

Ninguém parece ter ficado indiferente: os estudantes burgueses, alguns deles envoltos no “humor anti-institucional” (expressão de Bourdieu) que culminaria nas revoltas do maio de 68, julgavam-se distantes da figura desenhada nas páginas do livro, algo diletante e própria de quem não precisa de levar a sério o veredito escolar, dado dominar, à partida, os segredos do aparato linguístico e simbólico sob o qual se edifica a ação pedagógica legítima. Os colegas das classes populares, que tiveram contato com o livro em meio universitário, desconfiaram, por seu lado, das conclusões que pareciam contraditar a sua própria trajetória de recém-chegados ao ensino superior, fruto do seu suado “mérito” e “esforço”. Os professores, e os seus sindicatos, pensaram ver um dedo apontado à sua responsabilidade enquanto agentes autorizados de manutenção da ordem escolar. Os poderes instituídos, enfim, particularmente os arautos da grandeza da escola Republicana, epígonos da *égalité des chances*, protestaram contra a validade dos argumentos que revelavam a transmutação das desigualdades sociais em desigualdades escolares e, de novo, através da tradução do título no posto, numa recomposição desse sistema de distâncias e hierarquias.

¹ Além destas duas obras, Bourdieu e Passeron publicam, ainda, no mesmo ano de *Les Héritiers*, a obra *Les Étudiants et Leurs Études*, espécie de relatório de pesquisa, de cariz essencialmente descritivo, sobre uma parte dos inquiridos que serviram de base às outras duas obras maiores.

² Entrevista concedida ao *Le Monde* em 2002.

Convém não esquecer o contexto da França na transição entre a década de 60 para os anos 70. O senso comum, de uma forma geral, colava-se à ideia dos fabricantes de mitos, amplamente reverberados pelos media prometeicos que proclamavam o triunfo do esforço e do mérito, bem como os vultuosos recursos despendidos nas campanhas de democratização escolar e cultural. A própria crítica académica, com raras exceções, não foi favorável à novidade da obra.

Ora, em que consistia a notícia que impulsionou o tal trovão? O próprio Bourdieu, algo paradoxalmente, numa entrevista,³ chegou a dizer que a sociologia há muito conhecia as correlações entre origens sociais e resultados escolares. Contudo, não refere, humildemente, uma grande e inovadora contribuição destas duas obras: as razões apontadas para o acesso, o abandono e o insucesso escolares das classes populares não residem tanto no volume de recursos económicos, mas antes nas formas de relação com a cultura escolar, em grande parte devedoras de fenómenos de “inadaptação” (Sapiro, 2020) que radicam nas disposições transmitidas nos quadros familiares de socialização (onde se estrutura o *habitus* primário). Em suma, o capital cultural (conceito que Bourdieu vai desenvolvendo ao longo dos anos sessenta, substituindo a noção de “herança cultural”, menos sofisticada) implica a incorporação difusa, por vias dissimuladas, precoces e naturalizadas, de um “sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados” (Heilbron, 2020) desde a mais tenra idade no seio familiar (regredindo até “ao domínio prático da língua materna – Bourdieu e Passeron, s/data, p. 100). Daqui resulta que, mesmo com subsídios económicos ou apoios escolares (bolsas, residências, transportes gratuitos...), não se resolveria o problema da relação socialmente desigual com a cultura escolar e os seus modos de apresentar, expressar, classificar e organizar, tanto os saberes estritamente académicos, como também as mais amplas visões do mundo social.

Contra as aporias, contributos inovadores

Mas há outros contributos inovadores. Desde logo, a conceção da ação pedagógica como violência simbólica: “Toda a ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, dum arbítrio cultural” (Bourdieu e Passeron, s/data, p. 24).

³Referida em Éliard (2014).

Por outras palavras, o sistema de ensino, “monopólio da violência simbólica legítima” (Bourdieu & Passeron, s/ data, p. 25) impõe como legítimas uma série de significações cuja força reside, precisamente, na dissimulação do arbitrário dessa imposição, cuja génese social fica obliterada. A ordem social é, então, em simultâneo, um “sistema de relações de força e de sentido entre grupos ou classes” (Bourdieu & Passeron, s/ data, p. 25), relações de força que, sem como tal se assumirem ou se fazerem sentir,⁴ impõem uma ordem e um sentido do mundo que “corresponde o mais completamente, embora sempre de maneira mediata, aos interesses objetivos (materiais, simbólicos e, segundo a relação aqui considerada, pedagógicos) dos grupos ou classes dominantes” (Bourdieu & Passeron, s/ data, p. 27). Incursão que Bourdieu desenvolveria ao longo do seu percurso de estudioso de uma “Sociologia da Linguagem” (Bourdieu, 1962), capaz de identificar o poder e o aparato das situações legítimas de fala, como a do professor universitário que, “de cátedra”, concentra em si todo o esplendor da atenção, impressionando, corrigindo e sancionando os estudantes cujo défice de capital linguístico os afasta da condição de receptores legítimos e autorizados.

Articula-se, pois, de uma só mão, o que na relação social se encontra indissociavelmente ligado. Como insistir na separação entre o plano material e o simbólico, quando o poder se transmite numa relação de comunicação, mobilizando as palavras, as posturas, o tom, o toque, o ritmo, o timbre, a situação de copresença, como utensílios que exprimem e reforçam maneiras de ser, pensar, sentir e agir acopladas aos interesses e à mundividência das classes dominantes. Nem só Marx, nem só Weber: contra o primeiro, lembra que o processo de acumulação não é apenas económico, identificando as relações de força como relações de sentido; contra o segundo, acentua as lutas e as divisões no espaço social como impulso motriz das relações sociais, na clara separação dominantes/dominados.

Por outro lado, percebe-se como é importante articular escalas de observação. Uma insistência nos percursos biográficos sem relação com os limites, os interesses e as paradas do “jogo” escolar seria certamente infecunda, tanto quanto a centralidade exclusiva da análise da interação seletiva na sala de aula que não reverbere a ação pedagógica como legitimação dissimulada da cultura dominante.

Finalmente, gostaria de insistir num terceiro traço de inovação que supera a antítese, tantas e tantas vezes reificada, entre *interior* e *exterior*, *objetivo* e

⁴ Escrevem Bourdieu e Passeron que tais relações de força simbólicas perpetuam o poder através “do desconhecimento da verdade objetiva dessas relações como relações de força” (Bourdieu & Passeron, s/ data, p. 24).

subjetivo. Refiro-me à autoeliminação das classes populares que, de forma mais prática ou reflexiva, adequam as suas trajetórias ao que consideram ser um “destino provável”, isto é, compaginável com a percepção da distância que separa o seu capital linguístico e cultural das exigências de cursos, fileiras e instituições, uns mais “nobilizados” do que outros de acordo com critérios de carisma, seleção e distinção social ou de rentabilidade na conversão entre o título escolar e o posto no mercado de trabalho. Trata-se, pois, de uma espécie de interiorização dos limites da realidade social tal como se impõem aos seus agentes mais desfavorecidos – “as regularidades objetivas interiorizam-se sob forma de esperanças subjetivas e estas exprimem-se nas condutas objetivas que contribuem para a realização das probabilidades objetivas” (Bourdieu & Passeron, s/ data, pp. 210-211). Não se pense que os autores caem na tentação de um fraseado retórico e tautológico: é mesmo a dialética entre estruturas e práticas que está no cerne da reprodução social. A reprodução não é mesmidade, implica a recomposição dentro dos limites estruturais de uma relação entre aparentes opostos.

Prolongamentos críticos

Uma obra viva é aquela que suscita apropriações, polémicas e prolongamentos. *Com, contra e além*, gera interpretações, sobreinterpretações e infidelidades. Espreita novos caminhos e desafia o conforto dos paradigmas instalados. Procura uma herança, sem nunca definir herdeiros legítimos.

Várias têm sido as críticas à *Reprodução*. Sinal, pois, da sua potência heurística. Elencarei aqui algumas das que me parecem mais relevantes. Uma delas lamenta o cariz de *grande* teoria, particularmente presente nas proposições que são desenvolvidas em escólios particularmente concentrados e intensos, do ponto de vista da sua interpretação. Teses demasiado generalistas ou mesmo a-históricas, centradas na realidade francesa dos anos 70, podem ter uma validade limitada e exigem, certamente, um esforço de atualização e tradução espaço-temporal, centrado na análise empírica de processos e situações concretas (Duru-Bellat & Van Zanten, 2002). O próprio Jean-Claude Passeron viria a considerar a *Reprodução* como um modelo que permite pensar contextual e historicamente vários desvios, assumindo a prudência de um raciocínio sociológico que renuncia a uma linguagem universal, transhistórica e transcontextual (Passeron, 2011). Para o parceiro de Bourdieu, a razão sociológica é moldada pela exigência da

coexistência de paradigmas incomensuráveis que, do ponto de vista de cada um, selecionam certos aspetos da realidade em apreço, obscurecendo os demais e dificultando a lógica da acumulação de saber. Passeron abre, assim, a necessidade de um exercício comparativo entre casos, contextos e escalas de observação, em detrimento da ambição neodurkheimiana, presente em Bourdieu, da construção de um sistema teórico vasto, coerente e integrado.

Tem-se vindo a questionar, por exemplo, a tese geral do monopólio da violência simbólica legítima por parte da escola (que Bourdieu adicionará, mais tarde, aos desígnios do próprio Estado, ele sim, detentor desse exclusivo). Olivier Donnat, dedicado estudioso das práticas culturais dos franceses, chama a atenção para alterações substanciais na articulação família-escola, ameaçada pela concorrência das instâncias mediático-publicitárias, das novas tecnologias e da própria irrupção das culturas juvenis, onde as sociabilidades impõem concorrentes formas de legitimidade cultural. Segundo o autor, estas novas variáveis implicam pensar a complexidade da relação entre posições e práticas sociais, abrindo espaço a comportamentos outrora tidos como atípicos ou improváveis. Mais do que isso, seria a própria cultura cultivada, base da legitimidade escolar, a ser diversificada por géneros, linguagens e preferências híbridas (Donnat, 2003), fenómeno de fragmentação que a hipercomunicação em rede dos nossos dias certamente acentuou. De outra banda, a recepção cultural, enquanto conjunto de *modos de relação mais ou menos ativos com o saber e a cultura*, abre a possibilidade do princípio do “não-reconhecimento” das normas da cultura legítima por grupos que dela se distanciam, que não praticam a crença no seu universo simbólico e que, amiúde, fabricam “uma energia simbólica positiva” que procura a afirmação de outras referências (Passeron, 2011).

Essa constatação de que a cultura “legítima” não se afigura tão coerente e homogênea quanto Bourdieu e Passeron assinalaram (Sebastião, 2009), caminha a par da verificação de novos usos da escola por parte das classes dominantes: estratégicos, seletivos e até distanciados de conteúdos escolares “clássicos” que julgam pouco rentáveis e ultrapassados face à recomposição das suas aspirações e orientações normativas, também elas perpassadas pela internacionalização, pela crença no valor inestimável da “informação” e da tecnologia, em detrimento dos conteúdos clássicos da “Grande Cultura” e das fontes tradicionais de legitimação (Louçã, Lopes & Costa, 2014).

Convém não esquecer, aliás, a própria diversidade das configurações familiares (Lahire, 2004) onde entram influências múltiplas e frequentemente contraditórias (as famílias são cada vez mais diferenciadas internamente, com balanços de poder transformados por novas relações sociais de género).

Enquanto teia de relações sociais justapostas, reticulares e interdependentes; abrem-se em configuração aberta de dependências e reciprocidades onde se insinuem lógicas e princípios de socialização plurais, nomeadamente a dos outros significativos com quem as crianças contactam no seio da família alargada, da vizinhança e das instituições que frequentam desde tenra idade.

Há quem acrescente a autonomia das configurações do mercado de trabalho na relação entre *título* e *posto*, particularmente após o triunfo da “revolução conservadora”, imagem que Bourdieu utiliza para dar conta do advento do neoliberalismo. Referem-se, em particular, à instauração de um nível alto de desemprego estrutural; um aumento considerável no tempo de inserção dos novos diplomados; à proliferação, contra a vontade dos sujeitos (Merle, 2012), de estatutos precários, intermitentes e a tempo parcial, falsamente autónomos, como acontece, em Portugal, com os falsos recibos verdes. Por outro lado, da banda do próprio sistema de ensino, importaria ter em conta algo que Bourdieu e Passeron menosprezaram, isto é, as “capacidades produtoras da escola” (Duru-Bellat & Van Zanten, 2002, p. 78). Em vários países, incluindo Portugal (Seabra *et al.*, 2014), conseguiu-se provar, ainda que com impactos diferenciados, a capacidade da escola encontrar novas formas organizativas, pontos de confluência com a educação informal e permanente, parcerias e cumplicidades com organizações que partilham o mesmo território educativo, laboratórios de experimentação e inovação pedagógica, intervenções interdisciplinares, equipamentos reinventados (como as bibliotecas escolares). Em suma: abriram-se as portas para considerar as possibilidades de um certo *efeito-escola* e/ou *efeito-professor*, jogando, *contra mundi*, nos interstícios dos constrangimentos escolares.

Poderia, ainda, referir a necessidade de ter em conta os universos juvenis e estudantis na sua diversidade de *modos de usar e fazer a escola* (Lopes, 1996), *modos de agência*, uns mais próximos dos ditames da autoridade, outros claramente contra-hegemónicos, outros, ainda, no limbo de uma adesão negociada e distanciada (Abrantes, 2003), em qualquer conta resgatando a experiência juvenil e estudantil (Dubet, 1991) como variável sociológica significativa.

Impor-se-ia, finalmente, referir as pesquisas em que participei e que constituem prolongamentos críticos de várias das perspetivas de Bourdieu e Passeron sobre a escola. Foi-me possível perceber, trilhando esses caminhos, da relevância sociológica de percursos contratendências, que desafiam a lógica reprodutora.

Tais trabalhos utilizaram, na senda de Bernard Lahire (2002), retratos sociológicos (Lopes, 2023; Lopes et al, 2018; Lopes et al, 2016; Lopes, 2014; Lopes, 2012; Amândio, Abrantes & Lopes, 2016), procurando articular as dimensões

estruturais que estão na base da constituição de disposições sociais (formas mais ou menos recorrentes, duráveis e organizadas de percepção do mundo e de mobilização de práticas – sentir, agir, pensar, dizer – que resultam da exposição ao fluxo da socialização) com a tentativa de resgatar a singularidade (Daniel Bertaux chama-lhe a “diferencialidade” – 2020, Ferrarroti uma “síntese ativa de um sistema social” – 1981) de cada agente. Por outras palavras, parti da hipótese de que cada indivíduo é socialmente produzido, mas *acrescenta mundo ao mundo em que habita*, inscrevendo ativamente as suas trajetórias em contextos históricos que o condicionam sem o transformar numa marioneta desprovida de vontade ou de projeto, ainda que muitas vezes não possua os recursos suficientes para os concretizar (amiúde os constrangimentos sociais e os processos de dominação simbólica não são desconhecidos, simplesmente não se possuem suficientes para uma ação transformadora).

Assim, foi possível concluir pela existência um grupo nada negligenciável de percursos de contratendência (estudantes de origens privilegiadas com insucesso escolar e estudantes de origens modestas com sucesso escolar), o que levou a enfatizar não só as origens sociais, mas também:

- 1) as relações ativas que os agentes sociais travam com as condições estruturais de existência (resistindo-lhes, adaptando-as, “traduzindo-as”, modificando-as);
- 2) e a variedade dos contextos de socialização (família, redes de sociabilidade, escola, associações; media, etc.), autênticos mundos sociais que pluralizam as disposições e as orientações para a ação.

Ao fazer um *zoom*, quase etnográfico, sobre narrativas de jovens mulheres com elevado sucesso académico, apesar de provenientes das classes populares (Lopes, 2023), percebi as *nuances* entre reprodução, desigualdades multidimensionais e espaços liminares de afirmação e mobilidade. Assinaiei que a entrada no ensino superior se faz numa justaposição de transições: da adolescência para a vida adulta (embora prolongando a condição juvenil e a dependência face aos pais); de meios rurais, em alguns casos, para a grande cidade, onde as estudantes vivem pela primeira vez em casa própria; de relações afetivas e sexuais intermitentes para uma situação de conjugalidade informal; da escolaridade obrigatória para o ensino superior.

Aqui chegadas, deparam-se com um mundo da vida estranho, repleto de novos símbolos, de inusitados quadros de interação, de sociabilidades inter-

classistas, de reportórios culturais e linguísticos distanciados dos seus capitais de origem. Sentem-se, muitas delas, em situação liminar, nas garras de um atravessamento ou passagem, que as obriga a questionar uma boa parte do conhecimento tácito dado por adquirido, confrontando-as com a novidade e a dificuldade de decifração e de instalação nessa novidade. Sentimentos de exclusão e de vergonha cultural coexistem com situações objetivas de dificuldade acadêmica. Estão, pois, entre dois mundos, sentindo-se, amiúde, sem chão, sem mundo algum, pois longe já da origem e ainda não no provisório destino. Contudo, a força de um percurso centrado na escolarização e nas promessas de mobilidade social que esta acalenta, a par de um certo reforço mútuo das influências socializadoras (família, professores, amigos...) em torno das vantagens da prossecução de estudos, conseguem ativar as disposições de esforço, método e autonomia forjadas ao longo do caminho, logrando uma notável integração acadêmica e social no universo universitário.

A escala de observação individual permite, então, uma análise em filigrana da vida das disposições, dos seus contextos de formação, ativação, adormecimento ou inibição, exercitando o que apelidei de *sociologia rente ao chão*, atenta às mudanças efetivas nos modos de viver, de se relacionar e de entender(se) (n) o mundo.

E, contudo... o pêndulo oscila

À grande escala, a reprodução renova-se nos seus termos e conteúdos, mas mantém acesa a sua chama excludente. Desde logo, a partir do que Bourdieu e Passeron apelidaram de “eliminação em diferido”, adocicada porque remetida para o final do percurso escolar, garantindo a ilusão de uma entrada franca nos patamares iniciais do ensino superior. Ou, então, dissimulada em hierarquias de cursos e fileiras, não raras vezes “profissionalizantes” e impostas precocemente em sistemas de ensino dualizados.

Trata-se de uma arte de fazer durar, de alimentar a indeterminação e a suspensão que a escolaridade proporciona aos setores juvenis menos favorecidos, como uma espécie de parenteses entre a infância e as más perspectivas profissionais. Ora, esta espécie de má-fé ou *bluff* em que, não raras vezes, a instituição, as famílias e os estudantes se envolvem, alimenta-se do efeito de translação das estruturas sociais e das diferenças entre as posições sociais (tudo muda para tudo se manter na mesma). Por isso, em termos globais pode-se

aventar a hipótese de se conservar a “estrutura da distribuição diferencial dos proveitos escolares e dos proveitos sociais correlativos” (Bourdieu & Champagne, 1993, p. 916), gerando uma multidão de “excluídos do interior” que, apesar de prosseguirem circuitos escolares longos, desembocam em inserções profissionais que desmerecem o título, mostrando o simulacro do título. Insinua-se, então, um efeito de desvalorização dos diplomas em consequência da multiplicação dos seus detentores.

Mas aqui, uma vez mais, importa comparar casos, contextos, períodos e formações sociais. Em Portugal, nas décadas que se seguiram ao 25 de Abril, golpe de Estado transformado em revolução popular, desencatilharam-se dinâmicas sociais profundas que, embora contraditórias e desiguais, permitem defender a hipótese de uma mobilidade real, com encurtamento de distâncias relativas entre as classes sociais, tendo aí a escolarização desempenhado um papel fundamental (Costa, Machado & Almeida, 2007; Ramos, 2013), juntamente com a urbanização, a feminização da população ativa e a terciarização da economia.

Ao invés, em favor da tese da reprodução podem ainda mobilizar-se as avaliações sobre a chamada *Educação Compensatória*, plasmada em Portugal no programa dos *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária* (segundo o conhecido lema: “Dar mais a quem tem menos”). Na verdade, parece existir um certo consenso sobre os efeitos contidos, de redução de danos, deste projeto reformista. Exibindo resultados positivos numa certa domesticação das “violências escolares” e na redução do abandono e do absentismo escolares, centrando-se, tantas vezes, no tratamento de casos singulares e numa certa “psicologização das respostas”, não existem, todavia, evidências de qualquer alteração substancial nas trajetórias escolares e na redução das desigualdades sociais (Lopes, 2011), nem tampouco no tão proclamado “efeito território”. Como refere a socióloga Benedita Melo (2023, p. 4):

O Programa espelha os ideais sociais da modernidade sem pôr em causa as estruturas em assentam os pilares da sua constituição: o funcionamento do Estado e do Mercado. É, portanto, um Programa fundamental para alimentar a crença social de que se continua a procurar melhorar a sociedade sem se intervir verdadeiramente nos processos que formam as desigualdades sociais.

Não poderia ainda esquecer, em correspondência às asserções de *A Reprodução*, o aumento da segregação escolar. Tal fenómeno ocorre por duas vias:

de um lado, os diplomas, como de resto Bourdieu e Champagne defenderam, ou se desvalorizam ou assumem uma lógica cada vez mais diferenciadora (em proveito de certas fileiras de formação, das melhores faculdades, de cursos como a medicina ou certas engenharias, com elevadíssimo *numerus clausus*, etc.). Por outras palavras, *apenas o diploma* deixou de ser suficiente para uma conversão proveitosa no mercado de trabalho (Merle, 2012). Neste afã, exige-se cada vez mais distinção no percurso académico, amiúde recheado de formações complementares.

De outro lado, a novilíngua das agências internacionais, sob pressão das forças da globalização hegemónica e do *new public management*, induz frenéticas lógicas concorrenciais entre os estabelecimentos de ensino, inclusive na rede pública. “Economia do conhecimento”, “formação ao longo da vida”, “capacitação”, “aquisição de competências”, “empregabilidade”, entre outras formações discursivas, impelem constantemente a uma reflexividade impregnada de cristalizações ideológicas – de pais (Melo, 2009), estudantes, escolas, decisores políticos, burocracias, empregadores – assente na classificação, comparação e hierarquização (*rankings*) de desempenhos (“*performances*”) que excitam a “emulação competitiva” (Zanten, 2004, p. 64).

Um poema, um segredo (nada secreto)

Enunciei, em páginas anteriores, uma das críticas apontadas à *Reprodução*: a de inspirar-se em preceitos fatalistas, que teriam por base uma profunda desconfiança, quando não mesmo niilismo, face às possibilidades da mudança social. Nada mais falso, no meu modesto parecer.

Claro está que Bourdieu, em particular, exprimiu ao longo do seu percurso um pessimismo metódico face a acontecimentos espetaculares e epifânicos de ruptura. É certo, ainda, que se preocupou sempre em desnaturalizar essências e em desiludir ideias feitas. Essa “missão” acentuou-se na última década da sua vida, perante a cavalgada da revolução conservadora, esse “colossal efeito de encobrimento ideológico – na verdade autêntica denegação da realidade – do discurso dito neoliberal” (Pinto, 2009, p. 14).

Contudo, não se coibiu de coordenar um grupo que elaborou um conjunto de propostas reformistas, ainda hoje muitíssimo pertinentes, sobre o futuro do ensino (Bourdieu, 1986), que prolonga muitas das preocupações de *A Reprodução*,

dando-lhes uma resposta propositiva, fortemente defensora da equivalência em dignidade das inteligências, saberes e culturas.

Toda a sua obra, eis o ponto a que gostaria de chegar, articula-se entre duas disposições totalmente complementares: “prazer de desiludir” os poderes dominantes e o desejo de ser “cúmplice da utopia” (Bourdieu, 1978). Um combate sem tréguas a mitos e a “imperativos políticos que se apresentam “como outros tantos destinos históricos inelutáveis” (Bourdieu e Wacquant, 2023, p. 37).

Se dúvidas houvesse, teríamos de reler o poema de Robert Desnos que abre *A Reprodução* e que todos os anos leio aos meus estudantes do primeiro ano de sociologia:

*O Capitão Jonathan
Estando com a idade de dezoito anos,
Captura, em certo dia, um pelicano
Numa ilha do Extremo Oriente
O pelicano de Jonathan,
De manhã, põe um ovo inteiramente branco,
E daí sai um pelicano
Espantosamente parecido com ele
E esse segundo pelicano,
Por sua vez, põe um ovo inteiramente branco,
De onde sai, inevitavelmente,
Um outro que faz o mesmo.
Isso pode persistir por muito tempo
Se antes não fizermos uma omelete.*

Seria a sociologia, então, nos seus termos, no seu ofício, na sua autonomia, uma maneira de fazer omeletes (sem ovos).

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2003). *Os sentidos da Escola: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta.
- Abrantes, P. (2011). "Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português", *Análise Social*, XLVI (199), 261-281.
- Abrantes, P. (2011). "Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português", *Análise Social*, XLVI (199), 261-281.
- Amândio, S. L.; Abrantes, P.; Lopes, J. T. (2016). *A Vida entre Nós: Sociologia em carne viva*. Porto: Deriva.
- Bertaux, D. (2020). *As Narrativas de Vida*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Bourdieu, P. (1978). "Ce que parler veut dire", *Le français Aujourd'hui*, n.º 14.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que Parler Veut Dire : L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Bourdieu, P. (1986). "Proposições para o ensino do futuro", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 67, 152-169.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção - Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P., & Champagne, P. (1993). Les exclus de l'intérieur. In P. Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde* (pp. 913-923). Paris: Seuil.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2023). *Convite à Sociologia Reflexiva*. Porto : U. Porto Press.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les Étudiants et Leurs Études*. Paris: Walter de Gruyter GmbH.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (S/data). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa : Vega.
- Convert, B. (2020). Étudiants. In Sapiro, G. [Dir.], *Dictionnaire International Bourdieu* (pp. 332-333). Paris: CNRS Éditions.
- Costa, A. F. da, Lopes, J. T., & Caetano, A. (orgs.) (2014). *Percursos de Estudantes no Ensino Superior. Fatores e processos de sucesso e de insucesso*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Costa, A. F. da, Machado, F. L., & Almeida, J. F. de (2007). Classes sociais e percursos educativos: uma análise transnacional. In A. F. da Costa, F. L. Machado, & P. Ávila (Org.), *Portugal no Contexto Europeu - Sociedade e Conhecimento*. Oeiras: Celta.
- Donnat, O. [Dir.] (2003). *Regards Croisés sur les Pratiques Culturelles*. Paris: La Documentation Française.
- Dubet, F. (1991). *Les Lycéens*. Paris: Éditions du Seuil.
- Duru-Bellat, M., & Van-Zanten, A. (2002). *Sociologie de L'École*. Paris: Armand Collin.
- Éliard, M. (2014). *Bourdieu: Ou l'Héritage Républicain Récusé*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi.
- Ferrarroti, F. (1981). "On the autonomy of the Biographical Method". In D. Bertaux (ed.), *Biography and Society. The Life History Approach in the Social Sciences* (pp. 19-28). Londres: SAGE.
- Heilbron, J. (2020). Capital culturel. In G. Sapiro [Dir.], *Dictionnaire International Bourdieu* (pp. 107-109). Paris: CNRS Éditions.
- Lahire, B. (2001). *L'Homme Pluriel. Les ressorts de l'action*. Paris: Nathan.

- Lahire, B. (2004). *Sucesso Escolar nos Meios Populares. As Razões do Improvável*. São Paulo: Ática.
- Lahire, B. (2012). *Le Monde Pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Seuil.
- Lopes, J. T. (2023). *Elas. Percursos "inesperados" de jovens mulheres das classes populares* Lisboa: Tinta da China.
- Lopes, J. T. (1996). *Tristes Escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Afrontamento.
- Lopes, J. T. (2016). "A universidade e os seus estudantes. Um olhar de dentro.", *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 81.
- Lopes, João Teixeira [Org.] (2011). *Escolas Singulares. Estudos locais comparativos*. Porto: Afrontamento.
- Lopes, J. T., Boia, P. dos S., Veloso, A. L., & Caldas, M. (2018). A orquestra e a vida: percursos juvenis na Orquestra Geração, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 86, 91-108.
- Lopes, J. T., Louçã, F., & Ferro, L. (2016). *As Classes Populares. A Produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- Louçã, F., Lopes, J. T., & Costa, J. (2014). *Os Burgueses. Quem são, como vivem, como mandam*. Lisboa: Bertrand.
- Merle, P. (2012). *La Ségrégation Scolaire*. Paris: La Découverte.
- Passeron, J.-C. (2011). *El Razonamiento Sociológico. El espacio comparativo de las pruebas históricas*. Madrid: Siglo XXI.
- Pinto, J. M. (2009). Prefácio. In B. Portugal e Melo, *Os Professores do Ensino Secundário e os Rankings Escolares. Reflexos da reflexividade mediatizada* (pp. 11-17). Porto: Fundação Manuel Leão.
- Portugal e Melo, B. (2023). TEIP: uma via para a inclusão e igualdade de oportunidades?, *Jornal de Letras*, de 26 de julho, 3-4.
- Portugal e Melo, B. (2009). *Os Professores do Ensino Secundário e os Rankings Escolares. Reflexos da reflexividade mediatizada*. Porto: Fundação Manuel Leão.
- Portugal e Melo, B., & Lopes, J. T. (2021). Metamorfoses de A Reprodução: um olhar atualizado a partir da realidade portuguesa, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 97, 87-105.
- Ramos, V. (2013). Mobilidade social em Portugal. In R. Carmo (Org.), *Portugal, uma Sociedade de Classes* (pp. 49-61). Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique.
- Sapiro, G. [Dir.], (2020), *Dictionnaire International Bourdieu*. Paris: CNRS Éditions.
- Seabra, T. (coord.), Vieira, M. M., Ávila, P., Castro, L., Baptista, I., & Mateus, S. (2014). *Escolas Que Fazem Melhor. O Sucesso Escolar dos Alunos Descendentes de Imigrantes na Escola Básica*, relatório final. Lisboa: CIES-IUL.
- Sebastião, J. (2009). *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zanten, A. V. (2004). *Les Politiques d'éducation*. Paris: Presses Universitaires de France.

*Esquisse d'une théorie
de la pratique, précédé
de trois études d'ethnologie
kabyle. De Pierre Bourdieu.*
Genève/Paris, Droz, 1972

A presente obra também se encontra disponível em português,
sob o título *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos
de etnologia cabila*, publicada pela Celta Editora, em 2001,
com tradução de Miguel Serras Pereira.

Sessão realizada a 25 de maio de 2022, na Casa dos Livros,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com intervenções
de José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira.

A sessão contou com a moderação de Helena Vilaça.

Sobre Pierre Bourdieu. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle* (1972), Genebra/Paris, Droz

José Madureira Pinto

1. Como se depreenderá da leitura do mapa anexo a este livro¹, onde, a par dos principais marcos biográficos da primeira parte da carreira de Pierre Bourdieu, são identificados os mais relevantes trabalhos de sua autoria publicados nesse período, o livro que aqui se comenta – *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle* (Bourdieu, 1972) – foi dado à estampa:

a) cerca de uma década depois da edição dos primeiros estudos dedicados pelo autor à análise etno-sociológica da sociedade argelina;

b) um par de anos após a publicação de *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement* (Bourdieu, Passeron, 1970), obra na qual, em colaboração com Jean-Claude Passeron, Pierre Bourdieu aborda, em termos surpreendentemente inovadores, os processos de reprodução socio-simbólica e de confirmação classista que, ainda que de modo implícito, acompanham a extensão da escolarização nas sociedades contemporâneas;

¹ Elaborado com base nas “*Repères bio-bibliographiques*” incluídas em Pinto, Sapiro e Champagne (2004) e *Pierre Bourdieu, une bibliographie* de Delsaut e Rivière (2022).

c) quatro anos após a publicação de *Le métier de sociologue* (Bourdieu, Passeron, Chamboredon, 1968), primeiro grande e disruptivo manifesto, elaborado em colaboração com o mesmo Jean-Claude Passeron e ainda com Jean-Claude Chamboredon, no qual Pierre Bourdieu aborda criticamente alguns dos quadros epistemológicos convencionais das Ciências Sociais.

2. Em *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Pierre Bourdieu propõe, a pretexto da análise de alguns mecanismos simbólico-ideológicos mobilizados nos processos de transformação econômica e social em curso na Argélia nos anos de guerra e de transição revolucionária para a independência, não apenas um conjunto de conceitos teóricos inovadores que serão retomados e aprofundados ao longo de toda a sua obra no quadro de progressiva construção de uma *teoria da prática*, como ainda uma formulação *meta-teórica* acerca dos modos de conhecimento ao alcance das Ciências Sociais cuja explicitação e análise comparativa valia a pena, segundo o sociólogo francês, especificar.

No texto de Virgílio Borges Pereira sobre o *Esquisse* incluído neste volume são identificadas as principais referências e balizas de inspiração filosófica que, no percurso acadêmico de Pierre Bourdieu, terão contribuído para fundamentar e estruturar a proposta epistemologicamente revolucionária trazida pelo livro.

Tentando agora sistematizar as linhas gerais desta última, dir-se-á que ela se baseia na distinção entre o que o autor considera serem três grandes "*modos de conhecimento*" acionáveis na área disciplinar sob escrutínio:

a) O **Modo de Conhecimento Fenomenológico (MCF)**, o qual pressupõe uma crença na capacidade espontânea dos indivíduos/atores sociais para decifram as condições da sua existência, avaliarem adequadamente as situações com que se confrontam e traçarem com autonomia o seu próprio destino.

Aderir acriticamente a semelhante crença conduzirá a aceitar o senso comum e os saberes correspondentes como constituindo a forma de conhecimento sobre a realidade social mais genuína e fiável – o que equivale a "ceder" ao "obstáculo" empirista, tal como, *grosso modo*, surge caracterizado no quadro da concepção epistemológica bachelardiana.

b) O **Modo de Conhecimento Objetivista (MCO)**, o qual, assumindo a exigência de *rutura* com o saber espontâneo dos atores e as “falsas evidências de senso comum” que lhe estão associadas, promove a *construção* de uma rede de conceitos e relações conceptuais com coerência teórica e adequação empírica asseguradas, na convicção de que só através dela (e dos instrumentos por ela sugeridos) será possível dar conta das determinações (“objetivas”) das práticas dos agentes.

Trata-se de afirmar, desse modo, o primado, no plano epistemológico, da teoria em relação aos “dados” da experiência, considerando que a problematização (teoricamente fundamentada, presume-se) sobre o real determina o modo como este é empiricamente apropriado (o “vetor do conhecimento”, diz-se na perspectiva bachelardiana globalmente subscrita por Pierre Bourdieu no *Métier de Sociologue*, vai do racional para o real).

c) O **Modo de Conhecimento Praxeológico (MCP)**, o qual, adotando, em nome do necessário combate contra as ilusões e crenças espontâneas do senso comum, a exigência de objetivação teórico-conceptual assumida pelo MCO, faz, no entanto, questão de identificar os “efeitos perversos” que a este tendem a associar-se, enunciando, por outro lado, os termos em que poderá consumir-se uma segunda *rutura* epistemológica capaz de os superar. Recusando contribuir para converter objetos e regularidades codificadas na e pela teoria em regularidades *realmente* “observadas” (no sentido de “aplicadas” ou “cumpridas”), trata-se, nesta perspectiva, de recusar que se tomem como lógicas práticas comumente assumidas pelos agentes sociais o que, afinal, mais não são do que lógicas (abstratas) construídas *no plano do conhecimento* para delas dar conta – uma precaução que, no entanto, não deve implicar que se prescindia de levar a sério e consumir plenamente “a primeira *rutura*” (com o MPF).

Trata-se, neste terceiro modo de conhecimento, de, resistindo a regressar ao espontaneísmo eventualmente gratificante, mas falacioso, da mera colagem aos saberes

convencionais alegadamente acionados pelos agentes na sua prática corrente (e como tal por eles expressamente declarados), procurar superar também o formalismo e a tentação escolástica que, por inércia intelectual ou em razão de estratégias de distinção e de acumulação de poder simbólico nos espaços socioinstitucionais de produção de saber envolvidos, podem ser induzidos, na prática científica, pelo modo de conhecimento objetivista.

3. Para alguém, como o autor destas linhas, que estava a entrar em contacto com o *Métier de Sociologue* e o *Esquisse* no decurso de um processo de aprendizagem que ambicionava promover uma conversão acelerada da sua formação académica de base em Economia e Gestão na aquisição, tanto quanto possível estruturada, das ferramentas fundamentais do ofício de sociólogo, a leitura destas duas obras teve o efeito de uma espécie de bomba de fragmentação epistemológica (e, até certo ponto, existencial).

Assim, por exemplo, uma questão como: *“Em que consiste o valor de um bem?”*, à qual, na história da Ciências Económicas, foi correspondendo um vasto e, em muitos aspetos, assaz elaborado conjunto de respostas depressa arrumadas na gaveta de certezas indiscutidas com que qualquer formação académica convencional tende a municiar os seus aprendizes, tornava-se, à luz da leitura dos dois livros acima referidos, um enigma envolto em interrogações e dúvidas tão insuspeitadas como incómodas. Perante o heterodoxo guião epistemológico que assim se entreabria, como não submeter as “certezas” a respeito do “valor de um bem” a um questionamento sistemático estruturado em novos moldes?

Sabe-se que, desde as mais abstratas discussões teóricas em torno do Valor que emergiram nos grandes momentos do desenvolvimento da Economia (por exemplo, as que opuseram as “Teorias do Valor-Trabalho” às “Teorias do Valor-Utilidade”, ponderando em particular, quanto a estas, as potencialidades explicativas da “Utilidade Marginal” de um Bem), até às mais sofisticadas fórmulas de cálculo contabilístico do custo dos fatores de produção (especificando os problemas de imputação dos custos em “Mão-de-Obra”, “Matérias Primas e Subsidiárias” e “Encargos Gerais de Fabrico” às unidades produzidas tendo em vista, nomeadamente, a fixação de preços e o controlo racional das decisões empresariais), passando ainda, em plano relativamente distinto, pela análise da formação dos preços dos bens através do mercado (em condições de “Concorrência Perfeita”, “Monopólio”, “Oligopólio”, “Concorrência

Monopolista"...)) – sabe-se, dizíamos, que, em todas estas vertentes de análise, a história do pensamento económico está recheada de referências aos fundamentos do “Valor dos Bens”.

E também é sabido, por outro lado, que nenhum aprendiz de Economia desconhece em absoluto o importante papel que as categorias analíticas destinadas a objetivar esse valor adquiriu nas construções eruditas (mais ou menos abstratas) da disciplina às quais se presume todos deverem aceder ao longo do processo de aprendizagem.

O que já não é seguro – e para mim deixou definitivamente de o ser, após a leitura do *Métier* – é que a generalidade dos praticantes da Economia tenha sistematicamente presente, no momento em que concretiza o seu trabalho, o essencial do processo de construção intelectual subjacente às categorias analíticas utilizadas e o modo específico como numa pesquisa concreta estas devem ser atualizadas. Ora, é a elisão reiterada desse processo de construção que conduz com grande frequência a tomar pelo seu valor facial, isto é, sem consciência dos respetivos fundamentos intelectuais, os nomes e categorias que povoam os seus discursos.

Nessas circunstâncias, tais nomes e categorias tendem a tornar-se (e a tomar-se como) coisas em si, enquanto a ordem verbal que os sustenta se vai transmutando paralelamente, entre os aprendizes da disciplina, na ordem que realmente as (deve) sustenta(r). Daí, aliás, poder afirmar-se, sem demagogia, que acaba por ser sempre político (e não meramente intelectual) tanto o trabalho de produção como o de desvendamento epistemológico e de distanciamento crítico-linguístico a que se submetem os instrumentos e procedimentos mobilizados pelas ciências – mesmo que (ou sobretudo quando), como é particularmente frequente em Economia, seja em torno de um conjunto de “dados” com aparência irrepreensível (tanto mais irrepreensível, aliás, quanto mais tenham eles sido tocados pela magia da quantificação) que esses instrumentos e procedimentos são balizados e mobilizados.

Dito e ponderado tudo isto, há uma outra questão epistemológica de fundo – essa só ao alcance do modo de conhecimento praxeológico – que, segundo Pierre Bourdieu, os cientistas sociais, em geral, e os analistas das práticas económicas, em particular, não devem omitir. Que é esta: nas interações em que se desdobra a vida económica concreta, o valor atribuído a um bem (e o preço que se considera “razoável” ele vir a alcançar num contexto de troca) depende do modo como a obtenção, o intercâmbio e o uso desse bem se inserem no conjunto de práticas, disposições e expectativas constitutivo de um *ethos* partilhado pelos agentes sociais envolvidos, no qual

se incluem estratégias incorporadas (mais tácitas do que intencionais, mas, ainda assim, eficazes) de preservação, reprodução e acumulação de capital económico e de capital simbólico.

São estas categorias do senso prático – e não as categorias pensadas pelos economistas com o intuito de objetivar, eventualmente sob forma hiperformalizada, “a economia” – que os atores sociais mobilizam realmente na “vida económica” concreta. Ignorá-las enquanto elemento *constitutivo* da realidade constitui uma inaceitável omissão epistemológica – e contra isso se insurgem o *Esquisse*, bem como, depois dele, a tantos outros propósitos, todas as obras de Pierre Bourdieu.

4. A leitura dos dois livros a que aludimos nos números anteriores teve também como consequência, no plano pessoal, uma vontade de rever noções estabelecidas e aceites sobre um objeto que, sendo relativamente estranho ao universo de referentes privilegiado pelo ensino/aprendizagem da Economia, acaba por se tornar particularmente familiar junto de todos aqueles que, como era o meu caso, tenham acumulado tantas centenas de horas (de facto, tantos anos “letivos”) em contacto com processos de transmissão/aquisição formal de conhecimentos. Refiro-me ao “objeto” *sala de aula*.

Afinal em que consiste “assistir a uma aula”?, interrogava-se o aprendiz de sociólogo antes disciplinadamente formado em Economia com a ansiedade que, entretanto, lhe trouxera a sucessiva e inquietante descoberta dos universos que, no mundo social, pairam para além (ou em vez?) das aparências. Assistir a uma aula não será tão simplesmente, como resulta de modo espontâneo para a generalidade dos indivíduos que nela participam, “seguir” o que diz o professor, interagindo eventualmente com ele e com os restantes indivíduos presentes neste peculiar quadro interacional de acordo com interesses, vontade e intenções *próprias*?

Na verdade, a reflexividade espontaneamente associada à intensa familiarização com o espaço e as vivências da sala de aula, cruzada, de forma dispersa e muito lacunar, com algum conhecimento sociologicamente fundado sobre o assunto, conduzia o economista em trânsito para a Sociologia a questionar, ainda que de forma elementar, essa visão sobre a sala de aula.

Difícilmente deixará de se pressentir, com efeito, inclusive na perspetiva ingenuamente funcionalista da sociologia espontânea sobre o sistema de ensino inerente a essa familiarização, que a comunicação nos espaços de sociabilidade específica que são as aulas se organiza sempre em torno de saberes, competências discursivas e valores correlacionáveis com estádios particulares

da divisão de trabalho (*função económica*) e com as correspondentes exigências de unidade e coesão moral do todo social a que pertencem (*função de integração*). Além, ou em vez, de ser considerada lugar de mero encontro e de intercâmbio contingente das condições de “professor” e de “aluno”, a escola surge, em tal perspetiva, como uma instância de preparação técnica e de formação moral através da qual se inculca nos indivíduos o conjunto de *papéis económicos e sociais* indispensável ao funcionamento (regular e regulado) da coletividade/ sociedade a que “naturalmente” se acham ligados.

A tal ideia acrescenta-se, na variante marxista da conceção em causa – bem como no próprio esquema analítico sobre o lugar e funções sociais do sistema educativo proposto, em colaboração com Jean-Claude Passeron, pelo próprio Pierre Bourdieu, em *La Reproduction* (Bourdieu, Passeron, 1970) –, a convicção de que a alegada “funcionalidade” da escola se articula sempre, nas sociedades existentes, com o sistema de diferenças sociais estruturais (em particular, as *diferenças de classe*), sendo ela, pois, sempre, uma funcionalidade restrita e restritiva que, por isso mas para além disso, contribui ativamente para a reprodução estrutural de *desigualdades sociais*, nomeadamente através da função de inculcação/naturalização das crenças e valores dominantes (de facto, um “arbitrário cultural”, dirão Passeron e Bourdieu) que, enquanto “Aparelho Ideológico de Estado”, o sistema de ensino sempre assume.

Ora, os agentes que se encontram e, por vezes se confrontam, na sala de aula não cumprem de facto, como se sugere na perspetiva funcionalista, papéis socialmente pré-determinados, nem obedecem (semi-)conscientemente, como decorre da visão marxizante, a quaisquer princípios de orientação ditados pela origem ou posição *de classe* que, no plano do conhecimento, lhes são imputadas. O que, isso sim, eles fazem é acionar, em termos aceitáveis no plano prático, e quase sempre sem intenção estratégica definida, um conjunto de disposições tácitas e de princípios incorporados de relacionamento com os outros, no qual se incluem esquemas de perceção, saberes, competências práticas, quase-automatismos, ou mesmo alguns rituais de cortesia que, no seu conjunto, lhes conferem um sentido de orientação e de relacionamento espontâneo com novas situações eficazmente atuante e só excecionalmente indutor de comportamentos anómicos – o que, entretanto, os torna, sem que disso tenham consciência, agentes de reprodução social e de confo(i)rmação classista.

Eis, em suma, a contribuição que uma análise da “sala de aula” conduzida de acordo com os parâmetros e os vetores identificados por Pierre Bourdieu como modo de conhecimento praxeológico pode trazer ao desenvolvimento do conhecimento sociológico.

5. Terminaremos a série de ilustrações sobre as diferenças entre “modos de conhecimento” que aqui nos propusemos fazer invocando outro domínio da realidade social a que Bourdieu já dava algum relevo nas obras antes referenciadas, mas cujo estudo virá a aprofundar a partir sobretudo de *Ce que parler veut dire. L'Économie des échanges linguistiques*, obra editada em 1982 (Bourdieu, 1982).

Afinal, foi-se interrogando ele nos seus trabalhos, “O que deve entender-se, na perspectiva sociológica, por ‘falar’?”.

A distinção saussureana entre *língua* e *fala*, ao fazer deslocar a atenção do analista da infinidade de *expressões da fala* para o universo restrito dos *códigos* que objetivamente as geram (rutura com as evidências do conhecimento fenomenológico corrente, segundo as quais “falar” corresponde a “*exprimir/traduzir* por palavras os sentimentos e pensamentos *de cada um* dos sujeitos-falantes”), permitiu um avanço gigantesco no conhecimento sobre as regularidades discursivas (fonológicas e sintáticas, sobretudo) atualizadas e reproduzidas pelos falantes nos seus atos de fala.

Acontece, porém, que, ao absolutizar, por uso incontrolado dos instrumentos de objetivação, a importância do código da *língua* como “gerador” da fala, muitas das versões mais formalizadas das ciências da linguagem tendem a separar artificialmente o falante das condições concretas da enunciação.

Regressar à materialidade multívoca e complexa destas últimas, sem cair na tentação de recuperar o saber espontâneo dos falantes sobre os seus próprios atos de fala, torna-se, então, o desafio a que, a propósito da análise linguística, o modo de conhecimento praxeológico tem de responder. Nesta perspectiva, as dinâmicas sociais da interação linguística (“apresentação de si”, estratégias argumentativas de persuasão, dissuasão, preservação da face, mitigação, etc.), para além obviamente do sistema de determinantes estruturais da própria situação prática de enunciação e da condição social dos falantes, passam a ter de integrar, como variáveis pertinentes, os modelos explicativos que importa considerar para restituir em termos não formalistas os atos de linguagem. Estes nunca são a atualização socialmente neutra de códigos linguísticos construídos pelos linguistas e plasmados nas gramáticas, antes sim a atualização interessada, mas tacitamente concertada, de esquemas prático-semióticos progressivamente incorporados e permanentemente reajustados pelos agentes envolvidos em redes de comunicação concretas.

6. No centro da alternativa teórica entreaberta no *Esquisse* emerge, já então, o conceito de *habitus*, entendido como conjunto de automatismos, disposições e competências pré-reflexivas que os agentes mobilizam nos contextos concretos

da ação. Trata-se de um saber mais prático e implícito do que consciente dos seus limites, poderes e gênese, mas que constitui matriz fundamental da percepção, das avaliações e das ações em qualquer formação social. Sendo o produto da interiorização nos agentes de experiências passadas que são objetivamente estruturadas (interiorização da exterioridade), o *habitus* é, ele próprio, gerador de práticas reguladas e regulares (exteriorização do interiorizado), contribuindo ativamente para a adequação objetiva (e quase sempre não-intencional) da orientação da ação em relação aos espaços e graus de liberdade estipulados pelos princípios e restrições decorrentes da organização social global.

Não se trata, com o uso insistente de tal conceito, de subscrever uma concepção ingenuamente finalista da ação social. Pelo contrário, o que com ele se pretende assinalar é que as condutas (econômicas, linguísticas, interacionais, entre outras) tendem a configurar-se como sequências objetivamente orientadas por referência a um fim, sem necessariamente serem o produto de uma estratégia consciente ou, ao invés, de uma determinação mecânica (vivida como impulso inteiramente livre e espontâneo). Os agentes caem de algum modo *na* prática que é a sua, em vez de a escolherem como projeto próprio ou de para ela serem empurrados por um constrangimento mecânico, sustenta algo provocatoriamente Pierre Bourdieu.

A análise deste processo de incorporação de propriedades estruturais do social sob a forma de *habitus* aproxima o *Esquisse* da concepção clássica de socialização. Já a ideia de o seu acionamento induzir práticas reguladas e regulares congruentes com a ordem social estabelecida remete para o quadro de análise convencional da integração social. Mas, como ficará mais claro no decurso das várias sessões deste Ciclo sobre os livros de Pierre Bourdieu, o que o sociólogo francês neles veio propor pertence a um registo intelectual diverso do que os quadros sociológicos convencionais de então tinham a propor a esse respeito.

Se se aceitar, como se defende em formulações epistemológicas com orientação racionalista, que é o modo como os problemas são formulados que, numa qualquer disciplina científica, delimita o espaço de soluções teóricas que para elas é possível encontrar, então o que de essencial distinguirá a proposta teórica de Bourdieu será, antes de mais, a originalidade da problemática que a sustenta, a saber, uma forma de interrogar a sociedade centrada na ideia de que a mesma é formada por agentes “ativos” e “inventivos”, porém desigualmente posicionados quer, em geral, na hierarquia de capitais que contam na estruturação da mesma (campo do poder), quer, especificamente, na capacidade ou disposição que detêm (ou não) para impor ou subscrever como legítimos e naturais símbolos que são eminentemente arbitrários e restritivos (poder simbólico).

Referências bibliográficas

Bourdieu, P., Passeron, J.-C., & Chamboredon, J.-C. (1968). *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton/Bordas.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Geneva: Droz.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.

Delsaut, Y., & Rivière, M.-C. (2022). *Pierre Bourdieu, une bibliographie*. Paris: Raisons d'Agir.

Pinto, L., Sapiro, G., & Champagne, P. (2004). *Pierre Bourdieu, sociologue*. Paris: Fayard.

O *Esboço de uma teoria da prática* e uma contextualização e análise dos *três estudos etnológicos* que o precedem

Virgílio Borges Pereira

Embora fortemente envolvido na promoção desta iniciativa, queria começar por saudar o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto por a realizar e por me autorizar a ter um papel nela.¹ É, por outro lado, com especial gosto que me encontro aqui, ao lado da Professora Helena Vilaça e do Professor José Madureira Pinto. Devo a este último, como veremos, a iniciação à leitura do livro que aqui discutimos hoje e, na divisão do trabalho que fizemos para tornar esta discussão possível, cumpre-me discutir a primeira parte do livro, constituída pelos “três estudos de etnologia cabila” e é a esses que dedicarei o essencial da minha intervenção. Não poderia, contudo, fazer essa discussão sem, entretanto, situar o modo como recebi originalmente esta obra e as condições em que a fui mobilizando. Essa receção, como se verá, não é indiferente para a própria discussão dos três estudos de etnologia cabila, que constitui o cerne da minha intervenção.

Li o *Esquisse d'une théorie de la pratique* (Bourdieu, 1972) sob a supervisão do Professor José Madureira Pinto, no quadro da disciplina do quarto ano da licenciatura em sociologia que este lecionava com o Professor António Joaquim Esteves há exatamente 30 anos, no ano letivo de 1991/92. Não era a primeira

¹O presente texto reproduz, com ligeiros ajustamentos, a intervenção realizada no quadro da sessão de debate. Preserva, deliberadamente, o formato oralizante que esteve na sua origem. Para fomentar o acesso à obra discutida, privilegia-se, na análise, a edição portuguesa do *Esboço de uma teoria da prática*, publicada em 2002. Todas as citações da obra em discussão mobilizadas na intervenção são relativas a essa edição portuguesa (Bourdieu, 2002a).

leitura que tinha feito de Bourdieu. Tinha, antes disso, lido *La Distinction* (Bourdieu, 1979), e tinha lido também, pela mão de quem modera esta sessão, as *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, da autoria, para quem não saiba, de quem assegurou a primeira intervenção desta sessão (Madureira Pinto, 1985), um livro fortemente influenciado pelo trabalho de Bourdieu e, em particular, pelo *Esquisse*. Estava já, por isso, em pleno processo de conversão intelectual e sabia, por força destas leituras, que este *Esboço de uma teoria da prática*, ou o *Esquisse*, como, na altura lhe chamávamos, pois não existia versão portuguesa disponível, encerrava uma das chaves-explicativas da obra deste autor especial e tão desafiante. Havia, portanto, que ler o livro. Contudo, chegar à leitura deste livro não era fácil. Este era um livro raro, esgotado há muitos anos. Existia um exemplar numa das bibliotecas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, curiosamente, na do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), e ainda hoje lá existe o seu registo (facto, entretanto, confirmado), mas o exemplar da obra não se encontrava disponível. Desloquei-me a esse centro muitas vezes, mais precisamente a este edifício e, por mais incrível que seja, a esta precisa sala, local onde o CLUP estava instalado, para esse efeito (requisitar o livro) e, ao longo de muitos meses, recebi a mesma resposta da funcionária: a obra estava requisitada. Acabei por recorrer ao Professor Madureira Pinto, que me facultou, assim como aos restantes colegas, um primeiro segmento da obra e, mais tarde, por insistência minha, a restante. A leitura em fotocópias do texto, na sua versão francesa, editada pela librairie Droz de Genève, em 1972, veio acompanhada de dois elementos adicionais que se revelaram essenciais para a apropriação que viria a fazer do livro: por um lado, preciosos e muito precisos sublinhados, da autoria do Professor, que permitiam acompanhar o desenvolvimento do argumento; por outro, um aviso verbal muito incisivo deste – a obra era de excepcional complexidade e, sendo a vários títulos decisiva para o avanço do conhecimento sociológico pelo que permitia identificar, nomeadamente a propósito da teorização do conceito de *habitus*, envolvia um esforço de leitura particularmente exigente. Foi com estes elementos que me dediquei à leitura do livro e ao que veio a revelar-se um verdadeiro estudo exaustivo do seu argumento. Tal como com outros livros de Bourdieu, acabei por ler o livro várias vezes, mais tarde, recuperando e lendo finalmente o exemplar do Centro de Linguística e, muito mais tarde ainda, a versão portuguesa publicada, há vinte anos, pela Celta Editora; foram, na verdade, exercícios sucessivos de releitura que procuravam captar a *nuance* da escrita e da visão sociológicas do autor; e confirmava-se: a leitura era, de facto, especialmente exigente. No processo, para além do aprofundamento do

recorte conceptual associado à construção da teoria da prática, fui ganhando um conhecimento, a vários títulos inesperado, sobre a sociedade argelina, que constituía o foco analítico principal de muitos dos estudos que ia lendo e que se veio a revelar um ganho, a vários títulos, de excepcional importância e que não mais esqueci. Na divisão do trabalho que estabelecemos para a discussão da obra realizada no quadro da presente sessão, tínhamos combinado que eu me dedicaria, precisamente, aos três estudos de etnologia cabila, a primeira parte do livro, e é isso que passarei a discutir, não sem antes enquadrar o significado da Cabília na trajetória social e científica do autor.

Contextualização

Pierre Bourdieu nasceu na aldeia de Denguin, no sul da França, mais precisamente na região do Béarn, nos Pirenéus, a 1 de agosto de 1930.² Nasceu no interior de uma família de camponeses, neto e filho de camponeses reideiros da parte do seu pai e de uma família camponesa tradicional da parte da sua mãe, ainda que o seu pai, por volta dos trinta anos, tenha entrado para os Correios franceses e nestes tenha começado por exercer a profissão de carteiro e, depois, feito carreira até terminar a sua vida profissional como chefe de estação de correios. Pierre Bourdieu passa a infância na região (um local onde, para além do francês, ainda se falava o bearnês), mas, rapidamente, demonstra grande capacidade para os estudos. Numa sociedade e numa cultura camponesas como a da França dos anos 1930 e 1940 em que Bourdieu cresce, uma tal capacidade vem a revelar-se motivo para uma mudança importante na sua vida e a traduzir-se na saída da aldeia natal com o objetivo de frequentar mais e melhor escola. Desde relativamente cedo, Bourdieu estará longe da casa da família e experimentará uma nem sempre pacífica condição de bolseiro e estudante interno que, não obstante as dificuldades quotidianas, lhe permitirá frequentar, primeiro, o liceu de Pau, entre 1941 e 1947, onde também se destacará como jogador de rãguebi e de pelota basca, depois, o liceu Louis-le-Grand, já em Paris. Será a partir deste liceu parisiense que o jovem Bourdieu se organizará, juntamente com alguns dos mais bem preparados estudantes do seu tempo, para, posteriormente, frequentar uma das grandes escolas francesas, a *École*

² A presente síntese biográfica é elaborada com recurso a um conjunto diferenciado de fontes. Fundamentos mais pormenorizados, em que esta se baseia, encontram-se em Champagne e Christin (2004), Yassine (2004), Wacquant (2007), Martin-Criado (2008), Pérez (2022).

normale supérieure, e na qual realiza, no último ano, a agregação na disciplina que reina, à época, no mundo acadêmico francês: a filosofia.

Num ambiente de intenso debate intelectual, Bourdieu, não se empenhando diretamente no marxismo, vem a optar por uma crítica profunda relativamente ao existencialismo de Jean-Paul Sartre, então dominante na academia, e a realizar toda uma trajetória de conhecimento em torno da história da ciência e da filosofia, da epistemologia e da lógica sob a influência de Alexandre Koyré, Jules Vuillemin, Martial Guéroult (especialista em Leibniz), Étienne Wilson, Georges Canguilhem e Gaston Bachelard ou, mais tarde, Éric Weil. A esta trajetória, Bourdieu acrescentará uma formação aprofundada em fenomenologia, estudando, para além de Husserl, nos seus anos de formação, Merleau-Ponty e Heidegger. Com uma formação superior em filosofia, em 1954, Bourdieu será professor desta mesma disciplina durante um ano no liceu de Moulins, uma pequena cidade no centro da França, vindo, em 1955, a ser chamado a cumprir os vinte e sete meses de serviço militar a que os nascidos entre 1930 e 1943 estavam obrigados. A experiência do serviço militar vem a revelar-se profundamente disruptiva da vida social e intelectual de Bourdieu. Chamado a cumprir parte do serviço militar na Argélia, Bourdieu chega aqui no início de 1956 e confrontar-se-á com um país em severa transformação social decorrente da guerra (que se desenrola desde 1954 e se prolongará até 1962), da colonização capitalista que o Estado francês aqui levava a cabo há pelo menos cerca de um século e do esforço de “pacificação” que este conduzia mais recentemente. Pode afirmar-se que a rutura societal com que se confronta neste período não parará de o interrogar ao longo da sua vida e que, em última análise, será responsável por um lento trabalho de conversão intelectual que se materializará, num primeiro momento, numa passagem da filosofia à etnologia e, posteriormente, à sociologia, sem que tal conversão se traduza no abandono das preocupações características de cada uma das disciplinas.

Primeiro, ainda a partir da Força Aérea, depois, já enquanto docente na Faculdade de Letras de Argel, Bourdieu desenvolverá um longo trabalho de interrogação dos processos de transformação da sociedade tradicional argelina, colocando questões que, em teoria, adviriam da sua formação filosófica de inspiração epistemológica e fenomenológica, mas que, em concreto, exigem, progressivamente, as mediações teórico-metodológicas próprias da etnologia e da sociologia, mesmo se disso ainda não tivesse Bourdieu total consciência na altura. São particularmente significativos na sua vida e obra os ensinamentos que Bourdieu retirará desta sua vivência argelina. Sem ser exaustivo, pode relevar-se a importância da mobilização que Bourdieu faz da filosofia de matriz

fenomenológica (Bourdieu tinha em mente realizar uma tese sobre a temática, versada sobre a temporalidade, com um dos seus mais marcantes professores, Georges Canguilhem, e efetuar, posteriormente, tal como este tinha realizado e lhe sugeria, estudos de medicina) para o desenvolvimento de problemáticas que o obrigam a aproximar-se interrogativamente da cultura enquanto ação, ao abrigo da influência crescente que também sobre Bourdieu exercia a revolução estruturalista que Claude Lévi-Strauss imprimia nos estudos etnológicos.

Mas, para a operacionalização de tais questionamentos, pode também destacar-se a importância específica do trabalho de terreno e, neste, uma conceção que articulará detalhadamente epistemologia, construção teórica e metodologias de análise quantitativas e qualitativas. Para além destas propriedades, haverá ainda que incluir na experiência argelina de Bourdieu uma outra e que acentua a importância da inquietação cívica e uma relação tensa com a política. No clima particularmente violento da Argélia do final dos anos 1950, será a política a ditar a saída de Bourdieu e o regresso a França, na sequência do golpe politicamente conservador dos coronéis que marca Argel nesse período. Neste regresso, Bourdieu voltará a dar aulas, desta feita, na Sorbonne, a convite de Raymond Aron, de quem será Assistente durante um ano, em 1961 e, posteriormente, em Lille, na Universidade local, onde também será Assistente durante dois anos, enquanto assegura, em simultâneo a partir de 1961, a coordenação, como secretário-geral, do *Centre de sociologie européenne* fundado por Aron com financiamento proveniente da Fundação Ford, de que se tornará, com Aron, codirector, a partir de 1964, até à rutura entre ambos de 1968.

Os primeiros anos da década de 1960 vão ser passados por Bourdieu numa aturada atividade letiva de análise dos clássicos da sociologia europeia e norte-americana, da antropologia e da linguística e numa dinamização permanente de investigação de terreno na Argélia e, numa fase inicial, no mundo rural francês. Os três estudos de etnologia cabila que precedem o *Esboço da teoria da prática*, publicado em 1972, fazem parte desse trabalho de conversão intelectual que Bourdieu estava a realizar. São escritos em momentos distintos do tempo, os dois primeiros, depois de *Sociologie de l'Algérie* (Bourdieu, 1958), o primeiro livro de Bourdieu, e com recurso aos materiais de campo que tinham conduzido à elaboração de *Le Déracinement*, o extraordinário livro escrito com Abdelmalek Sayad (Bourdieu & Sayad, 1964), a quem, aliás, Bourdieu dedica o *Esquisse*; o terceiro capítulo, tudo o indica, redigido ao longo de um período alargado, mas que se aproximou da publicação do mesmo *Esquisse*. Se a segunda parte do livro é de leitura exigente, confirmando plenamente todos os avisos que o Professor

Madureira Pinto nos fizera ao recomendar a leitura da obra, deve reconhecer-se que a primeira parte não o é menos. Diria até, por força da complexidade dos temas tratados, que o grau de complexidade de tais capítulos é especialmente alto. Devo admitir que comecei por ler a segunda parte, seguindo os conselhos que hoje estamos a colocar em prática em matéria de apresentação, e que só depois li os três estudos. Não sendo necessariamente obrigatória para retirar total partido do modo de conhecimento praxeológico proposto na segunda parte do livro, a sua leitura é, no entanto, profundamente compensadora e reveladora. Estes três textos, sob o fundo comum de uma densa problemática antropológica e etnológica, tratam de problemas distintos, ainda que finamente articulados em torno de processos de simbolização.

Estudo um: “o sentido da honra”

O primeiro capítulo intitula-se “O sentido da honra”. Li-o em francês originalmente e, logo a seguir, numa primeira tradução portuguesa de José Cutileiro, como parte de uma coletânea antropológica publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian que traduzia para português a obra em que Bourdieu publicara pela primeira vez o seu estudo, o reconhecido *Honra e Vergonha nas sociedades mediterrânicas*, organizado por John G. Peristiany e publicado, em 1966, pela Chicago University Press e, um ano antes, em Londres, pela George Weidenfeld & Nicolson (Bourdieu, 1988). Em todo o caso, Bourdieu terminara a redação deste texto, em Paris, em janeiro de 1960. Neste, partindo do exame de três narrativas orais, à boa maneira antropológica, Bourdieu estabelece um ponto de vista, ainda muito marcado pela problemática da regra, para a compreensão dos princípios da honra que se estabelecem entre os membros da sociedade cabila em matéria de “jogo da resposta e do desafio” e que supõem que esta relação seja informada por uma lógica de igualdade em matéria de distribuição de honra. Explorando a análise das relações aqui configuradas no quadro da teoria dos jogos, daqui derivam três corolários, que Bourdieu decompõe: 1) “o desafio faz a honra”; 2) “quem desafia um homem incapaz de ripostar ao desafio, desonra-se”; 3) “só um desafio lançado por um homem igual em honra merece resposta”. O exercício de análise permite documentar o modo como a honra entre a população cabila corresponde a um sentimento profundamente socializado: “o sentimento da honra é vivido diante dos outros” (Bourdieu, 2002a, p. 18), diz; “É a opinião todo-poderosa quem decide da realidade e da gravidade da ofensa; é ela quem,

soberanamente, exige a reparação” (Bourdieu, 2002a, p. 21). Tratando-se de um sentimento ordenado e enraizado, que é mais do domínio do agido do que do pensado, integrando uma gramática conhecida que não é explicitamente formulada, um tal sentimento é, depois, analisado tomando por referência complementaridades complexas e diferenças entre ponto de honra (*nif*) e honra (*hurma*), o que é sagrado (*haram*), o sagrado esquerdo e o sagrado direito, e as dinâmicas variáveis de ação que ambas geram e que o olhar antropológico desprevenido pode confundir: “o dever de defender o sagrado impõe-se como um imperativo categórico, quer se trate do sagrado direito, como um membro masculino de um grupo, quer do sagrado esquerdo, como a mulher...” (Bourdieu, 2002a, p. 26). Uma longa citação de Bourdieu permite colocar o problema de um modo muito claro e vale a pena lê-la na íntegra:

A oposição entre o haram e o *nif*, entre o sagrado esquerdo e o sagrado direito, exprime-se em diferentes oposições proporcionais: oposição entre a mulher, carregada de potências maléficas e impuras, destrutivas e temíveis, e o homem, investido de virtudes benéficas, fecundantes e protectoras; oposição entre a magia, assunto exclusivo das mulheres, dissimulada aos homens, e a religião essencialmente masculina; oposição entre a sexualidade feminina, culpada e vergonhosa, e a virilidade, símbolo de força e de prestígio. A oposição entre o dentro e o fora, modo de oposição entre o sagrado direito e o sagrado esquerdo, exprime-se concretamente na distinção marcada entre o espaço feminino, a casa e o seu quintal, lugar por excelência do *haram*, o espaço fechado, secreto, protegido, ao abrigo das intrusões e dos olhares, e o espaço masculino, a *thajma'th*, lugar da assembleia, a mesquita, o café, os campos ou mercado (Bourdieu, 2002a, pp. 27-28).

A análise revela, assim, um quadro compósito de regras. Um tal quadro funda-se em princípios que são geridos de modo inigualitário e que têm a sua génese numa relação com a honra e a sua dignidade que é gerida de modo variável e ambíguo pelo grupo.

Estudo dois: “A casa cabila...”

Escrito em 1963-64 e publicado em 1969 numa grande homenagem a Claude Lévi-Strauss, “A casa cabila ou o mundo ao contrário”, parte de uma descrição etnográfica muito fina da casa cabila e tornou-se, pelo que envolve em matéria de descrição e de interpretação, num texto clássico da antropologia do espaço, como o atesta a sua republicação numa das mais reconhecidas antologias da disciplina, *L'Anthropologie de l'espace* (Levy & Segaud, 1983). O leitor atento cedo perceberá que a análise proposta sobre a relação com o espaço no interior e no exterior da casa – a epígrafe do texto é particularmente reveladora (“o homem é a lâmpada de fora, a mulher a lâmpada de dentro”) – envolve uma refinada sistematização analítica sobre as relações entre o social, o simbólico e o espaço físico. O argumento aqui explicitado corresponderia também a um registo ainda muito estruturalista de Bourdieu e, não obstante a autonomia de que se revestiu enquanto marco analítico desta fase da sua obra, tem também a problemática da honra fortemente inscrita na abordagem. Neste caso, a análise, com clara inspiração durkheimiana, explora a relação entre a morfologia do espaço físico da casa camponesa cabila e os operadores sociais e simbólicos investidos pelos seus habitantes nesta. Bourdieu destaca, em particular, a importância de oposições espaciais, sociais e simbólicas significativas na configuração interna da casa, que o excerto seguinte, entretanto, tornado referência clássica nos livros da especialidade, ilustra com especial significado:

A parte baixa, escura, nocturna, lugar dos objectos húmidos, verdes ou crus – recipientes de água pousados em bancos de um lado e de outro da entrada do estábulo ou contra a parede do escuro, lenha, forragem verde –, lugar também dos seres naturais – bois, vacas, burros e mulas – das actividades naturais – sono, acto sexual, parto – e também da morte, opõe-se, como a natureza à cultura, à parte alta, luminosa, nobre, lugar dos humanos e em particular do convidado, do fogo e dos objectos fabricados por meio do fogo, lâmpada, instrumentos de cozinha, espingarda – símbolo do ponto de honra viril (*ennif*) que protege a honra feminina (*hurma*) (Bourdieu, 2002a, pp. 39-40).

Em complemento, este trabalho permite explorar o significado de um tema caro ao modo de pensamento relacional de Bourdieu e sublinha as relações de homologia, nesta altura já plenamente fractais, estabelecidas entre as oposições construídas a partir da casa, o mundo da vida feminina e masculina e o mundo exterior. Dar espaço a uma longa citação, entretanto, também tornada recorrente nos estudos especializados sobre a sociedade cabila e sobre a obra sociológica e antropológica de Bourdieu, permite compreender apuradamente o sentido das relações de homologia aqui perspectivadas:

a oposição entre a casa e a assembleia dos homens, entre a vida privada e a vida pública, ou, se se quiser, entre a plena luz do dia e o segredo da noite, recobre muito exactamente a oposição entre a parte baixa, escura e nocturna da casa e a sua parte alta, nobre e luminosa. A oposição que se estabelece entre o mundo exterior e a casa só assume o seu sentido completo quando nos damos conta de que um dos termos desta relação, quer dizer, a casa, se divide ele próprio segundo os mesmos princípios que o opõem ao outro. É, portanto, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso dizer que o mundo exterior se opõe à casa como o masculino ao feminino, o dia à noite, o fogo à água, etc., uma vez que o segundo termo destas oposições se divide a cada vez em si próprio e no seu oposto (Bourdieu, 2002a, p. 45).

Os dados estão, assim, lançados e os tais princípios de análise fractal claramente enunciados. Vale a pena ler todo o texto do capítulo.

Estudo três: “O parentesco como representação e como vontade”

Passemos ao terceiro estudo. Intitulado “O parentesco como representação e como vontade”, este texto é uma espécie de *pièce de résistance* do argumento etnológico levado a cabo na obra. É um texto muito provavelmente escrito ao longo de dez anos, entre 1960 e 1970, e é fruto de uma abordagem genealógica típica da antropologia do parentesco que se vai, sucessivamente, confrontando

com os limites de uma abordagem estrutural que não seja capaz de convocar a história social para se desenvolver plenamente. Reconheça-se que não é um texto fácil, tanto pelo que convoca sobre a realidade complexa do parentesco cabila estudado como pelo que implica em termos de *nuance* no estabelecimento da escrita antropológica e sociológica. Confesso que só percebi verdadeiramente o alcance deste texto ao lê-lo à luz do caminho simultâneo que Bourdieu fazia sobre a questão do celibato camponês no Béarn natal e que este realizava para controlar melhor a construção de objeto que na altura fazia (Bourdieu, 2002b). O que quer dizer que levou tempo a captar o essencial da mensagem. Nesse sentido, o texto trata de um problema muito específico e altamente desafiante para a antropologia do parentesco: qual o lugar a atribuir ao casamento com a prima paralela (a filha do irmão do pai, ou, no limite, os filhos do irmão do pai e da irmã da mãe de Ego)? E como o interpretar? Veremos que as respostas, sendo complexas, envolvem o apuramento do olhar no sentido da teoria da prática e que nelas começam a estar contidas várias das preocupações sociológicas fortes que marcarão a obra de Bourdieu. Não poderei ser exaustivo, tão exigente é este texto, mas poderei deixar duas pistas interpretativas.

Uma primeira pista interpretativa remete para uma atitude de interrogação crítica, no plano teórico e metodológico, dos conceitos. Neste caso, a própria *démarche* envolvida na construção de genealogias. Para realizar este estudo, Bourdieu reconstituiu mais de 30 e conclui que elas não registam tudo da mesma maneira: a recordação é proporcional ao valor que o grupo concede ao indivíduo e as genealogias registam melhor os homens, sobretudo quando tiveram muitos filhos; registam melhor os casamentos próximos do que os longínquos, os únicos, em vez da poligamia, ou dos que se seguiram a divórcio e viuvez. Por outro lado, e ainda no plano conceptual, a abordagem contempla uma necessária atenção não apenas ao uso oficial do parentesco, mas também e sobretudo ao seu uso comum e aos seus dinamismos sociais e simbólicos. Aquele celebra o casamento, mas é o parentesco usual que os faz.

Uma segunda pista interpretativa é de âmbito epistemológico e remete para a teoria do conhecimento: antecipa a segunda parte do livro e diz respeito ao modo de conceber e sobretudo de questionar as relações de parentesco a partir de uma teoria da prática, remetendo conscientemente a análise para a linguagem da estratégia e da política. Bourdieu operacionaliza este raciocínio através do estudo de um problema tipicamente característico da antropologia do parentesco, a atribuição dos nomes próprios e do capital simbólico, é já esta a noção usada, que os nomes permitem mobilizar:

a atribuição dos nomes segundo as linhas e os níveis genealógicos é um bom índice da aptidão do grupo para manter a sua integração, superando as virtualidades de crise que todos os problemas de sucessão, de controlo particularmente difícil, comportam (...); o resultado é que os nomes próprios prestigiados, como as terras mais nobres, são objecto de uma concorrência regulada e que o “direito” à apropriação do nome próprio mais cobiçado (...) se distribui segundo uma hierarquia análoga à que rege as obrigações de honra em caso de vingança ou os direitos sobre uma terra do património em caso de venda (Bourdieu, 2002a, pp. 75-76).

A mesma lógica de análise prolonga-se no estudo dos usos diferentes que os homens e as mulheres fazem das relações de parentesco genealógicamente equívocas, aproximando parentes através dos homens e afastando-os caso se privilegiem as mulheres, permitindo redefinir estrategicamente os limites práticos do grupo consoante as necessidades. É no prolongamento desta mesma lógica de análise que se estabelece também a discussão, de grande nível de exigência conceptual, reconheça-se uma vez mais, em torno do estatuto do casamento com a prima paralela e das ambiguidades estruturais que a sua valorização encerra:

(...) o casamento com a prima paralela só assume a significação e a função ideais que lhe confere o discurso oficial nas famílias integradas de modo suficientemente forte para desejarem um tal reforço de integração, e só se impõe, em todo o caso, de maneira absoluta em situações de força maior, como os da filha do *amengur*, aquele que “falhou”, que não teve herdeiro do sexo masculino (Bourdieu, 2002a, p. 93).

O argumento plenamente sociológico de Bourdieu é que um casamento deste teor não se deixa definir em termos exclusivamente genealógicos, obedece a uma geometria variável que resulta da sua inscrição na estrutura social. Daqui a análise evolui para um retrato da relação entre os casamentos comuns e os casamentos fora do comum e as suas significações sociais e simbólicas, num

registo muito distante das “estruturas elementares do parentesco”. Entre as formas extremas que são o casamento com primos paralelos e os que se fazem com membros de tribos diferentes jogam-se estratégias distintas de formação de grupos; a escolha entre a fusão e a cisão, que Bourdieu analisa, plenamente, no final do texto, abrindo já para uma sociologia dos modos de produção e das estratégias de reprodução – uma sociologia a que regressará diversas vezes, com o mesmo objeto, a Cabília, e com objetos diferentes, as diferentes classes sociais, da França das etapas seguintes do seu tempo e da sua obra.

Nota final

Não estou certo de ter feito inteira justiça a esta primeira parte da obra. Ficará claro, contudo, que Bourdieu estudou em profundidade a sociedade argelina e que os estudos de etnologia e de etnografia cabila veiculados no *Esboço de uma teoria da prática*, redigidos em diferentes momentos dos anos 1960, são mais um contributo significativo para um tal intento, que se cruza com o trabalho de apuramento conceptual que o segmento posterior do livro sistematiza e que a obra subsequente de Bourdieu não cessará de aperfeiçoar.

Espero que o convite à leitura que aqui fiz possa ser aceite por quem nos ouve/lê e que, com a devida calma, possam ler um segmento de um livro que tem tanto de complexo como de sociologicamente estimulante.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1961). *Sociologie de l'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genebra: Droz.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1988). O sentimento da honra na sociedade Cabília. In J. G. Peristiany (Ed.). *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas* (pp. 158-195). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bourdieu, P. (2002a). *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (2002b). *Le bal des célibataires*. Paris: Editions du Seuil.
- Bourdieu, P., & Sayad, A. (1964). *Le Déracinement, la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Minuit.
- Champagne, P., & Christin, O. (2004). *Mouvements d'une pensée. Pierre Bourdieu*. Paris: Bordas.
- Lévy, F.-P., & Ségaud, M. (Coord.) (1983). *Anthropologie de l'Espace*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- Madureira Pinto, J. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.
- Martín-Criado, E. (2008). *Les Deux Algéries de Pierre Bourdieu*. Belcombe-en-Bauges: Éditions du Croquant.
- Pérez, A. (2022). *Combattre en sociologues. Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964)*. Marselha: Agone.
- Yassine, T. (2004). Pierre Bourdieu in Algeria at war. Notes on the birth of an engaged ethnosociology. *Ethnography*, 4, 487-509. DOI: [10.1177/1466138104050703](https://doi.org/10.1177/1466138104050703).
- Wacquant, L. (2007). Seguindo Pierre Bourdieu no terreno. *Cadernos de Ciências Sociais*, 24, 69-95.

La Distinction.
Critique sociale du jugement.
De Pierre Bourdieu.
Paris, Minuit, 1979

A presente obra também se encontra disponível em português, sob o título *Distinção: crítica social da faculdade de juízo*, publicada pelas Edições 70, em 2010, com tradução de Pedro Elói Duarte. Sessão realizada a 21 de setembro de 2022 na Sala de Reuniões 2 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, moderada por Virgílio Borges Pereira, com intervenções de Nuno Domingos e de Franck Poupeau.

A Distinção. Modos de usar

Nuno Domingos

Publicada por Pierre Bourdieu em 1979, *A Distinção – Uma Crítica da Faculdade do Juízo*, é um exemplo raro de uma ciência total, sem fronteiras, realmente interdisciplinar, ou talvez mesmo pós-disciplinar, e um exercício de liberdade criativa incomum nos modelos de conceção e de escrita dominantes.¹ Retratando a sociedade francesa no final da década de 1970, o programa de investigação de *A Distinção*, em diálogo com tradições intelectuais diversas, mantém-se atual, vigoroso, e mais resistente ao tempo do que a grande maioria das críticas que lhe foram, entretanto, endereçadas.

A Distinção propõe uma explicação sobre a constituição social dos gostos e dos julgamentos. Começa por rebater as teses que interpretam estes processos recorrendo a universalizações abstratas e redutíveis a idiosincrasias individuais (“Eu julgo, aprecio e classifico porque tenho essa capacidade humana, e, ao fazê-lo, assumo a minha individualidade”). Estas asserções representam um pensamento essencialista, que promove um individualismo radical e formas mais amplas de racismo social, separando os que exibem uma relação com o “gosto dominante” dos que sofrem o estigma do gosto bárbaro. Para Bourdieu, o ato de distinção “não é na realidade senão uma diferença, um desvio, traço distintivo, em suma, uma propriedade relacional que só existe na e pela relação com outras propriedades” (Bourdieu, 1997, p. 6). A distribuição destas diferenças

¹ *A Distinção* foi objeto de inúmeras análises. Mais ou menos interessante, nenhuma substitui a experiência de leitura da obra. A edição portuguesa é de 2010 (Lisboa, Edições 70). Um dos melhores complementos a esta leitura é o texto “Espaço Social e Espaço Simbólico”, onde Bourdieu clarifica ideias e posições presentes em *A Distinção*, respondendo a críticas e interpretações que considera imprecisas (Bourdieu, 1997, pp. 3-14). Sobre *A Distinção* livro, tive a oportunidade de escrever uma introdução à edição portuguesa, juntamente com os meus colegas Diogo Ramada Curto e Miguel Bandeira Jerónimo (2010). Em Portugal, o trabalho que mais claramente se inspira n’*A Distinção* é o livro *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuguesas* de Virgílio Borges Pereira (2005).

pelo espaço social define proximidades e distâncias, que se manifestavam nos corpos (nos *habitus* e nas disposições), nos gostos e nas tomadas de posição, que o pensamento individualista toma por escolhas puras. Mecanismo de legitimação da diferença, o ato de distinção é indispensável para a reprodução dos sistemas de dominação.

Assim, os gostos e os julgamentos revelam diferenças e regularidades inscritas no espaço social, constituídas pela incorporação de competências que se ajustam ao meio envolvente e aí se revelam operativas. Estas diferenças são mensuradas por Bourdieu pelo recurso a uma inovadora teoria das classes sociais que, no quadro das sociedades mais modernizadas, situa os indivíduos pela identificação da relação entre a posse de capital económico e de capital cultural. A construção das diferenças de gostos e classificações sujeitava-se também a institucionalizações específicas, decorrentes da pertença dos indivíduos a campos de atividades, onde, quase sempre, se aprofundam disposições herdadas. Era no interior dos campos culturais fortemente autónomos que se promovia a “excelência estética”, legitimada por incomensuráveis dons e vocações, ocultados por uma “amnésia” em relação à história das suas condições de produção. Mais do que um meio para manter uma posição social dominante, ou um auxílio para facilitar projetos de mobilidade ascendente, o ato de distinção resulta da incorporação diferenciada de competências, inscrita no quotidiano pela exteriorização de gostos e julgamentos. Neste sentido, não se trata de um “snobismo”, consciente e intencional, embora, na realidade, esse tipo de apropriação estratégica possa ser incentivado por certas leituras de *A Distinção*.

Reflexividade, génio e os sentidos da obra

Um dos aspetos que melhor define a epistemologia de *A Distinção* é a historicização da construção de categorias do julgamento e da apreciação. Noutras obras, em especial em *As Regras da Arte* (1995), onde se concentrou na trajetória social e artística de Gustave Flaubert, Bourdieu investiu na análise do processo de criação, desconstruindo as definições românticas do génio artístico, que se prolongavam nas biografias de cientistas. Se Norbert Elias (1993) explicou o génio de Mozart pelas características da socialização familiar no ambiente musical da corte, mas, sobretudo, pelo lugar ocupado pelo compositor austríaco na transição histórica entre configurações sociais – que determinou a transformação do

estatuto social do artista –, Bourdieu recorreu ao conceito de campo artístico para situar Flaubert na hierarquia do mundo literário francês, tomando-o com o centro a partir do qual se identificam sistemas de relações, oposições e alianças, mecanismos de consagração e processos criativos, concretizados em obras.

O sociólogo francês voltaria a realizar uma análise biográfica extensa quando se propôs a um exercício de autoanálise. Tratava-se, então, de realizar a sociografia de um percurso improvável, o tipo de itinerário mais suscetível de ser assimilado pelo discurso romântico do gênio. Em *Esboço para Uma auto-análise* (2005) procurou evitar os equívocos da ilusão biográfica, presente em registos que conferem ao biografado poderes inauditos de decisão e escolha. Assim, localizou a sua própria posição no espaço social – criado numa cidade da província francesa, no Béarn, neto de camponeses, filho de um carteiro e de uma doméstica – destacou o papel da escola pública enquanto meio de mobilidade – escapando, assim, ao processo de reprodução escolar enunciado nas suas primeiras obras² –, para, depois, interpretar o percurso no campo académico, que o converteu, nas suas palavras, numa raridade estatística. Na universidade, beneficiou de uma formação compósita, concretizada pela relação cumulativa e dialética com a filosofia, a psicologia, a antropologia e a sociologia, embora o seu trabalho fosse também o de um historiador.³ O contato com as tradições, os debates, as metodologias e as epistemologias que marcaram em determinado período o campo científico e intelectual francês, e a consciência sociológica e política da improbabilidade da sua trajetória, que lhe aguçou o militantismo científico, colocou-o num lugar singular. Dominando com mestria as “regras do campo”, Bourdieu não se ajustava aos seus perfis mais ortodoxos e “academistas”. Assim, desse lugar específico, o de um integrado deslocado, propenso a visões heterodoxas sobre o ofício, orientado para ruturas – homólogo ao de tantos indivíduos que se destacaram nas suas atividades –, surgiu, “naturalmente”, uma proposta inovadora de rutura no campo das ciências sociais.

Sem o dizer explicitamente, Bourdieu explicou, assim, a origem do seu “gênio”, presente em “criações” como *A Distinção*. Mas para além disso, o seu programa de investigação enunciava como a explicitação reflexiva, histórica e sociológica, do processo criativo concede ao leitor meios de descodificação e apreciação, constituindo-se, assim, em condição do usufruto de obras artísticas

² Entre as obras de Bourdieu sobre a educação, escritas juntamente com Jean-Claude Passeron, foi traduzida em português *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1978).

³ Sobre a relação de Bourdieu com a historiografia, ver Gorski (2013).

e científicas. O reconhecimento do papel da reflexividade na construção do sentido da obra e da trajetória do autor desafiava a ortodoxia dos campos de atividade mais autónomos. Na realidade, porém, permitia igualmente refinar o processo de apreciação. Bourdieu nunca reduziu a experiência de receção artística à ação de esquemas classificativos determinados por sucessivas socializações ou, mais redutoramente, ao “lugar de origem”. Contra quem considerava que a explicação histórica e sociológica eliminava o prazer estético, ou reduzia tal experiência a uma simples projeção de condições sociais, elogiou as “capacidades antropológicas” proporcionadas pela atividade singular dos campos autónomos, nomeadamente por terem criados universos práticos e simbólicos experimentais que ampliam possibilidades de produção e receção. Como refere em *Meditações Pascalianas*:

Se o universal avança, é porque existem microcosmos sociais que, a despeito da sua ambiguidade intrínseca, ligado ao seu encerramento no privilégio e no egoísmo satisfeito de uma separação estatutária, são o lugar de lutas cuja parada em jogo é o universal e com as quais agentes possuindo, em graus diferentes segundo a sua posição e a sua trajetória, um interesse particular no universal, na razão, na verdade, na virtude, se acometem com armas que não são outra coisa senão as conquistas mais universais das lutas anteriores (Bourdieu, 1998, p. 107).

Assim, a mediação formal desenvolvida pelos campos mais autónomos constituía um elemento de reflexividade específico, complexificava a receção e protegia-a da mordida de sentidos práticos mundanos, sobretudo da necessidade económica. Mas a reflexividade histórica e sociológica e a desconstrução da ideologia do dom e da vocação que legitima o carisma encantatório do “génio”, não anulavam as virtudes inerentes aos esquemas de apreciação desenvolvidos pelos próprios campos, apenas os depurava e intensificava.⁴ O acesso a estes esquemas de classificação, objetivamente

⁴Na realidade, este princípio é visível na análise do autor à organização do campo científico: a denúncia do cientificismo e de todas as formas de positivismo não constituía uma rejeição das conquistas universais trazidas pelos mecanismos de acumulação e produção de conhecimento produzidas pela ciência, como sugeriam todas as formas de relativismo antirracionalistas.

discriminado, reificava uma discriminação simbólica. *A Distinção* foi idealizada contra estas formas de racismo social, que escondem as condições de possibilidade da criação e do seu usufruto. A reflexividade a que a obra convida é potencialmente utilizável por quem, como se explica neste livro, aplica os seus esquemas práticos, transfigurados em princípios éticos e morais, na realização de classificações e julgamentos, sobre um objeto cultural ou uma ideologia política.

Serve este introito para sugerir que a interpretação de *A Distinção* pode ser sujeita ao programa de análise da recepção enunciado nas suas páginas. Em primeiro lugar, a leitura da obra beneficia da interpretação sociológica da biografia do autor e do seu programa de investigação. Tal explicação prévia, no entanto, não encapsula o prazer da leitura. Assim, em segundo lugar, *A Distinção* merece ser observada enquanto ato criativo, dependente do “lugar do autor”, mas produtora de algo novo, experimental, inovador, devedor das capacidades antropológicas dos campos autónomos e do trabalho dos seus elementos mais heréticos. Por estas razões, vale pena olhar para a dimensão formal da obra enquanto elemento que configura a sua recepção.

A dimensão formal

Há uma loucura criativa em *A Distinção*, que cola mal a quem dava de si próprio uma imagem taciturna, séria e controlada, vergada aos problemas do mundo – o que evoca uma certa ética de militantismo avessa aos excessos burgueses, tão presentes nas revoluções estudantis, como a de 1968, em França. *A Distinção* impõe uma rutura formal à qual se podem reconhecer virtudes estéticas: uma estética ao serviço do objetivo de representar e explicar melhor o mundo social, mas, ainda assim, engenhosa e bonita na sua conceção. E se é permitido usar estes adjetivos para descrever a recepção deste livro é porque, importa insistir, a mensuração e identificação do espaço dos gostos não elimina o prazer de quem usufrui e julga, independentemente da posição social que ocupa, mesmo quando estes prazeres dependem de uma iniciação formal, estética e filosófica, que importa democratizar.

O engenho da montagem da obra e a necessidade de celebrar a sua elaboração chamam a atenção para algo desvalorizado no ensino das ciências sociais. A insistência necessária na importância da elaboração de investigações

movidas por problemas e suportadas por estratégias metodológicas adequadas, tem marginalizado a ideia de que é possível preencher estes critérios de múltiplas formas, não necessariamente respeitando modalidades consagradas: o artigo com uma introdução, desenvolvimento e conclusão, o livro com um número definido de capítulos e páginas, entre outras exigências protocolares. Tão dependentes da organização do campo acadêmico como da relação deste com a indústria de publicação científica, estes limites concedem variações, mas eliminam exercícios imaginativos e fomentam modalidades de academismo que Bourdieu criticou. Ao contrário de outros campos autônomos, o campo científico, nomeadamente no caso das ciências sociais, não desenvolveu processos de valorização formal, nem estimulou a sua análise.

A Distinção tem uma divisão atípica, estruturada em grandes temas, tratados em interpretações segmentares e sucessivas digressões analíticas, e pelo uso de diferentes mediações do real, proporcionadas pelos dispositivos metodológicos. Na sua base, encontra-se um grande inquérito sociológico, complementado pelo uso criativo de estatísticas, quase sempre produzidas por instituições estatais. Por sua vez, os gráficos construídos pela análise de interdependências multifatoriais materializam em representação visual a máxima de que “o real é relacional”. Nestas representações, a transmutação de formulações teóricas, ou descrições analíticas formuladas pela escrita, metamorfoseia o mundo. Como nas grandes revoluções simbólicas, o método faculta ao leitor a possibilidade de um outro olhar, capaz de apreender realidades ocultas, ou pouco visíveis, mas, sobretudo, concede-lhe recursos para pensar relacionalmente. Para depurar este esforço de representação, Bourdieu recorreu a entrevistas e a observações de campo. Baseada na análise das situações e interações sociais quotidianas – devedora de Erving Goffman e da sua “ordem da interação” (1983) – esta etnografia densa, de certa forma dissimulada, sem limites temporais ou um âmbito espacial específico, permeia todo o livro, reforça o programa de investigação e os seus pressupostos teóricos, e suscita no leitor uma familiaridade, agora diversamente percecionada. Bourdieu recorreu igualmente à iconografia, tanto à pintura como à fotografia, esta usada desde os trabalhos na Argélia (1958 e 1963), e sobre a qual escreveu um livro (1965). Em *A Distinção*, as fotografias complementam o texto, possuindo um efeito descritivo não substituível pela escrita, e fornecem um índice de avaliação da receção, que ajuda a expor os mecanismos distintivos, dada a disseminação alargada desta “arte média”, esteticamente codificada, por um lado, e banalizada entre a população, por outro, mesmo antes da revolução digital.

Liberdade ou opressão

Continuando a pensar os termos da recepção de *A Distinção*, o seu programa analítico gerou em alunos, investigadores e em outros leitores uma reação adversa, justificada pela sua pretensa representação mecanicista do mundo.⁵ Assim, a tentativa de captar o espaço dos estilos de vida, dos gostos e dos julgamentos por intermédio de gráficos que representam uma estrutura de classe complexa, incomodou quem, inevitavelmente localizado nesse espaço de relações, experimentou o sequestro da sua singularidade. Este desconforto estendeu-se a jornalistas, artistas, políticos e cientistas, também vítimas do desencantamento do mundo provocado pelo exercício de objetivação proposto pelo autor. Particularmente moderna, a mensuração sociológica de Bourdieu refutava uma das principais características da ideologia da modernidade, a de que controlamos o nosso destino, libertos de forças metafísicas, mas também das estruturas sociais.

São compreensíveis o desagrado e a reação hostil ao programa de *A Distinção*. Outras leituras do livro são, no entanto, possíveis. De certa perspetiva, esta obra, ao invés de anular a individualidade, conduz ao seu aprofundamento. Para um leitor predisposto, a objetivação convida a uma autoanálise reflexiva,⁶ que ajuda a interrogar os termos da identidade individual, induzindo à mudança.⁷ Garantido ao leitor um controlo sobre o jogo da distinção, tal leitura autorreflexiva pode auxiliar estratégias de conquista de estatutos e posições sociais. Mas é igualmente generosa para sustentar políticas de relativização da hierarquia cultural, desafiando os mecanismos da sua produção e reprodução e incentivando práticas de subversão simbólica. Neste âmbito, não é arriscado considerá-la uma via possível para uma maior liberdade.

⁵ O uso da expressão “determinismo” para desqualificar a obra parece, porém, equívoco, não sendo evidente qual a natureza de uma ciência que não determina, embora frequentemente determine mal ou insuficientemente, o que será uma descrição mais definitiva da sua condição.

⁶ Mesmo inovando e reconvertendo os termos da discussão, é evidente como Bourdieu foi influenciado a este respeito pelas leituras de Freud, bastante mais do que alguma vez o admitiu.

⁷ Que noutro texto sobre a obra do autor designei por uma forma de “escapar à história.” (Domingos, 2014).

Culturas Populares

O lugar das “práticas populares” n’A *Distinção* prolongou o discurso sobre os limites da dominação e da ação individual. Neste universo particular é notória a tensão entre uma análise da reprodução, politicamente pessimista, e a constatação do poder transformador da reflexividade, que podia libertar a imaginação política. Apesar de Bourdieu pretender, no fundamental, identificar o valor da “cultura popular” num mercado de bens culturais e simbólicos, foi criticado por contribuir para a reificação da hierarquia cultural, desqualificando o “popular” e a margem de ação das classes populares (Ranciére, 1987; Grignon & Passeron, 1989). Como notado atrás, é inegável que n’A *Distinção* o sociólogo confere maior “complexidade” à lógica de receção codificada promovida pelos campos autónomos, face à dependência mundana da receção popular. Noutro sentido, quando analisa as práticas e os julgamentos políticos, insiste no efeito poderoso da desposseção prática e simbólica dos dominados. Comentando a expressão “armas dos fracos”, celebrada nas obras de James C. Scott (1985), Bourdieu argumentou, citando o historiador Lucien Bianco, que as “armas dos fracos são sempre fracas armas” (Bourdieu, 1998, p. 27). A crítica é pertinente: os olhares etnográficos sobre resistências informais, ricos, vivos e inspiradores, podem mascarar lógicas profundas de dominação estrutural e a incapacidade de os subalternos transformarem efetivamente a sua condição. Dir-se-á, no entanto, que o desenvolvimento de políticas de subversão simbólica implica a compatibilização das duas perspetivas.⁸

Quando publicada nos Estados Unidos, *A Distinção* gerou um debate equivalente, mas agora sobre os consumos e os estilos de vida. A relação dialética exposta no livro entre posição, disposição e tomada de posição importunava a ideia, constitutiva da ideologia individualista dominante na sociedade norte-americana, de que os indivíduos possuíam amplas possibilidades de mobilidade e flexibilidade social, expressas em padrões de consumo omnívoros (Peterson, 1983 e 1992). *A Distinção* resistiu bem a estas críticas, revelando como o consumo omnívoro não é menos determinado pelos contextos sociais de apropriação, significação e uso, já que os objetos culturais não possuem um “valor fixo”, independente das oscilações dos seus mercados e das suas utilizações

⁸ Como sugeriu o mesmo Scott ao referir que o seu trabalho permitia desenvolver as propostas de Bourdieu a uma outra escala. Comunicação pessoal.

diferenciadas.⁹ À medida da discussão suscitada pela expressão “armas dos fracos”, também neste caso é fundamental denunciar como mundividências liberais produzem desconhecimento e um efeito sobre o cotidiano (um “efeito de teoria”, como referiu o autor), instigando a crença generalizada na possibilidade da ação individual livre de amarras. E, no entanto, o esvaziamento da vida dos dominados, condenados a uma passividade ontológica, desprovidos de faculdades, olhados com paternalismo e distância, simplifica a interpretação; sobretudo, este olhar sobranceiro é pouco compatível com políticas de subversão simbólica sustentadas na crença, bem suportada empiricamente, acerca dos efeitos individuais e coletivos da reflexividade.

As políticas da reflexividade e o mercado político

Elemento epistemológico central na obra de Bourdieu, a reflexividade possuía uma dimensão política. O convite a uma autoanálise competia, a nível individual, com a prática da psicanálise, estimulando uma política do eu. Mas o seu uso revelava-se igualmente útil para combater politicamente o que o autor designou por inconsciente coletivo, protegido pelo pensamento substancialista, e um obstáculo ao conhecimento científico e às políticas da reflexividade. Como Bourdieu explicou, *A Distinção*, referindo-se à realidade francesa, constituía-se como uma proposta de análise universal, independente dos referentes culturais que a tornam expressiva e legível nos universos empíricos investigados. No texto “Espaço Social e Espaço Simbólico”, resultante de uma conferência sobre *A Distinção* realizada no Japão, Bourdieu denunciou as leituras culturalistas que confundem o espaço social com uma totalidade cultural. A obra clássica de Ruth Benedict sobre o Japão, *O Crisântemo e a Espada*, curiosa e respeitadora da “outra cultura” (identificando a sua sensibilidade própria e o mistério, tão afins dos interesses dos amadores do exotismo, como Bourdieu lhes chamou), acabava por aprisioná-la num círculo de autorreferencialidade. Dividido em segmentos díspares e incomunicantes, este mundo de culturas parecia incólume aos processos históricos globais modernos: a expansão de uma economia capitalista e da divisão do trabalho, a constituição de estados-nação, o colonialismo, a secularização, os sistemas escolares massificados, as formas de cultura popular global, a emergência do individualismo. Tal perspetiva culturalista encontrava

⁹ Sobre a continuação deste debate ver os interessantes trabalhos de Holt (1997), Friedman (2012) e Jarness (2015).

uma homologia na produção de esquemas de classificação hegemônicos, sustentados institucionalmente pelos discursos e práticas dos estados, e pelos princípios de visão e divisão provenientes dos campos políticos e mediáticos. Este modo de pensamento substancialista, como referiu o autor, estimulava uma mundividência racista que levava:

a tratar as actividades ou as preferências próprias de certos indivíduos ou de certos grupos de uma certa sociedade num certo momento como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas numa espécie de essência biológica ou – o que não é melhor – cultural (Bourdieu, 1997, p. 5).

Por saber que a luta epistemológica era inevitavelmente uma luta política, Bourdieu não abdicou dos ganhos da reflexividade para intervir enquanto intelectual público.¹⁰ Assim, a sua análise do “campo político”, onde as lógicas de dominantes afastam os representantes dos representados, conduziu-o à denuncia deste défice democrático, mas também a pensar de que forma intervir. Investiu, em especial, na consagração do “intelectual coletivo”, a quem cabia participar nas lutas simbólicas pela representação do mundo, em nome do que chamou a universalização das conquistas universais. No terreno de luta entre diferentes formas simbólicas de representação, a mundividência relacional proposta pela leitura de obras como *A Distinção* devia prover-se de instrumentos de projecção social e institucionalização. O modelo de análise de *A Distinção* demonstra como a complexidade do espaço de lutas sociais não era uma mera projecção dos mundos institucionais da luta económica ou política, nomeadamente como concebidos por organizações políticas e sindicais, que historicamente haviam monopolizado a resistência às formas de dominação. O espaço das lutas estendia-se por arenas nas quais os indivíduos nem se reconheciam como elementos em luta, já que se encontravam mais propensos a avaliar a sua participação no quadro de afirmação da identidade individual, do que como atores específicos de conflitos entre classes e frações de classe. Meio eficaz de reprodução dos princípios de estratificação inscritos no espaço social, o processo enunciado pela *A Distinção* tornava a sociedade mais conservadora e resistente à mudança. As possibilidades de desafiar esta reprodução social

¹⁰ Algumas obras são especificamente dirigidas a esta intervenção (Bourdieu, 1998 e 2001). Sobre a intervenção política de Bourdieu, ver Poupeau e Discepolo (2002) e Wacquant (2005).

dependiam de um efeito de teoria, isto é, da capacidade de um princípio de análise relacional se inscrever pelo trabalho coletivo de natureza política.

Esta, claro, era uma luta difícil. A institucionalização de um pensamento relacional batalhava num espaço público saturado de outras propostas, onde se destacavam aquelas, em perda simbólica acentuada, que invocavam, com zelo positivista, representações sociais decalcadas da projeção de modelos datados de análise económica; as que absolutizavam determinadas divisões sociais e faziam daí a sua trincheira, como se não tivessem uma génese relacional, ou interseccional, como se tornou comum afirmar, à custa de menor eficácia conceitual; as que, do centro do campo político, celebravam uma grande classe média, lugar idealizado, unido pelo desejo legítimo do consumo que junta indivíduos e grupos com características distintas e exerce um efeito conservador nos padrões da escolha política; as que, prosseguindo velhas fórmulas, reforçavam perspectivas nacionalistas, chauvinistas e de extremismo religioso, hábeis em unir o que está, objetivamente, separado, e explorando o mal-estar social produzido pelo reforço dos processos de desigualdade social, ao representar as lutas sociais como conflitos entre dominados: trabalhadores nacionais contra trabalhadores imigrantes, incentivando a perseguição de minorias étnicas e religiosas, ou denunciando os beneficiários pobres dos apoios do Estado.

Bourdieu nunca se conformou em ser um ator subversivo no campo académico, embora a eficácia dos sujeitos políticos que procurou encarnar – o intelectual público e o intelectual coletivo – se tivessem revelado frágeis. A sua proposta relacional e reflexiva carece de um efeito de teoria inscrito social e politicamente. E, no entanto, a capacidade extraordinária do seu modelo de análise, mormente em *A Distinção*, em identificar a experiência humana prática e simbólica que organiza o espaço social é uma herança poderosa para o objetivo de criar condições políticas para a universalização das conquistas universais.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1958). *Sociologie de l'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, P. (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton.
- Bourdieu, P. (1978). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Vega.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.

- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1998). *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (2001). *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Oeiras: Celta, 2001).
- Bourdieu, P. (2004). *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (ed.) (1965). *Un art moyen, Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit.
- Curto, D. R., Domingos, N., & Jerónimo, M. B. (2010). Para uma sociologia crítica de Pierre Bourdieu. in P. Bourdieu, *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Ed 70.
- Domingos, N. (2014). O pensamento crítico de Pierre Bourdieu. De como escapar à História. In Unipop (ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo* (pp. 101-123). Lisboa: Ed 70.
- Elias, N. (1993). *Mozart: Sociologia de um génio*. Porto: Asa.
- Friedman, S. (2012). Cultural omnivores or culturally homeless? Exploring the shifting cultural identities of the upwardly mobile". *Poetics*, 40, 467-489.
- Goffman, E. (1983). The interaction order. *American Sociological Review*, vol. 48, n.º 1 (Fevereiro), 1-17.
- Gorski, P. S. (ed.) (2013). *Bourdieu and Historical Analysis*. Durham, NC: Duke University Press.
- Grignon, C., & Passeron, J.-C. (1989). *Le Savant et le populaire: misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature*. Paris: Gallimard, Seuil.
- Holt, D. B. (1997). Distinction in America? Recovering Bourdieu's Theory of Taste from its critics. *Poetics*, vol. 26, n.º 2, 93-120.
- Jarness, V. (2015). Modes of consumption: From 'what' to 'how' in cultural stratification research. *Poetics*, 53, 65-79.
- Pereira, V. B. (2005). *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes sociais e "modalidades de estilização da vida" na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento.
- Peterson, R. (1983). Patterns of Cultural Choice. *American Behavioral Scientist*, vol 26, n.º 4 (March/April), 422-438.
- Peterson, R. (1992). Understanding audience segmentation: from elite and mass to omnivore and univore. *Poetics*, vol. 21, 243-258.
- Poupeau, F., & Discepolo, T. (eds.) (2002). *Pierre Bourdieu. Interventions, science sociale et action politique*. Marselha: Agone/Contre-Feux.
- Rancière, J. (1987). *Le Maître ignorant : Cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle*. Paris: Fayard.
- Scott, J. C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press.
- Wacquant, L. (ed.) (2005). *Pierre Bourdieu and Democratic Politics: The Mystery of Ministry*. Cambridge: Polity Press.

Do espaço social à teoria dos campos: uma releitura de *La Distinction*

Franck Poupeau

O livro *La Distinction* (1979) não é apenas um retrato da sociedade francesa dos anos 1960-70, com a sua categorização de três grandes grupos sociais (burguesia, pequena burguesia e meios populares), de acordo com vários princípios importantes de volume de capital possuído e estrutura de distribuição do capital económico e cultural.¹ Desenvolve igualmente uma verdadeira teoria do mundo social, baseada na noção de espaço social, cujos princípios estruturantes expõe (nomeadamente no capítulo 2). A noção de espaço social permite explicar a “unidade do sistema de disposições” (Bourdieu, 1979, p. 109) e a coerência dos modos de vida que Bourdieu tinha salientado nas suas investigações anteriores sobre a economia dos bens simbólicos.² Esta unidade esconde-se “sob a diversidade e a multiplicidade de todas as práticas efetuadas em campos dotados de lógicas diferentes (segundo a fórmula: [(*habitus*)(capital) + campo = prática]; esconde também a estrutura do espaço simbólico delineado por todas estas práticas estruturadas” (Bourdieu, 1979, p. 112). Esta visão do espaço social permite a Bourdieu definir a classe social como um sistema de propriedades (e não como o efeito de uma propriedade fundamental, a posição nas relações de produção), que a análise sociológica deve reconstruir (Lenoir, 2004). Bourdieu recorre então ao *habitus* para definir o “espaço dos estilos de vida” (capítulo 3), antes de situar estes espaços de preferências na “dinâmica dos campos” (capítulo 4).

¹ O presente texto foi traduzido do original em língua francesa por Virgílio Borges Pereira.

² Nomeadamente em Bourdieu e Saint-Martin (1976) e em Bourdieu (1971), que prolongam as reflexões sobre o acesso à cultura iniciadas em *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie* (Bourdieu et al., 1965) e *L'Amour de l'art. Les musées et leur public* (Bourdieu et al., 1966).

A noção de “campo” não é, no entanto, definida em *La Distinction*, embora seja amplamente utilizada por Bourdieu a partir da sua caracterização das noções de *habitus* e de capital (com a fórmula já citada: $[(habitus)(capital) + campo = prática]$). Utiliza-a para dar conta da orquestração de duas dimensões relativamente independentes dos bens culturais: o campo da produção e o campo do consumo (Bourdieu, 1979, p. 255). Bourdieu fornece alguns elementos para caracterizar a lógica dos campos, nomeadamente o facto de todos os campos tenderem a organizar-se segundo a mesma lógica: o volume de capital específico (Bourdieu, 1979, p. 257) e a oposição entre polos estruturados pela distribuição do capital, cuja dinâmica resulta de lutas simbólicas para definir práticas legítimas no espaço considerado (Bourdieu, 1979, p. 279). Mas o resto do livro é uma busca infrutífera de uma “teoria do campo”, que se tornaria uma das principais preocupações de Bourdieu a partir dos anos 1980. É sobre este percurso científico, que conduzirá a um livro inacabado publicado vinte anos após a sua morte, *Microcosmes* (Bourdieu, 2022b), que este texto se debruçará, mostrando, mais particularmente, em que medida certas intuições ou teses não explicitadas no trabalho empírico de *La Distinction* conduzem a uma formulação teórica original.

Das “leis gerais dos campos” à “teoria dos campos”

O conceito de campo é, de facto, uma ferramenta central no sistema analítico desenvolvido por Pierre Bourdieu para compreender o mundo social. Este conceito, que apareceu muito cedo nos seus trabalhos sobre o mundo intelectual (Bourdieu, 1966) e que foi continuamente utilizado e reelaborado ao longo do tempo, foi ocupando um lugar cada vez mais importante na sua construção de uma sociologia relacional, enquanto era posto à prova em domínios e objetos sociais extremamente variados: a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a economia, o Estado, etc.

Um campo designa um sistema de relações objetivas entre posições que se caracterizam pela estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, cuja posse controla o acesso aos lucros específicos em jogo no campo considerado, enquanto define as relações objetivas com outras posições (dominação, homologia, etc.) (Bourdieu & Wacquant, 2014, p. 142). Envolve uma visão das sociedades diferenciadas em que:

o cosmos social é constituído pelo conjunto destes microcosmos sociais hierarquizados e relativamente autónomos, ou seja, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade *específicas e irreduzíveis* às que regem os outros campos. Por exemplo, assim que são constituídos enquanto tal, o campo artístico, o campo religioso e o campo económico obedecem a lógicas diferentes: o campo económico emergiu, historicamente, como um universo em que, como se diz, “negócio é negócio” [...], onde as relações encantadas de parentesco, de amizade e de amor estão em princípio excluídas; o campo artístico, pelo contrário, constituiu-se na e pela rejeição da economia económica, isto é, pela inversão da lei do lucro material (Bourdieu & Wacquant, 2014, p. 142).

Desde o final dos anos 1980, P. Bourdieu tinha planeado publicar um livro construído em torno do conceito de campo, mobilizado em torno de um espaço de problemas diversificados, numa rutura com a maioria dos seus livros em que a análise permanece inseparável na sua exposição do objeto ao qual é aplicada. Prosseguia dizendo que:

a teoria geral da economia dos campos, que se elabora progressivamente, de generalização em generalização (há muito tempo que trabalho num livro em que tento isolar, a um nível superior de formalização, as propriedades gerais dos campos), permite-nos descrever e identificar a *forma específica* que os mecanismos e conceitos mais gerais, como capital, investimento e interesse, tomam em cada campo (Bourdieu & Wacquant, 2014, p. 166).

Neste sentido, *Microcosmes* é a sua obra mais “teórica”, mesmo que, para ele, não houvesse teoria que pudesse ser verdadeiramente elaborada sem ser ao mesmo tempo posta à prova de um objeto construído.

Num pequeno texto de *Questions de sociologie* intitulado “Quelques propriétés des champs” [Algumas propriedades dos campos] (Bourdieu, 1980, pp. 113-120), Bourdieu enuncia certas “leis gerais dos campos”, no sentido de que:

campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião têm leis invariantes de funcionamento (é por isso que o projeto de uma teoria geral não é insensato e que se pode, doravante, usar o que aprendemos sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal da monografia idiográfica e da teoria formal e vazia). Cada vez que estudamos um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda hoje ou da religião na Idade Média, descobrimos propriedades específicas, próprias de um campo particular, enquanto avançamos no conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias (Bourdieu, 1980, p. 113).

Entre estas “leis gerais”, que também designa por invariantes, Bourdieu começa por mencionar o facto de que em todos os campos existe uma luta entre dominantes e dominados, que assume formas específicas, uma vez que existem apostas e interesses específicos que são irreduzíveis aos de outros campos e, por conseguinte, “pessoas dispostas a jogar o jogo, dotadas de um *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das apostas, etc.” (Bourdieu, 1980, p. 114). Em segundo lugar, cada campo está associado a um capital específico, cuja distribuição orienta as estratégias dos agentes ou instituições envolvidos na luta. Em terceiro lugar, a estrutura do campo, enquanto estado de relações de poder entre os agentes em luta, está ela própria sempre em causa:

as lutas de que o campo é o *locus* têm em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característico do campo considerado, isto é, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (Bourdieu, 1980, p. 114).

Finalmente, as lutas num campo pressupõem um acordo fundamental sobre o que está em jogo no campo, e esta “cumplicidade objetiva que subjaz a todos os antagonismos”, estes pressupostos tacitamente aceites, produzem uma *doxa* como “crença no valor do que está em jogo” (Bourdieu, 1980, p. 115).

A teoria dos campos como programa de investigação

Há na teoria dos campos um elemento que Pierre Bourdieu trata pouco e que, no entanto, aparece várias vezes no decurso das suas análises, sem ser objeto de desenvolvimentos muito precisos. Trata-se da ideia de metacampo, que desloca, de forma insensível e irremediável, o que pode ser considerado um dos temas mais aceites em sociologia desde, pelo menos, Durkheim, Weber, Elias, Luhmann,³ passando pelo próprio P. Bourdieu: a ideia de que as sociedades ditas “modernas” são ao mesmo tempo sociedades diferenciadas e o produto de processos históricos de diferenciação social. O metacampo é o que está meta, “para além”, o que transporta e aplica, “a um nível superior”, a teoria dos campos.

Se esta mudança não é explicitamente teorizada por P. Bourdieu, tanto nos seus textos como nas suas conferências, é sem dúvida porque, como mostra a obra inacabada, *Microcosmes. Théorie des champs* (Bourdieu, 2022b), os avanços da investigação empírica precedem, no duplo sentido de “vir antes” (avançar) e “antecipar” (ultrapassar), o esforço de teorização e de formalização da teoria. Ou, mais precisamente, porque os conceitos de P. Bourdieu nascem da necessidade de dar conta dos fenómenos sociais ou da sua interdependência. No entanto, para não cairmos numa exegese que a transformaria numa espécie de interpretação do “texto sagrado”, devemos interrogar-nos porque é que tal noção não foi tematizada, ou teorizada, como tal, e porque é que P. Bourdieu não lhe prestou mais atenção. Para o fazer, é preciso considerar a noção de campo, não como um modelo acabado, que teríamos simplesmente de aplicar a diferentes realidades, mas como um programa de investigação, no sentido de Lakatos (1994), que inclui tanto um corpo de proposições básicas (um “núcleo teórico duro”) como uma “franja de hipóteses secundárias” suscetíveis de serem desenvolvidas, revistas, alteradas.

³Ver, por exemplo, N. Luhmann (1990, pp. 409-411).

Os estudos de campo que se sucedem em *Microcosmes* oferecem uma abordagem comparativa das variações e invariantes no funcionamento dos mundos sociais, mas as notas inéditas que concluem o livro explicam que o modelo de campo é um “instrumento de construção” na base de uma “interrogação sistemática”. Permite-nos pensar “analogicamente” um campo singular como um “caso em questão” ou, como ele diz seguindo Bachelard, um “caso particular do possível”. Princípios muito gerais (o “núcleo duro”) aplicam-se a diferentes campos:

uma das virtudes da noção de campo é o facto de fornecer princípios gerais para a compreensão dos universos sociais da forma campo e de nos obrigar a colocar questões sobre a especificidade destes princípios gerais em cada caso particular. [...] A teoria de campo guia e orienta a investigação empírica. [...] Como se pode ver, a noção de campo é um sistema de questões que se torna cada vez mais específico (Bourdieu, 2001, pp. 71-72).

A noção de campo conduz, assim, à construção de um “modelo simplificado do campo social no seu conjunto” destinado a:

pensar, para cada agente, a sua posição em todos os campos de jogo possíveis (entendendo-se que, embora cada campo tenha a sua própria lógica e a sua própria hierarquia, a hierarquia estabelecida entre as espécies de capital e a ligação estatística entre os diferentes bens fazem com que o campo económico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos) (Bourdieu, 2022b, p. 502).⁴

Cada posição está, portanto, associada a um sistema multidimensional de coordenadas em que o peso relativo dos diferentes tipos de capital possuídos determina, para cada agente social, não só o volume global de capital, mas também a sua estrutura. A importância das lutas implica também que a sociologia assuma o papel de uma “ciência da luta de classificações e, em particular, da lógica

⁴ Para Bourdieu, certas sociedades podem ser dominadas por outras lógicas, como as da honra, ou da religião, ou do poder militar.

específica do campo político, ligada por uma relação de homologia estrutural ao campo social no seu conjunto” (Bourdieu, 2022b, p. 22). Enquanto campo de forças, a noção de campo abrange também um campo de lutas.

Esta dinâmica de invenção através da qual P. Bourdieu fez funcionar o conceito de campo encontra-se na ideia do Estado como um “metacampo”⁵, uma noção forjada para responder a uma nova questão, um problema decorrente da análise dos campos. O modelo de campo social visa, de facto, dar conta dos processos históricos de diferenciação nas sociedades contemporâneas. Em comparação com os autores “clássicos” anteriormente citados, P. Bourdieu entende essa diferenciação a partir do estudo da autonomização dos campos de produção cultural, que pressupõem o surgimento de um grupo de produtores (escritores, artistas, etc.), mas também a existência de instâncias específicas de consagração e a formação de um mercado de bens simbólicos. A hipótese aqui explorada é a de que a expansão dos campos de estudo de P. Bourdieu para além dos campos de produção cultural, a partir dos anos 1980, o levou a questionar de forma diferente o campo do poder, concebido como um todo que engloba os outros campos. Em particular, o estudo da génese do campo burocrático e do Estado leva-o a colocar uma nova questão: o que mantém unidos estes microcosmos diferenciados e mutuamente autónomos no seio de sociedades diferenciadas?

O papel do Estado como *metapoder*

Esta ideia pode ser encontrada no texto “Esprits d’État”, que vale a pena citar na íntegra:

O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes espécies de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital económico, capital cultural ou, melhor ainda, capital informativo, capital simbólico, concentração essa que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, conferindo poder sobre as outras espécies de capital e seus detentores. A concentração das diferentes espécies de capital (que acompanha a

⁵Sobre este ponto, ver também P. Bourdieu (2012, pp. 313-318 e pp. 486-489).

construção dos diferentes campos correspondentes) conduz, de facto, à *emergência* de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer poder sobre os diferentes campos e sobre as diferentes espécies particulares de capital, nomeadamente sobre as taxas de câmbio entre elas (e, do mesmo modo, sobre as relações de poder entre os seus detentores). Daqui decorre que a construção do Estado é indissociável da construção do *campo de poder*, entendido como o espaço de jogo em que os detentores do capital (de diferentes espécies) lutam *em particular* pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que dá poder às diferentes espécies de capital e à sua reprodução (através, nomeadamente, da instituição escolar). Embora as diferentes dimensões deste processo de concentração (forças, exércitos, fiscalidade, direito, etc.) sejam interdependentes, para efeitos de análise devem ser examinadas uma a uma (Bourdieu, 1994, pp. 108-109).

P. Bourdieu prossegue a sua análise detalhando a concentração do “capital de força física que foi privilegiada na maior parte dos modelos de génese do Estado” (Marx, Weber, Elias, Tilly), antes de se debruçar sobre o capital informacional e o capital simbólico. Mas num texto que tem como subtítulo “génese e estrutura do campo burocrático”, seria de esperar que Bourdieu falasse de capital burocrático, cuja distribuição estaria na base da estruturação de um campo burocrático. No entanto, Bourdieu fala de um “capital especificamente estatal”, e depois de um “campo de poder”. Porquê esta mudança de vocabulário? Ou, para ser mais preciso, porquê uma tal mudança no foco da análise?

De facto, é no decurso da sua elaboração do modelo do campo burocrático que P. Bourdieu desenvolve a ideia de um “poder acima dos poderes” (Bourdieu, 2012, p. 311), com a entrada em jogo de um “metacapital” que tem a propriedade de exercer poder sobre outros capitais: “o Estado, enquanto detentor de um metacapital, é um campo no interior do qual os agentes lutam para possuir um capital que dá poder sobre outros campos” (Bourdieu, 2012, p. 312). Esta questão do “metacampo” exprime assim uma *necessidade conceptual*, destinada a dar conta da lógica dos processos históricos tal como foi reconstruída na análise da génese do campo burocrático. O nascimento de um espaço diferenciado de campos (jurídico, administrativo, intelectual,

etc.) em competição uns com os outros, permite a criação de um espaço de trabalho que é o campo burocrático. O nascimento de um espaço diferenciado de campos (jurídico, administrativo, intelectual, etc.) em concorrência entre si, permite a invenção do Estado como poder sobre os outros campos, encarnado primeiro pelo rei e a sua casa e depois pelo funcionário público e o campo burocrático:

cada um dos campos quer agir sobre este metacampo para triunfar tanto sobre os outros campos como no interior do seu próprio campo [...]. O que se constitui assim é um *espaço de poder diferenciado, a que chamo campo de poder* [itálico nosso] (Bourdieu, 2012, p. 489).

Esta lógica de investigação em curso – e de constante reformulação do modelo – é visível quando Bourdieu explica:

No fundo, não sabia que estava a fazer isto, mas descobri-o à medida que o faço: queria descrever a génese do Estado e, na realidade, penso que estou a descrever a génese do campo de poder, isto é, um espaço diferenciado no interior do qual diferentes detentores de poder lutam para que o seu poder seja o poder legítimo. Uma das questões em jogo nas lutas no interior do campo do poder é *o poder sobre o Estado enquanto metapoder capaz de atuar sobre diferentes campos* [itálico nosso] (Bourdieu, 2012, p. 489).

O metacampo é, portanto, o poder sobre o Estado. Mas a análise também não para neste ponto, porque P. Bourdieu é levado a especificar as relações entre o campo de poder e o Estado: “um dos princípios unificadores do campo de poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2012, p. 313). A análise do Estado como *metacampo simultaneamente originário e interveniente na diferenciação dos campos* pode ser ilustrada pelo caso da fiscalidade, que permite a construção de um capital económico central através do qual o Estado adquire “o poder de contribuir para a construção de um espaço económico autónomo” (Bourdieu, 2012, p. 318). Mais ainda, o Estado contribui para a formação nacional de

um espaço social unificado, fazendo-o conter, tanto pela crença como pelo constrangimento, os *microcosmos* cada vez mais diferenciados que constituem os mundos contemporâneos. Esta tese é sintetizada no texto sobre “a casa do rei” (retomado em Bourdieu, 2022, p. 396):

À medida que o campo do poder se diferencia, cada elo é, ele próprio, um ponto (um cume) num campo (podemos ver a crescente diferenciação do campo do poder ao mesmo tempo que a constituição do campo burocrático do Estado – como um metacampo que determina as regras que regem os diferentes campos e, como tal, é uma aposta [*enjeu*] nas lutas entre os dominantes dos diferentes campos).

É aqui que podemos trazer outras referências utilizadas por P. Bourdieu no campo económico. Ele reconhece claramente o contributo de Norbert Elias que, logo no início de *La Dynamique de l'Occident*, enuncia a “lei do monopólio”, ou seja, o facto de o processo de monopolização que conduzirá ao Estado ser provocado por lutas concorrenciais decorrentes da diferenciação das funções sociais.⁶ Mas é preciso procurar outras pistas para a mudança de problemática, e elas podem ser encontradas num outro tipo de obra citada por P. Bourdieu, a de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*:

A história económica revela que os mercados nacionais não surgiram de todo como resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera económica do controlo governamental. Pelo contrário, o mercado foi a consequência de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta do Estado, que impôs à sociedade a organização do mercado para fins não económicos.⁷

Este não é o aspeto mais conhecido da tese do desencastamento da economia, e vale a pena determo-nos nele por um momento: como se produz este processo de diferenciação da economia, que a desintegra de outros universos sociais?

⁶Ver N. Elias (1975, em particular o início do capítulo sobre “la sociogenèse du monopole fiscal”, p. 149 e seguintes).

⁷K. Polanyi (1983 [1944], p.338). Poderiam citar-se também vários outros textos de Fernand Braudel, que coloca em evidência o papel estruturante do Estado. Ver, por exemplo, a síntese apresentada em *La dynamique du capitalisme* (Braudel, 1975).

De acordo com Vincent Gayon e Benjamin Lemoine, o desencastamento refere-se a “um processo incerto e contestado, que dá lugar de destaque a novas formas de conhecimento que procuram emancipar as práticas de produção e de troca do controlo tradicional [...] e participar na construção dos Estados” (2014, pp. 11-12). Em particular, mostram como:

ao estudar a construção do mercado da habitação em França nos anos 1970, também P. Bourdieu identificou esta propensão para autonomizar analiticamente o mercado e para rejeitar, em particular, o papel (ativo ou não) do Estado ou das autoridades locais na formação da oferta e da procura de habitação (até nas interações face a face entre um banqueiro e um potencial comprador). (...) P. Bourdieu prolonga a perspectiva de Polanyi que mostra a coevolução do Estado e dos mercados nacionais contra a tendência para os pensar como duas entidades estanques, legada pelo pensamento económico neoclássico e que tende a ser levada por diante, sem dúvida apesar de si mesma, pelos trabalhos reunidos durante algum tempo sob o rótulo de “nova sociologia económica” (Gayon & Lemoine, 2014, p. 13).

O *desencastamento* do económico como um universo que obedece às suas próprias leis é assim pensado como “um projeto político, uma *utopia* constantemente reposta em funcionamento que encontra com dificuldade os caminhos para a sua realização e implica toda uma série de efeitos colaterais sobre outras esferas de atividade” (Gayon & Lemoine, 2014, p. 15). Polanyi detalha este processo de autonomização e o papel do Estado nos casos britânico e francês, tal como resumido por Gayon e Lemoine:

“A história económica revela que os mercados nacionais não surgiram porque a esfera económica se emancipou gradual e espontaneamente do controlo governamental. Pelo contrário, o mercado foi a consequência de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta do Estado, que impôs à sociedade a organização do mercado para fins não económicos”. Com efeito, os Estados consolidam-se

através da unificação do mercado nacional imposto às cidades e do controlo da sua abertura comercial face às corporações comerciais intermunicipais. Ao nível do Estado-nação, as doutrinas mercantilistas e livre-cambistas forneceram a lógica e os objetivos desta construção estatal dos mercados nacionais; com efeito, era este o objetivo declarado da “economia política” que então se inventava. Estes saberes de Estado deram um contributo importante para delimitar e organizar a “realidade económica”, e de formas muito diferentes consoante as configurações nacionais (Gayon & Lemoine, 2014, p. 15).

Se é sobretudo com as finanças do Estado que este processo se concretiza (com a criação de uma “coleção centralizada, impessoal e burocrática”, algo que Norbert Elias ou Barrington Moore já tinham exposto), Gayon e Lemoine mostram que:

o desencastamento da economia não se estende de forma homogénea a toda a realidade social. Este é também acompanhado por uma *oposição instituinte* dos mundos da arte e da cultura face à mercantilização do mundo. No século XIX, se seguirmos a análise de Pierre Bourdieu, o campo literário constituiu a sua autonomia ao subverter a axiomática do universo económico (Gayon & Lemoine, 2014, p. 22).

O mercado dos bens simbólicos, fundado no desinteresse e na negação da economia, é assim um “mundo económico invertido”, mas também uma exceção, como outras “ilhas de economia pré-capitalista que se perpetuam no universo da economia constituída como tal”: a família, os partidos políticos, as escolas, as associações, as cooperativas, as igrejas, as fundações filantrópicas, os hospitais e o desporto (Gayon & Lemoine, 2014, p. 23).

A acumulação de capital simbólico

No entanto, a análise da diferenciação dos campos deve ir para além da economia dos bens simbólicos. Como salienta P. Bourdieu, é precisamente “a constituição de corpos burocráticos autónomos em relação à família, à religião e à economia que é a condição para a emergência do chamado Estado-nação” (Bourdieu, 2012, p. 72). É, portanto, ao nível da concentração de um novo tipo de recursos que a dinâmica do processo histórico deve ser identificada: ao recusar reduzir o processo de acumulação a uma única dimensão, à sua função económica, P. Bourdieu indica que é uma outra forma de acumulação que torna possível a acumulação de recursos económicos: uma *acumulação de capital simbólico*.⁸ A análise do “golpe de força simbólico” que consiste em “aceitar universalmente a ideia de que existe um ponto de vista dominante e legítimo (...) no funcionamento de um território que se constrói ao mesmo tempo que um novo” (Bourdieu, 2012, p. 123), dá particular relevo à tese de que o Estado é uma instituição que detém o monopólio da violência física e simbólica legítima.⁹

A análise do processo de diferenciação é, tal como a análise da dualidade do Estado, a análise da monopolização de um certo tipo de capital com pretensões universais – a universalização anda de mãos dadas com a monopolização e a dominação:¹⁰

O Estado é um *Janus* tal que não se pode afirmar uma propriedade positiva sem afirmar simultaneamente uma propriedade negativa, (...) uma propriedade progressiva sem uma propriedade regressiva, opressiva. Isto é embaraçoso para aqueles que querem amanhã que cantam.... (...) Descrever a génese do Estado é descrever a génese de um campo social, de um microcosmo social relativamente autónomo no seio do mundo social englobante, no qual se joga um determinado jogo, o jogo político legítimo. (...) Fazer a génese do Estado, é

⁸ Para uma análise detalhada do capital simbólico, ver *Méditations pascaliennes* (Bourdieu, 1997).

⁹ Tal como a análise dos juristas como burocratas do universal, cuja ação explica a génese do Estado e contribui para estruturar o campo do poder.

¹⁰ Ver F. Poupeau (2015).

fazer a génese de um campo em que a política é jogada, simbolizada, dramatizada nas formas, e em que, ao mesmo tempo, as pessoas cujo privilégio é entrar neste jogo têm o privilégio de se apropriar de um recurso particular que poderíamos chamar o recurso “universal”. Entrar neste jogo da política conforme e legítima é ter acesso a este recurso progressivamente acumulado que é “o universal”, na palavra universal, nas posições universais a partir das quais se pode falar em nome de todos, do *universum*, da totalidade de um grupo. Pode-se falar em nome do bem público, do que é bom para o público e, ao mesmo tempo, apropriar-se dele. Tal está na origem do “efeito *Janus*”: há pessoas que têm o privilégio do universal, mas não se pode ter o universal sem se ser ao mesmo tempo monopolizador do universal. Existe um capital do universal. O processo de constituição desta autoridade de gestão do universal é inseparável do processo de constituição de uma categoria de agentes cuja propriedade é apropriar-se do universal. (...) A génese do Estado é um processo durante o qual se concentra toda uma série de recursos: recursos informativos (estatísticas através de inquéritos e relatórios), capital linguístico (oficialização de uma das línguas que se constitui como língua dominante, de modo que todas as outras línguas sejam formas depravadas, desonestas ou inferiores da mesma). Este processo de concentração anda de mãos dadas com um processo de despossessão: constituir uma cidade como a capital, como o lugar onde se concentram todas estas formas de capital, é constituir a província como uma despossessão de capital; constituir a língua legítima é constituir todas as outras línguas como dialeto. (...) Esta concentração é ao mesmo tempo uma unificação e uma forma de universalização. Onde havia diversidade, dispersão e localidade, há agora singularidade (Bourdieu, 2012, pp. 161-163).

Bourdieu evoca aqui uma colaboração com Germaine Tillion sobre as unidades de medida em várias aldeias cabilas: havia tantas unidades de medida quantas as aldeias da pequena área considerada. Assim,

a criação de uma norma nacional e estatal para as unidades de medida é um passo em direção à universalização: o sistema métrico é uma norma universal que pressupõe um consenso e um acordo de significado. Este processo de concentração, unificação e integração é acompanhado por um processo de despossessão, uma vez que todos os conhecimentos e competências associados a estas medidas locais são desqualificados (Bourdieu, 2012, p. 163).

De facto, a construção de uma forma de universalidade neste ou em qualquer outro domínio é acompanhada por uma “concentração” de universalidade:

Há aqueles que querem o sistema métrico (matemáticos) e aqueles que são remetidos para o nível local. O próprio processo de construção de recursos comuns é inseparável da construção desses recursos comuns em capital monopolizado por aqueles que têm o monopólio da luta pelo monopólio do universal (Bourdieu, 2012, p. 163).

Um tal exemplo ilustra de acordo com P. Bourdieu os processos de constituição de um campo:

a autonomização deste campo em relação a outras necessidades; a constituição de uma necessidade específica em relação à necessidade económica, doméstica; a constituição de um tipo específico de reprodução burocrática, específica em relação à reprodução doméstica, familiar; a constituição de uma necessidade específica em relação à necessidade religiosa – é inseparável de um processo de concentração e de constituição de uma nova forma de recursos que se revelam universais, ou pelo menos de maior grau de universalização do que os que existiam anteriormente. Passa-se de um pequeno mercado local para

um mercado nacional, tanto do ponto de vista económico como simbólico. A génese do Estado é, no fundo, inseparável da constituição de um monopólio do universal, de que a cultura é o exemplo maior (Bourdieu, 2012, pp. 161-162).

O Estado constitui-se assim unificando não só o mercado económico, mas também o mercado das trocas simbólicas (Bourdieu, 2012, pp. 164-165). O “baile dos solteiros” mostra como os “privilégios locais”, os do pequeno camponês de “outrora”, são desmantelados pela unificação do mercado matrimonial, que aparece então como garantia de libertação para os dominados de “outrora”, por exemplo, as mulheres que vão para a cidade, etc.:

Toda a ambiguidade deste processo de universalização está aí. Do ponto de vista das raparigas do campo que se mudam para a cidade, que casam com um carteiro, etc., há um acesso ao universal. Mas este grau superior de universalização é inseparável do efeito de dominação. A universalização tem por reverso uma despossessão e uma monopolização. A génese do Estado é a génese de um lugar de gestão do universal e, ao mesmo tempo, de um monopólio do universal, e de um conjunto de agentes que participam no monopólio de facto desta coisa que, por definição, é do universal (Bourdieu, 2012, pp. 165-166).

O que mantém unidas as sociedades diferenciadas

No final destas análises do processo de diferenciação, o metacampo aparece como o que mantém os campos unidos: um produto da construção do universal no interior do campo burocrático, que monopoliza o universal ao ponto de se constituir como um campo de poder, poder sobre o capital e poder sobre os campos. Enquanto a visão das “sociedades diferenciadas”, derivada da “tradição sociológica”, nos leva a pensar no primado da economia como fator determinante dos processos de autonomização, a ideia de metacampo coloca o Estado no centro das transformações estruturais: um elo de ligação entre os microcosmos, um campo de poder que, mais do que um campo social, produz o

universal produzindo, primeiro, modos restritos de apropriação do universal. Tal como a cultura, que está inicialmente confinada a campos de produção restrita, o desafio é depois o de universalizar as condições de acesso a essa cultura. O metacampo, enquanto poder sobre o Estado e poder sobre os diferentes capitais, continua a ser um campo de batalha.

Resta saber porque é que P. Bourdieu não desenvolveu esta ideia de metacampo e as suas consequências para a análise dos processos de diferenciação social. Ao mesmo tempo que explorava o metacampo no início dos anos 1990, é possível evocar a sua desilusão com as instâncias estatais e o seu envolvimento crescente com os movimentos sociais.¹¹ Podemos também mencionar o facto de que um dos últimos textos de P. Bourdieu sobre os campos diz respeito à ideia de um “campo de poder internacional”, e que a sua desconstrução do poder da economia o levou a deslocar o foco do Estado para as formas globais de acumulação de capital (Bourdieu, 2000, especialmente o *post-scriptum* “Du champ national au champ international” [Do campo nacional ao campo internacional]). Mas há, sem dúvida, elementos ligados à própria teoria dos campos. Se esta teoria formaliza a necessidade da emergência de um corpo de profissionais, de corpos de consagração e de processos de institucionalização, permanece muito embrionária quando se trata de analisar as relações entre campos – mais frequentemente entendidas como relações de *homologia* (seja em *La Noblesse d’État* ou em *Règles de l’art*). *Microcosmes* contém notas inéditas sobre as hierarquias entre os campos, que sugerem um alargamento da teoria – tal como foi esboçado na análise do campo editorial¹² – e que permitiriam apreender os modos como o capital simbólico estrutura a acumulação de outras formas de capital, em relações de dependência ou subordinação que nem sempre podem ser reduzidas a relações de homologia.

¹¹ Ver sobre este assunto, P. Bourdieu, *Interventions* (1961-2011). *Science sociale et action politique* (2022a [2002]).

¹² P. Bourdieu, *Microcosmes*, capítulo 5.2: “Une révolution conservatrice : le champ éditorial” (2022b, pp. 455-489).

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1966). Champ intellectuel et projet créateur. *Les Temps modernes*, 246, 865-906.
- Bourdieu, P. (1971). Le marché des biens symboliques. *L'Année sociologique*, 22, 1971, 49-126.
- Bourdieu, P. (1980). *Questions de sociologie*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1994). *Raisons pratiques*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2000). *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2022a [2002]). *Interventions (1961-2011). Science sociale et action politique*. Marseille: Agone.
- Bourdieu, P. (2022b). *Microcosmes. Théorie des champs*. Paris: Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. & Saint-Martin, M. (1976). Anatomie du goût. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5, 2-112.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2014). *Invitation à la sociologie réflexive*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P., Boltanski, L., Castel, R., & Chamboredon, J.-C. (1965). *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P., Darbel, A., Schnapper, D. (1966). *L'Amour de l'art, les musées et leur public*. Paris: Minuit.
- Braudel, F. (1985). *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud.
- Elias, N. (1975). *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy.
- Gayon, V. & Lemoine, B. (2014). Maintenir l'ordre économique. Politiques de désencastrament et de réencastrament de l'économie, *Politix*, 105/1, 7-35.
- Lakatos, I. (1994). *Histoire et méthodologie des sciences: programme de recherche et reconstruction rationnelle*. Paris: PUF.
- Lenoir, R. (2004). Espace social et classes sociales chez Pierre Bourdieu, *Sociétés & Représentations*, 17, 385-396. <https://doi.org/10.3917/sr.017.0385>.
- Luhmann, N. (1990). "The Paradox of System Differentiation and the Evolution of Society". In J. C. Alexander, P. Colomy (dir.), *Differentiation Theory and Social Change: Comparative and Historical Perspectives* (pp. 409-411). New York: Columbia University Press.
- Polanyi, K. (1983 [1944]). *La Grande transformation*. Paris: Gallimard.
- Poupeau, F. (2015). The Invention of the State: Bourdieu between Béarn and Kabylia, *Berkeley Journal of Sociology*, 59: <http://berkeleyjournal.org/>.

*Ce que Parler Veut Dire :
l'économie des échanges
linguistiques.*
De Pierre Bourdieu.
Paris, Fayard, 1982

A presente obra também se encontra disponível em português,
sob o título *O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas*,
publicada pela Difel, em 1998, com tradução de Wanda Anastácio.

Sessão realizada a 5 de janeiro de 2023 na Sala de Reuniões
2 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
moderada por Virgílio Borges Pereira, com intervenções
de Cláudia Marisa Oliveira e Carla Aurélia de Almeida.

O que falar quer dizer: performatividade, corporeidade e linguagem

Cláudia Marisa Oliveira

Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques (1982) é uma obra de Pierre Bourdieu versando a relação entre a linguística e a sociologia. Neste livro, o sociólogo analisa as interações comunicacionais como relações de força simbólica demonstrando que o sentido do discurso, embora relevante, só adquire valor na correlação com o poder legitimado desse mesmo discurso. Nesta obra, Bourdieu discorre sobre a natureza social da linguagem enquanto sistema de normas objetivas e exteriores aos sujeitos falantes. Com este texto pretende-se traçar uma cartografia de leitura da obra *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* tentando tecer reflexões que contextualizam a linguagem como representação social através da qual se estabelecem relações interpessoais.

1. O convite para participar no ciclo de debates “Bourdieu e os seus livros” organizado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e comissariado por Virgílio Borges Pereira, deixou-me, a um tempo, honrada e com um enorme sentido de responsabilidade. Honrada porque este sociólogo tem, ao longo dos anos, acompanhado e sustentado o meu trabalho investigativo; com um grande sentido de responsabilidade (para não dizer ansiedade) porque não me considero uma especialista em Pierre Bourdieu e partilhei este ciclo com investigadores que muito admiro e que têm desenvolvido um profundo trabalho de análise sobre a obra deste autor. No meu caso, com um percurso flutuante entre a criação artística e a análise sociológica, o fascínio pela obra de Pierre Bourdieu faz-se sentir, primordialmente, no seu contributo para o entendimento do campo cultural e artístico, nomeadamente na pressuposição da experiência e fruição da obra de arte como comunicação significativa por excelência,

paradigma que corroboro. No contexto do ciclo, fui convidada para ler/reler a obra *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* (Bourdieu, 1982). Esta obra foi capital no meu projeto final de licenciatura em sociologia, na minha investigação de mestrado em sociologia e no meu projeto doutoral em dança. Percebo, assim, que o convite que me foi endereçado não foi inocente. Com efeito, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* tem-me acompanhado ao longo do tempo e, por várias razões, sustentou teoricamente trabalhos que desenvolvi. Para além de ser, juntamente com *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire* (Bourdieu, 1992), um dos meus livros de cabeceira e, arrisco a audácia, um dos meus “manuais de sobrevivência” no campo artístico no qual sou actante, encontrando exemplarmente refletida, na visão de Bourdieu, uma parte do mundo que é o meu.

A este ponto releio o que escrevi e constato que está excessivamente pessoal, o que me desagrada. Pese embora, o arquivo biográfico seja validado, e até valorizado, no discurso artístico não se adequa, à partida, ao desígnio da escrita académica. Contudo, a relação que teço com Bourdieu foi sempre através da conjugação do olhar académico com a praxis artística, traduzindo-se numa aproximação da investigadora ao campo de estudo que, em termos metodológicos, se refletiu (quase sempre) numa observação participante e etnográfica. Com Bourdieu, aprendi a *desnascer* do campo artístico, no qual tinha construído códigos, leituras e um saber-fazer, por forma a poder *renascer* com um novo olhar, neste caso eminentemente analítico e reflexivo. Esta constatação não apazigua o meu descontentamento em relação a uma escrita excessivamente pessoalizada. Será com o sociólogo que, de alguma forma, encontro alguma legitimação para uma escrita autorreflexiva:

Não tenho a intenção de me dedicar ao género da autobiografia, que afirmei bastantes vezes o quanto era convencional e ilusório. Queria apenas tentar reunir e tornar disponíveis alguns elementos para uma auto-socioanálise. Não escondo as minhas apreensões, que vão muito além do temor habitual de ser mal compreendido. Em face, nomeadamente, da amplitude do meu percurso no espaço social e da incompatibilidade prática dos universos sociais que aproxima sem reconciliar, tenho, com efeito, a impressão de que não posso esperar que o leitor encare as experiências que serei levado a evocar na perspectiva que, na minha opinião, lhe convirá, até

por não estar seguro de eu próprio o poder fazer com os instrumentos da sociologia (Bourdieu, 2004, p. 11).

Desta feita, e de acordo com uma prática socioanalítica abdicamos, neste texto, de um ponto de vista soberano, corroborado pela impossibilidade de se enunciar uma linguagem pura e total sobre a leitura de uma obra que, por natureza, se revela um objeto de estudo conceptual, simbólico e representativo. Não abdicamos, no entanto, de acionar a “imaginação metodológica”, termo tão caro a Pierre Bourdieu (2001) e, deste modo, desfrutar de inúmeras visões do mundo e de múltiplas combinações de abordagens, única forma, parece-me, de respeitar a dimensão e complexidade da obra deste autor. Nomear, desde já, o recurso a um discurso alicerçado numa autoanálise, é confessar um segredo: a profunda admiração pelo sociólogo.

2. Toda a leitura é encontro. Encontro entre narrativas, teorias, autores e leitores. Mas é, também, encontro entre a imanência de um mundo e a sua possível materialidade. Assim entendido, ler pode ser considerado um recurso socioanalítico a partir de uma visão autoral que, ao enformar uma trama do real, cria possibilidades de existência. Nesse sentido, o encontro entre um autor e o seu leitor implica uma resolução: aceitar a imanência da visão do mundo proposta e, a partir daí, fazer coexistir percepções subjetivas, linguagens em significação e representações de “si-mesmo”. A leitura deixa-nos, então, entre dois mundos sem que o desespero ou indiferença se instalem. Será como um passeio em que o leitor delega no autor o mistério da invenção através do qual as narrativas, os corpos, e o próprio leitor adquirem sentido e existência. Isto sabendo que o ato de existir se confunde com o gesto efetivo de existência, como nos ensinou Bourdieu. Reforço a importância que um livro pode adquirir, tendo como pressuposto o pensamento crítico (no qual incluo a arte) como o sítio mais competente para mudar o mundo, exatamente por estar no centro dele. Apraz-me acreditar que a praxis académica e a prática artística, na sua génese, vivem da articulação da cultura, de uma mitogénese universal e de um imaginário pessoal. Regresso à minha inquietação com um tom excessivamente pessoal e subjetivo neste texto e, no entanto, os livros contam sempre histórias privadas e biográficas, e a relação que os leitores estabelecem com os seus autores é sempre uma relação pessoal, íntima e subjetiva. A forma como tecemos a nossa biografia na leitura será, no olhar de Bourdieu, um capital simbólico dotador de legitimação.

O meu encontro com Pierre Bourdieu teve lugar na licenciatura em sociologia pela mão de outro sociólogo que muito admiro, José Madureira Pinto. O que me fascinou em Bourdieu foi a complexidade teórica aliada a uma aplicação imediata na observação do mundo. Frequentemente questioneei o que me seduziu em Bourdieu, e uso deliberadamente a palavra sedução para relatar uma adesão incondicional a este sociólogo. Percebo, agora, que me atraiu o olhar realista e, por vezes, pouco esperançoso que Bourdieu coloca na análise social, mas, igualmente, a similitude metodológica deste sociólogo com as metodologias de criação artística. Com efeito, encontro em Bourdieu um pensamento muito próximo da criação artística, quer nos processos coletivos/colaborativos de investigação, quer numa escrita metafórica e imagética. O olhar estético está patente, de forma explícita, no Bourdieu fotógrafo, mas, na minha perspetiva, encontramos, na sua escrita, um olhar cénico e dramático sobre o mundo e os seus agentes como é exemplo a investigação que dá origem à obra *Le Bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn* :

le bal de la Noël se tient dans l'arrière-salle d'un café. Au centre de la piste, brillamment éclairée, une dizaine de couples dansent sur des airs à la mode (...) Debout, au bord de la piste, formant une masse sombre, un groupe d'hommes plus âgés, qui regardent, sans parler : tous autour de la trentaine, ils portent le béret et un costume sombre, de coupe démodée (Bourdieu, 2002, p. 7).

Neste excerto do seu diário de bordo, Bourdieu descreve-nos o espaço do salão de baile, bem como os seus agentes identificando quem pode dançar e quem é excluído da dança. A forma sociopoética como descreve a cena delega, nesses actantes impossibilitados de dançar, a exposição da sua história honrando, assim, as narrativas destes homens que, apesar de excluídos da dança, têm histórias dignas de serem contadas. O olhar artístico que reconheço no trabalho de Bourdieu vive deste exercício. Como se, por vezes, o sociólogo se esquecesse de si para oferecer ao leitor a sua dramaturgia do mundo, rituais performativos e fronteiras sagradas.

Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques (1982) é uma recolha de artigos versando os questionamentos entre a linguística e a sociologia publicados, entre 1975 e 1982, na revista dirigida por Bourdieu – *Actes de la recherche en sciences sociales*. Quando peguei no meu exemplar para começar a preparar a apresentação para o ciclo “Bourdieu e os seus

livros” descubro várias páginas sublinhadas e outras tantas páginas dobradas. Identifico, com clareza, os vários momentos/ciclos em que os sublinhei. Detive-me a reler os sublinhados e percebo que aconteceram, não só no contexto de um determinado ciclo de estudo, mas, igualmente, face a inquietações próprias. É com alguma ironia que constato que as passagens sublinhadas assinalam momentos de serendipidade que a leitura de Bourdieu sempre me espoleta. Ao reler *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* percebi o quanto este livro foi um mote estruturante na minha trajetória académica e artística. Naturalmente, o aspeto que mais me cativa nesta obra é perceber as potencialidades do discurso artístico no duplo movimento de subversão e de manutenção de determinadas lógicas de campo. Proponho com este texto traçar a cartografia das minhas diversas leituras de “O que falar quer dizer” tentando tecer reflexões que contextualizam as temáticas abordadas na obra.

A minha primeira leitura de *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* revelou-se uma epifania. Cheguei a Portugal vinda de um outro país, e embora a minha língua materna fosse o português, era-me difícil compreender o que era dito e, da mesma forma, os “outros” não me entendiam, quer pelo sotaque, quer por expressões que usava. Nessa altura, e para me ajustar/adaptar, corriji o meu sotaque, a minha sintaxe, aprendi um novo vocabulário e vivi durante algum tempo entre fronteiras que marcavam, em mim, duas formas de falar e, conseqüentemente, de existir. Ainda passeio entre diversas formas de falar, mas, com a legitimação do reconhecimento académico, permito-me, agora, brincar com essas fronteiras. Esta primeira leitura de *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* foi quase um ato psicanalítico, dotando-me de estratégias para atravessar as minhas “fronteiras mágicas” e de legitimar o meu lugar, mesmo que o sentisse um não-lugar. Com efeito, sabemos que o domínio da língua/idioma desencadeia incerteza e indefinição sobre o lugar social do sujeito espoletando questionamentos identitários ancorados no paradigma da singularidade, traço tão caro à contemporaneidade. Neste processo, e como refere Bourdieu, a linguística está implícita nas relações sociais revelando-se central na competência performativa, quer individual, quer coletiva. Este pressuposto remete-nos para o conceito de “palavra”, condição inerente à capacidade expressiva e criativa, e para a noção de linguagem dominante, condição de sucesso, legitimação e aceitação. O sujeito estrutura-se, assim, através de uma socialização formal/escolar, em que adquire as técnicas, os códigos e os instrumentos necessários à comunicação legitimada e através de uma socialização informal, em círculo de amigos e em circuitos fechados de grupos, em que adquire e legitima a capacidade de autoexpressão identificadora

do seu lugar de pertença. Desta feita, as relações/interações comunicacionais são relações de força simbólica onde tão importante como o sentido do discurso é relevante o valor do poder do discurso. Logo, a natureza social da linguagem é um facto social, um sistema de normas objetivas e exteriores aos sujeitos falantes em que a língua/idioma reflete uma consciência coletiva que se impõe a todos. Nesse sentido, a linguagem é universal, uma vez que é uma representação social onde o coletivo/grupo reproduz os mesmos signos. Ora, na medida em que qualquer língua implica um sistema sógnico, as relações interpessoais constroem o seu próprio sistema que comporta um conjunto de emissores e de recetores. Sabemos que o signo é um elemento composto por duas partes indissociáveis, o significante e o significado. O signo pode funcionar em arbitrariedade; isto é, por ausência de relação visível entre significante e significado, e por linearidade; ou seja, por ligação cronológica a um referente. Os signos podem ser não-intencionais (funcionam como indícios) ou intencionais (sinais declarados). Falar de signo é, igualmente, fazer referência a uma materialidade metafórica; uma vez que, e apesar de os signos se reportarem a objetos do mundo, transcendem esse mundo. Nesse sentido, e de acordo com a perspectiva de Bourdieu, excluir o social da linguagem é excluir a relação entre o signo e o sujeito que o manipula. Ou seja, mais do que privilegiar a lógica interna do objeto abstrato “linguagem” o sociólogo privilegia o sistema e as condições de produção e de manipulação da linguagem através das quais encontramos diferentes apropriações e utilizações, marca da heterogeneidade social inerente ao ato de falar. Assim sendo, para Bourdieu, a linguagem para além de um pensamento organizado de uma matéria fonética (sistema de expressão do pensamento e instrumento de descodificação) é um meio de ação e poder. Concludentemente, a comunicação, no entendimento do sociólogo, não se limita ao circuito de signos dentro de um grupo igualitário que detém os mesmos códigos, mas, essencialmente, a uma prática social onde a linguagem é poder. Para Bourdieu, falamos de discursos estilisticamente caracterizados que pertencem a um emissor socialmente determinado e membro de uma comunidade heterogénea. Nesse sentido, o sujeito ocupa um lugar no espaço social não só dividido, mas, igualmente, hierarquizado. Do lugar que se ocupa, ou julga ocupar, é que se produz uma performance que é avaliada pelo seu valor social na hierarquia do grupo. Deste modo, as diferentes performances hierarquizam as competências sociais dos diferentes sujeitos falantes. Isto é, mesmo face a uma comunidade linguística, no sentido em que todos os membros dessa comunidade falam a mesma língua, existirá sempre uma demarcação de classes. Nesse caso, a dominação de uma classe sobre uma outra classe é, igualmente, uma dominação linguística.

Consequentemente, não poderemos falar de igualdade linguística uma vez que, embora exista uma faculdade da linguagem que é inata ao gênero humano, a utilização dessa faculdade é a expressão das diferenças. Efetivamente, existem diversos estilos expressivos que se notam na sintaxe, pronúncia, sotaque, escolha de vocábulos, nível de linguagem, etc. Subsiste, igualmente, uma atitude diferenciada face à produção linguística/discursiva (distância-tensão; segurança-timidez), bem como o momento que escolhemos para falar (se esse momento é apropriado, ou não). Naturalmente que estes estilos expressivos são práticas linguísticas socializadas mensuradas por normas e convenções constituindo-se em língua dominante. Falamos do que Bourdieu apelidará de mercado linguístico onde se opera uma troca simbólica. Assim entendido, falar não é só comunicar, mas, também, uma forma de adquirir e/ou manter um poder simbólico e uma boa avaliação dos pares. Bourdieu, deste modo, afasta-se da semiologia clássica recusando a noção dualista de linguagem padrão/norma versus linguagem popular/regional. A noção de um mercado linguístico, onde não temos actantes em situação igualitária, remete para o conceito de troca simbólica onde observamos relações de poder sustentadas por conflitos de linguagem. Naturalmente que estes conflitos de linguagem, segundo a análise de Bourdieu, irão reproduzir uma lógica de conflito de classes. A comunicação verbal revelar-se-á o espaço onde as relações sociais se inscrevem pela palavra, e na palavra. Então, embora a semiótica e a semântica definam o significado da comunicação, será o mercado linguístico, que determinará o valor de quem fala e, de uma forma generalizada, legitimará a linguagem adquirida no âmbito de uma escolaridade alargada. No mercado linguístico, os diversos estilos expressivos adquirem diferentes valores consoante o espaço social. Da mesma forma, será reconhecido ao falante valor na correlação do estilo expressivo e competência social. Obviamente que quanto mais o mercado é dominado pelos padrões da linguagem legitimada/dominante menos valor têm os usos linguísticos dominados. Denotamos, nestas situações, que actantes detentores de competência linguística, mas não pertencentes aos padrões da linguagem dominante, sujeitam-se a práticas de autovigilância, hipercorreção, constrangimento e, até, silêncio com o intuito de serem aceites e adquirirem valor no mercado linguístico. Em *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Bourdieu é claro na distinção que tece entre competência linguística e competência social, uma vez que, como tivemos oportunidade de apontar, não se trata apenas de falar gramaticalmente de forma correta, trata-se, igualmente, de ser autorizado a falar ou autorizar-se a falar. Nesse sentido, o autor destaca não apenas a desigualdade na produção no mercado linguístico dominante, mas,

similarmente, a desigualdade na aquisição do domínio da língua legitimada, assim como no domínio de seus usos apropriados.

A desigualdade do domínio da língua legitimada, remete-me para a segunda vez que li este livro, no âmbito do meu projeto final de licenciatura em Sociologia. Neste contexto, levei a cabo um projeto-ação onde desenvolvi um programa de educação artística com um grupo de crianças caracterizado pelo absentismo escolar e pelo trabalho infantil. A escola onde realizei o estudo situava-se no Vale do Ave e as crianças que fugiam da escola eram pequenos operários que trabalhavam por um valor ínfimo, mas que acrescentava uma mais-valia na economia doméstica. Uma vez mais, esta obra foi determinante, embora não exclusiva, uma vez que *O Poder Simbólico* (Bourdieu, 1994) foi, igualmente, uma obra de referência para o estudo. Mas *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* ajudou a desconstruir os mecanismos da escolaridade e os desajustes linguísticos e regionais que esta provoca. O trabalho final intitulou-se "A Escola em Criação" e com toda a utopia que os 23 anos permitem propus-me, com este grupo de crianças, a inventar uma escola que, verdadeiramente, escutasse e reconhecesse os "gostos do outro". Neste estudo, confirmei o que Bourdieu declarava: a instituição escolar reproduz desigualdades sociais e a linguagem desempenha um papel capital na diferenciação social. Quando parti para este projeto era minha intenção mostrar que a prática artística, enquanto praxis comunicacional, poderia revelar-se um reduto de individualidade do sujeito potenciador de movimentos transclassistas. Note-se que, no discurso artístico, o produto linguístico é decifrado através de esquemas de interpretação que os emissores e recetores ativam através de uma apropriação criativa, bem como face à atribuição de um sentido que orientou a sua produção. Como consequência, as possibilidades de um estilo individual subsistir por contraposição, ou em paralelo a uma norma linguística, é mais elevada, uma vez que, em registo de fruição artística, estamos face a interlocutores posicionados para perceber diferentes maneiras de dizer. Nesse sentido, e como refere Bourdieu, a escolaridade é um dos fatores mais importantes a ter em conta em relação às práticas e consumos culturais e artísticos, uma vez que mune o sujeito de uma maior capacidade de manipular os símbolos culturais necessários a um prestígio ocupacional. Em *Le sens pratique* (1980) Bourdieu irá referenciar a escolaridade como a base de relação com o mundo. Naturalmente, a escolaridade torna-se, igualmente, um fator determinante na transmissão de um capital cultural e simbólico em que a legitimidade do indivíduo passa, agora, a definir-se pela capacidade que este tem de manifestar e organizar símbolos culturais, sabendo enquadrá-los,

seletivamente, de acordo com as diferentes interações e contextos sociais a que é sujeito. É nesse sentido que se deve, do mesmo modo, enquadrar a recepção artística, entendida enquanto capacidade de manipular códigos socialmente reconhecidos. Note-se que a escolaridade alargada não promove um afastamento dos esquemas de *habitus* de classe que se revelam preponderantes. Isto porque apesar de não estarem tão evidentes os fatores considerados tradicionais, tais como a classe social de origem ou o rendimento, continuam a existir homologias fortes promovendo a relação escolaridade, capital escolar, prestígio cultural e social. Com efeito, os sujeitos chegam à escola com um contexto social determinado que influenciará, necessariamente, o seu percurso escolar e a relação educativa, não se podendo falar, como tal, de uma verdadeira igualdade de acesso ao ensino. Por conseguinte, o fator escolaridade acaba por se revelar um mecanismo de reprodução, o que nos remete para a noção de homologias em relação às competências culturais e esquemas de significação necessários ao processo de recepção cultural/artístico. Em *Ce que parler veut dire. L' économie des échanges linguistiques*, Bourdieu enfatiza o papel da escola na transmissão de regras explícitas da linguagem legítima, consagrando o uso dominante. Nesse sentido, a instituição escolar pauta-se pela unificação do mercado linguístico validando ou invalidando diferentes estilos estilísticos e expressivos. O valor no mercado escolar irá, normalmente, traduzir-se em valor no mercado de trabalho. Neste processo, alguns estudantes aceitam “negociar” o seu capital linguístico para adquirir as competências linguísticas dominantes. Esta “omissão” ou mesmo “apagamento” da sua linguagem expressiva tem como propósito aumentar o seu valor no mercado linguístico na esperança de que esta “socialização” se traduza num aumento do capital no campo educativo e no mercado de trabalho. Isto sabendo que a relação entre o mercado escolar e o mercado linguístico é operada através da atribuição de títulos escolares por forma a permitir a unificação do mercado de trabalho. Ou seja, a competência linguística mensurada segundo os critérios escolares depende de outras dimensões do capital cultural: nível de instrução, títulos académicos/escolares, trajetória social, etc. Igualmente, a unificação linguística reforça a dominação cultural onde as trocas comunicacionais implicam conhecimento e reconhecimento, constituindo-se como relações de poder simbólico e de força entre os interlocutores e respetivos grupos. Estamos perante uma economia de trocas simbólicas que, como já afirmámos anteriormente, coloca o ato de falar num determinismo codificado socialmente constituente de um *habitus* linguístico que condiciona como falamos e o que falamos. O *habitus* constrói-se através de sugestões que são inscritas nos aspetos mais insignificantes e

em situações práticas de existência quotidiana (formas posturais, silêncios, comportamentos, códigos corporais, entre outros). Tendencialmente é o próprio sujeito que tenta corrigir o sotaque, os aspetos estigmatizados, o seu léxico e sintaxe face a uma violência que se revela invisível. Não nos esqueçamos que os códigos (verbais e não-verbais) são reveladores do *habitus* e da dominação simbólica. Nesse sentido, a violência simbólica assume um ato de intimidação através da referenciação a um *habitus*. Ou seja, e como já notámos anteriormente, será a determinação de competências linguísticas que desenha a estrutura do mercado linguístico que se impõe como um sistema de sanções e censuras específicas onde a gramática define o sentido, mas é na relação com o mercado que se opera a significação do discurso. Com efeito, há uma relação estabelecida consciente ou inconscientemente entre o produto linguístico oferecido por um falante socialmente caracterizado e um espaço social determinado. Esta aptidão tece, naturalmente, a distinção entre classes sociais. Nesse sentido, o que circula no mercado linguístico não é a “língua-idioma”, mas, do lado da produção/emissão, um discurso estilisticamente caracterizado e, do lado da recepção, a capacidade de contextualizar o discurso entre uma experiência individual e uma prática coletiva.

Esta problemática remete-me para a minha investigação de mestrado. O estudo, intitulado *A Vida em Silêncios Comunicantes*, foi um trabalho de observação-participante que analisava os mecanismos de criação e recepção de um espetáculo teatral. Estava, nessa altura, na companhia Escola de Mulheres e o meu estudo recaiu sobre a peça *Danças a um Deus Pagão* do dramaturgo Brian Friel. Na leitura de mesa, primeiro trabalho de análise dramatúrgica e, neste processo artístico, o momento final de definição do elenco, um ator oriundo do Porto e que tinha sotaque do “Norte” ficou com a personagem de um agricultor que aspira, através do casamento, a uma ascensão social. Neste projeto, coube-me o papel de assistente de encenação e, nesse contexto, perguntei à encenadora a razão daquela distribuição de papéis. Isto porque, pelo desempenho do ator em sede de audição, a personagem ideal para este intérprete seria uma outra, a do burguês proprietário. A encenadora deu-me razão, mas disse algo como: “com o sotaque dele, o público não acreditaria que ele seria o proprietário”. Sabemos que a forma como falamos condiciona as personagens que representamos. Na realidade nacional, e tomando, como exemplo, a Revista à Portuguesa sabemos que os diferentes sotaques correspondem a diferentes “bonecos” sociais. Da mesma forma, são muitos os atores e atrizes que “reeducam” a sua forma de falar, bem como a sua corporeidade, para corresponder a uma norma que os levará a um determinado “palco”. No caso deste espetáculo, o ator em causa tinha

consciência do impacto do seu sotaque na distribuição de papéis, mas aceitava a sucessão das personagens que ia construindo como se de uma inevitabilidade genética se tratasse. Para este ator, a dominação simbólica supunha a aceitação de uma cumplicidade que não era, nem uma submissão passiva, nem uma adesão livre de valores. Note-se que o trabalho de interpretação cénica é um processo ritualístico que confere ao intérprete o papel de porta-voz. Falamos de, para usar a terminologia de Bourdieu, uma magia performativa ou alquimia de representação onde, por vezes, o porta-voz tem o poder de agir em nome de um grupo quase como se tivesse procuração. Quando esse indivíduo, porta-voz, fala pelo grupo, o grupo adquire dimensão individual. Ou seja, há uma passagem de um corpo biológico para um corpo constituído onde o mundo é a representação de um grupo. Nesse sentido, o poder das palavras reside no facto de serem pronunciadas através de um porta-voz autorizado que vai representar o grupo e que detém o capital simbólico do grupo que lhe atribuiu poder. Estamos face a rituais de magia social que se traduzem em atos de autoridade inerentes aos rituais sociais. Ou seja, o reconhecimento acompanha a compreensão e terá de ser pronunciado numa situação legítima diante de receptores legitimados. O ritual institucionaliza, consagra, reconhece e mantém a atribuição de uma figuração social pelo sotaque (simbolismo teatral que implica delegação). Na investigação que desenvolvi no âmbito do mestrado, dei particular interesse ao ritual performativo e ao seu impacto na recepção. Concluí que as diferentes formas de falar em cena condicionavam o ato de se ser espectador. Não era só importante o que se diz, mas a forma como se diz, assim como os códigos corporais que sublinham o ato de dizer. Nesta pesquisa, percepcionei que os espectadores tendiam a identificar-se com uma forma de falar similar à sua e, naturalmente, esse modo de falar remetia para um lugar de classe. Ou seja, e corroborando Bourdieu, encontramos na denotação, a parte estável e comum da comunicação e na conotação as singularidades e experiências individuais onde se acionam uma diversidade de instrumentos de apropriação simbólica. Nesse sentido, as palavras recebem significações diferentes, por vezes antagónicas, dentro de uma mesma comunidade linguística. Ou seja, a mesma língua contém diversas línguas. A unificação do mercado linguístico faz com que cada vez mais existam diferentes significações para os mesmos signos. Então, e no seguimento de Bourdieu, a linguagem é o primeiro mecanismo formal em que as capacidades generativas são ilimitadas. Por um lado, não há nada que não se possa dizer e, por outro lado, podemos falar de nada. Assim entendido, a existência de dialetos e de variação local da linguagem são possíveis porque há uma codificação e normatização da linguagem. Por outras

palavras, apesar da nossa singularidade, há sempre uma linguagem dominante à qual nos submetemos. Independentemente de socialmente se aceitar uma diversidade expressiva, a imposição de uma língua oficial é feita através do papel determinante da instituição escolar que promove similitudes no ato de falar e, conseqüentemente, na forma de ver e sentir o mundo. Note-se que o reconhecimento de uma língua dominante não implica uma crença deliberada, nem um ato intencional de aceitação de uma norma; está, antes, inscrito nas práticas através das quais as disposições são inculcadas através de um lento processo de aquisições e através da sanção do mercado linguístico. A própria noção de dominação simbólica reside no facto de que quem se sujeita a ela ter uma atitude ambivalente entre a liberdade e o constrangimento. Neste contexto, a performatividade está em estreita relação com a linguagem observando-se uma interdependência entre a forma linguística e a estrutura da relação social onde é produzida.

Seguindo a cartografia que me propus traçar neste texto, regresso a *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* na minha investigação de doutoramento e, uma vez mais, dediquei-me ao estudo da criação artística. Nesta investigação, centrei-me no conceito de *hexis* corporal, uma vez que me interessava o papel do corpo na construção da linguagem cénica. Para Bourdieu, a realidade do corpo é uma ilusão essencial, uma vez que permite criar um cenário de performatividade. No entanto, mesmo que a realidade do corpo seja uma ilusão essencial, não altera em nada o poder que nós damos a essa ilusão, uma vez que não necessitamos de verificar se o corpo tem uma realidade objetiva, basta-nos a imagem que dele construímos. Com efeito, a primeira percepção do corpo é elaborada a partir de referenciais internos e de identificações exteriores, acontecendo fora da imagem que dele vamos construir depois, quando operamos a distinção entre sujeito-objeto. Neste sentido, o corpo torna-se uma representação exterior, puramente fictícia, através da qual assumimos a realidade do “eu” e do “outro”. Imaginamos (e construímos) um corpo assente em imagens que implicam gestos repetidos e movimentos predefinidos. Podemos, então, afirmar que tendemos a tratar o corpo como um objeto estético, ainda que frequentemente sem intenção artística. No tocante ao corpo há ainda que fazer a distinção entre imaginário e simbólico. Ao falarmos de imagens do corpo, estas correspondem a um imaginário, e ao falarmos de representações do corpo elaboradas com um sentido e finalidades específicas, elas tornam-se simbólicas. Ou seja, e de acordo com a perspectiva de Bourdieu, a percepção do corpo depende sempre de uma encenação desse mesmo corpo. Então, o corpo é uma metáfora que impulsiona e orienta uma quantidade

infinita de intenções e atos, dependentes de convenções socioculturais e de um arbítrio de escolha e gosto. Assim sendo, a *hexis* corporal é composta por um capital físico ou corporal, correspondente a uma disposição e a uma trajetória individual, mas também de uma dimensão coletiva. A noção de *hexis* corporal abarca as disposições corporais do *habitus*, compreendendo o corpo enquanto *performatividade* social, o que remete, naturalmente, para uma distinção social implícita da corporeidade. Não esqueçamos que o sentido de aceitação que regula as práticas linguísticas inscreve-se profundamente nas disposições corporais. A linguagem é uma técnica do corpo e a competência linguística é uma dimensão da *hexis* corporal através da qual se exprime uma relação com o mundo social e que caracteriza uma determinada classe. Nesse sentido, a correspondência estreita entre os usos das imagens do corpo e da linguagem mostra que é através da censura corporal e linguística que o controlo de um mundo económico e social é incorporado de forma durável. Note-se que o corpo, transformado em imagem, não é nunca fruto de uma decisão consciente. Não somos verdadeiramente responsáveis pela imagem do corpo que criamos, ela acontece de forma aleatória, face a um olhar exterior e circunstancial, estando a subjetividade sempre presente. Se eventualmente fossemos responsáveis pela imagem do nosso corpo, não haveria imagem, uma vez que ela surge de um registo de representação inconsciente, algures entre a violência do desejo e a angústia da morte. O conhecimento do nosso corpo, e do corpo do outro, situa-nos, essencialmente, na vertigem do “não saber”, e leva-nos para a construção de imaginários. A representação social, tal como a figuração artística, não tem como objetivo confirmar o real do nosso corpo, mas, antes, reavivar e ativar o nosso imaginário. Assim sendo, há uma correlação entre linguagem, performatividade e poder de representação. Efetivamente, o corpo é percebido pelo sujeito como um tratado de memória e ao corpo são reservados importantes rituais de iniciação que irão demonstrar um gosto de classe patente na indumentária, atitude corporal, linguagem. Ou seja, signos de distinção, quer exteriores, quer interiores que delimitam barreiras e constroem fronteiras. O corpo será um indicador de posição social e, através da sua representação, marca a diferenciação social. Por seu lado, o discurso artístico, ao representar o corpo, perpetua os signos de distinção através de uma ilusão de um referencial que perdure na memória; isto porque o corpo denuncia, a um tempo, a nossa efemeridade e o desejo último de ser imortal. A arte revela-se, assim, um espaço de eternidade, que não contempla o indivíduo, mas a espécie. Trata-se, pois, de uma imortalidade coletiva, até porque não há corpo ou movimento que não se repita num eterno jogo de espelhos. De acordo com

Bourdieu, será através da magia performativa que os destinos sociais positivos ou negativos se definem e delimitam.

3. Quando fui convidada para este ciclo, estava a orientar um projeto de mestrado em artes cénicas. A mestranda teve como ponto de partida para o seu projeto artístico o ato de lavar roupa em tanques públicos. Nesse sentido, trabalhou com as lavadeiras de São Pedro da Afurada, Vila Nova de Gaia. Neste projeto artístico, a investigadora e encenadora, Beatriz Filomeno, deteve-se nos diferentes modos de lavar, corporeidades e formas de falar das lavadeiras. Há diferenças entre lavar a roupa da pesca, e a roupa agrícola, muito embora, a tarefa de lavar roupa em tanques públicos seja eminentemente feminina. Talvez, por isso, exista uma expressão comum: “torcer à homem” que se traduz em “torcer mal a roupa”. Este projeto de mestrado resultou num espetáculo – *Salitra* – levado à cena no lavadouro público da Afurada, tendo como intérpretes duas lavadeiras locais. Num dos ensaios, Beatriz Filomeno explicava às intérpretes que o espetáculo ia ter na assistência um júri que avaliaria o trabalho. Uma das intérpretes, de imediato, afirmou: “então, nesse dia, temos de exagerar o sotaque e dizer muitas asneiras”. A encenadora respondeu que não era necessário, reforçando que, pelo contrário, teriam de manter o rigor em todas as récitas. A resposta unânime das lavadeiras presentes na conversa foi: “é preciso, sim. É assim que eles nos vêem, peixeiras e a falar mal”. No dia em que o júri esteve presente, improvisaram e, mesmo à revelia da encenadora, disseram as tais asneiras ajustando o seu *habitus* linguístico e *hexis* corporal para se adequar à imagem tradicional da peixeira. Note-se que a representação estereotipada teve um forte eco no público, com direito a comentários sobre a autenticidade e genuinidade das intérpretes justificada, exatamente, pela forma de falar e pelos comportamentos gestuais. Foi com este projeto artístico que iniciei a minha quarta leitura do *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Não podia ter situação mais favorável para traçar novos sublinhados no exemplar do meu livro. Com as intérpretes do espetáculo *Salitra* ficou claro que falar é apropriar-se de um estilo expressivo que marca uma posição na hierarquia de estilos que, por sua vez, exprime uma ordem hierárquica dos grupos correspondentes. Assim, a capacidade de falar, embora universal, fica identificada através de uma maneira socialmente condicionada de realizar esta capacidade natural que apresenta tantas variações como condições sociais de aquisição. Ou seja, a competência para produzir frases capazes de serem compreendidas por todos, pode ser insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas e reconhecidas em determinados lugares sociais. Nesse

sentido, os falantes desprovidos de competência legítima encontram-se excluídos de certos universos sociais, ou condenados ao silêncio. Naturalmente que a aceitabilidade social não se limita à gramática. Ou seja, tão importante como a capacidade de falar que está inscrita no património biológico humano, logo universal e não distintivo, é a competência para falar a língua legitimada que depende de um património social e que produz, justificada por uma lógica simbólica, distinções sociais. No caso concreto do espetáculo *Salitra* e das suas intérpretes, e recorrendo, uma vez mais, à terminologia de Bourdieu, a crença preexiste ao ritual e é condição de eficácia desse mesmo ritual. Nesse sentido, arriscamos afirmar que o discurso regionalista é um discurso performativo visando impor como legítimo uma definição de fronteiras. Concludentemente, a noção de região remete para o princípio da divisão que se revela um ato mágico de descontinuidade numa continuidade territorial. Para as intérpretes de *Salitra*, e uma vez que o espetáculo era biográfico e documental, a eficácia simbólica desaparecia se a magia da palavra não se adequasse às disposições previamente definidas. Note-se que a fronteira mágica que estas intérpretes exemplarmente utilizaram, impede quem está no interior de sair, desencorajando permanentemente a tentação de passagem e/ou de transgressão. A estratégia adotada para recusar a tentativa de saída consiste em naturalizar a diferenciação através da incorporação do *habitus*. Ficou claro, em *Salitra*, que a *hexis* corporal e o *habitus* linguístico tinham o poder de impor uma definição legítima das divisões do mundo social e de demarcar grupos sobre a forma de identidade. Neste caso, o mercado linguístico providenciou as condições para uma concorrência objetiva que, através da competência legitimada, funcionou como capital linguístico produtor, a cada troca social, de distinção. No caso destas intérpretes, o reconhecimento de uma linguagem dominante permitiu a criação da distinção e do uso da linguagem de forma diferenciada. A esta diferenciação está, naturalmente, associada um conjunto de políticas sociais de produção e consumo que reafirma uma cultura dominante. Nesse sentido, o discurso não é só uma série de signos destinados a serem compreendidos, mas, igualmente, signos de riqueza destinados a serem apreciados. Então, a prática linguística comunica inevitavelmente outra informação declarada. Uma informação sobre a maneira diferenciada de comunicar; isto é, sobre o estilo expressivo que é apreciado face a um valor social e a uma eficácia simbólica. Neste processo, a criação artística detém um papel determinante testemunhando a eficácia das estratégias colocadas em cena através das quais as obras artísticas impõem as normas da sua percepção. Note-se, no entanto, que mesmo quando se usa, no discurso artístico, o recurso a uma linguagem popular ou característica de

uma classe social dominada, esta utilização é feita sempre com “vigilância” da língua legitimada e cultura dominante, demonstrando que a língua legitimada muda através da legitimação do mercado/campo escolar e do mercado/campo artístico. A competência legítima implica eficiência performativa que se denota no sotaque, vocabulário, colocação da voz, postura corporal e indumentária.

*Cerramos as nossas bocas e as nossas almas.
Por acaso temos direito à palavra?
E por mais que a tivéssemos, de que valeria? (...)
As culturas são fronteiras invisíveis
construindo a fortaleza do mundo.*

Paulina Chiziane, In *Niketche: Uma história de poligamia*.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Bourdieu, P. (1992). *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Seuil.
- Bourdieu, P. (1994). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2002). *Le Bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2005). *Esboço para uma auto-análise*. Lisboa: Edições 70.

Ce que parler veut dire/ O que falar quer dizer. Apresentação e análise do livro de Pierre Bourdieu

Carla Aurélia de Almeida

A obra de Pierre Bourdieu, intitulada *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, publicada em 1982, pela Fayard, tem um título que é, em si mesmo, um programa de pesquisa.¹ Trata-se de um título que consubstancia uma multiplicidade de leituras críticas de grandes obras que influenciaram as correntes modernas da Linguística: constituindo uma reflexão sobre *o falar* como “objeto simbólico” (Bourdieu, 1982, p. 9), Pierre Bourdieu escreve esta obra, demonstrando que leu a fundo os autores da Linguística. Analisa os autores que se inscrevem no paradigma da Linguística Estrutural e da Linguística Generativa e confronta as suas teorizações com as correntes teóricas que surgiram no âmbito do estudo da Semântica, da Pragmática e da Sociolinguística e que se abriram ao estudo da linguagem em contexto de uso. É no âmbito desta análise aprofundada que se compreende a importância de a tradução do título para Português manter totalmente o sentido do título no

¹ O presente texto resulta da intervenção realizada na sexta sessão do Ciclo de Debates “Bourdieu e os seus livros”, promovida no âmbito das atividades do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP). Expresso o meu profundo agradecimento à organização deste Ciclo: o convite que me foi feito para participar neste evento dedicado à obra de Pierre Bourdieu (realizado por ocasião dos vinte anos da sua morte) e que constituiu, citando o que é dito na divulgação do evento, uma “atividade” que “é um convite à leitura do trabalho sociológico de Bourdieu (...)”, representou uma honra e também um desafio. Como linguista que sou, foi desafiante procurar contribuir para o incentivo à releitura de uma obra que é particularmente marcante no campo da Linguística do Discurso, em geral, e da Sociolinguística, em particular.

original Francês: “O que falar quer dizer. A Economia das trocas linguísticas”. Com efeito, no âmbito das correntes modernas da Linguística, a expressão “querer dizer” remete para o cálculo que os interactantes fazem, em contexto interativo, da *intencionalidade comunicativa* e/ou *sentido* das trocas discursivas nas interações. Nesta obra, como iremos procurar demonstrar, Bourdieu aprofunda as análises semânticas e pragmáticas que se focam nestas questões da *intencionalidade* e do *sentido* para se deter no *poder simbólico ou na eficácia simbólica do discurso* que decorre do *poder delegado* que se atribui ao locutor como porta-voz do seu estatuto e/ou posição na estrutura social.

Fiel ao princípio de se considerar o *falar* no contexto da sua produção (o lugar da fala que na Linguística Interacional se chama de *lugar interacional*²), começo por citar a intervenção que Pierre Bourdieu fez no Congresso da Associação Francesa dos Docentes de Francês (AFEF), em Limoges, a 30 de outubro de 1977,³ quando procurou explicar aos docentes de Francês “O que Falar quer dizer”, analisando a intrínseca relação entre o poder simbólico da linguagem e o campo educacional e destacando o poder dos Professores no “mercado das trocas linguísticas”:

Hoje, aqui, gostaria de tomar como ponto de partida de minha reflexão o questionário que alguns de vocês [docentes de Francês] prepararam para esta reunião. Se tomei este ponto de partida, foi com a preocupação de dar a meu discurso um enraizamento tão concreto quanto possível e evitar (o que me parece uma das condições práticas de toda relação de comunicação verdadeira) que aquele que tem a palavra, que tem o monopólio real da palavra, imponha completamente o arbitrário de sua interrogação, o arbitrário de seus interesses. A consciência do arbitrário da imposição da palavra coloca-se cada vez com mais frequência, hoje, tanto a quem tem o monopólio

²Cf. a análise da noção de *lugar interacional* de C. Kerbrat-Orecchioni (1987):

A noção de *lugar* reenvia para a metáfora da ideia (desenvolvida entre outros por François Flahault, 1978) que no decorrer de uma interação os diferentes participantes da troca podem encontrar-se “posicionados” num lugar diferente neste eixo vertical invisível que estrutura a relação interpessoal (Kerbrat-Orecchioni, 1987, p. 319, tradução própria).

³Intervenção também publicada na revista *Le français aujourd'hui*, em março de 1978, no n.º 14 e suplemento.

do discurso quanto aos que o sofrem (Bourdieu, 1983, tradução da edição em Português do Brasil).

Para Bourdieu, “tomar a palavra” constitui assumir uma “posição” e/ou “situação autorizada” pelos interlocutores e, por isso, é uma “imposição”:

Por que em certas condições históricas, em certas situações sociais, ressentimo-nos, com angústia ou mal-estar, desta demonstração de força que está sempre implícita ao se tomar a palavra em situação de autoridade ou, se quisermos, em situação autorizada, sendo o modelo desta situação a situação pedagógica? (Bourdieu, 1983).

Assim, fiel ao espírito aqui revelado nesta intervenção de Bourdieu, tentarei não impor demasiado as minhas interrogações e os meus interesses com a partilha da minha leitura deste livro de Bourdieu, que apresenta importantes instrumentos de análise para a compreensão do programa de pesquisa sobre “o que o falar quer dizer”. Destacaria, assim, como eixos fundamentais de *Ce que parler veut dire* de Pierre Bourdieu os seguintes pontos: i) o poder simbólico da linguagem; ii) o mercado linguístico e o capital linguístico daquele que fala (o locutor/agente); iii) a linguagem e a dominação social.⁴

Nas secções seguintes do presente texto, analisarei cada um destes eixos fundamentais.

O poder simbólico da linguagem: o *querer dizer* e o *falar intencional*

Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques (O que falar quer dizer. A Economia das trocas linguísticas) retoma uma reflexão linguística que analisa as relações entre linguagem e o seu contexto de uso. O reequacionamento desta reflexão à luz de uma Sociologia da Linguagem (proposta que Bourdieu, em alguns momentos desta obra, realiza como denominação da disciplina que estuda os usos da linguagem, mais do que o termo disciplinar de Sociolinguística) permite a Bourdieu refletir e percorrer, criticamente, nesta sua obra, as múltiplas

⁴A análise do livro *Ce que parler veut dire* é feita pelo próprio Bourdieu numa entrevista disponível em <https://youtu.be/kxGZHT0f9UY>.

correntes modernas da Linguística. Fiel ao título “O que falar quer dizer” está a leitura crítica que Bourdieu faz de obras como a de J. Austin, intitulada, no original em inglês, “How to do things with words”, traduzida para o Francês “Quand dire, c’est faire”. Retomando as conferências William James que J. Austin deu na Universidade de Harvard, em 1955, sobre “o querer dizer” – noção que está na senda do “querer dizer NN (=querer dizer Não Natural)” de H. P. Grice (outro filósofo da linguagem) –, Austin desenvolve o que entende por *uptake* ou *reconhecimento da intenção comunicativa*. Bourdieu destaca este último conceito, referindo-o como o “falar intencional”, associando-o à noção de “ato performativo” e de “condição de felicidade”. Com efeito, a análise de “o querer dizer” permite a Bourdieu fazer uma leitura crítica da teorização de Austin para a reequacionar à luz do que chama de “poder simbólico da linguagem”, reflexão que é, mais tarde, destacada no livro *Langage et pouvoir symbolique* (2001[1991]).

Tendo por base a *indagação científica* (expressão de Madureira Pinto, 2007) que possibilita a problematização de dimensões metodológicas e epistemológicas subjacentes à construção do conhecimento científico, a obra *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques* problematiza alguns aspetos fundamentais para a Linguística: (i) críticas à análise de Saussure e de Chomsky; (ii) referência a autores da Linguística como Benveniste, Austin e Berrendonner e demonstração das intersecções entre o linguístico e o social; (iii) abordagem problematizadora da intencionalidade comunicativa e estudo do “*habitus*” linguístico, no âmbito da Sociologia da Linguagem.

Considerando os aspetos anteriormente referidos, a temática do livro permite fazer compreender a “eficácia simbólica do discurso” (Bourdieu, 1982, p. 105), apresentando instrumentos de análise que possibilitam o entendimento do jogo de forças/apostas/ desafios – “*enjeux*” – realizado com o uso da linguagem.

O mercado linguístico e o capital linguístico daquele que fala (o locutor/agente)

Numa altura em que “queria escrever *uma teoria geral da cultura*” (Bourdieu, 1982, p. 8, itálicos meus), Bourdieu leu a fundo Saussure, o *Cours de Linguistique Générale*, das edições Payot e confessa que foi sensível “aos efeitos mais visíveis da dominação exercida pela disciplina da Linguística”: referindo-se à “Linguística Estrutural como teoria pura”, salienta “o jogo sem consequências de exercícios

‘puros’, de uma análise puramente interna e formal” (Bourdieu, 1982, p. 8).⁵ No extremo oposto a estas análises da Linguística Estrutural, Bourdieu analisa o que Catherine Fuchs (1981) chama de “problemáticas enunciativas”, destacando o papel do “mercado linguístico” (Bourdieu, 1982, p. 16):

o que circula no mercado linguístico, não é “a língua” [de Saussure], mas os discursos estilisticamente caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada locutor faz um idioleto com uma língua comum e, do lado da recepção, cada recetor contribui para produzir a mensagem que ele percebe e interpreta importando para esta mensagem tudo o que faz a sua experiência singular e coletiva (Bourdieu, 1982, p. 16),

isto é, faz a “sua apropriação simbólica” (Bourdieu, 1982, p. 16) à qual todos os objetos simbólicos estão sujeitos. Bourdieu refere, no capítulo sobre “L'économie des échanges linguistiques”, que:

o estilo, quer se trate da poesia comparada com a prosa, ou a dicção de uma classe (social, sexual ou geracional) comparada com a de uma outra classe, existe apenas em relação com os *agentes dotados de esquemas de percepção e de apreciação* que permitem constituí-lo como conjunto de diferenças sincreticamente apreendidas (Bourdieu, 1982, p. 16; itálicos meus).

Por exemplo, no campo da Literatura, a propósito da conotação na poesia, Bourdieu assinala o seguinte: “O paradoxo da comunicação é que ela supõe um meio comum, mas que apenas tem sucesso quando suscita experiências singulares, quer dizer, *socialmente marcadas*” (Bourdieu, 1982, p. 16; itálicos meus).

A partir da crítica à dicotomia do “tesouro” da Língua vs. Fala (*Langue/Parole*) de Saussure com a “exclusão de toda a variação social inerente” (Bourdieu, 1982, p. 7) e da crítica à dicotomia competência/performance de Chomsky, competência que diz respeito ao conjunto de propriedades formais de uma gramática universal que existiria na cabeça de um falante-ouvinte idealizado

⁵Os excertos citados do original da obra em francês foram traduzidos por mim.

sem problemas de hesitações, sem lapsos de memória, “em detrimento de constrangimentos funcionais” (Bourdieu, 1982, p. 7), Bourdieu salienta que ambas as teorias estudam *um código idealizado*⁶ – no dizer de autores da Linguística Interacional “único e monolítico” sem “nenhuma realidade empírica” (Kerbrat-Orecchioni, 1999, pp. 8-9) –, isto é, uma idealização “sem nenhuma existência social” (Bourdieu, 1982, p. 16).

Bourdieu refere que “as palavras do dicionário não têm nenhuma existência social” (Bourdieu, 1982, p. 16), “só existem imersas nas situações”, destacando que o *sentido* depende dos *contextos* (Bourdieu, 1982, p. 17) e que os usos da linguagem estão enraizados nas condições históricas e sociais dos seus locutores. Esta análise do *poder simbólico da linguagem*, com a sua *eficácia simbólica*, permite a Bourdieu estudar a relação da linguagem nos diferentes campos, analisando os sentidos (situados) com base na relação com a estrutura do espaço social em que os discursos são produzidos. Bourdieu refere que o domínio das “diferentes variedades linguísticas, [d]os registos de língua depende de condições de existência que sejam capazes de autorizar uma relação com a linguagem” (Bourdieu, 1982, p. 17), condições de existência:

no campo educativo [cf. o texto intitulado “Rapport pédagogique et communication”, Bourdieu & Passeron, 1965], no campo político, no campo artístico, no campo religioso, ou no campo filosófico, isto é, [dominar diferentes variedades linguísticas] depende da estrutura das classes sociais nas quais os recetores estão situados e em relação às quais eles interpretam a mensagem (Bourdieu, 1982, p. 19).

Trata-se de realizar o estudo das “lógicas sociais diversas” (no dizer de Madureira Pinto, 1985, p. 51) que os agentes sociais mobilizam para legitimar um ponto de vista. Os “sistemas simbólicos” (arte, religião e língua) são “estruturas estruturantes e estruturadas” e “as produções simbólicas como o discurso são “instrumentos de dominação” (Bourdieu, 1977, p. 406).

⁶ Sobre esta noção de código e de outros aspetos referidos no esquema de Jakobson, cf. a seguinte afirmação de José Madureira Pinto:

Problematizar o modelo de Jakobson, no sentido de definir a comunicação como um *fenómeno social*, e assumir todas as consequências teóricas que daí decorrem, constituem condições necessárias para romper o círculo de falsas ‘evidências’ em que ele se apoia e encerra (Madureira Pinto, 1978b).

Para Pierre Bourdieu, a linguagem serve mais para *dominar* do que para comunicar e *falar* é um produto que circula na *estrutura do mercado*.

Linguagem e dominação social: o *habitus* linguístico

Um Linguista, ou um Sociolinguista, destacará esta questão da “relação de forças”, do “poder simbólico da dominação” na estrutura do espaço social no qual os discursos são produzidos. A *dominação* feita através da linguagem, que Bourdieu analisa ao longo desta obra, fez-me pensar, enquanto leitora da área da Sociolinguística e alguém que fez uma Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, na peça do teatro do absurdo do autor romeno-francês Eugène Ionesco, intitulada *La Leçon*. Escrita e encenada em 1951, esta é uma peça sobre o poder de dominação do discurso do Professor que, ao dar uma lição de Linguística, acaba por matar a estudante (doutoranda), quando inicia as lições sobre Filologia Comparada. Nas aulas de Fonética, o Professor apresenta um exemplo, obrigando a estudante a repeti-lo em diferentes línguas, o que ilustra o humor do teatro de absurdo. A repetição da frase “*Les roses de ma grand-mère sont aussi jaunes que mon grand-père qui était Asiatique...*” (Ionesco, 1954, p. 128), traduzida para português como “As rosas da minha avó são tão amarelas como o meu avô que era asiático”, relembra a referência que Bourdieu faz aos dicionários e aos exemplos “sem nenhuma existência social” (Bourdieu, 1982, p. 16).

Com efeito, a referência que Bourdieu faz a dicionários como *L'Argot* ou à gramática *Le Bon Usage* permite destacar o distanciamento entre a perspectiva dos dicionários e da gramática (perspetiva normativa, de Política de Língua) e as questões fundamentais da Sociolinguística, que Bourdieu salienta nas seguintes interrogações: “O que é falar com autoridade?”, “Quais são as condições sociais que possibilitam que a comunicação se realize?” Na análise destas perguntas de partida, Bourdieu refere os estudos de Bernstein sobre a linguagem usada pelos alunos na Escola e os de William Labov sobre o insulto e o uso de fonemas específicos por parte de agentes sociais particulares. Atente-se, por exemplo, no trabalho de Labov (1972) sobre o inglês vernacular dos negros. Bourdieu destaca ainda o fenómeno de hipercorreção, fenómeno característico do falar pequeno-burguês em oposição ao fenómeno de hipocorreção, que ocorre noutros contextos. Apenas para ilustrar, convoco o uso em português de exemplos

como “nunca vistas?” para a segunda pessoa do singular (tu) que ocorre numa narrativa de experiência de vida que irrompe numa entrevista de investigação (Almeida, 2012, p. 425). Bourdieu salienta também outros aspetos da linguagem como a pronúncia. Compreende-se assim que Bourdieu destaque os estudos de Benveniste e de Austin sobre os enunciados performativos que necessitam de uma instituição extralinguística (cf. a epígrafe da autoria de Austin que é citada na p. 103 deste livro de Bourdieu e que diz respeito ao locutor que batiza o navio com o nome de Joseph Staline num ritual encenado, mas, como não é o locutor autorizado para o fazer, o ato é defetivo). Atente-se ainda na crítica que Bourdieu faz ao linguista Récanati, em nota de rodapé: perante a sua proposta de inscrição da Pragmática Linguística na Semântica Formal, Bourdieu, como contrapartida, destaca a análise linguística de Berrendonner (1981) que assinala a necessidade de integrar no estudo da linguagem em funcionamento uma Sociolinguística das Instituições (Berrendonner, 1981). Se queremos “axiomatizar este corpo de regras normativas [regras de cortesia/delicadeza e estratégias sociais] é indispensável desenvolver, no interior da teoria semântica, uma certa *sociolinguística das instituições*” (Berrendonner, 1981, p. 29; itálicos meus), destacando a necessidade de se esclarecer o modo como se exercem os “constrangimentos sociais” como determinantes da forma das enunciações.

A proposta de Berrendonner (1981) de “integrar na Pragmática uma Sociolinguística qualitativa das relações de força na comunicação” (Berrendonner, 1981, p. 29) aponta para uma definição da enunciação como “a totalidade do acontecimento verbal, aceitando representar certas funções até aqui consideradas como não pertinentes – gestos e normas sociais nomeadamente” (Berrendonner, 1981, p. 30). Bourdieu salienta assim que as condições que conferem *eficácia simbólica* ao ritual são reunidas apenas por uma *instituição* que autoriza e controla a sua utilização: “Falar de rito de instituição, é indicar que todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, quer dizer ignorar enquanto arbitrário e reconhecer enquanto legítimo, natural, *um limite arbitrário (...)*” (Bourdieu, 2001, p. 176).

Bourdieu, diversas vezes, cita Ducrot, que apresenta uma teorização sobre o valor jurídico dos atos de discurso: qualquer ato de discurso abre direitos e deveres atribuídos ao locutor e ao alocutário (Ducrot, 1972, p. 77; Ducrot, 1980, p. 30). Bourdieu destaca esta noção de valor jurídico do ato de discurso para a integrar *no mercado de forças*, tendo em conta a noção de *habitus* linguístico.

Com efeito, as dimensões jurídicas dos atos de discurso, que Ducrot (1972) salientou no seu trabalho, são destacadas por Pierre Bourdieu para pôr a tónica no *poder do “porta-voz”*. As práticas sociais são regidas por regras linguísticas e

por princípios ou *convenções sociais* que se entrecruzam, de modo que a palavra constitui um meio de que os agentes sociais se servem para estabelecerem relações de dominação e/ ou de poder simbólico (Bourdieu, 1982).

Um tal poder e a eficácia simbólica do discurso dos agentes sociais decorre do seu estatuto e/ou posição na estrutura social: como afirma Pierre Bourdieu,

(...) o poder das palavras não é outra coisa do que o *poder delegado* do porta-voz, e as suas palavras – quer dizer, indissociavelmente, a matéria do seu discurso e a sua maneira de falar – são, no máximo, um testemunho e um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que está investido (Bourdieu, 1982, p. 105).

Com efeito, Bourdieu refere o seguinte:

A eficácia simbólica das palavras exerce-se apenas na medida em que quem a sofre reconhece que quem a exerce tem o direito fundado a exercê-la ou, de modo equivalente, esquece-se e ignora-se, submetendo-se a ela, como tendo contribuído, pelo reconhecimento que lhe concede, a fundá-la (Bourdieu, 2001, p. 173).

Os atos de discurso dependem assim do valor *simbólico-institucional* (Madureira Pinto, 1985; itálicos meus) que lhes é imputado pelos interlocutores. A este propósito, J. B. Thompson, no prefácio que realiza da obra de Bourdieu (2001), salienta o seguinte:

Entendemos que as pessoas falam com diferentes graus de autoridade, que o peso das palavras depende de quem as profere e do modo como elas são formuladas, e assim como certas palavras, ditas em determinadas circunstâncias, têm uma força e uma convicção que elas não teriam de outro modo (Bourdieu, 2001, p. 7).

Retomando a noção de “valor ilocutório” e integrando-a no “mercado das trocas linguísticas”, Bourdieu perspectiva locutor e alocutário como “entidades intercambiáveis”, com uma certa “propensão a falar e a dizer coisas determinadas”

(interesse expressivo) e “com uma certa capacidade de falar” (capacidade linguística) que são conformes a “uma capacidade social permitindo utilizar adequadamente esta competência numa situação determinada” (Bourdieu, 1982). Tudo isto constitui o que Pierre Bourdieu chama de “*habitus* linguístico”.

O *habitus* define-se como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (que Bourdieu expõe na sua obra de 1972 intitulada *Esquisse d'une théorie pratique, précéde de trois études d'éthnologie kabyle*). O *habitus* perspectivado por Bourdieu corresponde, segundo Madureira Pinto, “a uma competência prático-simbólica capaz de regular (no sentido de pautar e, justamente, tornar regulares) as respostas dos agentes sociais às múltiplas e diversas *situações* com que os mesmos se confrontam” (Madureira Pinto, 1978a, p. 108).

Um exemplo do uso desta competência prático-simbólica que Bourdieu refere neste seu livro diz respeito às estratégias de delicadeza que, na gestão das trocas linguísticas, os agentes sociais usam numa tentativa de ultrapassarem a dominação e o silêncio, salientando assim a necessidade de se estudar as fórmulas discursivas específicas que são pistas de “lógicas sociais diversas” (Madureira Pinto, 1985, p. 51) que os agentes sociais mobilizam para legitimar um ponto de vista.

Com efeito, Bourdieu salienta diversos aspetos verbais e paraverbais, que constituem *pistas* reveladoras das relações de forças – *les enjeux* – e que denotam a construção de uma relação de poder na interação (na linha de diversos autores contemporâneos da Linguística). Na Sociolinguística, as instruções de uso (Gumperz, 1982, p. 7; Diamond, 1996, p. 7), são transmitidas através de aspetos verbais e não verbais que se constituem como “pistas de contextualização” (Gumperz, 1982, p. 7) e que assinalam o tipo de *atividade de discurso* (Levinson, 1983) em que os falantes estão empenhados. Integra-se, neste âmbito, um conjunto de sinais de coocorrência, incluindo, entre outros, as fórmulas do discurso, as rotinas sequenciais, o léxico (Gumperz, Kaltman & O'Connor, 1986, p. 4).

Conclusão

A leitura da obra *Ce que parler veut dire* permite fazer o desenho de um programa de investigação que, integrado numa Sociologia da Linguagem, possibilitará a análise do modo como as produções linguísticas dos falantes interpretam o mundo, organizam o conhecimento e refletem as experiências e/ou vivências do

locutor, social, historicamente e culturalmente situado, permitindo aprofundar o jogo de forças de dominação através da linguagem (e também dos silêncios), com a descrição dos mecanismos discursivos que demonstram a ação da linguagem do locutor sobre o alocutário. A linguagem está mais ao serviço da dominação do que da comunicação, como o próprio Bourdieu confessa na entrevista de lançamento deste seu livro.⁷ Nesta entrevista, Bourdieu refere que “falar é um produto que vai para o mercado das trocas linguísticas”, usar a língua depende do mercado, isto é, depende da estrutura da relação entre os interlocutores. Bourdieu dá o exemplo de uma situação de bilinguismo: observa-se que o locutor muda de língua dependendo do assunto abordado, mas também dependendo do mercado, da estrutura da relação entre os interlocutores, sendo que a propensão a adotar a língua dominante aumenta em proporção da posição que o alocutário/interlocutor ocupa na hierarquia das competências linguísticas, por exemplo, nas situações oficiais.

Um tal poder e/ou eficácia simbólica do discurso dos agentes decorre do seu estatuto e/ou posição na estrutura social:

Em suma, a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito da teoria que, contribuindo para impor uma maneira mais ou menos autorizada a ver o mundo social, contribui para fazer a realidade deste mundo: a palavra ou, a fortiori, o ditado, o provérbio e todas as formas de expressão estereotipadas ou rituais são programas de percepção e as diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, configuram uma certa pretensão para a luta simbólica como poder socialmente reconhecido de impor uma visão do mundo social, isto é, as divisões do mundo social (Bourdieu, 2001, p. 156, tradução própria).

A consideração destes aspetos envolverá o desenho de um percurso (epistemológico) que permita problematizar as relações entre linguagem e estruturas sociais, estabelecendo, à luz deste exercício analítico, em momentos específicos da análise empírica, relações interdisciplinares entre as Ciências Sociais como a Linguística (a Sociolinguística ou a Sociologia da Linguagem), a História e a Sociologia.

⁷ Entrevista disponível em <https://youtu.be/kxGZHT0f9UY>.

Referências bibliográficas

Almeida, C. A. (2012). "Que eu já nasci em Riba de Ave. [...] Sempre me conheci aqui em Riba de Ave (risos)": a coconstrução do sentido em narrativas de experiência de vida no Vale do Ave. In V. B. Pereira (Ed.), *Ao Cair do Pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave* (pp. 417-445). Porto: Afrontamento.

Austin, J. L. (1962 [1955]). *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Berrendonner, A. (1981). *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Droz.

Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32-3, 405-41.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.

Bourdieu, P. (1983). O que falar quer dizer. *Questões de sociologia* (pp. 75-88). Rio de Janeiro: Marco Zero.

Bourdieu, P. (2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Fayard/Seuil.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1965). Langage et rapport au langage dans la situation pédagogique. In *Rapport pédagogique et communication*. Paris-La Haye: EPHE-Mouton, collection "Cahiers du Centre de sociologie européenne", 9-36.

Cosnier, J.; Gelas, Nadine; Kerbrat-Orecchioni, C. (ed.) (1988). *Échanges sur la conversation*. Paris: CNRS.

Diamond, J. (1996). *Status and Power in Verbal Interaction. A study of discourse in a close-knit social network*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Ducrot, O. (1972). *Dire et ne pas dire. Principes de Sémantique Linguistique*. Hermann.

Ducrot, O. (1980). Analyses pragmatiques. *Communications*, 32, 11-60.

Fuchs, C. (1981). "Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique" DRLAV. *Documentation et Recherche en Linguistique Allemande Vincennes*, 25, 35-60.

Gumperz, J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gumperz, J. J., Kaltman, H., & O'Connor, M. C. (1986). Cohesion in spoken and written discourse: ethnic style and the transition to literacy. In D. Tannen (Ed.), *Coherence in spoken and written discourse* (pp. 3-19). Norwood, N. J.: Ablex.

Ionesco, E. (1954). *La leçon*. Paris: Galimard.

Labov, W. (1972). Rules for ritual insults. In W. Labov, *Language in the inner city: studies in the black english vernacular* (pp. 297-353). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1987). La mise en places. In J. Cosnier & C. Kerbrat-Orecchioni (eds). *Décrire la conversation* (pp. 319-352). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1999). *L'énonciation*. Paris: Armand Colin

Levinson, S. C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Madureira Pinto, J. (1978a). *Ideologias: Inventário crítico de um conceito*. Lisboa: Editorial Presença.

Madureira Pinto, J. (1978b). Comunicação/ In-comunicação. *Revista crítica de ciências sociais*, n.º 1, 91-99.

Madureira Pinto, J. (1985). *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.

Madureira Pinto, J. (2007). *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto: Afrontamento.

Récanati, F. (1979) *La transparence et l'énonciation*. Paris: Seuil.

Thompson, J. (2001). Préface. In P. Bourdieu, *Langage et pouvoir symbolique* (pp. 7-51). Paris: Fayard/Seuil.

*Convite à Sociologia
Reflexiva.* De Pierre
Bourdieu e Loïc Wacquant.
Porto: U.Porto Press, 2022
(edição original de 1992).
Tradução de Virgílio Borges Pereira

Sessão de apresentação pública da edição portuguesa da obra, realizada a 23 de janeiro de 2023 na Casa dos Livros/ Centro de Estudos da Cultura em Portugal da Universidade do Porto, com moderação da diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Professora Doutora Fernanda Ribeiro, e intervenções, na qualidade de apresentador da obra, de José Madureira Pinto, de Virgílio Borges Pereira, na qualidade de tradutor, e de Loïc Wacquant, como autor. O registo da presente sessão retém a apresentação realizada por José Madureira Pinto e um texto programático de Loïc Wacquant, pela primeira vez disponibilizado em língua portuguesa que, em complemento com o prefácio que escreveu para a edição portuguesa da obra em discussão, aprofunda e concretiza o legado de *Convite à Sociologia Reflexiva*.

Sobre Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *Convite à Sociologia Reflexiva*, Porto, U.Porto Press, 2023

José Madureira Pinto

I

Começo por agradecer aos responsáveis do *Instituto de Sociologia da Universidade do Porto* e da *U.Porto Press* o convite que me endereçaram para participar, no âmbito do Ciclo de Palestras sobre “Bourdieu e os seus livros”, na apresentação e discussão de *Convite à Sociologia Reflexiva*, a obra de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant que agora foi publicada por aquela Editora. Saúdo e agradeço ainda a presença nesta sessão da Professora Fernanda Ribeiro, Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e da Doutora Isabel Pacheco, Coordenadora Editorial da *U.Porto Press*, homenagem que também dirijo à Doutora Maria José Cunha, que acompanhou de perto a edição e revisão da obra, a Laura Crespo, responsável pelo *design* e paginação da mesma, e a todos os trabalhadores que permitiram, sob pressão de *timings* muito apertados, a execução material do livro agora apresentado.

Uma saudação muito especial é devida a Loïc Wacquant, coautor de *Convite à Sociologia Reflexiva*, que hoje nos acompanha a partir de Berkeley, via *Zoom*. Sendo, como é sabido e adiante confirmaremos, um dos principais conhecedores, divulgadores e continuadores da obra de Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant é, além disso, um dos mais criativos sociólogos da atualidade (com publicações notáveis em domínios tão diversos como a sociologia da exclusão, a sociologia urbana, a sociologia do corpo e a epistemologia das Ciências Sociais).

Uma vez que tem colaborado de perto e de forma invulgarmente empenhada com sociólogos portugueses, entre os quais o tradutor da obra que agora se apresenta, Loïc Wacquant é, afinal, alguém que, mesmo à distância de muitos milhares de quilómetros, nos parece sempre próximo. Para ele um abraço de sincero reconhecimento por tudo que tem feito em prol do avanço da Sociologia, tanto neste como no outro lado do Atlântico.

Faço questão de, nesta oportunidade, deixar registado, em breves palavras, um agradecimento igualmente veemente a Virgílio Borges Pereira, a quem coube a responsabilidade de traduzir a versão original da obra para português. Ele é, como se sabe, um íntimo conhecedor e prolixo utilizador do aparelho teórico e epistemológico construído por Pierre Bourdieu, mas devemos-lhe, além disso, a realização de estudos sobre a sociedade portuguesa que se tornaram uma referência frequentemente invocada pelos especialistas, tanto entre nós como na comunidade sociológica europeia.

A propósito especificamente da tradução do livro de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant que aqui está a ser apresentado, há que realçar o rigor e brilho de mais este trabalho que Virgílio Borges Pereira faz chegar a todos aqueles sociólogos e demais leitores de língua portuguesa que, teimando em ultrapassar resistências, preguiças e preconceitos insensatos, têm encontrado na sociologia bourdieusiana uma preciosa alavanca para encarar a *"miséria do mundo"* com o realismo, a saudável crueza, o inconformismo intelectual, mas também a serenidade informada, que tão necessários são para com ela lidar, e, tanto quanto possível, atenuar os seus lados mais obscuros.

Traduzir esta obra foi, sabemos-lo bem, uma tarefa árdua só ao alcance de cientistas sociais sabedores e tenazes. Permitam-me, por isso que, em nome da velha geração de sociólogos, mas sobretudo em nome dos sociólogos portugueses mais jovens, agradeça este novo contributo de Virgílio Borges Pereira para a expansão do conhecimento e da reflexividade sociológica inspirada por Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant.

II

1. *Convite à Sociologia Reflexiva*, o livro de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant agora publicado pela *U.Porto Press*, é uma versão corrigida e aumentada de *An Invitation to Reflexive Sociology*, livro editado conjuntamente, em 1992, pela University of Chicago Press e pela Polity Press, do qual surgiu, no mesmo ano, uma versão abreviada em língua francesa nas Éditions du Seuil: Pierre Bourdieu (avec Loïc Wacquant), *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*.

O *Convite* agora dado à estampa tomou como referência a versão francesa de *An Invitation to Reflexive Sociology* publicada em 2014 pelas Éditions du Seuil com o título *Invitation à la Sociologie Réflexive*, a qual veio atualizar e ampliar significativamente as diferentes edições do livro; mas – e este ponto é importante – a versão em língua portuguesa que agora se apresenta inclui, para além de uma concisa, mas esclarecedora, Nota do Tradutor, vários contributos originais de Loïc Wacquant.

2. Passando a uma análise mais circunstanciada do livro, começarei por aludir a um conjunto de aspetos que, sendo transversais a todo o texto, emergem sobretudo nos contributos de Loïc Wacquant escritos propositadamente para esta edição. Refiro-me concretamente a aspetos relativos à esfera, nem sempre devidamente iluminada, *da circulação de ideias, em particular, da circulação internacional de ideias*.

Tudo indica que, nas formações científicas contemporâneas, tem vindo a acentuar-se a tendência para que os seus membros, além de serem condicionados nas respetivas práticas por um contexto organizacional e institucional restrito (de âmbito, quando muito, nacional), tenham de agir em função de lógicas de funcionamento, de quadros de referência intelectuais e de estruturas de poder envolvendo redes de produção e de intercâmbio de conhecimentos com âmbito eminentemente transnacional. Ponderar, com argumentos sociologicamente fundamentados, a especificidade e eficácia diferencial de tais redes constitui, então, orientação genérica que, cada vez mais, será necessário assumir para repensar realisticamente, quer as novas “estruturas de oportunidade” com que se confrontam os agentes do campo científico, quer, conseqüentemente, a pertinência de eventuais intervenções que, na perspetiva de uma epistemologia reformista, se lhes dirijam.

Em favor da livre e ampla circulação internacional das ideias, defende Pierre Bourdieu que, nos domínios da cultura e da ciência, o juízo de avaliação feito a partir do estrangeiro tem semelhanças com o julgamento feito pela posteridade: “Se, em geral”, admite ele, “talvez se pudesse dizer que a posteridade julga melhor, tal acontece porque os contemporâneos são concorrentes e têm interesses escondidos em não compreender ou mesmo em impedir de compreender”. Ora, acrescenta o mesmo Bourdieu, os estrangeiros, tal como a posteridade, tendem a usufruir de “uma distância, uma autonomia perante os constrangimentos sociais do campo” (Bourdieu, 2002, p. 4) que, em princípio, lhes confere graus adicionais de isenção e argúcia.

Sem querer recusar pertinência a tal ponto de vista, vale a pena, ainda assim, dirigir algumas prevenções a todos os que, querendo acreditar numa bondade intrínseca e sem mácula da circulação alargada das ideias científicas, apostem na internacionalização da comunidade dos cientistas como meio naturalmente eficaz, e, por isso, inquestionavelmente legítimo, para fazer triunfar a verdade sobre o erro.

Ora, não parece aceitável, em primeiro lugar, que, ao mesmo tempo que se acredita na possibilidade de haver um efeito enviesador no desenvolvimento das práticas científicas nacionais imputável às estruturas de poder (científico e social), se ignore, por princípio, a eventualidade de estas terem enraizamento e raio de influência eminentemente transfronteiriços. Bem pelo contrário, faz todo o sentido ponderar a possibilidade de a transferência internacional de saberes, que envolve intercâmbios, socialmente não neutros, entre instituições académicas e não-académicas e diferentes formas de mobilidade de cientistas, incluindo migrações de longo prazo (Heilbron, Guilhot e Laurent, 2008), tender a reproduzir, na esfera da circulação das ideias, ainda que de forma não linear, a relação hierárquica e desigualitária entre “centros” e “periferias” que se admite ligar, à escala global, as diferentes formações sociais (a tal respeito, os processos de transnacionalização da Economia como disciplina científica e da construção da profissão de economista enquanto profissão global constituem exemplos bem elucidativos).

Em segundo lugar, importa ter presente que a apropriação pelo campo científico nacional de saberes produzidos e legitimados fora de fronteiras está longe de ser, em todas as circunstâncias, um processo social neutro e transparente, já que nele podem interferir, de facto, operações de filtragem, de etiquetagem e de tradução/recriação de sentido em que as categorias de percepção, as lógicas de funcionamento e as estruturas de poder instaladas no espaço de receção são, em última instância, decisivas – constituindo mesmo, por vezes, uma espécie de “*prisma deformante*” do sistema de conceitos e relações entre conceitos, tal como surgiu no campo de produção originário (a expressão “*prisma deformante*” é do próprio Bourdieu – Bourdieu, 2002, p. 7).

Por fim – mas, em certo sentido, talvez devesse ser esta a primeira prevenção a registar quando se equacionam as virtualidades da circulação de produtos científicos –, não se pode perder de vista, ao encarar os problemas colocados pela internacionalização do conhecimento científico, a diversidade de condicionamentos epistemológico-referenciais com que, a este respeito, se confrontam os diferentes campos disciplinares existentes. É crucial ter desde logo em conta a circunstância de, no caso particular das ciências

histórico-sociais, ser incontornável, como oportunamente lembrou Jean-Claude Passeron, a necessidade de recorrer a uma “especificação espaço-temporal” dos seus objetos, desde as asserções mais gerais até, por maioria de razão, as que se referem a circunstancialismos empíricos finos (Passeron, 1991, p. 25). Tal particularidade faz toda a diferença quando, no âmbito das Ciências Sociais, esteja em causa ponderar possibilidades e limites do intercâmbio de saberes à escala global.

Não se trata de, com estas prevenções, pôr em causa as potencialidades de uma internacionalização das ciências; pretende-se, sim, sugerir que a efetivação de tais potencialidades depende, como acontece com quaisquer outras propriedades imputadas às ciências, da existência de condições socio-organizacionais (globais, sectoriais e locais) adequadas. Tratar de as identificar/objetivar e, na medida do possível, fazer emergir como problema com relevância própria é, então, mais uma das exigências que hoje se colocam à reflexividade e epistemologia reformistas no domínio das Ciências Sociais (Bourdieu, 2001, Cap. 3; Pinto, 2007, Cap. I, 6 e 7).

3. Na génese do livro que agora se apresenta, esteve o movimento de circulação internacional de ideias que se iniciou no momento em que surgiu a oportunidade, institucionalmente ratificada, de fazer chegar uma das obras maiores da literatura sociológica universal a um público informado mas, na generalidade, retraído por barreiras linguísticas insanáveis (no caso, os alunos de doutoramento da Universidade de Chicago mobilizados, entre 1987 e 1988, para discutir e aprofundar a obra de Pierre Bourdieu, com a presença do próprio autor).

A participação de Loïc Wacquant – como acelerador, como tradutor-intérprete excecionalmente qualificado e como autor com marca própria – no intercâmbio e publicação de ideias que emergiu (talvez pudéssemos dizer “explodiu”) a partir deste contexto académico *sui generis* foi decisiva, não apenas para o sucesso do seminário, como, sobretudo, para a divulgação posterior dos resultados que, graças às dinâmicas comunicacionais concretizadas no seu âmbito, foram alcançados quer pelos estudantes-sociólogos envolvidos, quer pelos próprios Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, quando, tomando-os por base e fonte de inspiração, redigiram, entre 1988 e 1991, o já citado *An Invitation to Reflexive Sociology*.

O livro acabou por constituir, ele próprio, ponto de partida e referência durável para uma miríade de reflexões teóricas, metodológicas e políticas de sabor e conteúdo bourdieusianos que, após a sua publicação, vieram a ser

elaboradas em língua inglesa, e que, desse modo, se tornaram acessíveis e objeto de discussão intensa no, até então distante, universo anglo-saxónico de investigação e ensino da Sociologia.

De sociólogo francês a quem vagamente se concedia um toque de originalidade, mas que, para muitos, não deixara de ser considerado um autor distante, hermético e até misterioso (quando não simplesmente ignorado por razões eminentemente prático-linguísticas), Pierre Bourdieu torna-se, em aliança formidavelmente criativa com Loïc Wacquant, um dos grandes nomes da Sociologia do século XX.

Para tanto, muito terão contribuído a “forma de expressão” e o “modo de exposição” adotados pelos autores de *An Invitation to Reflexive Sociology*: os de um “diálogo escrito” – e vou citar palavras da contracapa do livro que estamos a apresentar – “que combina o rigor da exposição analítica com a flexibilidade do intercâmbio argumentativo dos postulados fundamentais (...) da teoria da prática e do mundo social elaborada por Pierre Bourdieu ao longo de trinta anos de investigações, identificando o seu “núcleo duro” conceptual” com vista a esclarecer as suas filiações e implicações, tanto científicas como cívicas”, e “ilustrar, contra a tradição escolástica (...), uma conceção (...) do trabalho sociológico como aplicação reflexiva de esquemas práticos para a construção científica do facto social”.

A partir da extensa e crescente difusão, nos circuitos académicos de língua inglesa, de *An Invitation to Reflexive Sociology* estavam finalmente abertas as portas para um amplo *reconhecimento*, no campo da sociologia não-francófona, da originalidade e pertinência da obra de Pierre Bourdieu, aumentando ainda, em proporção idêntica, no espaço público mais alargado da circulação de ideias, a respetiva *notoriedade* – o que logo deu a entender que estaria para breve, como de facto veio a acontecer, a entrada de várias das suas propostas, no debate e no jogo de forças propriamente *políticos* (de facto uma *reentrada* se tivermos em conta que a fase inicial do seu trabalho, realizada numa Argélia em transe de descolonização, respirava política por todos os poros).

4. Se, na génese do livro em análise e nos fenómenos de difusão de conhecimento que lhe estão associados, surgem, em plano destacado, como ficou dito, peculiares processos de circulação académica de conhecimentos, deve acrescentar-se que a franca abertura a universos intelectuais não-nacionais – outra manifestação dos mesmos fenómenos – foi uma das marcas distintivas do trabalho que, na qualidade de leitor de obras sociológicas, pertencentes ou

exteriores ao perímetro da Sociologia, Pierre Bourdieu quis, *desde o início do seu percurso acadêmico-científico*, preservar.

Marcado, sem dúvida, pela dureza e erudição da formação a que, como estudante propenso a aprofundar o estudo da história e filosofia das ciências, foi sujeito na *École Normale Supérieure*, cedo aliará ele o conhecimento obtido nestas áreas àquele que resultará de uma progressiva conversão à Sociologia e à Antropologia, construída, ela própria, em estreita sintonia com a observação de situações concretas numa Argélia em transição, dolorosamente contraditória e paradoxal, para a independência.

Mas a busca assumidamente eclética, porém seletiva e focada segundo critérios e crivos intelectuais precisos, de elementos de conhecimento e fontes de inspiração só acessíveis a quem, por convicção e genuína vontade de saber, frequente os circuitos internacionais das ideias e, em particular, do saber sociológico – essa pulsão erudicional, mas não escolástica, a que Bourdieu soube responder, dizia eu, irá acompanhá-lo ao longo de toda a carreira.

Assim, percorrerá, com entusiasmo mas sem qualquer ponta de complacência epistemológica, a Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss, tal como a bem diversa Antropologia Cultural norte-americana; a Linguística – também ela dita estrutural – de Ferdinand de Saussure ou Noam Chomsky, tal como a nada estrutural Filosofia da Linguagem de Ludwig Wittgenstein ou a análise sociologicamente apimentada de atos de fala de Émile Benveniste, Oswald Ducrot, John Austin ou Pierre Encrevé; tanto a ambiciosa e abstrata Teoria Geral da Ação de Talcott Parsons, como as bem mais concretas propostas de análise goffmaniana das interações e dos encontros sociais, passando pela análise durkheimiana da relação entre estruturas socio-espaciais e formas de consciência e crenças coletivas, pelas configurações sociais de Norbert Elias ou as atraentes teorias e metodologias de “médio alcance” de Robert K. Merton; tanto as contribuições semiológicas mais em voga no tempo em que construía e punha à prova as suas heréticas propostas sociológicas, quanto as bem menos procuradas reflexões de Ernst Cassirer sobre a produção de sentido, para, com base numas e noutras, se lançar no, para muitos arrepiante, desvendamento da violência simbólica (simbólica, mas com garras políticas) com que sempre se tece a ordem social, e, em simultâneo, a silenciosa submissão à ordem social.

5. Ora, quem ler – e vale a pena fazê-lo com regularidade – *Le Métier de Sociologue* (um livro, publicado em 1968, que Pierre Bourdieu preparou e escreveu em colaboração com Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron)

aperceber-se-á da imensidão de possibilidades de conhecimento teórico e de autodefesa crítica que, através dele, eram postas à disposição de quem quisesse preparar-se para uma iniciação conscienciosa ao ofício de sociólogo. Graças à vontade de subverter fronteiras disciplinares e limites arbitrários institucionalmente impostos, naturalizados e reproduzidos por escolas de pensamento estabelecidas que Bourdieu e os seus colaboradores assumiam no *Métier de Sociologue*, tornava-se possível para os aprendizes de sociologia que o desbravassem partirem para a aventura do conhecimento relativamente libertos quer de falsas certezas sobre si próprios e sobre “o seu” mundo social, quer de traiçoeiras ingenuidades sobre o método científico inculcadas inintencionalmente em percursos de aprendizagem anteriores.

Ponto alto do que Wacquant denomina “momento Bachelard” do exercício de reflexividade sociológica com que Bourdieu fez questão de se dotar ao analisar ações e relações sociais, *Le Métier de Sociologue* equaciona e discute os três grandes eixos em torno dos quais, segundo os seus autores, se organizam, hierarquizam e devem ser avaliadas as tarefas dos cientistas: *rutura*, pela qual o facto “é conquistado contra a ilusão do saber imediato”, na convicção de que a familiaridade com o social é o obstáculo epistemológico primeiro com que se debate o projeto sociológico; *construção*, pela qual não só se contrariam as consequências do espontaneísmo empirista, com recurso à problematização, objetivação e estabelecimento de hipóteses teóricas sobre relações entre fenómenos, como, por outro lado, se denuncia a falsa neutralidade de técnicas e métodos de pesquisa que, ainda que sob vestes de insuspeito rigor formal, nunca deixam de transportar consigo pressupostos substantivos que não é legítimo isentar de uma crítica sistemática; finalmente, terceiro eixo, *constatação*, no qual se elegem e põem em prática procedimentos de recolha e de tratamento de informação sobre os universos empíricos analisados e se testa a adequação dos modelos que, a título de hipóteses explicativas, sobre eles previamente se construíram.

Na conclusão da obra, já ficavam apontados alguns dos caminhos que Pierre Bourdieu virá a trilhar, com pertinácia quase obsessiva, em trabalhos subsequentes: *caminho um*: assunção da necessidade de incluir nas rotinas do ofício de sociólogo, a par de instrumentos de vigilância epistemológica e metodológica “interna”, uma atenção particular aos efeitos que a condição social e o enraizamento institucional dos cientistas (entre os quais os sociólogos, eles próprios) tendem a projetar inintencionalmente no trabalho que realizam (vigilância “externa”); *caminho dois*: necessidade de identificar e objetivar sem complacência as expressões mais ou menos elaboradas, mas em qualquer caso

eminentemente furtivas, do etnocentrismo intelectual por excelência que se chama tentativa escolástica (a tentativa, tantas vezes mesclada de sobrançeria, que consiste em projetar fictivamente as “coisas da lógica”, depuradas até parecerem puras, na implacavelmente impura “lógica das coisas”); *caminho três*: tentativa de fazer da sociologia (e da sociologia da ciência e dos intelectuais, em particular) um instrumento com eficácia própria na construção de formas de saber que possam, com alguma legitimidade, aspirar à promoção de uma epistemologia reformista e, por essa via, ao enunciado de caminhos de emancipação política.

6. Recordo quão perturbador foi para mim (jovem economista a tentar, no início da década de 1970, reverter a sua formação ao que então vislumbrava serem as aliciantes possibilidades de conhecimento e abertura disciplinar ao alcance da Sociologia), o encontro, através do *Métier de Sociologue*, com a obra de Pierre Bourdieu. Treinado para me render sem protestar ao sortilégio da modelização e da formalização teórico-metodológica, alavancas intelectuais que permitiam tratar com insuspeito rigor e grande tranquilidade de consciência, grandezas e regularidades que a realidade económica “em si” ofereceria numa bandeja de cristal a quem quisesse estudá-la, senti, à medida que *Le Métier* se impregnava como uma espécie de circulação sanguínea alternativa e se me colava como segunda pele, a angústia da perda de referências e de segurança existencial que uma formação académica empresta a quem a vive com convicção e a correspondente tranquilidade de consciência epistemológica.

Se há algum pretexto para se falar, com legitimidade razoavelmente garantida, de “crise identitária” a propósito de acidentes biográficos, sempre socialmente determinados, que pontuam os nossos percursos existenciais, então o que comigo se passou nesta encruzilhada entre uma formação em Economia e a iniciação à Sociologia tem todo o ar de configurar uma angustiante “crise identitária”.

E não nego, bem pelo contrário, que, alguns anos mais tarde, quando, como docente, tentava propor a estudantes de Economia, uma iniciação às Ciências Sociais organizada em torno dos grandes eixos de reflexão propostos pelo *Métier de Sociologue*, tenha sido responsável por algumas, também elas dolorosas, “crises identitárias”.

Nunca esquecerei, a este respeito, o que um dia me ocorreu no fim de uma aula durante a qual, porventura com entusiasmo excessivo, me tinha alargado em considerações e ilustrações sobre as falsas evidências do senso comum e da sabedoria económica convencional.

No decurso da exposição, através de muitos exemplos e alguns argumentos de boa fé racionalista que, aliás, grande parte dos destinatários recusava liminarmente por serem manifestamente “contraintuitivos”, tinha tentado mostrar, que a rutura epistemológica com certas verdades-feitas ou meias-verdades presentes nos discursos eruditos das Ciências Sociais era um passo indispensável à conquista de espaço vital para a construção racional e validação empírica conclusiva de conhecimentos sobre o social.

Já sem alunos na sala, e preparando-me para escrever tranquilamente no “livro de ponto” algumas linhas com o sumário da aula, eis que se me dirige um jovem estudante com sinais de alguma perturbação emocional, nomeadamente congestionamento facial e um ligeiro, mas invulgar, brilho nos olhos. Preparei-me para o pior, mas a declaração que ouvi, solene, mas muito bem-comportada, não passou de um desabafo quase choroso. Disse-me o jovem: “Hoje foi o dia em que o professor acabou com as últimas ilusões da minha juventude!”

Acontece que – vim a percebê-lo algum tempo depois – a segurança que eu próprio exibia ao garantir a superioridade epistemológica de interpretações sobre o social que manifestamente haviam rompido com o senso comum ou o semi-saber erudito das Ciências Sociais tinha, ela própria, afinal, vários pontos-fracos, senão mesmo preocupantes pés de barro.

É que – como Pierre Bourdieu viria proclamar, entretanto – o avanço do conhecimento sobre o social exige que à rutura epistemológica objetivista, fatora, já de si, de estremeções identitárias significativos entre os praticantes das Ciências Sociais, se associe, uma segunda rutura – tão ou mais disruptora (passe o pleonasma) do que a anterior: a rutura, dita “praxeológica”, operação através da qual possam esses mesmos praticantes racionalizar e controlar os efeitos de desconhecimento que os instrumentos de conhecimento indispensáveis a concretizar a primeira rutura tendem a transportar, eles próprios, para o trabalho científico.

Trata-se, a esta nova luz, de explicitar os “efeitos perversos” associados ao modo de conhecimento objetivista, nomeadamente o que consiste em converter regularidades sociais codificadas na teoria em regularidades observadas (no sentido de “cumpridas”) pelos atores. Romper com tais efeitos implica impedir que se tomem como lógicas das práticas dos agentes o que, afinal, não corresponde senão a um conjunto de lógicas abstratas construídas no plano do conhecimento para dar conta das primeiras, objetivando-as. Estará agora em causa operar uma segunda rutura (dita “praxeológica”) capaz de superar os limites do objetivismo, sem, contudo, regressar ao espontaneísmo que este último pretende, legitimamente, combater.

Escusado será acrescentar que tal rutura nunca poderá consumir-se sem uma minuciosa referência às condicionantes sociais, e em especial institucionais, dos processos de produção de conhecimentos científicos. Tal como quaisquer outros, tais processos têm uma história e estão sujeitos a contingências, a estrangimentos estruturais e a estratégias de afirmação e de poder que, seguindo embora lógicas relativamente autónomas, nunca se limitam a pairar acima do complexo de determinações sociais existente. Nestas condições, a Sociologia, e em particular a Sociologia do campo científico, é chamada a intervir como instrumento privilegiado para levar a bom termo a segunda rutura de que falámos.

Não se trata de, deste modo, nos deixarmos enleiar num inconsequente círculo vicioso – se há algo de circular neste processo, é de um círculo virtuoso que estamos a falar. E a virtude que assim se estará cultivando não será senão a da libertação, sempre inacabada, sabemo-lo bem, dos obstáculos com que a razão permanentemente se confronta.

É para este tipo de reflexividade sociológica que este livro nos convida. Abramo-lo, pois, sem qualquer receio.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P., Passeron, J.-C., & Chamboredon, J.-C. (1968). *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton/Bordas.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press/Polity Press.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir Éditions
- Bourdieu, P. (2002). "Les conditions sociales de la circulation internationale des idées", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 145, 3-8.
- Passeron, J.-C. (1991). *Le raisonnement sociologique. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel*. Paris: Éditions Nathan.
- Heilbron, J., Guilhot, N., & Jeanpierre, L. (2008). Toward a transnational history of the social sciences. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 44(2), 146-160. <https://doi.org/10.1002/jhbs.20302>.
- Pinto, J. M. (2007). *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*. Porto: Edições Afrontamento.

A díade de Bourdieu: sobre a primazia do espaço social e do poder simbólico

Loïc Wacquant

Apesar de esclarecimentos antigos, intensos e recorrentes, ainda há inúmeros equívocos quando se trata dos princípios básicos da sociologia bourdieusiana.¹ Para alguns, Bourdieu é visto como o “teórico da reprodução”, quando os seus três primeiros livros tratam da transformação cataclísmica de uma sociedade colonial em guerra; Bourdieu supostamente “ignora a agência”, quando o próprio objetivo do *habitus* é repatriar o agente inventivo no centro da análise social; alguns afirmam que Bourdieu “não teorizou as ligações entre campos”, quando um dos seus conceitos mais distintivos, o campo do poder, foi concebido especialmente para isso; outros alegam que Bourdieu é “cego à etnicidade”, quando escreveu extensivamente sobre gradações culturais de (des)honra, e as suas origens regionais e anos na Argélia deram-lhe um sentido inato de etnicidade na sociedade francesa, e assim por diante. O problema agrava-se quando se trata de interpretações que são específicas de contextos nacionais: o Bourdieu turco não é o Bourdieu brasileiro, nem o Bourdieu norueguês, nem o Bourdieu francês. Cada país desenvolveu a sua própria versão seletiva adaptada à estrutura e à história do seu campo intelectual (de acordo com os princípios delineados por Bourdieu na sua discussão sobre “The Social Conditions of the International Circulation of Ideas” (Bourdieu, 1999[1990])).

¹ A versão original em língua inglesa do presente texto foi publicada em Wacquant, L. (2019). Bourdieu’s Dyad: On the Primacy of Social Space and Symbolic Power. In J. Blasius, F. Lebaron, B. Le Roux, A. Schmitz (eds), *Empirical Investigations of Social Space*. Methodos Series, vol 15. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15387-8_2. A tradução foi realizada por Virgílio Borges Pereira e revista pelo autor.

Há muitas formas de introduzir, destacar ou encapsular a sociologia de Bourdieu, mas a mais comum e popular nas principais línguas europeias (francês, alemão, inglês e espanhol) é, de longe, a que se refere à tríade concetual “*habitus-capital-campo*”. Inúmeros artigos, cartilhas e discussões teóricas sobre o sociólogo francês tomam como axiomático o facto de estas três noções resumirem adequadamente o seu quadro e captarem a sua originalidade.

Neste capítulo, utilizo e desenvolvo um trabalho anterior meu (especialmente, Wacquant & Akçaoglu, 2017) para argumentar que esta caracterização é defeituosa por três razões: a tríade é *redundante, incompleta e enganadora*. Ela obscurece a primazia analítica do espaço social sobre o conceito de campo e as limitações correlativas do termo “campo” a um subconjunto específico (e empiricamente raro) de universos sociais (ver também Swartz, 2019). Além disso, turva a especificidade do conceito de campo enquanto cosmos monopolista, conduzindo assim à multiplicação descontrolada de campos, esvaziando a noção de qualquer significado rigoroso. Finalmente, esta abordagem apaga o conceito mais original e potente de Bourdieu, o de poder simbólico. Pelo contrário, defenderei que a díade *espaço social e poder simbólico* capta os dois pilares que estão na base da sua sociologia.

Os “três Rs” de Bourdieu

O raciocínio de Bourdieu pode ser caracterizado pelos “três Rs”: um racionalismo epistemológico, um relacionismo ontológico e uma reflexividade metodológica que se questiona continuamente no próprio movimento em que é empregue (cf. Wacquant & Akçaoglu, 2017). Este raciocínio relacional e reflexivo é especialmente ameaçador para os académicos que têm *estruturas mentais rígidas* e interpretam a investigação social como a aplicação pré-reflexiva de fórmulas mecânicas prescritas por um credo teórico abrangente – e nesta frente, os últimos marxistas competem duramente com os parsonianos sobreviventes.

O mentor de Bourdieu na filosofia da ciência, Gaston Bachelard (1949), ensina-nos que o conhecimento científico emerge não preenchendo um vazio, mas rompendo com o “conhecimento espontâneo” que já existe, e não é diferente quando se trata de obras clássicas da sociologia que atravessam fronteiras. A sua noção de vigilância epistemológica incita-nos a estabelecer a origem dos nossos problemas, a colocar as nossas próprias questões, a forjar construções analíticas robustas em vez de tomar emprestadas as

noções suaves e maleáveis do senso comum (incluindo o senso comum acadêmico), a questionar metodicamente os nossos métodos e a adotar uma postura proativa no que diz respeito à produção de dados. O primeiro mandamento pelo qual todos os sociólogos devem viver é *nunca aceitar um objeto pré-fabricado* (cf. Wacquant, 2018, p. 5n).

Quando os conceitos e princípios analíticos de Bourdieu são a base para operações de investigação reais, podem ajudar-nos a articular novas questões e a descrever a paisagem empírica de novas formas, como faz Tom Medvetz (2012) no seu modelo de investigação sobre a ascensão dos *Think Tanks in America*. Medvetz ultrapassa as limitações dos estudos sobre a elite e a elaboração de políticas para compreender a ambiguidade intrínseca deste animal organizacional e diagnosticar o seu papel opaco no campo do poder nos EUA.

A simplificação mais amplamente utilizada é a tríade conceptual "*habitus-capital-campo*". Esta tríade oferece, na melhor das hipóteses, uma condensação incoerente e incompleta do pensamento de Bourdieu. Capital e campo são mutuamente redundantes, uma vez que um campo é simplesmente o espaço onde o capital está concentrado. O *habitus*, por outro lado, é a encarnação do capital e também pode ser entendido como a somatização de categorias cognitivas e catequéticas, ou seja, como a impressão do poder simbólico no organismo socialmente estruturado (cf. Wacquant, 2016).

Se fizermos o equivalente semântico da "*smallest space analysis*" à *la Guttman* (1968) e Lingoos (1965) ao quadro de Bourdieu, descobrimos que a díade ou o dueto do *espaço social e do poder simbólico* é suficiente para regenerar todos os outros conceitos que ele utiliza e, assim, captar todos os tipos de fenómenos. A sua articulação constitui o núcleo concetual mais parcimonioso e irredutível da sua teoria da prática.

O espaço social como categoria central

O conceito de "espaço social" é o conceito genérico do qual deriva logicamente o *conceito específico de campo*, como um espaço social especializado que surge quando um domínio de ação e autoridade se torna suficientemente demarcado, autonomizado e monopolizado. Perceber que o espaço social (e não o campo) é o constructo geral que "enfrenta" os conceitos de *habitus* e capital para gerar a prática esclarece dificuldades recorrentes e dissolve uma miríade de falsos problemas (cf. Wacquant & Akçaoglu, 2017). Em primeiro lugar, somos

lembrados de que os campos são *fenómenos históricos relativamente raros* que existem apenas em certos domínios de atividade e apenas em formações sociais avançadas que sofreram diferenciação suficiente – é por uma boa razão que Bourdieu invoca tão frequentemente o conceito durkheimiano de *sociedades diferenciadas*, em vez de sociedades modernas, capitalistas ou pós-industriais. Craig Calhoun (1993) destacou a estreita historicidade dos campos na sua astuta contribuição para *Bourdieu: Critical Perspectives*, mas viu-a como uma tensão não resolvida na teoria da prática, e não como uma especificação incorreta da relação entre campo e espaço social. Por exemplo, Bourdieu não utiliza o termo “campo” quando revisita o seu trabalho de campo de juventude em *Le Sens pratique (The Logic of Practice)*, publicado em 1980 (1990): não havia campos na Cabília colonial porque as formas de capital não tinham sido desembaraçadas e classificadas em rastos institucionais distintos. Não se tratou de um mero descuido, pois surgiu uma década depois de ele ter produzido a sua primeira elaboração sólida de campo com o artigo sobre a “Structure and Genesis of the Religious Field” (1971 [1991]), que constitui um modelo para todos os outros campos.

A grande maioria da ação social desenrola-se em espaços sociais que são isso mesmo: espaços sociais, distribuições multidimensionais de propriedades socialmente eficientes (capitais) que estipulam um conjunto de posições padronizadas a partir das quais se podem prever de forma inteligente as estratégias. No entanto, não são campos, porque não têm fronteiras institucionalizadas, nem barreiras à entrada, nem especialistas na elaboração de uma fonte distintiva de autoridade e sociodiceia. Esta definição permite-nos evitar a multiplicação cómica de campos e formas de capital *ad infinitum* – dificilmente passa um mês sem que algum académico proponha uma nova espécie! Assim, não existe um “campo sexual” (pace Illouz 2012; Green, 2013) e nenhum “campo racial” (desculpem Matt Desmond e Mustafa Emirbayer, 2015), pela simples razão de que nem o sexo nem a raça, enquanto etnicidade denegada, são monopolizados por um nexo de instituições e agentes distintos que os elaboram para consumo de outros, (enquanto forma de etnicidade denegada) são monopolizados por um nexo de instituições e agentes distintos cujo papel é reificar estes objetos para consumo de outros (como, por exemplo, os padres fazem para os leigos ou os políticos para os eleitores). A importância sociológica destes objetos emana do próprio facto de atravessarem microcosmos e modelarem o espaço social em geral através da formação de *habitus*: são princípios de visão e divisão social que *não foram encurralados em campos*.

Em termos mais gerais, a promoção do espaço social como categoria âncora é coincidente com a reformulação de Bourdieu da questão da criação de grupos na sequência de *A Distinção* (que ele considerava grosseira e obsoleta nesta frente), que abandona a presunção da existência de classes para abrir caminho a uma ontologia radicalmente historicista dos coletivos sociais (cf. Wacquant, 2013).

Parte da confusão em torno da relação entre campo e espaço social foi semeada pelo próprio Bourdieu de duas maneiras. Em primeiro lugar, entre 1968 e 1977, ele desenvolveu a noção mais restrita de campo, antes de encontrar e elaborar plenamente a categoria mais ampla de espaço social que começou a substituí-la, a partir de 1975 e durante os anos 1980 e seguintes.

Dado que Bourdieu aperfeiçoou todos os seus conceitos para efeitos de inquéritos empíricos específicos para cada novo projeto de investigação, isto não é surpreendente; as suas análises nunca foram concebidas como parte de uma grandiosa metavisão parsoniana com um conjunto preconcebido de categorias analíticas. Em segundo lugar, Bourdieu teve de encontrar, aprender e adaptar as técnicas de análise de correspondências múltiplas de Jean-Paul Benzécri para operacionalizar a noção de espaço social e, a partir daí, maquiná-la conceptualmente. Lebaron e Le Roux (2015) mostram-no em *La Méthodologie de Pierre Bourdieu en action*. Em terceiro lugar, Bourdieu é muitas vezes bastante descuidado na sua própria utilização dos dois termos, mesmo depois de ter elaborado o conceito de espaço social: fala por vezes de um campo social, ou da família como um campo, e de vários contextos que misturam o espaço social simples com a intersecção de múltiplos campos como campos, o que não são. *Stricto sensu*, *Stricto censu*, também se pode argumentar que o chamado campo do poder não é de facto um campo (não é o local de concentração e distribuição de uma espécie distinta de capital, não tem um *nomos* específico, não segrega um conjunto de construções cognitivas distintas, etc.) mas um *metacampo* como um tipo de espaço social com várias camadas.

O poder simbólico como categoria central

Tal como o conceito de espaço social, o conceito de poder simbólico é epicentral e verdadeiramente original para a sociologia bourdieusiana. Aborda a capacidade de *categorização consequente*, a capacidade de fazer o mundo – de o preservar ou de o mudar – através da formação e difusão de quadros

simbólicos, instrumentos coletivos de construção cognitiva da realidade. É mais amplo, multifacetado, ramificado e poderoso do que o *habitus*, o capital e o campo juntos e ao quadrado. Ancora a tríade *cognição-reconhecimento-não-reconhecimento* que capta a visão de Bourdieu do agente social como um “animal simbólico”, para usar a linguagem de Ernst Cassirer, que é a principal inspiração por detrás do pensamento de Bourdieu nesta frente (aqui, o livro-chave a ponderar é o majestoso *An Essay on Man: An Introduction to a Philosophy of Human Culture* de Cassirer [1944]), mas um agente incorporado que existe em primeiro e em último lugar aos olhos dos outros, através de um “jogo de espelhos” recursivo em que as ficções sociais se tornam realidade na medida em que assentam em categorias partilhadas e crenças comuns que fundamentam a ação consonante.

O capital simbólico também capta a noção de Bourdieu de que o poder nunca é tão eficiente (e perigoso) como quando se disfarça e é paradoxalmente ativado pelo subordinado, de modo a proceder através de uma relação cognitiva de assentimento opaca a si próprio, evitando o dispêndio de persuasão material. A violência simbólica é essa força sem esforço que molda o mundo através da comunicação sem que nos apercebamos; ela engana tanto dominantes como dominados, como em *Masculine Domination [Dominação Masculina]* (Bourdieu, 2001 [1998]). O poder simbólico é um conceito que Bourdieu elabora ao longo de todo o espectro da sua vida científica, desde as suas investigações de juventude sobre a honra na Cabília e o parentesco no Béarn, passando pelos seus trabalhos sobre arte, educação e sofrimento social, até às suas incursões posteriores na política e ao seu eventual regresso à própria ciência. É expressa de forma mais compacta na pragmática sociológica de *Language and Symbolic Power* (Bourdieu, 1982) e em *Pascalian Meditations [Meditações Pascalianas]* (Bourdieu, 2000[1997]).

Uma ilustração notável do poder simbólico encontra-se no curso de conferências de Bourdieu *On the State* (Bourdieu, 2014[2012]). A viragem para o Estado foi necessária devido à intensificação do foco de Bourdieu no poder simbólico durante a década de 1980, o que logicamente o levou a confrontar-se com o grande “alquimista simbólico” da era moderna. É possível detetá-lo, por exemplo, no capítulo histórico sobre a unificação linguística da França, a mando das autoridades políticas, que abre *Ce que parler veut dire [O que falar quer dizer]* (Bourdieu, 1982), que demonstra que “a produção e a reprodução da língua legítima” operam em paralelo com a construção do Estado central, primeiro pela realeza absolutista e depois pela burguesia republicana, cujo

poder assenta cada vez mais na transmissão do capital cultural validado pelo Estado, ou seja, nas credenciais educativas. No seu curso de conferências *On the State*, Bourdieu oferece uma dissecação analítica das teorias do Estado (algo que não fez para nenhum outro tópico), uma reinterpretação ousada da transição histórica da “casa do rei” para a “razão de Estado” e um novo modelo do Estado como poder organizador ancorado no conceito de campo burocrático e na noção de “monopolização da violência simbólica legítima”. E correlaciona a forja do Leviatã moderno, assente no modo de reprodução burocrático, com a cunhagem da esfera pública, o avanço e a apropriação privada simultânea do universal e a ascensão do capital cultural. Ao fazê-lo, o Estado surge como sendo simultaneamente o produto, o local, o alvo e o árbitro das lutas para formar a realidade: o “poder simbólico supremo”, o “fetiche supremo” e o “mandado de todos os fetiches”.

Conclusão

Nesta contribuição, foi demonstrado que a tríade *habitus*, capital e campo pode ser substituída de forma frutífera pelo dueto espaço social e poder simbólico. Esta mudança da tríade para o dueto não só esclarece erros comuns, como também lança luz sobre a lógica interna do projeto de Bourdieu e pode ajudar-nos a alargá-lo ainda mais. O espaço social e o poder simbólico são conceitos cruciais para o que Bourdieu chamou de *socioanálise* (cf. Bourdieu & Wacquant, 1989; Wacquant, 1990): uma perspetiva que revela o inconsciente social, alojado nos corpos e nas instituições, que nos governa a todos, e que, portanto, promove o “retorno do reprimido”. Isto é mais visível em *The Weight of the World* (1999[1993]), e na dissecação de Bourdieu dos três microcosmos sociais que o moldaram: a sociedade aldeã do Béarn em que cresceu, em *The Ball of Bachelors* (2006 [2002]); o sistema académico através do qual ascendeu, em *Homo Academicus* (1988 [1984]); e a instituição filosófica da qual rompeu, em *The Political Ontology of Martin Heidegger* (1994 [1988]), que é uma espécie de exorcismo do filósofo em que poderia ter-se tornado.

Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (1949). *Le rationalisme appliqué*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard (modificado e ampliado na tradução *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991).
- Bourdieu, P. (1988[1984]). *Homo Academicus*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1989). Social space and symbolic power. *Sociological Theory*, 7(1), 14-25. Bourdieu, P. (1990[1980]). *The logic of practice*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1991a). *The craft of sociology*. New York: Walter De Gruyter.
- Bourdieu, P. (1991b). Genesis and structure of the religious field. *Comparative Social Research*, 13, 1-44.
- Bourdieu, P. (1994[1988]). *The political ontology of Martin Heidegger*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1999[1990]). The social conditions of the international circulation of ideas. In R. Shusterman (Ed.), *Bourdieu: A critical reader* (pp. 22-228). Oxford: Basil Blackwell.
- Bourdieu, P. (2000[1997]). *Pascalian meditations*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2001[1998]). *Masculine domination*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2006[2002]). *The ball of bachelors*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2014[2012]). *On the state*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1989). For a socioanalysis of intellectuals: On Homo Academicus. *Berkeley Journal of Sociology*, 34, 1-29.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Chicago/Cambridge: University of Chicago Press/Polity Press.
- Bourdieu, P., et al. (1999[1993]). *The weight of the world: Social suffering in contemporary society*. Cambridge: Polity Press.
- Calhoun, C. (1993). Habitus, field, and capital: The question of historical specificity. In C. Calhoun, E. LiPuma, & M. Postone (Eds.), *Bourdieu: Critical perspectives* (pp. 61-88). Chicago: University of Chicago Press.
- Cassirer, E. (1944). *An essay on man: An introduction to a philosophy of human culture*. New Haven: Yale University Press.
- Desmond, M., & Emirbayer, M. (2015). *The racial order*. Chicago: University of Chicago Press.
- Green, I. A. (2013). *Sexual fields: Toward a sociology of collective sexual life*. Chicago: University of Chicago Press.
- Guttman, L. A. (1968). A general nonmetric technique for finding the smallest coordinate space for a configuration of points. *Psychometrika*, 33(4), 469-506.
- Illouz, E. (2012). *Why love hurts: A sociological explanation*. Cambridge: Polity Press.
- Lebaron, F., & Le Roux, B. (Eds.). (2015). *La Méthodologie de Pierre Bourdieu en action. Espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod.
- Lingoes, J. C. (1965). An IBM 7090 program for Guttman-Lingoes smallest space analysis. *Behavioral Science*, 10, 183-184.
- Medvetz, T. (2012). *Think tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press.

Swartz, D. L. (2019). Bourdieu's Concept of Field in the Anglo-Saxon Literature. In J. Blasius, F. Lebaron, B. Le Roux, A. Schmitz (eds), *Empirical Investigations of Social Space*. Methodos Series, vol 15. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15387-8_11.

Wacquant, L. J. D. (1987). Symbolic violence and the making of the French agriculturalist: An enquiry into Pierre Bourdieu's sociology. *Journal of Sociology*, 23(1), 65-88.

Wacquant, L. (1990). Sociology as socioanalysis: Tales of homo Academicus. *Sociological Forum*, 5(4), 677-689.

Wacquant, L. (2013). Symbolic power and group-making: On Pierre Bourdieu's reframing of class. *Journal of Classical Sociology*, 13(2), 274-291 (tradução portuguesa em Wacquant, L. (2014). Poder simbólico e constituição de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Cadernos de Ciências Sociais*. 27, 145-165).

Wacquant, L. (2016). A concise genealogy and anatomy of habitus. *The Sociological Review*, 64(1), 64-72.

Wacquant, L. (2018). Four transversal principles for putting Bourdieu to work. *Anthropological Theory*, 18(1), 3-17 (tradução portuguesa em Wacquant, L. (2020). Quatro princípios transversais para mobilizar Bourdieu na pesquisa. In Borges Pereira, V., *Em (Re)Construção: elementos para uma sociologia da atividade na indústria da construção em Portugal*. (pp. 51-66). Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras).

Wacquant, L., & Akçaoglu, A. (2017). Practice and symbolic power in Bourdieu: The view from Berkeley. *Journal of Classical Sociology*, 17(1), 55-69.

La Misère du monde.
Dirigido por
Pierre Bourdieu.
Paris, Seuil, 1993

Sessão realizada na sala 302 da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto no dia 14 de julho de 2022,
com intervenções de Inês Brasão e João Queirós,
e a moderação de Virgílio Borges Pereira.

A Miséria do Mundo: uma leitura

Inês Brasão

Este texto resulta da minha intervenção no ciclo de conferências intitulado “Bourdieu e os seus livros”, organizado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. O convite que me foi endereçado tem um rosto, o de Virgílio Borges Pereira, a quem muito agradeço a oportunidade de me reencontrar com o meu passado, as minhas influências e uma das mais desafiantes obras de Pierre Bourdieu, *La Misère du monde*, levada à estampa pela Éditions du Seuil. O gesto de homenagear deixa de ser apenas um expediente de protocolo quando está ligado ao desejo de abrir novas portas à leitura, à reflexão e ao cruzamento de perspetivas. Foi o que sucedeu. Agradeço ainda ao João Queirós, com quem reparti nesse encontro a visão sobre o legado desta obra para a história das ciências sociais e com quem aprendi a destacar elementos de que me não tinha apercebido, e às pessoas que participaram no debate. Seria falso, embora desejável, induzir-vos a ideia de que fiz a (re)leitura deste volume na sua língua original. Por razões relacionadas com economia de tempo, e também porque o investimento editorial e de tradução em grandes autores das ciências sociais continua muito aquém do esperado no panorama português, em pouco ou nada alterado desde os meus tempos de estudante, regresssei à tradução da editora Vozes, com sede em Petrópolis, que em 1997 já tinha uma tradução disponível no mercado.

A estrutura deste ensaio está dividida em três partes, sendo as primeiras duas mais curtas, e de pendor biográfico. A primeira faz uma retrospectiva em relação aos meus primeiros contactos com a obra de Pierre Bourdieu. A segunda é dedicada à sua influência no meu percurso de investigação. Na terceira parte, mais extensa, ensaio uma revisão crítica do livro organizado por Pierre Bourdieu, *A Miséria do Mundo*. Aqui exponho as suas virtudes e também algumas das suas debilidades, de um ponto de vista geral. Por último, considero quatro casos analisados neste volume por terem despertado conexões com os meus próprios estudos.

Primeiros contactos

O ano de 1993 foi forte. Entre outras descobertas que aqui não vêm ao caso, representou uma confirmação de que o curso de Sociologia me agradava. Esse agrado provinha sobretudo da natureza das perguntas que diariamente me eram colocadas, convocando à desconstrução de ideias. Mal sabia eu que uma das verdadeiras forças do ano de 1993, no plano editorial e da história da sociologia, era o lançamento de *La Misère du Monde*, de Pierre Bourdieu. Frequentemente assim assinalada, trata-se, afinal, de um projeto coletivo, sem o qual Bourdieu não podia ter alcançado o que se propõe no início das cerca da 950 páginas de leitura¹: 46 entrevistas e correlativas 46 análises dos estudos de caso, integrados nos seguintes capítulos-chave: “Espaço dos pontos de vista”/ “Efeitos do lugar”/ “A Demissão do Estado”/ “Decadências”/ “O Fim do Mundo”/ os “Excluídos do interior”/ “As contradições da Herança”/ “A solidão” e os ensaios inicial e finais. Contribuem para os diferentes capítulos nomes como Accardo, Bourdieu, Champagne, R. Christin, J.-B. Faguer, S. Garcia, R. Lenoir, M. Pialoux, A. Sayad, ou L. Wacquant. Nomeei de forma parcelar e consciente alguns dos que tinham lugar cativo nas disciplinas do curso de Sociologia da Nova para provar a força que tinha a escola francesa no ministério do curso. Mas foi também no ano de 1993 que se deu a assinatura do Tratado de Maastricht. E se identifico o arranque desta convenção no mesmo ano de lançamento de *La Misère du Monde* é porque me ocorre uma grande ironia. No mesmo período em que um tratado celebra o alargamento entusiasmado da livre circulação de pessoas, bens e serviços pertencentes aos países membros da Comunidade Europeia, vemos em *La Misère* os primeiros sintomas de uma doença social que se materializava num progressivo abandono das políticas públicas e da esfera mediática em face das pessoas menos providas de recursos e cuja vida, tantas vezes vivida nas margens ou no limiar do possível, já nos surge perfeitamente ameaçada.

Pierre Bourdieu e o seu escol constituíram uma presença viva nas fundações teóricas do curso de Sociologia dos anos de 1990, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O lastro dos seus livros e artigos esteve presente em vários ramos de aprendizagem, desde *Les Héritiers* (1964), passando por *La Reproduction* (1970), até *La Distinction* (1979). O lançamento de *O Poder Simbólico*, na coleção Memória e Sociedade, pela Editora Difel, no ano de 1989, reforçou o magnetismo que Pierre Bourdieu exerceu sobre

¹ Na edição original (Éditions du Seuil).

alguns dos futuros sociólogos daquela faculdade, entre os quais me encontrava, em particular suscitados pelas virtudes da operacionalização das noções de “campo”, “estrutura de capitais”, ou de *habitus*.

Ao longo do meu percurso académico, o período áureo de Bourdieu desapareceu quando frequentei um mestrado em Ciências Sociais, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Sendo um excesso referir que tornaram Bourdieu *persona non grata*, tinha ali presença reduzida, quase elidida por outras referências oriundas da Antropologia, da História Política e Social e da Sociologia de raiz anglo-saxónica. Nas lutas pela “verdade”, travadas no campo científico, Bourdieu perdia lastro e influência. E eu própria, percebo agora, me obriguei a “matar o pai”, desobrigando-me do que interpretei ser um excesso de sociologismo e da minha ligação a um dos pensadores mais desencantados com quem tomara contacto, o que nem sempre abona a favor do espírito que costuma pautar os tempos de juventude. Os seus sistemas classificatórios e o peso das estruturas sobre os indivíduos deixavam pouca margem à esperança, à *agência* e ao charme da mudança. Bourdieu escrevia obsessivamente a partir de um mundo de classificações e trajetórias de encaixe em sistemas, disposições, campos e territórios. Levando a sua grelha às últimas consequências, tudo é passível de ser interpretado e categorizado em chaves a partir das quais descodificamos os comportamentos dos indivíduos, desde que munidos do código para os interpretar. Este conjunto de razões levou-me a afastar-me dos seus esquemas conceptuais. Porém, *mea culpa*, na altura não alcancei que o que terá afastado um conjunto de reconhecidos historiadores e sociólogos do esquema conceptual de Pierre Bourdieu terá sido, por um lado, uma excessiva concentração na herança da sociologia francesa até então adotada pela academia e, por outro, uma proposta neomarxista que pouco espaço dava à compreensão das trajetórias desencaixadas do seu lugar de classe: o indivíduo é analisado em relação a um *habitus* de classe de que faz parte, ou que trai, ou a que aspira. O *habitus*, gerador de disposições e práticas, tem um peso que funciona como armadura e, analiticamente, a partir do momento em que nos recortamos com esta aparelhagem conceptual, é difícil conciliá-la com outra. Alguns argumentarão que o *habitus* é um princípio gerador de estratégias. Não constitui um conjunto de regras de conduta, ou de visões do mundo, correspondendo sobretudo a uma estrutura de propensões ou disposições sociais que organiza as práticas... No entanto, é indiscutível que Bourdieu considera que essas disposições, até por constituírem uma herança, agem como solo invisível dos comportamentos. Um último aspeto crítico da minha relação com os livros de

Bourdieu foi uma progressiva constatação de que alguns dos conceitos que julgara seu domínio eram, afinal, repescados de uma herança longínqua com raízes na filosofia e na etnografia. Um desses momentos foi quando constatei que o esquema sinóptico das oposições pertinentes apresentadas no início de *A dominação masculina* tinha fortes raízes nos ensaios de Marcel Mauss e de Robert Heertz (1990) que há muitas décadas escreviam sobre a forma como diferentes formações sociais impõem ao corpo e pensamento do indivíduo um determinado modo de ser e estabelecem antinomias com um peso fundamental nas esferas da vida: a predominância do uso da mão direita em detrimento da esquerda, o sagrado sobre o profano, o hegemónico sobre o subalterno, o masculino sobre o feminino.

Influências

Antes de me centrar em *A Miséria do Mundo*, forcei-me a um breve exercício retrospectivo de como a obra de Pierre Bourdieu se encontra presente no meu percurso de investigação, pois se a impressão que me causou foi tão intensa, importava levar por diante este exercício de cruzamento com o meu próprio pensamento, além de constituir uma forma de homenagem que este ciclo de conferências julgo querer promover. Além disso, este tipo de exercício permite aferir a recepção dos autores, ou a forma como, em contextos específicos de investigação, os seus conceitos podem ser vertidos, e ainda contribui para um tipo de trabalho escasso na produção científica nacional que é o de traçar genealogias de pensamento, lutas entre correntes de pensamento, modas ou polémicas que se vão instaurando no campo de produção académica.

Durante os últimos anos do século XX, procurei desconstruir os discursos sobre o corpo das mulheres portuguesas no período salazarista, tendo como fontes primordiais o discurso do Estado (a partir das suas organizações oficiais), da medicina, da igreja.² Sendo um trabalho dirigido para a análise do discurso, fui sobretudo influenciada pelos escritos de Michel Foucault³ e de

² O momento culminante desta investigação constitui a minha tese de mestrado intitulada “Dons e Disciplinas do Corpo Feminino”, apresentada ao ICS, financiada pela FCT, orientada pelo José Manuel Sobral e galardoada com o Prémio Carolina Michaelis de Vasconcelos, em 1998. O livro foi recentemente reeditado pela cooperativa Outro Modo (Brasão, 2017).

³ Em particular, o Tríptico de Michel Foucault: História da Sexualidade, vol. 1 (A vontade de saber). Vol. 2 (O uso dos prazeres); Vol. 3 (O cuidado de si).

foucaultianos. Não era um acaso que me interessasse escrutinar a forma como a ciência, ou Estado ou a religião agiam, nem sempre no mesmo sentido, produzindo um efeito de biopolítica, e regulando aspetos da vida dos indivíduos a partir de uma base de intervenção legitimada por essas grandes instâncias disciplinarizadoras no mundo contemporâneo. Desta forma, a obra de Pierre Bourdieu esteve praticamente ausente, correspondendo ao período em que me divorciei de analisar quase tudo sob o escopo do meu primeiro grande influenciador. Conhecia *A Dominação Masculina*, então já editada em Portugal, mas confesso que não mobilizei com suficiência este contributo, embora reconhecesse as formas e processos sob os quais se faz a construção social do papel feminino, em grande parte devedoras das antinomias naquela obra descritas: homem/mulher; seco/húmido; ágora/casa; produção/reprodução; cabeça/corpo; razão/emoção; guerra/paz.

Foi apenas no início do milénio que me cruzei com *A Miséria do Mundo*. No espírito dos seminários realizados no âmbito Projeto de “Sociologia da leitura em Portugal no século XX”,⁴ um dos momentos de discussão foi justamente dedicado à reflexão sobre este estranho livro, uma vez que colocava novos desafios de âmbito metodológico e epistemológico. Não conseguindo reproduzir aqui com pormenor o teor da viva discussão que teve lugar nesse seminário, seria injusto não reconhecer no contacto com esta obra a génese da minha vontade de sair do espaço das representações (e da teoria) para o terreno das práticas sociais. Foi este um dos primeiros momentos que me pareceu convocar para um método de inquirição da realidade que me interessava explorar: o de permitir que as pessoas falem. Mais do que centrar-me na análise dos discursos, eu queria agora recentrar-me na forma como as pessoas refletem sobre a sua própria história, e estabelecer a partir daí – das suas biografias – pontes com outros dados de carácter mais macrosociológico. Afinal, estava nesta semente o início de um ponto de viragem muito importante no meu percurso de investigação. Agora o reconheço.

No estudo sobre as memórias de vida e de trabalho das trabalhadoras domésticas que cresceram em regime interno, vigiadas e tuteladas pelos padrões familiares, reconheço sem dificuldade que a construção da subalternidade daquelas trabalhadoras foi de tal forma eficiente (no plano discursivo e das práticas laborais) que ainda hoje “carregavam” no corpo a hexis dessa obediência,

⁴Dirigidos por Diogo Ramada Curto e que, fundamentalmente, trouxe à luz a obra: Diogo Ramada Curto (dir.) (2006), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*.

mesmo que racionalizassem sobre as formas de opressão e humilhação a que algumas foram sujeitas. Se é verdade que se podem demonstrar os traços de um *habitus servil* nessa condição profissional, tentei igualmente demonstrar que esse *habitus* não reflete apenas aceitação, identificação ou passividade. Contribui para a reprodução do sistema de dominação, mas não excluiu possibilidades de insubordinação com efeitos de quebra de contrato. Por outro lado, foi possível demonstrar o peso da estrutura dos capitais na história desta condição feminina: os aspetos mais sutis do capital cultural e linguístico, como os modos corporais e a pronúncia (o sotaque), foram traços que conferiam todo o seu peso ao lugar do nascimento e eram “aproveitados” para estabelecer contrastes de classe, por parte do patronato. Da mesma forma, os regimes de vestuário, de mesa e as formas de distinção e julgamento procuradas pelos padrões domésticos de classe média que buscavam status social e reconhecimento, foram bem evidenciados pelo olhar das suas trabalhadoras.

A Miséria do Mundo

La Misère du Monde constitui fundamentalmente uma coletânea de “casos de estudo”, produto da realização de um total de 182 entrevistas (Mayer, 1995, p. 356). Cada caso é apresentado de acordo com uma estrutura bifacial. Numa das faces, acedemos à interpretação do caso e, em seguida, à estrutura crua da entrevista que lhe deu azo (o transcrito), por forma a que o leitor possa ele próprio controlar a forma como as nuvens de sentido foram cooptadas e sujeitas à análise. Embora estruturada desta forma, Pierre Bourdieu esclarece que o leitor pode muito bem querer escusar-se à leitura da face em que se dão a conhecer os pressupostos metodológicos ou as análises levadas a cabo pelo investigador.

É “Ao leitor” que Pierre Bourdieu começa por se dirigir numa pequena missiva de duas páginas. Ali nos esclarece que este livro coletivo colige um conjunto de depoimentos de pessoas que confiaram na equipa de investigadores a ponto de falar sobre a sua existência e a sua “dificuldade de viver.” É, portanto, neste ponto inaugural que entendemos o quanto o resultado alcançado foi devedor de um método – a realização de entrevistas no espaço onde as pessoas vivem – permitindo uma recolha que não é apenas sobre a interpretação que o entrevistado faz sobre o que foi (e é) a sua vida, mas também sobre a forma como se inscreve nesse mesmo espaço: a casa, os objetos, o sofá onde

recebe as visitas, a forma como usa o corpo, ou apresenta os familiares. Esta etnografia ajuda a situar o indivíduo no plano da materialidade física e social em que está inscrito e permite ao investigador aceder à paisagem física e social do entrevistado, de forma síncrona.

É também neste prólogo que são questionados problemas de natureza epistemológica: será que no ato de publicação integral das palavras proferidas pelos entrevistados, ao abrigo do pacto estabelecido com os interlocutores, estamos a expô-los sem responsabilidade, fruto do poder que o entrevistador tem, e da violência simbólica que carrega esse poder com origem na academia, deixando-os à mercê de juízos precipitados? Não haverá uma obrigação ética em preservar as confidências a que acedemos, por forma a controlar desvios e juízos oportunistas? Ora, de acordo com Bourdieu, é preciso fornecer “os meios para compreender”, algo aqui salvaguardado através de um esforço de contextualização dos problemas, alguns deles com os quais a França deste período se confrontava direta e diariamente, e não resvalando por “imagens simplistas e unilaterais”, mas seguindo pelo caminho da “representação complexa e múltipla.” Podemos perguntar: *A Miséria do Mundo* salvaguarda essa complexidade? Talvez não o consiga inteiramente. Por vezes adjetiva em demasia, por vezes talvez psicologize a atitude dos entrevistados, outras vezes talvez não ceda ao julgamento de gosto, como quando faz questão de referir subtilmente as almofadas bordadas coloridas e os bibelots na cristaleira do primeiro casal entrevistado. Mas, por outro lado, é uma obra extremamente corajosa. Talvez nunca antes tivesse sido compilado um mosaico tão completo e complexo de vivências que nos permite revelar que “a realidade é um espaço de conflito de interesses consoante a posição que os diferentes indivíduos ocupam no espaço social: desde aqueles que praticamente defendem as agressões aos jovens, como aos próprios jovens abandonados em quintais de lixo entre conjuntos habitacionais gigantes.” Assumir e contextualizar a existência de conflito, que hoje se percebeu ser a antevisão do Lepenismo, não é promover o conflito, antes permitir que a reflexão tivesse ocorrido, coisa que sabemos que não aconteceu. Mas não podemos atribuir a Pierre Bourdieu essa culpa.

Os títulos conferidos a cada uma das entrevistas vertem das palavras usadas pelos próprios interlocutores, para que desse ato de fidelidade se resgate uma vez mais o pacto de confiança estabelecido entre as duas partes, algo que fui eu própria utilizando nas incursões pela história oral. A título de exemplo, quando, no caso “Um Paraíso Perdido”, Sylvain Broccolichi escolhe o título “Nós aqui

somos muito desrespeitadas”, frase proferida durante a entrevista realizada às estudantes Claire, Muriel e Nadine, esse resgate de palavras para o título procura evidenciar o sentido da perda de valor (ou poder) relativo que cada uma destas estudantes sentiu aquando da passagem do ensino privado para o público, com consequências na forma como a sua trajetória escolar e pessoal se passou a desenhar, desde então, e na forma como a competição por distinção passou a ocorrer de forma diferente, tendo como desfecho a percepção de que se é “menos respeitado”. Mas é sempre um desrespeito que não é verdadeiramente objetivo. Funciona na subjetividade da relação com outras respeitabilidades vividas.

Embora tenha sido acusado por Mayer da confusão (e, portanto, ausência de rigor) entre estilos literário, político e sociológico em que a escrita do livro navega, Bourdieu está atento aos perigos de “novelização” dos testemunhos, perigo em parte salvaguardado porque estes testemunhos são poupados aos dispositivos audiovisuais que os *media* facilitam (acompanhados de bandas sonoras específicas, rodapés e grandes planos que muitas vezes expõem os indivíduos na sua dor). Embora Nonna Mayer nos leve por essa crítica, parece-me que, ao contrário do que Mayer sugere, é difícil encontrar uma obra de maior honestidade intelectual, uma vez que a vasta equipa de sociólogos mostra de que forma empresta e atribui significado às fontes orais a que acedeu. Isto é, mostra a operação que parte da empiria e termina na análise, inclusive com os cortes realizados ou as redundâncias acrescentadas. Nesse sentido, abrem o peito às balas sobre excessos interpretativos, derivas “ideológicas” ou às próprias farpas de Nonna Mayer.

Ressalvo um aspeto igualmente inspirador que esta obra traz ao de cima: é que o recurso às narrativas de vida é algo legitimado entre os detentores de qualificações, notoriedade e recursos. Foram, aliás, eles próprios que construíram as narrativas sobre o passado, e as reproduziram ao longo do tempo. Mas existe, embora hoje com muito menor ênfase, graças à progressiva legitimação do uso da história oral como fonte, um certo “racismo de classe” relativamente ao valor cultural e social que têm as narrativas das pessoas comuns. Como se lhes quiséssemos atribuir o papel de figurantes da história, sem capacidade para intervir na própria história, ou sobre ela refletir. Esta extrema desigualdade a que os “anónimos” da história foram sujeitos no registo escrito cai por terra neste livro. Ele é, afinal, o reverso disso. Na verdade, a oposição entre os produtores e “guardadores” de memória escrita (as elites) e os desinvestidos de recursos escolares (os subalternos), tem escamoteado a possibilidade de

compreender processos estruturais nas sociedades contemporâneas do “ocidente”: por exemplo, o desempenho da condição servil doméstica feminina para a emancipação de mulheres de classe média no acesso ao trabalho e à independência económica, ou o papel da classe operária nas lutas pelos direitos no trabalho. Em ambos, aqueles são protagonistas; não figurantes. Como escrevi num outro lugar, “Por que razão a biografia das ‘pessoas comuns’ não suscita a vontade de publicação do seu discurso integral, tal como sucede vulgarmente com pessoas veiculadas a reconhecimento público, de vários tipos? Qual é a questão de fundo que divide a importância social concedida à vida de uns por oposição à vida de outros? O que se perde quando, metodologicamente, dispensamos a publicação de um pensamento estruturado e integral, levando para teses e comunicações excertos truncados de histórias de vida, por economia e política de espaço e tempo, mas o que se perde, afinal? É nossa convicção que a publicação de histórias de vida na sua completude permite à comunidade académica e civil um avanço em perspetivas compreensivas da realidade social.”⁵

Este é um livro premonitório, e sombrio nessa premonição, pelo menos a dois títulos: por um lado, antevê uma França com dificuldade em conviver com as diferentes comunidades culturais que acolheu, nomeadamente as oriundas de países que foram pela França colonizadas e dominadas durante séculos. Em segundo lugar, porque antecipa o impacto que os *media* (e, hoje em dia, as redes sociais)⁶ têm na formatação dos juízos sobre grupos sociais, em particular sobre as minorias. Bourdieu assume que esta obra analisa os “espaços difíceis”, sejam eles os “grandes conjuntos habitacionais”, a “escola” ou o “tribunal”: afinal, são estes mesmos temas que se tornaram *prime time* do espaço mediático e são usados pelos meios para criar ondas de choque e empatias momentâneas de sofrimento, ligadas à gestão emocional dos conteúdos televisionados. Ao contrário, nestes depoimentos e respetiva contextualização sociológica, pretendem-se reflexões sobre a impotência dos indivíduos em face do Estado, nomeadamente no campo da educação (que reproduz desigualdades), da justiça (impotente na defesa dos mais frágeis), ou na habitação (mostrando de que forma as cidades e os seus subúrbios, em particular, refletem graves assimetrias na construção do espaço que se repercute na vida dos seus habitantes).

⁵ Publicação a propósito do lançamento do Projeto Memórias de Servidão: Arquivo Digital de História do trabalho servil – DHLAB – IHC – NOVA FCSH.

⁶ A *Miséria do Mundo* foi publicada cerca de dez anos antes da invenção e vulgarização da primeira grande rede social, o Facebook. A rede de Mark Zuckerberg veio à luz em fevereiro de 2004.

“A Rua dos Junquinhos” é o primeiro caso apresentado neste livro. A primeira descrição dá-nos uma visão apocalíptica sobre o espaço habitado pelos moradores daquele bairro: uma rua que “lembra naturalmente a palavra deserto” e onde quem ali permanece parece ter sobrevivido a um “imenso desastre coletivo.” Esse desastre não é outra coisa além de uma memória triste do que outrora foi um espaço de pujança fabril, naturalmente atrativo para um conjunto de famílias operárias que ali se foram instalando, absorvendo mão-de-obra que se entregava à sujidade da fábrica desde a tenra adolescência. Hoje envelhecidos, esses moradores, agora pais de filhos, fazem um enorme esforço para desviar os descendentes do mesmo destino, usando a escola como “elevador social”. Esta é uma realidade que facilmente podíamos usar para compreender fenómenos que conhecemos bem, em Portugal, em particular nas bacias industriais de Setúbal, ou do Vale do Ave⁷. Neste sentido, o que se aborda aqui é uma realidade transnacional que a sociologia tem o dever de identificar exatamente como projeto que podemos interpretar como político, ou de denúncia, de realidades submersas e pouco atrativas: o trabalho infantil; o abandono precoce da escola; os trabalhos socialmente desqualificados; a promessa de uma escola que não satisfaz as aspirações de não ver os filhos repetir as condições materiais de existências dos pais; o problema da desvalorização dos diplomas, o desemprego, a baixa progressiva dos salários ou a degradação de certas profissões em face do avanço da robótica. Um último aspeto merecedor de atenção em “A Rua dos Junquinhos” é a referência à forma como os entrevistados, de origem argelina, em face dos que ostracizam e diminuem trabalhadores argelinos de emigração recente, manifestam solidariedade para com um património comum de experiências vividas enquanto “cidadãos de segunda.”

“Efeitos de lugar” é outro caso de estudo com a assinatura de Pierre Bourdieu que mereceu a minha atenção particular. Aqui vemos bem explanadas as imbricadas relações entre “as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico”. Conhecemos o quanto as palavras “subúrbio” ou “gueto” (entretanto já menos presente) ecoam muito além do seu significante. Remetem para imagens que não controlamos resultantes de camadas de “fantasmas” e “experiências emocionais” difundidas e amplificadas sobejamente no espaço mediático. É este o texto que melhor enuncia o quanto os espaços estão inscritos numa hierarquia. Assim, não há espaços, em uma sociedade hierarquizada, que não sejam hierarquizados e deixem de exprimir hierarquias e distâncias sociais,

⁷ Cf. o livro, organizado por Virgílio Borges Pereira (2012), *Ao Cair do Pano*.

mesmo que de forma dissimulada. “É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa).” A escola, por exemplo, nos seus pátios, ainda não esvaneceu marcas de gênero ligados à prática de determinados jogos mais expansivos (por exemplo, o futebol), ao contrário dos jogos femininos, por regra mais confinados: a corda, o eixo. Se tomarmos Lisboa como um outro exemplo, é muito fácil compreender estas formas de oposição que imprimem uma violência simbólica aos lugares: a Lapa por oposição à Graça, ou o Parque das Nações por oposição ao Casal dos Machados. Neste último bairro habitacional, trata-se de bairros contíguos, sendo que a forma como se projetam no espaço denuncia imediatamente as condições diferenciadas de quem os habita. O casal dos Machados está encostado a uma estrada de circunvalação, do lado oposto à popular Moscavide, para cá da linha férrea, enquanto os bairros do Parque das Nações beneficiam de espaços ajardinados, palmeiras, jardins amplos, praças interiores, lojas com esplanadas ao livre e o novíssimo Palácio da Justiça. Usando a tradução da Vozes: “O bairro “chique” consagra simbolicamente cada um de seus habitantes. O bairro estigmatizado (de subúrbio) degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.”

“Um equilíbrio tão frágil”, assinado por Pierre Bourdieu e Gabrielle Balazc, retrata a história de um casal de emigrantes portugueses. “António” chegou a França no início dos anos de 1970, o período final da terceira grande vaga iniciada nos anos de 1960, em Portugal e que, no seu final, passou a permitir que as mulheres acompanhassem os seus maridos na diáspora. Em correspondência com o estereótipo do emigrante português acolhido numa *bidonville* parisiense, António foi o primeiro a tentar a sua sorte e arranjou trabalho na construção civil. Para trás deixou mulher e três filhos. Mas, passado um ano, reencontraram-se num minúsculo apartamento: “sem um cobertor, nem lençol, nem uma cama para se deitarem”. Na continuação de uma linha que marca a história da emigração portuguesa em França, “Linda” arranjou lugar como empregada de limpeza em escolas, mas também como empregada doméstica. Conhecemos sobejamente o estereótipo das emigrantes portuguesas que trabalharam como *concierges*. A narrativa que se segue é, naturalmente, a do grande esforço desenvolvido para que, pouco a pouco, pudessem construir “uma vida”. E, às suas custas, conseguiram construir uma “pequena casa, num bairro calmo, em Saint Marcelin”. Este feito ajudou à construção de uma percepção de integração

e “êxito” na sociedade francesa. Finalmente deixariam de ser vistos como “os outros”, “estrangeiros”, e passar a ser “uns deles”. A percepção é desmoronada quando ambos sofrem graves reveses de saúde, um deles, o de António, provocado pelo facto de ter ficado com

os dedos do pé amputados por uma máquina de cortar relva, em 1990. O colapso irá dar-se rapidamente, uma vez que as estruturas de apoio vão desaparecendo, uma a uma, e a esse desaparecimento de apoio não é alheio o facto de que, afinal, não eram “verdadeiros franceses” (in Bourdieu, 1993).

Esta grande desilusão apanhou e continuará a apanhar desprevenidos as comunidades migratórias que circulam pelo mundo, sobretudo quando estão em causa relações de poder e estigma entre os países de partida e chegada, embora o discurso oficial o dissimule, continuamente, até aos dias de hoje.

“Esposa e colaboradora”⁸ tem a autoria de Jean Pierre Farger. Apresenta-nos a história de vida de “Hélène D.”, montadora de filmes para televisão e cinema. Hélène teve a oportunidade de trabalhar no início da carreira com vários realizadores do período da *Nouvelle Vague*. Esta biografia permite pôr em evidência como, através da biografia de uma mulher que cedo abraçou uma profissão numa área tradicionalmente “masculina”, se revelam os arquétipos de género nas sociedades “ocidentais”. O facto de Hélène ter assumido um lugar de sombra e subalternidade quando contraiu matrimónio parece ter sido “naturalizado” como algo inscrito na lei das coisas, sem existir um questionamento sério acerca das suas próprias competências profissionais, nem refletir sobre o peso negativo que isso constituiria no seu projeto de carreira. Numa época em que as mulheres ainda eram uma pequena minoria nas profissões qualificadas do setor cinematográfico, a protagonista desta história encarava os pares (masculinos), no campo intelectual, como “seres superiores” capazes de “criar”, uma construção de género que não conseguiu combater, apesar das suas qualificações e acesso a um meio onde se subentende grassar o pensamento crítico. Esta negação da aspiração à condição de artista marca, entre muitas outras barreiras, a história das mulheres⁹ assente nos binómios

⁸ Há uma correspondência espantosa com o recente filme “The Wife”, filme recentemente agraciado pela academia de Hollywood graças à interpretação de Glenn Close, que obteve o globo de Ouro nesse mesmo ano.

⁹ Cf. Virgínia Wolf (1999), *A room of one's own*.

produção/reprodução e criação/recriação que sempre acompanhou as divisões de gênero masculino e feminino, respetivamente. Ao longo da vida, o papel de Hélène foi-se pautando por uma postura de encorajamento e apoio moral ao agente criador da família. Hoje, diríamos que Hélène não escapou ao estigma da mulher cuidadora que se sacrifica pela carreira do seu homem graças às reconhecidas facilidades em pôr em marcha o seu trabalho emocional. No fundo, foi correspondendo à expectativa do papel que construíram para si até ser tarde demais. Existe um último aspeto interessante neste caso estudado por Jean Pierre Farger com o qual se cruzará a biografia de muitas mulheres portuguesas: a erupção tardia do feminismo afetou milhares de mulheres que viveram num período de formatação mais fechado para, mais tarde, em função do contacto com o espaço público e o impacto de um conjunto de acontecimentos, debates e movimentos sociais, dar o seu salto em frente. Mas isso não significa que se esbateram as profundas marcas de classe que dividem a condição feminina.

Conclusão

No *post scriptum*, Pierre Bourdieu volta à escrita para confessar a sua desilusão com o mundo, e com o mundo dos políticos. É como se o desencanto dos entrevistados tivesse feito ricochete e fosse devolvido em dobro a quem neles procurara esperança. De acordo com as suas próprias palavras, o terreno da política encontra-se “infestado de tecnocratas que pouco ou nenhum contacto têm com a vida quotidiana dos seus concidadãos.” É uma frase que podíamos encontrar facilmente escrita nas paredes dos dias de hoje. Nesse sentido, pode conter a periculosidade de nos levar a afastar da política, quando devia ter o efeito contrário. Ao contrário do que parece, creio que deve ser lida como a assunção de uma grande desilusão em face do seu projeto de transformar a sociologia num “desporto de combate”, capaz de sustentar políticas públicas com efeitos no estancamento das várias formas de desigualdade social, hoje largamente estendidas às questões étnico-raciais, além das de classe e de gênero. Nessas palavras finais, os “intelectuais” também não são poupados. Pierre Bourdieu identifica problemas de jargão e de comunicação. Ora não se percebe o que querem dizer, presos em conceitos que necessitam de chave de cofre para a sua decifração, ora existem “os que não páram de falar”, enredados no grande comércio do comentário mediático que as concorrências televisivas aprenderam a capitalizar.

Para os que forem apanhados de surpresa relativamente ao que poderão encontrar neste livro, a partir do seu título, é preciso dizer que *A Miséria do Mundo* não é sobre os protagonistas deste livro. *A Miséria do Mundo* é o título que expressa o quão miserável é a construção de um mundo que relega para condições de enorme desvantagem e desigualdade grande parte dos seus, iludindo em discursos políticos e mediáticos esforços que nada mais fazem do que reproduzir essas desvantagens e desigualdades.

Referências bibliográficas

- Brasão, I. (2017). *Dons e Disciplinas do Corpo Feminino*. Lisboa: Livros Outro Modo.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique Social du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (org.) (1993). *La Misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bourdieu, P. (org.) (2008). *A Miséria do mundo*, Petrópolis, RJ: Vozes, 7.ª edição.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora (1.ª edição original em 1972).
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1985). *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit (1.ª edição em 1964).
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (s/d). *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa: Editorial Vega (1.ª edição original em 1970).
- Carles, P. (realização) (2001). *La Sociologie est un sport de combat*. C.P. Productions/ V. F. Productions, França.
- Curto, D. R. (dir.) (2006). *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia (MCT).
- Heertz, R. (1909). La prééminence de la main droite : Étude sur la polarité religieuse, *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, 68, 553-580.
- Mayer, N. (1995). L'entretien selon Pierre Bourdieu : Analyse critique de La misère du monde, *Revue française de sociologie*, 36, 2, 355-370.
- Pereira, V. B. (Org.) (2012). *Ao Cair do Pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*. Porto: Edições Afrontamento.
- Wolf, V. (1999[1935]). *A room of One's Own*. Peterborough, Ontario: Broadview Press.

Três maneiras de usar *La Misère du monde*, de Pierre Bourdieu

João Queirós

O contexto é oferecido por mais uma sessão do Seminário que, semana sim, semana não, acompanha o desenvolvimento da unidade curricular de Projeto, uma unidade curricular anual do segundo ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto.¹ Estamos no ano letivo de 2021-2022 e as estudantes da especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos – dezanove, no total, todas mulheres, a maioria profissionais da intervenção social e educativa, as restantes estudantes a tempo inteiro ou profissionais de outras áreas – concretizam nesta altura o sempre desafiante processo de “integração” nos contextos que selecionaram para desenvolvimento dos respetivos projetos de investigação-ação. Impõe-se-lhes, portanto, neste momento, entre várias outras tarefas, a concretização de contactos os mais diversos com as entidades e os agentes locais considerados relevantes, a determinação dos requisitos administrativos e outros necessários à viabilização do acesso e da presença e intervenção continuada nos contextos, a recolha de informação de enquadramento a partir da mobilização de fontes secundárias, a paulatina “ambientação” às circunstâncias concretas da vida local e ao perfil e características dos seus diferentes protagonistas e a consolidação progressiva de um quadro teórico-metodológico de referência que, associado a um quadro lógico de ação, seja capaz de carrilar a concretização do projeto, a começar pelo (sempre inacabado) trabalho de “caracterização e análise da realidade”.

¹ Este texto reproduz e amplia os termos fundamentais da comunicação que apresentei na terceira sessão do *Ciclo de Conferências “Bourdieu e os Seus Livros”*, que o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto organizou, na FLUP, no dia 14 de julho de 2022. Agradeço a Virgílio Borges Pereira a coordenação e dinamização deste Ciclo de Conferências, bem como o convite para participar nesta sessão, dedicada à discussão do livro *La Misère du monde*. Agradeço também a Inês Brasão a oportunidade de reflexão e aprendizagem que a sua participação nesta iniciativa me ofereceu.

Nesta sessão do Seminário, dedicada precisamente à apresentação e discussão de modalidades ativas e participadas de recolha e tratamento de informação de caracterização dos contextos e seus protagonistas, cabe-me organizar e lançar o trabalho a desenvolver pela turma. Desafiado por uma colega que, comigo e outros docentes, partilha a responsabilidade pela dinamização destas aulas, decido usar La Misère du monde como referência e ponto de partida. Nenhuma das estudantes que ali está desconhece o nome de Pierre Bourdieu e deste seu livro. Com efeito, mesmo que cheguem ao Mestrado em Educação e Intervenção Social da ESE do Porto sem nunca terem ouvido falar deste sociólogo – o que acontece, por vezes, com estudantes provenientes de outras instituições de ensino superior e/ou de áreas de formação mais afastadas dos referenciais das ciências sociais –, certos conteúdos propostos em unidades curriculares do primeiro ano do curso possibilitam o contacto com argumentos – de âmbito epistemológico e metodológico, designadamente – avançados (não apenas, mas também) em La Misère du Monde (eu próprio me dedico a assegurar que isto é assim...). Não obstante, o mais provável é que a generalidade das estudantes presentes desconheça os excertos selecionados para leitura e discussão em aula. Estes são disponibilizados à turma para leitura prévia, mas é reservado algum tempo da sessão de quatro horas com intervalo para que possa ser realizada uma (re)leitura em sala, individualmente ou em pequeno grupo, antes da evidenciação dos principais resultados desse exercício e da promoção de um momento de debate em grande grupo.

Não é a primeira vez que promovo um exercício como este, mas é a primeira vez que o faço com esta turma. Considerando a presença maioritária de profissionais de educação (educadoras sociais, professoras, formadoras) e o número considerável de projetos em desenvolvimento em contextos educativos formais ou não-formais, opto por excertos de La Misère du monde relacionados com o fenómeno escolar e a intervenção socioeducativa em escolas. Dois dos quatro textos selecionados são da autoria de Sylvain Broccolichi – “Um paraíso perdido”, que inclui excertos de uma entrevista com três estudantes de uma escola secundária dos subúrbios de Paris, e “Uma relação de força”, que assenta na exploração do conteúdo de uma entrevista realizada com uma professora a braços com um quotidiano escolar especialmente exigente; o terceiro é da autoria de Gabrielle Balaz e Abdelmalek Sayad – “A violência da instituição”, baseado numa entrevista a um diretor de uma escola de uma “zona de educação prioritária” (em Portugal, chamar-lhe-íamos um “território educativo de intervenção prioritária”); o quarto é o texto de Charles Soulié, intitulado “Um sucesso comprometedor”, cujo conteúdo se desenvolve a partir dos resultados de uma entrevista com uma

(desgastada) professora primária de “crianças pobres”. Na aula, mas para leitura posterior, é ainda fornecido o texto “O espaço dos pontos de vista”, um dos textos com que Bourdieu abre La Misère du monde.²

Com a leitura e discussão destes textos – realizadas, num primeiro momento, no seio dos quatro grupos de menor dimensão pelos quais se distribuem as dezanove estudantes e, num segundo momento, em grande grupo, incluindo também docentes (estes seminários contam quase sempre com a presença simultânea de três ou quatro docentes orientadores de projetos) –, trata-se menos de apresentar e explorar os conteúdos de uma “lição” sobre métodos e técnicas de investigação social – que estudantes (e docentes) certamente achariam redundante nesta fase do percurso –, e menos ainda de revisitar a “teoria da reprodução” à luz do quadro desenhado pela “massificação escolar” e pela suposta “crise” do modelo da “escola republicana”, e mais de tomar estes textos como expressões, ilustradas na primeira pessoa, de “casos particulares do possível” – para recorrer à expressão tantas vezes mobilizada por Bourdieu –, isto é, como traduções escritas de facetas de realidades particulares que ajudam a revelar e a escrutinar aspetos das relações sociais e, enfim, aspetos do funcionamento das engrenagens do universo educativo (e do mundo social em geral) com que muitas destas estudantes lidam quotidianamente.³

Não surpreendentemente, a intervenção que abre o debate em grande grupo é de uma experiente professora do ensino básico e secundário (a caminho de se tornar também educadora de adultos com escassas qualificações e baixas competências de literacia), para quem o que acaba de ler é “exatamente” aquilo que “sente” e

² Ainda que na aula a que aqui faço menção (bem como na maioria das vezes em que decido usar este livro no quadro das minhas atividades letivas) tenha mobilizado excertos da 7.ª edição de *A Miséria do Mundo*, versão do original francês publicada no Brasil pela editora Vozes (Petrópolis, 2008), a versão da obra que habitualmente uso a título pessoal, e que tomei como referência na elaboração deste texto, é a edição de bolso (?!), elaborada a partir da edição original de 1993, que as Éditions du Seuil deram à estampa em janeiro de 2007.

³ Cito, a propósito, uma frase de Bourdieu que uso frequentemente como mote no lançamento das atividades letivas de uma outra unidade curricular que leciono desde sempre na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (“Estudos Comunitários”):

Toda a minha actividade científica se inspira, com efeito, na convicção de que não podemos apreender a lógica mais profunda do mundo social a não ser mergulhando na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, mas para a construir como “caso particular do possível!”, segundo as palavras de Gaston Bachelard, quer dizer, como um caso que figura num universo finito de configurações possíveis (Bourdieu, 2001a, p. 4).

com que contacta diariamente na escola pública em que trabalha.⁴ A nota pessoal, sublinhada por acenos de cabeça favoráveis de duas ou três colegas que “sabem” do que a primeira “está a falar”, é então pretexto para uma discussão que rapidamente transcende a expressão de um “estado de alma” individual (ou de classe profissional), trazendo à colação tópicos e dimensões de análise abordadas de forma bastante menos individualizada e impressionista: a persistência de situações de pobreza e exclusão social nas famílias e comunidades e a sua repercussão insidiosa no dia-a-dia da escola pública; a inconsistência e insuficiente suporte institucional e financeiro de muitas medidas de política educativa direcionadas para a promoção da “inclusão”; a tensão gerada pelo conflito entre a exigência de resultados e a insuficiência de recursos; a distância entre cultura escolar e cultura de origem de muitas crianças e famílias, num quadro de ampliação da diversidade social e cultural no seio da escola; a segregação e estigmatização de que são objeto certos grupos de estudantes (e até turmas, escolas e fileiras académicas inteiras); a insuficiente, e por vezes difícil, articulação entre corpo docente e profissionais do trabalho social; a consolidação de um “mal-estar docente” tendencialmente desmobilizador (e até paralisante), nascido do desgaste (mas também da impreparação para lidar) com as múltiplas expressões do “mal-estar discente” de que a escola pública é cenário...

Um relevante recurso didático

Li *La Misère du monde* relativamente tarde – na verdade, quinze anos depois da sua publicação original em França. Já me havia passado pelas mãos a versão original do livro disponível na biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mas só li e comecei a usar a obra em 2008, quando adquiri a versão de 1.460 finas páginas publicada no ano anterior pelas Éditions du Seuil. Só nesta altura conheci também melhor o “Bourdieu intelectual público”, o “Bourdieu dos movimentos sociais”, aquele a quem, a dado momento, alguns terão inclusive passado a

⁴ Cf. a seguinte afirmação: [E]m que consiste este trabalho de revelação: em expor – era essa uma das intenções tradicionais da filosofia – as coisas que, de uma certa forma, toda a gente sabe, mas que se situam a um nível de profundidade onde já não vamos procurar. Eu poderia empregar, para fazer compreender aquilo que tenho para dizer em sociologia, a parábola de Sócrates e do pequeno escravo: considero que o sociólogo é alguém que, à conta de um trabalho de investigação, de interrogação, utilizando meios, técnicas modernas, dá aos outros algo que eles sabem sem o saber (Bourdieu, 2004, pp. 14-15).

chamar “sociólogo do povo”.⁵ Sei que, para alguns membros da minha geração de sociólogos, a entrada no universo bourdieusiano se fez por via da leitura de *La Misère du monde*, geralmente precedida ou sucedida da leitura dos dois tomos de *Contre-feux* (traduzidos e publicados em Portugal pela Celta Editora entre o final do século XX e o início do século XXI). Para mim, todavia, até 2008, o Bourdieu que eu “conhecia”, e com o qual “lutava”, era sobretudo o Bourdieu analista da escola e das desigualdades educativas (*Les Héritiers, La Reproduction*), o Bourdieu epistemólogo e metodólogo (*Le Métier de sociologue, Réponses*), o Bourdieu estudioso do Estado e das relações de poder (*Raisons pratiques, O Poder Simbólico*), o Bourdieu investigador das diferenciações sociais e dos *habitus*, relações e trajetórias de classe (*La Distinction, Le Bal des célibataires*).⁶

⁵ É com recurso a esta expressão, proposta não sem certa ironia, que Alain Touraine intitula um pequeno texto de balanço do legado intelectual de Pierre Bourdieu. Nele, Touraine (2012) evidencia a surpresa com que observou a alteração do estatuto conferido a Bourdieu a partir do inverno de 1995, quando o autor de *La Misère du monde* se dirige à Gare de Lyon, em Paris, para manifestar o seu apoio aos trabalhadores ferroviários em greve. A partir desse momento, Bourdieu tornar-se-á, para muitos, o “sociólogo do povo” (entre aspas e em itálico no texto de Touraine). Pelo contrário, o próprio Touraine – à época, talvez o mais renomado estudioso francês dos movimentos sociais – será “violentamente atacado” por alguns dos “amigos de Bourdieu”, por ter tomado uma “posição diferente” a propósito daquele conflito (Touraine, 2012, p. 101). Para Touraine, a transformação subsequente de Bourdieu numa referência da “luta antimundialização” surpreende: i) pela contradição que aquele sociólogo considera existir entre a sociologia (e a crítica) do Estado (e da “nobreza do Estado”) proposta anteriormente por Bourdieu e as posições que este passa a assumir a partir de meados dos anos 1990, de defesa inflexível do Estado e do setor público, vistos, afinal, como únicos garantes do “universal”, do interesse geral, em face dos efeitos da mundialização neoliberal; e ii) pela ausência no sistema de pensamento construído por Bourdieu (uma crítica feroz da modernidade, típica dos “intelectuais do pós-guerra”, apresentada “sob o ângulo único da dominação”) de ferramentas para pensar as contradições, as aberturas, as possibilidades de ação e o papel dos movimentos de emancipação social (Touraine, 2012, pp. 101-102).

⁶ Devo a entrada neste universo sociológico e a leitura de muitos destes livros aos incentivos dados pelo currículo da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que frequentei entre 2000 e 2005, e, sobretudo, à ação de diversos docentes do curso, de que destaco João Teixeira Lopes, Isabel Dias, Dulce Magalhães e, claro, Virgílio Borges Pereira. A minha integração, depois da conclusão da licenciatura, como investigador bolseiro, na equipa do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto que, entre 2006 e 2008, sob a coordenação de José Madureira Pinto, promoveu a revisitação sociológica de Fonte Arcada, Penafiel, retomando as preocupações dos estudos seminais realizados nesta coletividade local por aquele sociólogo e por João Ferreira de Almeida, ofereceu-me a oportunidade de (re)ler e aprofundar o estudo da obra de Bourdieu e dos trabalhos de muitos dos seus colaboradores, em especial dos trabalhos sobre epistemologia e metodologia das ciências sociais, diferenciações sociais e relações de classe e modalidades de relação com a escola e a escolarização em meios populares (ver, a propósito, Pinto, 1985; Almeida, 1986; Pinto e Queirós, 2008; 2010a; e Almeida e Pereira, 2021; ver também o número 24 da revista *Cadernos de Ciências Sociais*, organizado por José Madureira Pinto, Loïc Wacquant e Virgílio Borges Pereira e publicado em dezembro de 2007, sob o título geral “Génese e Legado da Obra de Pierre Bourdieu. Espaço, Cultura e Dominação”).

À distância de outros quinze anos, estou em crer que 2008 foi o ano certo para ler e estudar devidamente *La Misère du monde*. Reuniam-se nessa altura “condições sociais e teóricas” favoráveis a uma mais profícua apropriação da obra: estava a investigar a tempo inteiro, “navegando” entre projetos muito estimulantes e exigentes teórica e analiticamente (o término da revisitação sociológica de Fonte Arcada, o arranque de uma investigação de grande escala sobre “ilhas, bairros sociais e classes laboriosas na cidade do Porto”); integrava um grupo de investigação intergeracional e pluridisciplinar, para o qual a obra de Bourdieu constituía referência central, mas não hegemónica; retomava o estudo académico dos clássicos (“antigos” e “modernos”) da sociologia (o ano letivo de 2007-2008 correspondeu à parte curricular do meu curso de doutoramento⁷); conseguia ver de forma progressivamente mais nítida a heurística da abordagem e o poder explicativo de muitos dos conceitos e argumentos propostos por Bourdieu, à medida que testava, em diferentes terrenos, a respetiva aplicação.

Quando terminei de ler *La Misère du monde*, compreendi a força e o alcance potencial daquele trabalho... e fiquei convicto da vantagem de não o ter lido antes de 2008. Concordando embora que este livro possa constituir, sob certas condições, uma excelente porta de entrada no universo bourdieusiano, pareceu-me também que uma sua leitura e mobilização descontextualizadas – isto é, realizadas sem conhecimento do conjunto da obra e sem alguns anos prévios de estudo e mobilização do pensamento de Bourdieu – comportam riscos que não devem ser desconsiderados. Voltarei mais à frente a esta ideia.

⁷ Depois de concluída a parte curricular do meu curso de doutoramento, em 2007-2008, suspendi o arranque da investigação de terreno que me propunha realizar, para me dedicar integralmente ao desenvolvimento das exigentes atividades investigativas associadas à concretização do projeto, que integrei como bolsheiro de investigação, sobre “ilhas, bairros sociais e classes laboriosas na cidade do Porto” (ver Pereira e Queirós, 2009; 2012). Depois de retomar a realização do doutoramento, no início de 2010, no registo tipicamente mais solitário da “bolsa individual de doutoramento da FCT”, senti muitas vezes a falta do ambiente estimulante e do debate coletivo característicos das aulas de 2007-2008. Para além de ter integrado uma turma diversa, experiente, motivada e participativa, tive oportunidade de frequentar nesse ano um seminário de especialização científica, dinamizado por Virgílio Borges Pereira, e dedicado à temática geral das “recomposições sociais e territórios”, estruturado em torno do pensamento e da obra de Pierre Bourdieu. E beneficiei ainda da participação num extraordinário espaço de reflexão e debate sobre “teoria sociológica aprofundada” dinamizado por António Teixeira Fernandes – naquele que foi o seu último ato oficial docente antes da jubilação –, que me permitiu desconstruir ideias feitas sobre certos autores e alargar o leque de referências teóricas a mobilizar na investigação que então fazia e na investigação que subsequentemente haveria de fazer.

Algo que me pareceu evidente ao cabo desta primeira leitura foi o elevado potencial de *La Misère du monde* enquanto recurso didático a mobilizar na formação de futuros sociólogos e, mais ainda, na formação de outros estudantes e profissionais das humanidades, das ciências sociais e educacionais e das diversas disciplinas relacionadas com a intervenção social e educativa. Creio que o exemplo a que faço alusão no preâmbulo deste texto é suficientemente elucidativo disto mesmo. Desde 2011, aliás, quando iniciei a minha atividade docente na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, que uso regularmente *La Misère du monde* como recurso para a exploração de diversos conteúdos programáticos, o apoio ao desenvolvimento de tarefas individuais e coletivas relacionadas com as atividades de avaliação de uma ou outra unidade curricular e a discussão de aspetos relevantes relativos a epistemologia e metodologia da investigação (e da intervenção) social e educativa.

No que respeita à exploração teórica e à ilustração empírica de certos temas e conteúdos programáticos, tem acontecido com frequência sugerir às estudantes a leitura dos textos incluídos nas secções encimadas pelos artigos "*Effets de lieu*" e "*La démission de l'État*" (que são aquelas, de resto, a que mais recorri no quadro das iniciativas de investigação em que participei ao longo da segunda década do século XXI). Estas secções de *La Misère du monde* incluem, para além dos textos citados (verdadeiras sinopses de programas de pesquisa, como sublinharei mais à frente), artigos de autores absolutamente incontornáveis nos estudos urbanos, como Loïc Wacquant ("*The Zone*") e Philippe Bourgois ("*Homeless in El Barrio*"), e textos, ora mais "teóricos", ora mais "empíricos", que se apresentam sem dúvida aptos a instigar uma (auto-)sócio-análise e a fazer problematizar e repensar a ação estatal e a intervenção social e comunitária (destaco, em especial, os textos "*Porte-à-faux et double contrainte*", de Pierre Bourdieu e Gabrielle Balazs, "*La vision d'état*", de Patrick Champagne, e "*La police des pauvres*", de Remi Lenoir). São textos que tenho mobilizado quer no tratamento de conteúdos em unidades curriculares em que são abordados temas relativos à construção, funcionamento e efeitos da atuação do Estado-Providência e das políticas sociais, quer, sobretudo, na formação avançada e especializada de profissionais da intervenção social e comunitária – que dificilmente deixam de se envolver nos (auto)questionamentos sobre o exercício das respetivas atividades que estes textos suscitam.

O tratamento de temas relativos ao fenómeno escolar, novamente em contextos de formação avançada e especializada de profissionais e futuras profissionais da intervenção socioeducativa, mas também em unidades curriculares de cursos de licenciatura, nas áreas da sociologia da educação, das políticas educativas e da educação de adultos, tem suscitado também a

mobilização ocasional de textos da secção de *La Misère du monde* introduzida pelo artigo "*Les exclus de l'intérieur*", de Pierre Bourdieu e Patrick Champagne, bem como um ou outro texto da secção seguinte, que Pierre Bourdieu abre com o artigo "*Les contradictions de l'héritage*" (veja-se, a propósito, a seleção de textos mobilizada na aula a que o preâmbulo deste texto se refere).

Os textos incluídos em *La Misère du monde* servem também, não raras vezes, como inspiração e ilustração de modos de concretizar tarefas individuais e coletivas associadas à realização de pequenos trabalhos de avaliação ou à redação de elementos a incluir em relatórios de investigação ou de projeto. A lógica que preside à construção de muitos dos artigos deste livro coordenado por Pierre Bourdieu – com a apresentação de sínteses teóricas e analíticas sobre cada tema/caso, a que sucedem excertos relevantes da entrevista ou entrevistas realizadas (um exemplo, que já forneci como documento de apoio à realização de tarefas deste tipo, é o texto de Alain Accardo, intitulado "*Le destin scolaire*"), ou a conjugação de um texto de apresentação do tema/caso com um texto de aprofundamento analítico, entrecortada por excertos de entrevista (é o caso, por exemplo, do artigo de Frédérique Matonti, "*La déception*", sobre uma militante da *Front national*) – funciona como referência para o tratamento e análise de resultados de pequenos estudos de caso baseados naquela técnica de recolha de dados e para o desenvolvimento de formas menos descritivas e impressionistas, e analiticamente mais suportadas e interessantes, de apresentação de relatos de trajetórias e experiências sociais de agentes contactados e auscultados individual ou coletivamente no âmbito de exercícios de investigação de terreno.

A mobilização de *La Misère du monde* como recurso didático ocorre também – e, neste caso, com bastante frequência – quando incorporo, em momentos de reflexão e discussão em sala de aula ou como referência bibliográfica a consultar no quadro do estudo autónomo das estudantes, alguns dos artigos do livro de cariz mais orientadamente epistemológico e programático. Refiro-me, em particular, ao já mencionado "*L'espace des points de vue*", com que Bourdieu abre o volume, e aos textos com que o coordenador da obra a encerra: o pequeno tratado de epistemologia e metodologia bourdieusiana que é "*Comprendre*" e o "*Post-scriptum*" em que o autor reflete sinteticamente sobre as relações entre prática científica e política democrática.⁸

⁸ No caso destes textos, uso quase sempre as versões em português do Brasil contidas em *A Miséria do Mundo* (ver nota 3), tentando assim favorecer a sua leitura por estudantes que, de ano para ano, me parecem menos familiarizadas com a língua francesa.

Um manual de epistemologia das ciências sociais (sem o ser)

“Comprendre” é talvez o texto de *La Misère du monde* que mais frequentemente uso. Ele pode figurar como leitura principal ou complementar de aulas dedicadas à exploração de tópicos de epistemologia das ciências sociais – como quando introduzo a noção de “objetivação participante” ou discuto as ideias de “poder”, “hierarquia” e “violência simbólica” em relações (sociais) de investigação – ou aparecer como elemento bibliográfico de suporte de momentos letivos ou de acompanhamento de trabalhos individuais ou de grupo dedicados especificamente à discussão de aspetos metodológicos relacionados com a condução de “estudos de caso” ou de modalidades de pesquisa de terreno assentes na técnica da entrevista.

Neste texto, que Bourdieu coloca no final do livro, e a que sucede um interessante aprofundamento empírico e analítico intitulado “*L’interrogatoire*”, escrito com Gabrielle Balazs e dedicado à apreciação crítica da lógica que preside à condução, pela administração estatal ou por entidades mobilizadas em seu nome, de “inquéritos administrativos” – lógica considerada antitética da lógica da “objetivação participante” proposta em *La Misère du Monde* –, o sociólogo francês apresenta uma síntese das suas proposições epistemológicas fundamentais e reconduz a estas a superação dos problemas que tipicamente estão associados à realização de pesquisas baseadas em entrevistas. É também aqui que Bourdieu sublinha a importância do (re)conhecimento dos conceitos e adquiridos teóricos (que admite mais implícitos do que explicitados) em que assenta o trabalho de investigação apresentado nas páginas precedentes de *La Misère du monde*, ao mesmo tempo que propõe que só uma “reflexividade reflexa” fundada sobre um “ofício”, isto é, nascida da experiência sociológica teoricamente suportada, continuada no tempo e (auto)criticamente (re) apreciada, pode garantir a consecução das condições de percepção e controlo, “no campo”, no momento da respetiva instanciação, dos condicionamentos que a estrutura social no quadro da qual decorre a entrevista a esta impõe.⁹

⁹ Cf. a seguinte afirmação de Bourdieu:

Mesmo que a relação de investigação possa distinguir-se da maioria das interações quotidianas por atribuir a si mesma finalidades de puro conhecimento, ela permanece, seja o que for que façamos, uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis consoante os diferentes parâmetros que a possam afetar) sobre os resultados obtidos. (...) Só a reflexividade, que é sinónimo de método, mas uma *reflexividade reflexa*, fundada sobre um “ofício”, um “olho” sociológico, permite perceber e controlar *no campo*, na própria

Ora, aqui está precisamente o argumento de suporte à reserva – a que fiz menção na secção anterior deste texto – que julgo poder ser colocada à mobilização de *La Misère du monde* como ponto de referência inicial e porta de entrada de estudantes e outros iniciados no universo bourdieusiano. Na ausência de lastro teórico, de alguma experiência de investigação de terreno e de contacto anterior com o pensamento e a obra de Bourdieu, o conteúdo de *La Misère du monde* pode bem ser lido e interpretado no registo simplista (populista?) do “manifesto”, da “obra-denúncia” da “ordem neoliberal” vigente, com o seu rol de “testemunhos” que “falam por si”, recolhidos por “intelectuais engajados” que, enfim, “descem à rua” para “ouvir o povo”; ou então no registo miserabilista, quando não niilista e paralisante, que pode certamente suscitar o contacto (descontextualizado teórica e metodologicamente) com umasequência impressionante – oriunda dos mais diversos pontos do espaço social – de desventuras, desilusões e expressões de frustração e desespero.¹⁰

condução da entrevista, os efeitos da estrutura social em que ela se realiza. Como podemos querer fazer a ciência dos pressupostos sem nos dotarmos de uma ciência dos próprios pressupostos? Claramente fazendo um esforço de utilização reflexiva dos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria inquirição e promovendo um envolvimento na interrogação que seja capaz de dominar os efeitos inevitáveis da interrogação.

Bourdieu continua:

Com efeito, o sonho positivista de uma inocência epistemológica perfeita não permite ver que a diferença não está entre a ciência que opera uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo-o, se esforça por conhecer e dominar, tão completamente quanto possível, os seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles, também inevitavelmente, produzem (Bourdieu, 2007 [1993], pp. 1391-1392, itálicos no original).

¹⁰ Muitos dos críticos do Bourdieu de *La Misère du monde* apontam a este trabalho do sociólogo francês quer a presença de um viés objetificante e miserabilista, resultante da apresentação “subteorizada” e torrencial de uma “misturada de infortúnios” (“*a mixed bag of misfortunes*”, na expressão de McRobbie, 2002), quer a “ingenuidade” (ou autocomplacência) que parece subjazer ao conteúdo, e que inspira o tom, da argumentação, explicitada precisamente no “*Comprendre*”, em torno da valia e impacto potencial da *démarche* intelectual consubstanciada no livro. Este seria, enfim, um projeto que se tomara a si mesmo em conta excessiva, recobrando o exercício de investigação sociológica de um autoelogio quase místico (estariamos, de acordo com Bourdieu, perante um exercício de tipo maiêutico, na verdade, um “exercício espiritual”, fundado numa “disposição acolhedora” configurando uma forma de “amor intelectual”...), sobrestimando o respetivo impacto na vida das pessoas entrevistadas e subestimando as formas frequentes de “imposição de problemática”, bem como as expressões de certo “profetismo” intelectual, decorrentes do teor e finalidades eminentemente políticas e de “denúncia” de que a obra efetivamente se revestira (ver, novamente, McRobbie, 2002, bem como Mayer, 1995). Num diálogo com Jacques Maître, publicado em forma escrita em 1994 e citado no final da análise crítica de *La Misère du monde* proposta por Nonna Mayer, Bourdieu apresentaria esta aparente (e, para alguns, surpreendente) mudança de perspetiva sobre a investigação baseada em entrevistas de relato de vida como uma reação transgressiva – possibilitada pela idade e pela acumulação de “peso social” – face a anos de “repressão positivista” tornada uma “espécie de masoquismo” identificado com “virtude profissional”

Devidamente considerada esta reserva, e deixada para sede especializada a discussão de outros aspetos de cariz teórico-metodológico que nesta obra possam ser classificados como dúbios ou mesmo problemáticos¹¹, *La Misère du monde* aparece então como obra singular no conjunto da produção científica de Bourdieu, mas também como expressão das convicções epistemológicas

(Mayer, 1995, p. 369). *La Misère du monde* surge, com efeito, num momento de consagração académica e científica de Bourdieu e da sua sociologia, um momento em que a sua posição central no campo intelectual e o grau elevado de autonomia e legitimidade científica adquirido – articuladas com condições sociais e políticas marcadas pelo recrudescimento do neoliberalismo, pela intensificação da agitação social em França, pelo atavismo da esquerda e pelo “deslizamento para a direita” das tomadas de posição características do campo intelectual e mediático – possibilitam que este se autorize a intervir de forma mais explícita na esfera pública. *La Misère du monde* será, neste sentido, um produto e um catalisador desta nova orientação, “um golpe de cólera cívica” que, segundo Franceries (1994, p. 166), não pode ser compreendido fora da urgência política em que se inscreve, nem dissociado da utilização ética da sociologia reflexiva que lhe confere sentido, mas que não deixa de configurar um prolongamento claro da obra e legado de Bourdieu, uma afirmação, portanto, da “coerência política da sua sociologia da objetivação participante” (ver também, sobre esta questão, Maler, 1993, Swartz, 2003, e Corcuff, 2012). Ideia idêntica propõe Wacquant (1998, pp. 215-216, itálico no original), quando diz que toda a trajetória intelectual de Bourdieu, começando nos trabalhos de juventude realizados na Argélia colonial, é a de uma “*ciência ativista*”, impermeável ao viés ideológico, porém sintonizada com as questões sociopolíticas candentes do seu tempo e responsiva aos dilemas éticos que elas implicam”. Mayer (1995, p. 369), todavia, não prescinde de responsabilizar Bourdieu e a sua equipa pelos efeitos potencialmente nefastos que pode aportar uma abordagem “à *la Misère du monde*” conduzida por investigadores com menos “peso académico e social”:

Ma quantos estudantes não reterão [da abordagem de *La Misère du monde* e da defesa que dela faz Bourdieu] senão uma maneira de fazer sociologia menos constrangedora do que a proposta pelos manuais de metodologia? Eles não perderão o seu tempo a ler os trabalhos dos outros, a elaborar uma problemática ou hipóteses. De gravador a tiracolo, partirão à sorte, em busca das palavras dos que sofrem. Entrevistarão os seus amigos e pessoas próximas, porque é mais fácil. Conversarão com os inquiridos, tomarão o seu partido, para os pôr à vontade. Eles apresentarão ao público os testemunhos acabados de recolher, sem perder tempo a analisá-los. Privada do “imenso saber” de Pierre Bourdieu e da sua equipa, esta sociologia da miséria arrisca-se a não refletir senão a miséria da sociologia.

¹¹Para lá das críticas de ordem geral que faz à obra e à abordagem proposta – que tentam, sobretudo, expor um Bourdieu aparentemente “convertido” a um método por si outrora liminarmente recusado (ver nota 11; ver também, sobre esta questão, a reflexão proposta por Bertaux, 2021, por ocasião do lançamento da edição portuguesa do livro *As Narrativas de Vida*) –, o texto de Mayer (1995) sobre *La Misère du monde* inclui reflexões de cariz metodológico, técnico e ético sobre o inquérito por entrevista que merecem ser consideradas. Questionamentos críticos de relevo sobre formas e conteúdos de *La Misère du monde* estão presentes em alguns outros trabalhos. Em Grunberg e Schweisguth (1996), por exemplo, podem ser encontradas uma crítica das insuficiências do tipo de entrevista proposto neste livro, quando comparado com a entrevista não diretiva “clássica”; uma reflexão sobre critérios de validade das construções teóricas elaboradas a partir dos elementos empíricos propostos; e um questionamento sobre as respetivas implicações para o quadro teórico de referência (implicações que, todavia, de acordo com os autores, Bourdieu e a sua equipa deixam por explicitar e confrontar).

e metodológicas que o sociólogo francês sempre propalou, as mesmas, aliás, que justificam a heurística, solidez e sucesso da sua sociologia e de muitas das *démarches* intelectuais e científicas a ela direta ou indiretamente associadas. Sublinho, a este propósito, e muito sucintamente, quatro pontos, apoiando-me nesta reflexão em tópicos propostos na sempre iluminadora reflexão de síntese sobre epistemologia das ciências sociais publicada, em 2007, por João Ferreira de Almeida.

O primeiro ponto refere-se ao *realismo científico* da sociologia bourdieusiana, que funda o *racionalismo aplicado* em que assentam os respetivos programas de investigação. É muito difícil não reconhecer no trabalho de investigação que resultou na publicação de *La Misère du monde* essa orientação explícita para a revelação dos padrões estabelecidos do poder e do privilégio, bem como das políticas e dos discursos que os legitimam e suportam, das categorias herdadas e da *doxa*, das formas mais ou menos subtis de dominação que quotidianamente são promovidas por tecnocratas, agentes do Estado, intelectuais e outros profissionais da representação do mundo. Esta crítica da dominação, que supõe uma explicitação e uma explicação dos processos diversos que mascaram a arbitrariedade da ordem social e a perpetuam – significando, portanto, a denúncia da “violência simbólica” (essa “imposição de sistemas de significado que legitimam e, conseqüentemente, solidificam as estruturas da desigualdade”) –, é indispensável à identificação das condições que, reunidas, possibilitarão que tais estruturas possam ser “desafiadas, transformadas ou, melhor, derrubadas” (Wacquant, 1998, p. 217).

Este propósito de apropriação dos mecanismos (a um tempo “materiais” e “simbólicos”) de funcionamento do real social – propósito que em *La Misère du monde* se transmuta numa tentativa de “refazer a história” a partir das perspectivas dos agentes, convocados a participar ativamente no esforço de determinação das condições que permitirão converter o “mal-estar social em sintomas legíveis, suscetíveis de serem tratados politicamente” (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 173) – não pode, porém, ser realmente concretizado senão através de um trabalho persistente e permanentemente inacabado de interrogação da – e de *confrontação com a* – realidade, trabalho que Bourdieu identifica com a trilogia bachelardiana da “conquista, construção e constatação”.¹²

¹² Wacquant (2020, p. 53, itálicos no original) caracteriza assim este “momento Bachelard” da sociologia bourdieusiana:

Romper com o senso comum (que vem em três variedades: ordinária, política e académica) para questionar categorias de análise aceites, desconstruir problemas pré-fabricados e forjar conceitos analíticos robustos, projetados pela e para a empiria, que englobam, mas também se afastam

Desta perspetiva decorre a assunção do carácter sempre *aproximativo*, necessariamente *suscetível de revisão e correção* e inevitavelmente *cumulativo* do processo de construção de conhecimento científico.¹³ *La Misère du monde* prolongará e aprofundará o *programa de investigação* bourdieusiano sobre espaço social e dominação de, pelo menos, quatro formas: inovando nas formas de concretização do princípio do “politeísmo metodológico” tão caro a esse programa (Bourdieu e Wacquant, 1992; ver atrás neste texto); aportando a novidade contida nos elementos empíricos resultantes de mais de 180 entrevistas aprofundadas a agentes sociais os mais diversos (para o livro, foram mobilizados dados de cerca de um terço dessas conversas); promovendo a diversificação, a partir desses elementos e das reflexões que eles suscitam, dos horizontes

acentuadamente de noções populares. Esta é uma aplicação direta do imperativo da rutura e vigilância epistemológicas, o ensinamento mais importante da “epistemologia histórica”, a filosofia da ciência desenvolvida pelos mentores de Bourdieu, Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, que Bourdieu transplantou das ciências naturais e da vida para as ciências sociais. (...) Um esclarecimento deve ser feito aqui: a rutura (“*rupture*”) epistemológica de Bachelard (a palavra é a mesma em francês e inglês) não é a *coupure* epistemológica de Althusser (quebra, corte), embora este último aparentemente derivasse a sua noção da primeira. Para Bachelard, e Bourdieu depois dele, a ciência rompe com o senso comum ao constantemente confrontar o real, não se refugiando no reino purificado de uma tautegórica “prática teórica” (...). Além disso, a rutura é uma atividade prática reiterada sem fim, levada a cabo através de uma concatenação fundamentada de operações de pesquisa técnica (elaboração concetual, seleção de local ou arquivo, desenho de questionário, codificação, etc.), não um ato mental inaugural ou pivô histórico em que a ciência se separa para sempre da ideologia, de repente e magicamente (...).

¹³ Cf. a seguinte afirmação:

O conhecimento é sempre aproximado, falível e, por isso mesmo, susceptível de contínuas correcções. Uma justificação pode parecer teoricamente boa num certo momento – e constituir conhecimento – até aparecer um conhecimento melhor. É isso mesmo que dá substância à historicidade da ciência. Ela remete para a evolução, com as suas descontinuidades, do estado natural das diversas disciplinas, mas também, como é evidente, do corpo de resultados que constitui o respectivo saber, provisoriamente consolidado. O que define a ciência não será então a ilusória obtenção de verdades definitivas. Ela será antes definível pela prevalência da utilização, por parte dos seus praticantes, de instrumentalidades que o campo científico forjou e tornou disponíveis, instrumentalidades que põem em acção o seu “ofício”, na perseguição constante de novos conhecimentos específicos. Ou seja, cada progressão no conhecimento que mostre o carácter erróneo ou insuficiente de conhecimentos anteriores não remete estes últimos para as trevas exteriores de não ciência, mas apenas para o estádio de conhecimentos científicos histo-ricamente ultrapassados (Almeida, 2007, p. 13).

Esta é, *grosso modo*, a lógica que preside à proposta encapsulada na noção de “programa de investigação científica” avançada por Lakatos (1999). Trata-se de um posicionamento que Bourdieu diria contrariar tanto a “tentação normativa idealizadora da prática científica” inerente ao “dogmatismo logicista”, quanto a dissolução da diferenciação entre “*logos*” e “*doxa*”, entre conhecimento e opinião, característica da lógica do “tudo vale” ou “tudo se equivale” do “relativismo niilista” pós-moderno (Almeida, 2007, p. 14).

de indagação que podem associar-se e prolongar o programa em causa (ver à frente neste texto); e favorecendo a revisão e afinação de conceitos teóricos e operativos (como “violência simbólica”, mas também “contradominação simbólica” ou “resistência à objetivação”, “(miséria de) condição” e “(miséria de) posição”, “capital simbólico (negativo)” e “estigmatização”, “violência institucional” e “má-fé da instituição”, “duplo laço” e “duplo estrangimento”, para mencionar apenas um punhado deles).

O trabalho de investigação na origem de *La Misère du monde* – este é o terceiro ponto a focar nesta secção do texto – remete também para a imprescindibilidade da *reflexividade epistémica*: desenvolvida não apenas no sentido mais estrito da adequada seleção, monitorização e controlo, *in vivo*, das instrumentalidades metodológicas e técnicas da pesquisa, mas configurada enquanto atitude e exercício de vigilância permanente apontada quer à dimensão *interna*, quer à dimensão *externa* da epistemologia sociológica. Em diversos artigos de *La Misère du monde* – com inevitável destaque para o já várias vezes mencionado “*Comprendre*” –, é possível divisar o esforço, constitutivo de uma “epistemologia interna”, de objetivação das condições teóricas e metodológicas, das oportunidades, recursos, “pontos cegos” e vieses que determinam as possibilidades e os limites da exploração deste ou daquele assunto, bem como a concretização de uma “epistemologia externa” em que os recursos da sociologia são colocados ao serviço da análise das condições sociais de produção do conhecimento sociológico, das interferências e limitações impostas por fatores contextuais – num quadro de crescente pressão política e económica sobre os campos académico e científico –, mas também das formas de “racionalizar e de algum modo *radicalizar*” a “reflexividade espontânea”, como diria José Madureira Pinto, que os cientistas partilham (ver Almeida, 2007, pp. 14-16, e Pinto, 2007, pp. 50-57; ver também, sobre este assunto, Bourdieu, 2001b).

La Misère du monde é, finalmente, um exemplo (mais um) da força, vitalidade e heurística que a investigação sociológica adquire sempre que assenta no *trabalho coletivo e pluridisciplinar* – mas também no desenvolvimento de formas renovadas de *abertura e relacionamento com a sociedade*. “Obra de conjuntura”, certamente – quer pela resposta que pretendeu proporcionar a “questões sociais” candentes, quer pela mudança que representou no posicionamento de Bourdieu em face do sempre instável (e ingrato) binómio “autonomia-engajamento” (ver Maler, 1993, e Wacquant, 1998) –, *La Misère du monde* abriu, ainda assim, caminho perene a formas novas de concretização da sociologia (de inspiração) bourdieusiana. Buscando apoio em Almeida (2007, pp. 19 e

seguintes) – que, por seu turno, o recolhe em trabalhos publicados no início do século XXI por Nowotny, Scott e Gibbons (2001; 2003) –, talvez possa arriscar-se a ideia de que *La Misère du monde* criou condições favoráveis ao desenvolvimento de uma espécie de “modo-2” de fazer sociologia na senda do projeto científico de Bourdieu. Em função da sua ampla disseminação e discussão, dos *feedbacks* muito diversificados que suscitou junto de atores académicos e não-académicos, das suas implicações políticas, da inspiração que constituiu para tantos e tantos trabalhos subsequentes, dentro e fora das ciências sociais, *La Misère du monde* terá contribuído para conferir espaço à consolidação de uma prática sociológica que haverá de permanecer fiável e cientificamente robusta, porque alicerçada num sólido arcaboiço teórico e nos princípios epistemológicos e metodológicos de sempre, mas que quererá ser também “socialmente robusta”, comunicando mais facilmente através das fronteiras institucionais, negociando o seu papel e estatuto num quadro de diálogo interdisciplinar reforçado, considerando as novas formas de escrutínio a que é sujeita, produzindo conhecimento nos próprios contextos de aplicação e em diálogo e articulação com as demandas locais (também elas mais explícitas e assertivas), intensificando as formas de envolvimento e a interação entre os diversos produtores do conhecimento (que passam a incluir atores não-académicos de cariz diverso).¹⁴

Um *menu* de programas de pesquisa

Para lá de todos os elementos empíricos e pistas teórico-analíticas que oferecem, os textos das diferentes secções de *La Misère du monde* configuram, finalmente, um amplo repositório de sugestões de trabalho e programas de pesquisa, que podem ser prosseguidos ora para testar a “progressividade” do programa de investigação mais geral que a sociologia de Bourdieu constitui, ora para criar e

¹⁴ Almeida (2007, p. 20) acrescenta:

O modo-2 é transdisciplinar, distinguindo-se das anteriores tentativas embrionárias de meras justaposições disciplinares. Procura-se, desde o início, chegar a formas e perspectivas integradas, logo na formulação dos problemas de pesquisa e depois nos procedimentos partilhados para encontrar soluções. Novos e diversificados actores – alguns deles não-cientistas – trazem as suas perspectivas próprias e heterogéneas para as estruturas de trabalho. Estas são desejavelmente mais fluidas, com hierarquias menos pronunciadas. A prestação de contas envolve não apenas a avaliação da excelência científica dos produtos, mas também do seu “valor societal”, por resultado das interpelações múltiplas que chegam e se fazem ouvir a partir do exterior do campo científico.

alimentar eixos de exploração teórico-empírica novos no seio de programas de investigação de distinta tradição e feição.

Considerando o conjunto dos exercícios investigativos em que tive oportunidade de me envolver diretamente depois da primeira leitura de *La Misère du monde*, em 2008, consigo identificar pelo menos cinco horizontes de indagação sociológica cuja delimitação recolheu inspiração – ou tem até correspondência direta – em noções e conteúdos incluídos na obra coordenada por Pierre Bourdieu e publicada originalmente em 1993.

A secção de *La Misère du monde* introduzida pelo texto “*Effets de lieu*” – e esse artigo, muito em especial – assumiu, sem dúvida, um papel determinante na consolidação da prioridade que a dada altura conferi ao estudo da experiência vivida da relegação socioespacial e da estigmatização territorial. Mas o estudo aprofundado de alguns dos contextos (passados e presentes) mais notoriamente marginalizados e difamados da cidade do Porto, em que me envolvi a partir de 2008, não quis limitar-se a evidenciar e documentar as consequências que produzem, nesses lugares e nos indivíduos que os habitam, a confluência, concentração e acumulação de “misérias” (a anomia, a desvitalização e despacificação do espaço público, a conflitualidade intercultural e interidentitária, o fechamento sofrido no reduto doméstico...); para lá da elaboração de tais relatos, o que *La Misère du monde* e o que os seus prolongadores e críticos me instigaram a fazer foi também a reconstituição socio-histórica e sociológica das condições e oportunidades de resistência, refração, subversão, organização e “voz” que podem ser encontradas mesmo nos contextos sociais e urbanos mais pauperizados e desprestigiados (Pereira e Queirós, 2014; Pinto e Queirós, 2010d; Queirós, 2019a; 2019b; 2020; 2022; Queirós e Pereira, 2018).¹⁵

Em estreita articulação com este horizonte de indagação sociológica tem estado aquele que se apoia no conjunto de artigos introduzido pelo texto “*La démission de l’État*”, também de autoria singular de Pierre Bourdieu, e que tem visado o estabelecimento de uma crítica – construída a partir do estudo

¹⁵ Podendo admitir-se que a noção de “efeitos de lugar” aparece insuficientemente desenvolvida do ponto de vista teórico e escassamente ilustrada do ponto de vista empírico no texto que Bourdieu lhe dedica em *La Misère du monde*, não deixa de ser surpreendente a quantidade de trabalhos que, na senda da proposição original do sociólogo francês, lhe procurou dar substância, especificando-a analítica e empiricamente. Num livro que tive oportunidade de ajudar a traduzir e editar em Portugal, Wacquant (2023) encarrega-se de listar e discutir estas numerosas contribuições, desse modo contribuindo para evidenciar o potencial de interpelação, renovação e robustecimento do campo alargado e plural dos “estudos urbanos” que a sociologia bourdieusiana contém.

do dia-a-dia das instâncias que constituem o “rés-do-chão” do Estado – das insuficiências, ineficiências e até dos “efeitos perversos” das políticas públicas e das modalidades de atuação que estas preconizam e efetivamente realizam. Procurando configurar-se enquanto crítica do “neoliberalismo realmente existente” (Peck *et al.*, 2018), esta linha de pesquisa não tem deixado de procurar perspetivar as possibilidades e caminhos de uma ação estatal renovada, robustecida e reparadora (Queirós, 2015; 2016; Queirós e Oliveira, 2023).

O estudo do “rés-do-chão” do Estado que os textos que sucedem a *La démission de l'État* inspiram têm encontrado prolongamento e especificação na interrogação e problematização das condições, estratégias, tomadas de posição e práticas quotidianas de profissionais da intervenção social e educativa. Tantas vezes pressionadas por injunções contraditórias – as que provêm da burocracia do Estado, exacerbadas ou mitigadas pelas políticas e lógicas de funcionamento das organizações empregadoras, e as que lhes chegam do “terreno”, essas certamente exacerbadas pelos efeitos de uma ordem económica e social injusta –, estas profissionais constituem excelentes “analísadoras práticas”, como diria o próprio Bourdieu,¹⁶ oferecendo acesso, através dos relatos das suas experiências quotidianas, não apenas às “misérias de condição” relativamente às quais são chamadas a intervir (ou acudir) e às “misérias de posição” que decorrem das condições por vezes muito duras em que são exercidas as suas atividades, mas também aos espaços de manobra conquistados, às estratégias e práticas bem concebidas e estruturadas, às inovações introduzidas e aos sucessos alcançados (por pequenos que possam parecer) em momentos e contextos concretos (Queirós, 2010; 2012a).

Duas outras preocupações de investigação que refletem a inspiração e atestam o vigor e a heurística de muitos dos conteúdos de *La Misère du monde* são as que tenho procurado dedicar ao estudo situado das estratégias de reprodução

¹⁶ Apesar de surgir descrita no artigo *“Les contradictions de l'héritage”*, que Bourdieu dedica à figura do “herdeiro”, a noção aplica-se também às trabalhadoras sociais, como, aliás, o autor faz questão de destacar em nota de rodapé: É o que faz com que, através do relato das dificuldades mais “pessoais”, das tensões e das contradições em aparência mais estritamente subjetivas, se exprimam as estruturas mais profundas do mundo social e as suas contradições. Tal nunca é tão visível como no caso dos ocupantes de posições balanceantes [*en porte-à-faux*], que são extraordinários “analísadores práticos”: situados em pontos onde as estruturas sociais “trabalham” e trabalhados por esse facto pelas contradições destas estruturas, eles são constrangidos, para viver ou sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que dá acesso, muito frequentemente, às contradições objetivas que os possuem e às estruturas objetivas por elas expressas (Bourdieu, 2007 [1993], pp. 1099-1100; ver também, na p. 1100, a nota 6).

social de indivíduos e grupos de meios populares em “crise” e à exploração dos motivos, contornos e efeitos – àquelas hoje intimamente associados – da crescente adesão das famílias às promessas da escolarização, num quadro de progressiva democratização do acesso e de prolongamento (“massificação”) das trajetórias escolares (Pinto e Queirós, 2010b; 2010c; 2021; Queirós, 2012b; 2017; 2019a; Queirós e Monteiro, 2016; 2019; Rothes e Queirós, 2023). Nestes casos, os textos incluídos na secção “*Déclins*” de *La Misère du monde*, bem como os textos incluídos na secção seguinte, que abre com o artigo “*Les exclus de l'intérieur*”, da autoria de Pierre Bourdieu e Patrick Champagne, constituem importantes fontes de pistas teórico-analíticas e de ilustrações empíricas sobre tópicos como transformações do mundo do trabalho, condições de emprego e precariedade; crise económica, desemprego e inatividade; desafios da representação sindical e política das classes trabalhadoras; transformações da ruralidade e declínio da agricultura e do mundo camponês; pobreza e segregação urbana; relações com a escola, a escolarização e o futuro; entre vários outros. São assuntos a que pretendo continuar a dedicar-me e que, portanto, inevitavelmente imporão que mantenha *La Misère du monde* onde este livro tem estado nos últimos anos – ou seja, fora da estante.

Referências bibliográficas

- Almeida, J. F. (1986). *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, J. F. (2007). Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 55, 11-24.
- Almeida, J. F., & Pereira, V. B. (Org.) (2021). *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007) – Volume 2*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bertaux, D. (2021). *As Narrativas de Vida*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Bourdieu, P. (2001a). *Razões Práticas – Sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2001b). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Éditions Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. (2004). “*Si le monde social m'est supportable, c'est parce que je peux m'indigner*”. *Entretien avec Antoine Spire*. Paris: Éditions de l'Aube.
- Bourdieu, P. (Dir.) (2007 [1993]). *La Misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil.
- Corcuff, Ph. (2012). Respect critique. *Sciences Humaines*, Hors-série spécial n.º 15, 64-71.
- Francerias, F. (1994). P. Bourdieu, dir., *La misère du monde*. *Politix*, vol. 7, n.º 25, 160-166.

- Grunberg, G., & Schweisguth, É. (1996). Bourdieu et la misère. Une approche réductionniste. *Revue française de science politique*, vol. 46, n.º 1, 134-155.
- Lakatos, I. (1999). *Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica*. Lisboa: Edições 70.
- Maler, H. (1993). À propos de la "Misère du monde": Politique de la sociologie. *Futur Antérieur*, n.º 19-20 (1993/5-6).
- Mayer, N. (1995). L'entretien selon Pierre Bourdieu. Analyse critique de *La misère du monde*. *Revue française de sociologie*, vol. 36, n.º 2, 355-370.
- McRobbie, A. (2002). A Mixed Bag of Misfortunes? Bourdieu's *Weight of the World*. *Theory, Culture & Society*, vol. 19, n.º 3, 129-138.
- Nowotny, H., Scott P., & Gibbons, M. (2001). *Re-Thinking Science. Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Nowotny, H., Scott P., & Gibbons, M. (2003). Mode 2 Revisited: The New Production of Knowledge. *Minerva*, n.º 41, 179-194.
- Peck, J. et al. (2018). Actually existing neoliberalism. In D. Cahill et al. (Ed.). *The Sage Handbook of Neoliberalism* (pp. 1-15). London: Sage.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2009). Estado, Alojamento e a "Questão Social": elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo. *Argumentos de Razón Técnica. Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología*, n.º 2 (Serie Especial), 113-128.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2012). State, housing and the "social question" in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of doxa, orthodoxy and "alodoxia effects" in the (re) production of state housing policies. *Social Sciences – Annual Trilingual Review of Social Research*, n.º 1, 203-214.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2014). "It's Not a Bairro, Is it?". Subsistence Sociability and Focused Avoidance in a Public Housing Estate. *Environment and Planning A*, vol. 46, n.º 6, 1297-1316.
- Pinto, J. M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M. (2007). *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M., & Queirós, J. (2008). Estruturas produtivas, escolarização e desenvolvimento no Vale do Sousa. Análise da reprodução da condição social periférica numa região metropolitana portuguesa. *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 25-26, 309-355.
- Pinto, J. M., & Queirós, J. (Org.) (2010a). *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007) – Volume 1*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M., & Queirós, J. (2010b). Com um velho agricultor fontarcadense. In J. M. Pinto & J. Queirós (Org.). *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007) – Volume 1* (pp. 225-230). Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M., & Queirós, J. (2010c). Relação com a escola e modelo de desenvolvimento. In J. M. Pinto & J. Queirós (Org.). *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007) – Volume 1* (pp. 275-318). Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M., & Queirós, J. (2010d). O peso do lugar. Mudança e reprodução social em Fonte Arcada. In J. M. Pinto & J. Queirós (Org.). *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007) – Volume 1* (pp. 367-377). Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M., & Queirós, J. (2021). Mudança social e relação com a escola e a escolarização em Fonte Arcada. In J. F. Almeida & V. B. Pereira (Org.). *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007) – Volume 2* (pp. 251-270). Porto: Edições Afrontamento.

Pinto, J. M., Wacquant, L., & Pereira, V. B. (2007). Gênese e legado da obra de Pierre Bourdieu: espaço, cultura e dominação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 24, 5-7.

Queirós, J. (2010). Precarização e formas de enquadramento das classes populares. O contributo paradoxal do Estado e das instituições sociais para a desestabilização do mercado de trabalho e a necessidade de aprofundamento da reflexividade institucional. In AAVV. *Actas do Seminário "Combater a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão: que intervenções?"*. Matosinhos: Centro de Investigação em Ciências do Serviço Social/Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Queirós, J. (2012a). Dinâmicas recentes da relação das famílias com a escola em contextos urbanos material e simbolicamente depreciados: relato de uma aproximação, no terreno, ao ponto de vista dos professores. *Sensos*, vol. II, n.º 1, 59-78.

Queirós, J. (2012b). Dinâmicas recentes do desemprego e evolução das "respostas à crise" no Vale do Ave. Uma análise territorializada do alcance e implicações das "políticas ativas de formação e emprego". In V. B. Pereira (Coord.). *Ao Cair do Pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave* (pp. 218-282). Porto: Edições Afrontamento/ADRAVE/Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura.

Queirós, J. (2015). *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.

Queirós, J. (2016). Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 31, 29-58.

Queirós, J. (2017). A disappearing world: the ever-expanding "frontier of gentrification" through the eyes of Porto's historic centre long-time residents. In A. Albet & N. Benach (Ed.). *Gentrification as a Global Strategy. Neil Smith and Beyond* (pp. 197-209). London: Routledge.

Queirós, J. (2019a). *Aleixo. Gênese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto [1969-2019]*. Porto: Edições Afrontamento.

Queirós, J. (2019b). L'expérience réitérée de la relégation urbaine: compte-rendu d'une enquête sociologique dans un "quartier social" menacé de démolition. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Org.). *Classes sociales et politique au Portugal. Pratiques du métier de sociologue* (pp. 225-247). Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant.

Queirós, J. (2020). Descivilizar, demonizar, desmobilizar, demolir: cidade e movimento urbano brevemente perspetivados a partir do Bairro do Aleixo, no Porto. In M. C. Silva et al. (Org.). *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito* (pp. 159-186). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Queirós, J. (2022). Efeitos de lugar, (in)ação do Estado e dissolução da vida comunitária num bairro do Porto. *Configurações*, n.º 29-1, 15-38.

Queirós, J., & Monteiro, B. (2016). *Trabalhos em Curso. Etnografia de operários portugueses da construção civil em Espanha*. Porto: Deriva.

Queirós, J., & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas. Notes de recherche sur l'émigration vers l'Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Org.). *Classes sociales et politique au Portugal. Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant.

Queirós, J., & Oliveira, M. J. (2023). Intervenção comunitária e desenvolvimento metropolitano: propostas renovadas, princípios de sempre – um dossiê. *Cadernos IS-UP*, n.º 4, pp. 8-11.

Queirós, J., & Pereira, V. B. (2018). Voices in the revolution: Resisting territorial stigma and social relegation in Porto's historic centre (1974-1976). *The Sociological Review*, vol. 66, n.º 4, pp. 857-876.

Rothes, L., & Queirós, J. (2023). Desigualdades sociais, posse e uso de competências e participação educativa de pessoas adultas: uma leitura das respetivas relações a partir dos resultados do PIAAC. *Sensos-E*, vol. 10, n.º 1, pp. 82-90.

Swartz, D. L. (2003). From critical sociology to public intellectual: Pierre Bourdieu and politics. *Theory and Society*, n.º 32, pp. 791-823.

Touraine, A. (2012). Le sociologue du peuple. *Sciences Humaines*, Hors-série spécial n.º 15, pp. 101-103.

Wacquant, L. (1998). Pierre Bourdieu. In R. Stones (Ed.), *Key Sociological Thinkers* (pp. 215-230). London: Macmillan Publishers.

Wacquant, L. (2020). Quatro princípios transversais para mobilizar Bourdieu na pesquisa. In V. B. Pereira (Org.), *Em (Re)Construção. Elementos para uma sociologia da atividade na indústria da construção em Portugal* (pp. 51-66). Porto: FLUP.

Wacquant, L. (2023). *Bourdieu na Cidade – Desafios à Teoria Urbana*. Lisboa: Outro Modo.

La Domination masculine.
De Pierre Bourdieu.
Paris, Seuil, 1998

A presente obra também se encontra disponível em português, sob o título *A Dominação Masculina*, publicada pela Relógio d'Água, em 2013, com tradução de Júlia Ferreira.

Sessão realizada no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto no dia 30 de março de 2023, com intervenções de Annick Prieur e de Yasmine Siblot. A moderação esteve a cargo de Virgílio Borges Pereira.

A Dominação Masculina revisitada

Annick Prieur

Com este texto, pretendo apresentar algumas das ideias principais deste livro e também comentar a sua relevância para a compreensão da opressão e das desigualdades contemporâneas baseadas no sexo ou no gênero.¹

É necessário explicar por que razão utilizo os termos sexo e gênero. Há alguns anos, todos nós “sabíamos” que o “sexo” era biológico e o “gênero” era social. O sexo era um dado adquirido e o gênero era um produto da socialização, talvez, em certa medida, também da escolha. No entanto, o conceito francês de “gênero”, que corresponde ao inglês “gender”, não era ainda muito utilizado em França na altura em que Bourdieu escreveu sobre o assunto, uma vez que, em francês, a ligação da palavra aos sexos se referia apenas aos gêneros gramaticais. Bourdieu escreveu, portanto, sobre “*les sexes*” e não sobre “*les genres*”. Caso estivesse mais atualizado nas suas leituras do feminismo francês, talvez tivesse querido questionar a escolha dos termos. Hoje, porém, a distinção sexo/gênero já não funciona tão bem. É do conhecimento geral que o sexo não é assim tão absoluto e dicotômico, enquanto a identidade de gênero não é alheia à biologia. Por conseguinte, considero mais pertinente utilizar o termo combinado “sexo/gênero” para designar aquilo que, em minha opinião, deve ser entendido como um nexos complexo entre o biológico e o social.

Começarei com as primeiras palavras de uma apresentação que Bourdieu fez do livro (Bourdieu, 1998): “A dominação masculina está tão enraizada no nosso inconsciente coletivo que já nem sequer a vemos.” A citação aborda o que considero ser a principal contribuição do livro: a análise de como esta forma de dominação faz parte de uma visão do mundo abrangente, mas inconsciente, razão pela qual passa frequentemente despercebida, por parecer tão natural. Ainda assim, a citação é problemática, uma vez que Bourdieu posiciona aqui um

¹ Traduzido do original em língua inglesa por Virgílio Borges Pereira.

“nós” vendado como um grupo ao qual ele próprio aparentemente não pertence, uma vez que trouxe o inconsciente para o domínio consciente com as suas palavras. Para além disso, podemos perguntar-nos até que ponto ele próprio o viu bem nas suas obras anteriores.

Antes de A Dominação Masculina

Nos seus trabalhos sobre a educação, os consumos culturais, o poder e a Argélia, Bourdieu sempre chamou a atenção para as desigualdades de género, mas estas permanecem secundárias em relação à classe. O sexo/género foi, na maior parte das vezes, tratado como uma variável independente sem complicações nas análises quantitativas. Mesmo no seu livro sobre os padrões matrimoniais dos camponeses franceses (Bourdieu, 2007), a história das relações de género é secundária em relação à história das transformações económicas implícitas no declínio do valor da terra. A história subjacente de que as jovens já não eram propriedades familiares a serem trocadas pelos pais em casamentos estratégicos, uma vez que tinham ganho o direito de escolher os seus próprios parceiros, não foi destacada.

Uma vez perguntei-lhe porque é que não abordou mais o sexo/género em *Homo Academicus* (Bourdieu, 1988 [1984]) e ele respondeu que era por ser tão óbvio. A citação sobre a dominação masculina pertencer a um inconsciente coletivo aborda, no entanto, precisamente a necessidade de dizer coisas óbvias em voz alta.

Segue-se uma citação frequentemente referida sobre a interligação entre sexo/género e classe, de *A Distinção* (Bourdieu, 1986, p. 106):

As propriedades do sexo são tão inseparáveis das propriedades da classe como o amarelo do limão é inseparável da sua acidez: uma classe define-se no seu aspeto mais essencial pelo lugar e pelo valor que atribui aos dois sexos e às suas disposições socialmente constituídas. É por isso que há tantas formas de realizar a feminilidade como há classes e frações de classe, e que a divisão do trabalho entre os sexos assume formas completamente diferentes, tanto nas práticas como nas representações, no seio de diferentes classes sociais.

Mas o que é que esta citação significa realmente?

A citação destaca a importante percepção de que diferentes princípios de dominação estão profundamente interligados. Bourdieu praticou uma espécie de pensamento interseccional antes de o conceito ter ganho o seu sucesso. Na verdade, o seu método analítico quantitativo preferido, a análise de correspondência múltiplas (também designada por análise geométrica de dados), é uma aplicação prática da ideia de que o significado de uma única variável não pode nem deve ser visto isoladamente, mas deve ser visto como estando sempre dependente de um conjunto de outras variáveis. O significado de ter nascido mulher não é o mesmo em diferentes classes e gerações.

Ainda assim, a metáfora do limão talvez não seja tão bem escolhida, pois, de certa forma, essencializa a feminilidade e a masculinidade. Há também limões verdes, e são tão ácidos como os seus semelhantes amarelos.

Bourdieu publicou um longo artigo nas *Actes de la recherche en sciences sociales*, em 1990, com o mesmo título do livro. Esta era a sua forma habitual de apresentar ideias dos seus livros em curso. Mas nenhum livro apareceu nos anos seguintes e o artigo nunca foi traduzido para inglês. Na Noruega, onde eu vivia e trabalhava com estudos de género na altura, alguém fez uma tradução pirata para norueguês que foi amplamente divulgada e discutida entre os investigadores de género. Encontrei-me com Bourdieu em Oslo, em 1995, e depois afiliei-me ao seu centro em Paris. Tive a oportunidade de lhe perguntar sobre o livro que faltava e ele falou-me das suas hesitações. Todos o iriam atacar, disse ele, e, se bem me lembro, eram sobretudo as feministas que ele referia. Encorajei-o a completar o trabalho e dei-lhe uma pilha de artigos fotocopiados, etc., que pensei que poderiam ser úteis nesse trabalho. Mas deixei Paris, em 1997, e não participei no seu trabalho sobre o livro, que foi publicado em setembro de 1998. Bourdieu tinha de facto razão quanto à receção, como mostra Yasmine Siblot no seu texto nesta obra (Siblot, 2025).

Ideias principais

Tal como assinalado na primeira citação, uma ideia-chave na análise de Bourdieu da dominação masculina é a de que esta é sustentada por uma visão coletiva do mundo que também é influente nas sociedades modernas, embora seja negada e expulsa para o inconsciente. Esta visão do mundo é, no entanto, explicitada nas sociedades arcaicas, razão pela qual Bourdieu se voltou para a sociedade

cabila, que estudou durante a sua estadia na Argélia no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Esta sociedade era profundamente hierarquizada e permeada por uma compreensão do espaço e do tempo baseada no gênero. O que é baixo, húmido, escuro, à esquerda, curvado, pequeno, etc., é conotado com a feminilidade, o que é alto, seco, luminoso, à direita, alinhado, grande, etc., com a masculinidade. Trata-se de um pensamento claramente estruturalista (e não pode ser coincidência que o artigo “La Maison Kabyle” [Bourdieu, 1970], onde algumas destas ideias foram apresentadas, tenha sido originalmente escrito como uma homenagem a Claude Lévi-Strauss). Forma-se uma homologia entre as estruturas sociais e o mundo físico, onde a dominação masculina e a submissão feminina são naturalizadas e gravadas nas estruturas mentais e nas práticas corporais. Este triângulo de homologias entre o mundo físico (ou espaço), as estruturas sociais (ou espaço social) e as estruturas mentais (ou *habitus*) é um tema recorrente nas suas análises anteriores, mas mais frequentemente relacionado com a classe social e não com o sexo/gênero.

O estatuto da análise cabila é uma fonte de críticas ou talvez apenas de mal-entendidos: será que Bourdieu quer dizer que este entendimento de sexo/gênero ainda reina, também no mundo ocidental? Bourdieu explicou que se centrou nesta sociedade arcaica e patriarcal por considerar que se tratava de um museu cultural onde se podiam observar compreensões aparentemente ultrapassadas dos sexos/gêneros. Estas seriam mais fáceis de observar com distância cultural e temporal. Defendia que estas ideias ultrapassadas sobrevivem no nosso inconsciente no mundo ocidental. Aparecem, por exemplo, como ideias sobre o que é natural e apropriado para rapazes e raparigas, respetivamente. Através da socialização, estas ideias são gravadas nos corpos das crianças. As diferenças de sexo/gênero, historicamente formadas, são assim essencializadas e passam a ser vistas como eternas e naturais. Chamou a esta transformação mágica de relações de poder arbitrarias em “natureza” uma forma de alquimia.

O nosso inconsciente coletivo é sustentado por instituições sociais. A família é, obviamente, a chave para a socialização, mas Bourdieu insistiu na importância de outras instituições também. A igreja, a escola e o Estado também contribuíram substancialmente para a naturalização e eternização das diferenças arbitrarias entre os gêneros. Atualmente, as instituições culturais, como o desporto e os meios de comunicação social, também desempenham um papel importante.

Para Bourdieu, o principal mecanismo de opressão não é a violência física nem a força material (o que, evidentemente, é uma afirmação contestada). É antes o funcionamento da violência simbólica através de estruturas mentais que criam a conformidade com a ordem social. Este entendimento da

dominação é particularmente pertinente em relação ao sexo/género. Assim, as mulheres tenderão “naturalmente” a excluir-se das esferas e atividades de que são excluídas. Quando são levadas a sair da “zona de conforto” atribuída às mulheres, tendem a reagir física e emocionalmente com medo ou embaraço. Os homens também são expostos, de forma dura, a lembretes sobre o lugar que lhes cabe. A profundidade da inscrição e do controlo social pode ser vista nas relações amorosas, em que as mulheres são atraídas por homens mais altos, mais velhos e mais ricos do que elas, e vice-versa para os homens. Pode também ser vista nas emoções das mulheres (vergonha, timidez, ansiedade...), que normalmente conduzem à autossupervisão. Pode ser visto em formas corporais de comportamento, como nas inibições das mulheres em ocupar espaço, relaxar o corpo, falar alto, etc. Bourdieu mencionou as saias e os saltos altos como lembretes materiais dos limites à liberdade de movimentos, mas na receção crítica do livro muitas mulheres discordaram veementemente do facto de as saias e os saltos altos serem opressivos e limitadores.

No entanto, as relações de poder nunca são simples nos estudos de Bourdieu. O autor acrescenta ambivalência à história ao referir que a dominação masculina é, em parte, uma fachada a manter, enquanto as relações de poder efetivas podem ser mais complexas. Na prática, as mulheres podem tomar as decisões, mas deixam os homens manter a aparência – possivelmente a ilusão – de serem eles a tomá-las. O autor utiliza exemplos dos cabilas, mas também um exemplo do romance *To the lighthouse* [*Rumo ao Farol*] de Virginia Woolf. As verdades são escondidas, através de negações coletivas e da cooperação para manter as aparências. Este é também o ponto principal de Bourdieu no seu prolongamento das análises de Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss sobre a forma como as relações de dádiva entrelaçam as sociedades (Bourdieu, 1992). Numa ilusão coletiva, as obrigações normativas reais e os padrões de troca subjacentes à oferta de presentes são disfarçados para que os atos possam parecer espontâneos e verdadeiramente generosos. Bourdieu defende que tais eufemizações são essenciais para o funcionamento do mundo social. A verdade sobre a dádiva é que ela é, ao mesmo tempo, uma obrigação social e um ato de generosidade. O mesmo se aplica à forma como funciona a dominação masculina: é uma opressão que é coletivamente disfarçada de galanteio, proteção, romance, sedução.... Do mesmo modo, a divisão genderizada do trabalho é disfarçada de escolhas ou dádivas gratuitas, através de autoenganos e encantamentos coletivos.

Sem encantamento nas relações sociais, o mundo social seria um lugar terrível para se viver. Ao mesmo tempo, porém, precisamos de ver através do

encantamento se quisermos combater a opressão que ele esconde. Acho que é por isso que muitas feministas se opõem aos chamados sinais de galanteria e polidez: não é preciso segurares a porta para mim, a não ser que aceites que eu também possa segurá-la para ti!

Questões sobre a violência e as mudanças

Até agora, apresentei a minha própria leitura deste livro. Como já foi referido, o livro foi objeto de críticas severas e Siblot (2025) retoma muitos pontos. Posso também referir um vídeo de Grégoire Simpson,² que retoma bem muitas das críticas. Vários pontos parecem-me, no entanto, exprimir mal-entendidos ou uma leitura com más intenções. Concentrar-me-ei aqui nos argumentos críticos que considero mais relevantes.

A primeira questão que considero pertinente é se a análise de Bourdieu sobre a cooperação das mulheres na sua própria opressão pode ser considerada como culpabilização da vítima. Será que ele subestima a violência física, quando se concentra tanto na violência simbólica, que depende da cooperação dos dominados? Ou quando insiste em virar a atenção para as instituições públicas em vez de a manter na esfera doméstica? Não me parece que esta crítica se justifique. A violência física é, de facto, abordada no livro. Para além disso, a violência simbólica é uma explicação relevante para o facto de ser frequentemente tão difícil para as mulheres maltratadas saírem de relações violentas.

Um tópico relacionado é se se pode dizer que Bourdieu põe demasiada ênfase na forma como os homens sofrem com a dominação masculina, através da pressão que lhes é colocada, através da opressão dos sinais de feminilidade nos homens e através das relações hierárquicas entre homens. Será uma expressão de "*himpathy*"³ o facto de Bourdieu destacar o sofrimento dos dominantes? Este conceito, de Kate Manne, foi, por exemplo, utilizado por Uhnoo (2022) para realçar a empatia dos advogados para com os homens acusados de violação. Defendo que, enquanto sociólogos/as, devemos

²<https://www.youtube.com/watch?v=ahNmfG1hlzM>.

³ [Nota da tradução] Por não se encontrar registada no dicionário de língua portuguesa, opta-se por manter a palavra na língua original. Tal como explicitado no texto, o conceito de "*himpathy*", da autoria de Kate Manne, remete, entre outros aspetos, para a "simpatia excessiva demonstrada relativamente a homens autores de violência sexual".

documentar e analisar todos os tipos de sofrimento e não negligenciar o sofrimento de algumas pessoas pelo facto de outras sofrerem mais. Para os/as sociólogos/as, é interessante compreender por que razão os homens são, em muitos aspetos, polarizados como vencedores e perdedores na sociedade. Os romances autoficcionais de Edouard Louis são também ilustrações relevantes deste ponto (por exemplo, Louis 2018). Considero mais pertinente, no entanto, criticar Bourdieu por minimizar a agência masculina em atos opressivos. Os homens que se aproveitam da sua força física ou posição superior para abusar ou explorar mulheres ou homens em posições inferiores não são simplesmente vítimas de ilusões, mas em geral sabem muito bem o que fazem.

O segundo ponto crítico que considero muito relevante é a ausência de análise das mudanças. Bourdieu foi sempre muito explícito sobre a razão pela qual colocou o acento tónico na continuidade e não nas mudanças (Bourdieu, 2002, p. 1):

Sempre me espantou (...) o facto de a ordem do mundo, tal como a encontramos, com as suas ruas de sentido único e os seus sinais de proibição de entrada, as suas obrigações e as suas sanções, ser em geral respeitada; o facto de não haver mais transgressões e subversões, (...); ou, ainda mais surpreendentemente, o facto de a ordem estabelecida, com as suas relações de dominação, os seus direitos e prerrogativas, privilégios e injustiças, acabar por se perpetuar tão facilmente (...), e de as condições de existência mais intoleráveis poderem ser tantas vezes vistas como aceitáveis e até naturais. E sempre vi a dominação masculina, e a forma como ela é imposta e sofrida, como o exemplo máximo desta submissão paradoxal, um efeito daquilo a que chamo violência simbólica, uma violência suave, impercetível e invisível mesmo para as suas vítimas, (...).

Para mim, esta citação é fundamental para compreender a sociologia de Bourdieu. Como a continuidade era o que o surpreendia, era esta que precisava de uma explicação sociológica. No que diz respeito à dominação masculina, por exemplo, ele assinalou o facto de o mercado de trabalho francês continuar a colocar as mulheres mais próximas das tarefas domésticas (trabalho de cuidados, etc.) e apenas em posições dominantes em áreas menos prestigiadas

– e de as mulheres continuarem a achar “natural” fazer estas escolhas e ter líderes masculinos. A principal mudança que reconheceu foi apenas o facto de a dominação masculina se ter tornado menos evidente.

Tendo vivido quase toda a minha vida na Escandinávia, os países com maior igualdade de género do mundo, não estou satisfeita com a falta de ênfase nas mudanças. De facto, as mulheres conquistaram direitos sobre o seu corpo e a sua vida privada, bem como o acesso à educação e ao poder político nestes países, enquanto o poder económico ainda está um pouco aquém. A análise de Bourdieu deixa assim muitas perguntas sem resposta: por que razão há variações nas relações de género – dentro e entre culturas ou sociedades? Porquê e como se produzem as mudanças? Não há dúvida de que o Estado-Providência melhorou as condições das mulheres, mas as mudanças nas relações entre homens e mulheres no sentido de uma maior igualdade não se verificam apenas nos Estados-Providência modernos.

Questões sobre a construção e a intersecção de categorias

Um terceiro ponto crítico que penso merecer alguma atenção é a questão de saber se a versão do construtivismo social de Bourdieu está um pouco desatualizada. Ele reconheceu que as diferenças de sexo/género não eram simplesmente dadas biologicamente, mas eram socialmente exageradas. A sua análise dos ritos de passagem (Bourdieu, 1991) sublinhou a forma como estes criam descontinuidade a partir da continuidade, de modo que o rapaz mais pequeno e menos musculado fique separado da rapariga maior e mais forte. Para Bourdieu, o conteúdo das categorias “homem” e “mulher” era construído, mas não o modelo dicotómico de dois sexos/géneros em si.

Atualmente, a rutura das identidades de género e sexuais dicotómicas afrouxa os laços entre corpo e identidade, o que, a meu ver, é sem dúvida uma evolução positiva que traz mais liberdade individual e tolerância. Antigamente, os corpos eram vistos como determinando tanto as identidades de género como as identidades sexuais, de modo que os genitais de um bebé determinavam as suas vidas. Este essencialismo corporal parece hoje, paradoxalmente, ter sido substituído por uma forma de essencialismo identitário em que muitos defendem que a identidade de uma pessoa pode exigir ajustamentos do corpo. Embora reconheça a liberdade das pessoas trans de alterarem os seus corpos,

considero absurda a designação de tais alterações como “*correções*” cirúrgicas do corpo, como se um corpo pudesse estar “certo” ou “errado”. Esta nova conceitualização da relação entre corpos e identidades está para além do que Bourdieu poderia ter previsto em 1998, e a sua versão do construtivismo não consegue lidar com ela.

O último ponto crítico, e parcialmente relacionado, que quero também abordar prende-se com uma forma algo antiquada de considerar as relações entre categorias nos estudos de Bourdieu. Embora tenha, de certa forma, aplicado análises interseccionais antes do seu tempo, não o fez de forma completa. O conceito de interseccionalidade foi introduzido (por Crenshaw, 1991) para explicar como os múltiplos aspetos das identidades se cruzam, se influenciam mutuamente e criam experiências de vida únicas. Aponta para a forma como as estruturas de poder/dominação trabalham em conjunto e/ou umas contra as outras de formas complexas. O significado de uma categoria não é estável, mas depende de outras categorias. Um exemplo poderia ser o facto de as mulheres negras não sofrerem opressão da mesma forma que os homens negros ou as mulheres brancas, estando as suas experiências simultaneamente ligadas ao local de residência, à classe, à idade, à sexualidade e a outras categorias.

Atualmente, na teoria interseccional (Christensen & Jensen, 2020), sustenta-se o princípio de que nenhuma categoria deve ser vista como privilegiada. Na prática, Bourdieu privilegiou a classe nas suas análises e tratou-a como uma espécie de categoria mestra. Além disso, apenas a classe era tratada como uma categoria construída, enquanto as categorias sexuais permaneciam estáveis e inquestionáveis. Bourdieu sublinhou frequentemente a diferença entre “classes no papel”, ou seja, categorias construídas sem existência real, e “classes reais”, no sentido de grupos mobilizados para a luta, ou seja, com uma identidade e uma causa comuns (por exemplo, Bourdieu, 1985). Ele nunca falou de sexo/género do mesmo modo.

Não estou a defender que ele esteja errado ao fazê-lo. A teoria da interseccionalidade tende a tratar todas as categorias como se fossem do mesmo tipo. Não são. Embora haja semelhanças na forma como categorias sociais como sexo/género, classe, raça, etnia, idade, etc., se inscrevem no corpo através de processos sociais (socialização, lembretes sobre o lugar próprio de cada um, etc.), todas elas têm particularidades. O sexo/género tem uma referência biológica que a classe não tem, mesmo que essa referência seja menos absoluta do que tradicionalmente se pensa.

Considero que é um contributo importante de *A Dominação masculina* mostrar que a sociedade exagera as diferenças de sexo/género e que esse exagero é uma das principais formas de naturalização da dominação masculina. Apesar de Bourdieu não estar atualizado em relação ao feminismo e aos estudos de género na altura em que escreveu, e apesar da impossibilidade de prever a evolução posterior neste campo, o seu livro continua a ser valioso na medida em que mostra como o sexo/género está profundamente ligado ao poder e à dominação.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (1970). "La maison kabyle ou le monde renversée". In C. Lévi-Strauss, J. Pouillon, & P. Maranda. *Échanges et communications, II: Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60ème anniversaire*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton.

Bourdieu, P. (1985). The social space and the genesis of groups. *Social Science Information* 24(2), 185-220.

Bourdieu, P. (1986). *Distinction. A social critique of the judgment of taste*. London: Routledge.

Bourdieu, P. (1988). *Homo Academicus*. Cambridge: Polity.

Bourdieu, P. (1990). "La Domination masculine", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 84: 2-31.

Bourdieu, P. (1991). *Language and Linguistic Power*. Cambridge MA: Harvard University Press.

Bourdieu, P. (1992). *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.

Bourdieu, P. (1998). "On male domination", *Le Monde Diplomatique* <https://mondediplo.com/1998/10/10bourdieu>.

Bourdieu, P. (2001). *Masculine Domination*. Cambridge: Polity.

Bourdieu, P. (2007). *The Bachelors' Ball. The Crisis of Peasant Society in Béarn*. Chicago: University of Chicago Press.

Christensen, A.D., & Jensen, S. Q. (2020). "Intersectionality". In L. Gottzén, U. Mellström, & T. Shefer (eds.), *Routledge International Handbook of Masculinity Studies* (pp. 81-91). London: Routledge.

Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the Margins – Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Colour. *Stanford Law Review*, 43 (6), 1241-1299.

Louis, E. (2018). *The End of Eddy*. London: Vintage Publishing.

Siblot, Y. (2025). "La domination masculine": contextualização, recepção, crítica e dinamização do legado de uma obra. In V. Borges Pereira (Org.), *Bourdieu e os seus livros: exercícios práticos de leitura*. Porto: U.Porto Press, neste volume, (pp. 231-243).

Uhnoo, S. (2022). "Could it be my son? Strategic himpathy work in rape trials". *Nordic Research Council for Criminology Blog* <https://www.nsfk.org/blog/could-it-be-my-son-strategic-himpathy-work-in-rape-trials/>.

A Dominação Masculina: contextualização, receção, crítica e dinamização do legado de uma obra

Yasmine Siblot

Muito obrigado por este convite, em especial a Virgílio Borges Pereira. É para mim uma honra participar neste ciclo de conferências de homenagem a Pierre Bourdieu no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, um lugar onde a sua sociologia tem sido aplicada de forma muito viva e no âmbito de uma análise muito rigorosa e inventiva das relações de dominação em Portugal, e da sua evolução.¹

Foi uma surpresa para mim ser convidada para falar sobre *A Dominação Masculina*, que é um livro bastante invulgar na obra de Bourdieu, porque foi um enorme sucesso comercial, mediático e político, mas também suscitou críticas académicas fortes. Uma vez superada essa surpresa, achei muito interessante reler o livro à luz dos debates que suscitou e que evidenciaram os seus limites, mas também os seus contributos. Em 1998, eu era estudante de mestrado. Depois de ter pensado em estudar economia e depois história, tinha optado recentemente pela sociologia. Era uma leitora ávida e entusiasta da obra de Pierre Bourdieu, que tentei utilizar nos meus dois primeiros estudos, um sobre estudantes muçulmanas que usavam véu na universidade e outro sobre as escolas de formação de militantes do Partido Comunista Francês. Nessa altura, a sociologia em França estava marcada por fortes divisões teóricas e políticas. Bourdieu encarnava a vanguarda nestes dois aspetos, distanciando-se de autores/as empenhados/as na análise da mudança social, próximos/as da esquerda reformista, mas também de certos/as autores/as marxistas,

¹ Traduzido do original em língua francesa por Virgílio Borges Pereira.

próximos/as do Partido Comunista. Como muitas outras pessoas, li este livro como um texto sociológico e politicamente ousado. Quando o reli na íntegra, pela primeira vez em 25 anos, com mais experiência de prática sociológica e de ensino, com um melhor conhecimento (ainda que parcial) da obra de Bourdieu e da sociologia do género, e num contexto político muito diferente, achei o livro lacunar em termos científicos e paradoxal em termos políticos. Depois apercebi-me da intensidade das controvérsias que gerou e do interesse sociológico desses debates. A riqueza dessas controvérsias mostra que esta é uma obra que continua a ser estimulante para pensar a socialização do género e analisar a articulação das relações de dominação.

Mais do que um comentário ao livro, oferecerei, portanto, alguns elementos contextuais sobre a sua publicação e a sua primeira receção em França; em seguida, darei conta de algumas das leituras críticas e dos debates que suscitou; para terminar com algumas ideias sobre os contributos contemporâneos deste texto.

Contextualização da publicação da obra e da sua receção imediata em França

Em 1998, em França, Pierre Bourdieu era provavelmente a figura mais central da sociologia académica, mas também do campo intelectual. Era um académico consagrado, professor no Collège de France desde 1981 e diretor de estudos na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), duas instituições de grande prestígio nas ciências sociais em França e no estrangeiro. Depois de se ter mantido afastado das intervenções de intelectuais academicamente consagrados/as nos meios de comunicação social e na cena política, assumiu ele próprio uma posição pública, pondo o seu capital simbólico e os seus recursos institucionais ao serviço de causas políticas, tanto a título individual como em quadros coletivos, como a *Association de réflexion sur les enseignements supérieurs et la recherche* (ARESER), criada em 1992, e o *Comité international de soutien aux intellectuels algériens* (CISIA). Participou igualmente na publicação de obras destinadas a um público não académico, tendo coordenado, em 1993, o livro *La misère du monde*, que atingiu um público muito vasto. Tornou-se ainda mais visível durante a agitação social de novembro e dezembro de 1995, quando se registaram greves e manifestações em grande escala contra um projeto de reforma do sistema de pensões. Interveio como intelectual em apoio dos grevistas, opondo-se a outros intelectuais que apoiavam a reforma. Os seus discursos foram muito fortes, o

que é particularmente verdadeiro dada a ausência deste tipo de intervenção no contexto das recentes mobilizações sociais em França.

Publicado neste contexto, *A Dominação Masculina* tem um estatuto ambivalente. É um livro de grande formato, publicado pelas éditions du Seuil, numa coleção fundada e dirigida por Bourdieu, que acolhe as suas principais obras desde o início dos anos 1990, e é um livro que defende uma posição teórica. Não é publicado na coleção de pequeno formato das novas edições militantes e independentes Liber-Raisons d'agir, onde se encontram as suas obras de intervenção pública. É, no entanto, uma pequena obra que releva da intervenção pública, na sua vontade de defender uma causa e na sua relação descontraída com os padrões académicos. O sucesso foi muito rápido. Só em 1998 foram vendidos 70.000 exemplares.² O livro foi objeto de uma vasta crítica na imprensa e de um debate nos meios de comunicação social. O livro foi saudado como um contributo importante para a causa das mulheres e dos homossexuais, num contexto de debates sobre o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo e a introdução de leis para promover o acesso das mulheres a posições de poder político. O livro inspirou um filme em 2009,³ foi adaptado para o teatro⁴ e a expressão dominação masculina foi popularizada durante muito tempo. O livro foi publicado em livro de bolso em 2014 e continua a ser lido.

Mas, ao mesmo tempo, em termos académicos, o livro foi muito criticado – já voltaremos a esse assunto – e é relativamente pouco citado pelos/as sociólogos/as em França atualmente, apesar de Bourdieu continuar a ser um autor central e de as críticas que lhe são feitas serem muito menos agudas. A partir de 1998, surgiram várias publicações importantes na sociologia do género e *A Dominação Masculina* não é uma obra de referência no ensino desta área. Quando Bourdieu é mencionado nestas obras, o que é muito frequente, não é este livro, mas outras obras e artigos que são mais citados, como os seus textos sobre a casa cabila, os seus inquéritos sobre o Béarn, os seus textos teóricos como *Le Sens pratique*, ou *A Distinção*. É, portanto, um trabalho à parte na obra de Bourdieu e na receção académica da sua escrita. Por isso, apresentarei aqui algumas das leituras críticas que foram feitas da obra, pois elas abrem uma discussão científica muito rica.

² Valor divulgado pelo editor na altura.

³ Documentário intitulado *La domination masculine*, realizado por Patric Jean.

⁴ Ver nomeadamente a adaptação para teatro de excertos da obra assim como os textos de Tassadit Yacine realizada por Virgine Aimone e Jérémy Beschon e apresentada pela Compagnie Manifeste Rien em 2018.

Leituras críticas do livro por sociólogas e historiadoras feministas

Quando reli o livro para preparar este colóquio, fiquei inicialmente impressionada e um pouco perturbada com as limitações da obra, que não tinha percebido de todo em 1998. Comecei por elencar algumas das críticas que me tinham surgido ao ler o livro, que são de vária ordem e que posso referir de forma não exaustiva: o livro baseia-se em material empírico muito limitado; baseia-se em leituras muito incompletas das obras que cita, sendo que muitas obras importantes não são citadas; propõe uma leitura fixa e quase an-histórica das relações de dominação analisadas; desenvolve uma análise da dominação que não deixa espaço para o seu questionamento ou mesmo para a sua plena compreensão por parte das mulheres; dá um lugar central à violência simbólica que obscurece as dimensões materiais da dominação masculina. Mas ler o livro com os olhos de 2023 é problemático porque a sociologia e, em particular, a sociologia do género e da dominação sofreram uma grande transformação e porque esta obra e a sua receção, muito mais do que outras obras de Bourdieu, estão muito enraizadas num contexto. Durante os anos 1990, o campo dos estudos sobre as mulheres, dos estudos femininos, dos estudos feministas, dos estudos de género ou dos estudos sobre as relações sociais de género, de acordo com as diferentes abordagens então utilizadas em França, estava em vias de se estabelecer e de obter um reconhecimento institucional e académico, após várias décadas de marginalização e desqualificação (Lagrave, 1990). Este campo emergente é muito ativo cientificamente e multidisciplinar; é atravessado por fortes clivagens teóricas e políticas, mas é também unificado por vários empreendimentos coletivos, concorrentes e aliados, de institucionalização e legitimação em torno de cursos de formação, centros de investigação, colóquios, obras, revistas, editoras, etc. Caracteriza-se por um intenso debate científico e político. O trabalho de Bourdieu foi imediatamente discutido. Por isso, pensei que seria útil mergulhar nas discussões do livro realizadas por estas investigadoras, quase todas mulheres, especialistas de longa data nas mulheres, na análise das relações sociais entre os sexos, ou no género, e que se definem ou são vistas como feministas. Limitei-me às publicações académicas das ciências sociais e à França. É impressionante constatar que estas discussões foram muito rigorosas e precisas: as investigadoras leram o livro à lupa, linha a linha, nota a nota.

A maioria destas investigadoras sublinha e reconhece que o livro contribuiu para o reconhecimento do trabalho das ciências sociais sobre as mulheres, o género ou as relações sociais de género, num contexto em que estes domínios têm ainda pouca legitimidade. Bourdieu colocou a sua legitimidade académica e a sua visibilidade mediática ao serviço desta causa científica e política. Mas elas denunciam amplamente o facto de ele se ter colocado ao serviço desta causa exercendo uma forma de dominação masculina, e de ter assim obtido, como homem e como indivíduo, benefícios que são negados às mulheres que trabalham coletivamente para fazer emergir este campo de investigação. Estas leituras foram um pouco diferenciadas segundo as disciplinas, e seria necessário aperfeiçoar este panorama para as refletir (ver, entre outras, as controvérsias e recensões críticas publicadas nas revistas: *Les Temps modernes*, n.º 604, 1999; *Travail, genre et sociétés*, n.º 1, 1999; *Clio*, n.º 12, 2000). As historiadoras foram particularmente críticas, porque o livro de Bourdieu revela que ele desconhece ou omite os trabalhos de história que tratam exatamente das questões que ele diz deverem ser estudadas, em particular o papel das instituições e do Estado na reprodução da dominação masculina. Criticam também a sua abordagem da historicidade, uma vez que descreve esta dominação como imutável. É o caso, por exemplo, de Michèle Perrot, historiadora pioneira e codiretora, com Georges Duby, de *Histoire des femmes en Occident*, uma magistral publicação em 5 volumes, editada em 1991. Os antropólogos, cujo trabalho é paradoxalmente pouco utilizado no livro de Bourdieu, também o discutiram menos. Foram bastante genéricos, como no caso de Françoise Héritier, uma antropóloga que, tal como Bourdieu, é professora no Collège de France e autora de *Masculin/féminin*, publicado em 1996, uma obra que é hoje um clássico e que nem sequer é citada no livro. As sociólogas são também muito críticas, mas muitas vezes com mais *nuances*, e são elas que estão mais envolvidas nas discussões teóricas do livro sobre a interiorização da dominação masculina, a permanência ou a mudança das formas de dominação masculina, as ligações com a noção de *habitus* ou a teoria dos campos. Depois de ler alguns dos muitos textos que apareceram pouco tempo depois da publicação do livro, encontrei vários textos mais recentes que perspetivam a receção do livro durante um período um pouco mais longo, e selecionei textos de duas sociólogas cujas críticas me parecem particularmente construtivas e úteis para reconsiderar as contribuições do livro hoje. Uma delas é crítica da sociologia de Bourdieu, enquanto a outra reivindica-se dela.

O primeiro é um texto de 2010 de Anne-Marie Devreux (Devreux, 2010). Ela é uma socióloga materialista feminista que sempre foi crítica de Bourdieu, embora conheça bem a sua obra. E foi membro do CSU, o meu centro de investigação atual, um centro muito influenciado pela sociologia de Bourdieu, mas também aberto à sua crítica por sociólogos/as marxistas ou por feministas materialistas. Nos anos 1980, realizou uma investigação sobre a interiorização dos papéis de género no exército e em casais com dupla atividade. Depois, analisou os preconceitos de género nas ciências ditas exatas e depois nas ciências sociais (Devreux, 2010, 2014). Em seguida, basear-me-ei em dois textos de uma outra socióloga, Rose-Marie Lagrave, que foi próxima de Bourdieu na EHESS e que sempre manifestou a sua dívida intelectual e a sua amizade para com ele. Tal como Anne-Marie Devreux, foi uma das impulsionadoras da institucionalização dos estudos de género em França. Podemos mencionar os seus trabalhos sobre as mulheres agricultoras (Lagrave, 1987) e, mais recentemente, a sua autobiografia sociológica na qual se define como uma trânsfuga de classe feminista (Lagrave, 2021). Escreveu dois textos sobre a dominação masculina, um em 2003 (Lagrave, 2003) e outro em 2018 (Lagrave, 2018).

Anne-Marie Devreux apresenta uma síntese de um certo número de críticas feministas ao livro, enquanto oferece uma perspetiva mais ampla da obra de Bourdieu. A autora inclui na sua análise a receção desta obra na sociologia inglesa, que conhece bem; em particular, prefaciou a tradução francesa de *Formations of Class and Gender*, de Beverly Skeggs, livro de 1997, publicado em francês com o título *Des femmes respectables* (2015). A leitura de Anne-Marie Devreux centra-se naquilo que considera ser um impasse em que Bourdieu se encurralou, impedindo-o de analisar as dinâmicas das relações de dominação de género, apesar de a sua investigação lhe ter permitido fazê-lo. Na sua opinião, tal deve-se ao seu quadro teórico, centrado na análise da reprodução social e da violência simbólica, e ao seu distanciamento dos estudos feministas e de género, cujos contributos epistemológicos e empíricos não consegue apreender.

Ela começa por assinalar um certo número de incoerências na obra de Bourdieu, mostrando que ele se interessou pelas relações de género desde muito cedo, mas minimizando o seu carácter estrutural nas relações de dominação e nas suas transformações. A autora começa por regressar aos estudos de Bourdieu sobre o Béarn. Bourdieu atribui um lugar central às alianças matrimoniais e às relações entre mulheres e homens; descreve a forma como as mulheres escapam à condição camponesa e às formas tradicionais de dominação masculina, evitando o casamento na sua aldeia e recorrendo a homens da vila mercantil ou mesmo da cidade. Mas este aspeto é secundário

na análise, uma vez que as mulheres parecem ser mais recetáculos de novas normas do que passíveis de estratégias. A análise centra-se na permanência das formas de honra social encarnadas pelos agricultores solteiros. Ela retoma depois os trabalhos sobre o sistema escolar, as elites e o campo do poder, nomeadamente os que se baseiam em dados estatísticos, sublinhando que Bourdieu tomou desde cedo em consideração o género como variável, revelando numerosas desigualdades entre homens e mulheres, mas sem colocar esses resultados no centro das suas análises, e mesmo, por vezes, apagando-os. A autora salienta que Bourdieu pertenceu a uma geração que se formou principalmente na análise das classes sociais como principal determinante das práticas e disposições, e cita vários testemunhos de sociólogos/as que trabalharam com Bourdieu, os quais atestam que as análises de classe tiveram precedência sobre as análises das desigualdades de género. Monique de Saint-Martin (in Encrevé & Lagrave, 2003), por exemplo, conta como, numa análise estatística de estudantes, o peso do género foi tão grande que relativizou o efeito da origem social e a variável foi retirada.

Anne-Marie Devreux apresenta em seguida uma síntese de várias críticas feministas à incapacidade de Bourdieu de dar um lugar efetivo à análise das relações de género na sua análise global das relações sociais e, sobretudo, de perceber a sua evolução, incluindo nos trabalhos que lhes são dedicados. Esta crítica centra-se sobretudo no facto de a dominação masculina aparecer no livro sobretudo como uma dominação simbólica, que atua negando essa relação de poder, mantendo uma “submissão encantada” a essa dominação e, mais ainda, uma incapacidade dos dominados de compreenderem a sua situação de dominados por não disporem de “instrumentos de conhecimento” do mundo social que não sejam os do dominante. Ora, e este primeiro ponto está em consonância com as críticas dos historiadores, os trabalhos de investigação feminista produziram durante muito tempo instrumentos teóricos e epistemológicos para pensar a condição dominada das mulheres, mas também para a desvendar; produziram igualmente conhecimentos sobre a história e as formas de dominação masculina; estes trabalhos são em grande parte ignorados por Bourdieu, que não os cita ou cita-os apenas em pontos secundários. De seguida, vários estudos demonstraram que as mulheres têm a capacidade de analisar a sua própria situação e de inverter as normas, e que estas normas são transformadas desta forma, mesmo que não sejam contestadas frontalmente. Anne-Marie Devreux cita um estudo antropológico sobre as relações de género na Cabília que, por um lado, sublinha as mudanças nas relações sociais neste contexto e, por outro, testemunha a reflexividade das mulheres a este respeito

e a sua relação distanciada e crítica com as normas de gênero (Lacoste-Dujardin, 2008). Em terceiro lugar, critica-se o facto de Bourdieu negligenciar as dimensões materiais da dominação masculina e da violência de gênero, sejam elas físicas ou económicas, ou os processos de socialização e incorporação; embora a obra de Bourdieu se afirme como uma análise materialista, não a aplica. Por último, algumas autoras feministas têm assinalado que a forma como a experiência masculina de dominação é abordada, apresentada por Bourdieu como um “fardo” para os homens e no centro de uma competição entre homens pelo capital simbólico, significa que esta forma de dominação é vista como uma relação de dominação entre homens da qual as mulheres estão, por definição, excluídas, e não como uma relação totalmente relacional de dominação de gênero.

Esta leitura de Anne-Marie Devreux, que é ao mesmo tempo uma síntese de várias análises feministas críticas de Bourdieu e uma apresentação da sua própria leitura, é em parte uma crítica geral da teoria bourdieusiana como incapaz de “ir além de uma conceção da reprodução social fixada pelo *habitus*”, que eu não partilho. Paradoxalmente, no entanto, destaca, de uma forma bastante original, a existência de elementos empíricos e teóricos antigos e inovadores sobre as relações de gênero na obra de Bourdieu que poderiam ser retomados e relidos.

A leitura proposta por Rose-Marie Lagrave é, em certos aspetos, oposta à de Anne-Marie Devreux. Ela própria utiliza no seu trabalho o quadro teórico de Pierre Bourdieu, com quem sente uma afinidade intelectual e pessoal. Por isso, num primeiro texto (in Encrevé & Lagrave, 2003), descreve a sua primeira leitura “encantada” desta obra. No entanto, na sequência do texto de 2003, e sobretudo num segundo texto, muito mais recente (Lagrave, 2018), apresenta uma leitura crítica e “desencantada” da obra, na qual aponta o que considera inconsistências teóricas e insuficiências empíricas em relação ao próprio quadro sociológico de Bourdieu.

Começa por descrever o efeito poderoso que o livro de 1998 teve sobre ela. Com uma formação em sociologia feminista e em sociologia bourdieusiana, ela conta o seu contentamento ao ver Bourdieu aplicar as suas ferramentas teóricas à análise da socialização diferencial dos sexos e das disposições de gênero, e estabelece um paralelo com a sua leitura encantada dos trabalhos de Bourdieu sobre os percursos dos trânsfugas de classe. Rose-Marie Lagrave testemunha também os processos de desvelamento e identificação que o livro provoca nos seus leitores aquando da sua publicação e o efeito libertador desta análise da experiência subjetiva da dominação para muitas mulheres, citando os discursos proferidos em conferências públicas e as cartas que Bourdieu recebeu. Por fim,

considera que, no contexto intelectual e político em que foi publicado, o livro também contribuiu muito para reforçar as lutas feministas e a sua importância. No entanto, a partir de 2003, propõe também uma leitura mais crítica, que em parte ecoa as críticas apresentadas por Anne-Marie Devreux relativamente à posição de Bourdieu sobre a investigação sobre as mulheres e o género, mas que também fornece elementos de discussão teórica que se inscrevem mais numa crítica interna à sociologia bourdieusiana do que numa crítica à própria teoria. A autora utiliza os instrumentos da sociologia de Bourdieu para discutir o seu trabalho de duas formas.

Em primeiro lugar, ela demonstra que, seguindo a análise que o próprio Bourdieu propõe no seu livro, este livro é sobre o exercício da dominação masculina no campo científico. De facto, contrariamente à abordagem sociológica de autoanálise que sempre enunciou e defendeu, Bourdieu não analisou os efeitos da sua própria posição dominante no campo científico e nas relações de género, e negou os efeitos desta posição duplamente dominante na escrita e receção deste livro. Ao ignorar o trabalho de investigadoras feministas, situadas numa área dominada do campo académico, deslegitimou em parte esse trabalho, que parecia inexistente ou insignificante, quer empiricamente, quer teoricamente, numa altura em que as investigadoras feministas estavam a desenvolver um intenso trabalho científico e institucional de reconhecimento, embora ele conhecesse o seu trabalho e as questões em causa. Ao ignorar os contributos destes trabalhos de história, de antropologia e de sociologia para a compreensão das variações da dominação masculina e das suas variações históricas e espaciais, bem como das condições em que esta dominação pode ser contestada, Bourdieu enfraqueceu também fortemente a sua análise. Finalmente, ao não analisar as questões em jogo no campo dos estudos feministas e na arena política da época, apesar de estar rodeado de investigadoras que tinham efetuado esta análise, Bourdieu ignorou as questões políticas do momento nas suas posições.

Rose-Marie Lagrave lamenta igualmente os limites da análise da dominação masculina nas outras obras de Bourdieu, apesar de as expectativas serem elevadas a este respeito e de o próprio Bourdieu as ter antecipado, como atesta a frase inicial: “Provavelmente não teria abordado um tema tão difícil se não tivesse sido conduzido pela lógica da minha investigação”. Numa abordagem semelhante à de Anne-Marie Devreux, a autora regressa a várias obras de Bourdieu para sublinhar que, apesar desta intenção declarada, ele nunca foi até ao fim na integração das relações de género na análise do espaço social ou de campos específicos, particularmente em inquéritos baseados em dados

estatísticos. No entanto, escreve ela, “quem melhor do que Bourdieu poderia combinar os efeitos destas diferentes formas de dominação, incluindo a estatística?” No entanto, Bourdieu encara a articulação das dominações a partir de uma representação analógica, e não as construindo como “relações sociais consubstanciais”, ainda que o seu quadro relacional de análise permita pensar essa articulação. Na sequência deste último ponto do texto de Rose-Marie Lagrave, gostaria de voltar aos contributos ou incitamentos fortes do livro, para além das suas limitações.

Uma incitação para efetuar uma análise do espaço social que articula as relações sociais

Ao reler este livro, fiquei impressionada com a sua originalidade no contexto das ciências sociais francesas do final dos anos 1990. Desde o início, liga a questão da dominação do género à da sexualidade, ainda pouco estudada pelas ciências sociais em França, e às relações raciais, muito antes de esta noção ser discutida no domínio das ciências sociais neste país. É também um prolongamento do dossier “Masculin/féminin”, um dossier em duas partes (números 83 e 84) da revista *Actes de la recherche en sciences sociales* que foi particularmente inovador em França, em 1990, através de traduções de obras em língua inglesa e da publicação de inquéritos originais, e que continua a ser um dossier de referência (Bourdieu, 1990). Inclui, por exemplo, um artigo de Joan W. Scott, historiadora pioneira na utilização da noção de género como instrumento de desnaturalização e objetivação das relações de poder, e um artigo de Judith Rollins que aborda a tripla dominação de género, classe e raça sofrida pelas trabalhadoras domésticas. Em 1998, quase 10 anos depois deste dossier, a obra é menos inovadora, mas continua a ser um texto importante e poderoso em pelo menos dois aspetos.

Em primeiro lugar, Bourdieu mobiliza as noções centrais da sua teoria, nomeadamente a incorporação de disposições através da noção de *habitus*, ou a somatização das relações de dominação, temas que são desenvolvidos ao longo do livro, mas particularmente no primeiro capítulo. Aqui encontramos a força das análises desenvolvidas em *Esquisse d'une théorie de la pratique* e retrabalhadas ao longo da sua obra. Apoiando-se não só na sua própria obra, mas também em numerosas leituras, mais ou menos citadas, como já dissemos, analisa a força dos processos de socialização de género que conduzem à

interiorização daquilo a que chama o inconsciente androcêntrico, e à naturalização de uma ordem social construída e constantemente reconstruída e reproduzida por um conjunto de instituições e profundamente inscrita nos corpos. As suas análises sobre a interiorização de diferentes vocações por homens e mulheres, de diferentes disposições para ocupar o espaço público ou posições de poder, são sempre muito convincentes. As análises propostas por Bourdieu neste livro não são novas em termos de resultados, mas adquirem uma nova força em virtude da sua ligação teórica a uma teoria disposicional mais geral, que continua a ser muito relevante.

Em segundo lugar, como assinalam Anne-Marie Devreux e Rose-Marie Lagrave nas suas recensões críticas, as investigações de Bourdieu abrem caminho a uma verdadeira consideração do género ou do sexo combinados com a classe, a raça e outras relações sociais nas suas análises, mas ele não o fez completamente. Esta constatação pode ser extraída de numerosas passagens do livro e de outras obras de Bourdieu, como *La Distinction*. No contexto do desenvolvimento de análises que se autodenominam interseccionais, ou de trabalhos que procuram analisar a forma como diferentes relações sociais se combinam e se reforçam mutuamente ou não, é proveitoso reler estas críticas e a obra de Bourdieu sob este ângulo. A análise relacional do espaço social de Bourdieu centra-se na classe social, mas não se limita a ela. Podemos citar a célebre passagem de *La Distinction* (1979, pp. 119-120) utilizando a metáfora do limão:

As propriedades do sexo são tão inseparáveis das propriedades da classe como o amarelo do limão é inseparável da sua acidez: uma classe define-se no seu aspeto mais essencial pelo lugar e pelo valor que atribui aos dois sexos e às suas disposições socialmente constituídas. É por isso que há tantas formas de realizar a feminilidade como há classes e frações de classe, e que a divisão do trabalho entre os sexos assume formas completamente diferentes, tanto nas práticas como nas representações, no seio de diferentes classes sociais.

Esta passagem pode ser lida como uma secundarização do género em relação à classe, mas também pode ser lida como um incitamento à articulação plena das duas dimensões, invertendo a proposição: as propriedades da classe

são indissociáveis das propriedades do gênero. Várias passagens e notas em *A Dominação Masculina* convidam-nos a fazer isto, mesmo que tal permaneça rápido e pouco fundamentado.

Este é um programa de trabalho que já está a ser desenvolvido por várias investigações, por exemplo, em dois livros recentes: *Le genre du capital. Comment la famille reproduit les inégalités*, de Céline Bessière e Sibylle Gollac (2020), que mostra como as desigualdades do capital económico aumentam não só a dominação de gênero, mas também, de forma inseparável, a dominação de classe, e *Transfuges de sexe, passer les frontières du genre*, de Emmanuel Beaubatie (2021), que propõe uma construção do espaço social do gênero articulando relações sociais de sexo, classe e sexualidade. *A Dominação Masculina* incita-nos a prosseguir este programa de investigação crucial para as ciências sociais contemporâneas, tanto pelas análises poderosas que formula como pelas frustrações igualmente poderosas que provoca.

Referências bibliográficas

- Auslander, L., & Zancarini-Fournel, M. (Ed.) (2000). Le genre de la nation. *Clio: femmes, genre, histoire*, 12.
- Beaubatie E. (2021). *Transfuges de sexe. Passer les frontières du genre*. Paris: La Découverte.
- Bessière, C., & Gollac, S. (2020). *Le genre du capital. Comment la famille reproduit les inégalités*. Paris: La Découverte (*The gender of capital: how families perpetuate wealth inequality* (2023). Traduzido por Juliette Rogers, Cambridge: Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (Ed.) (1990). Masculin/Féminin. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 83-84.
- Chabaud, D., Descoutures, V., Devreux, A.-M., Varikas, E. (dir.) (2010). *Sous les sciences sociales le genre. Relectures critiques de Max Weber à Bruno Latour*. Paris: La Découverte. (Traduzido em português (Brasil) (2014), *O gênero nas Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP).
- Devreux, A.-M. (2010). Pierre Bourdieu et les rapports entre les sexes : une lucidité aveuglée in *Sous les sciences sociales, le genre. Relectures critiques de Max Weber à Bruno Latour* (pp. 77-93). Paris: La Découverte.
- Devreux, A.-M. (2015). La valeur des femmes. Préface au livre de Beverley Skeggs, *Des femmes respectables. Classe et genre en milieu populaire*, Marseille, Agone. 7-32. (Tradução de *Formation of class and gender. Becoming respectable*, London: Sage, 1997).
- Devreux, A.-M. (coord.) (2016). *Les sciences et le genre: déjouer l'androcentrisme*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Duby, G., Perrot M. (dir.) (1991-1992). *Histoire des femmes en Occident*. 5 tomes. Paris: Plon.

Groupe de recherche MAGE [Marché du travail et genre, CNRS] (Ed.) (1999). Controverses. Autour du livre de Pierre Bourdieu *La Domination masculine*. *Travail, Genre et Sociétés*, 1.

Héritier, F. (1996), *Masculin/féminin. La pensée de la différence*. Paris: Odile Jacob.

Lacoste-Dujardin, C. (2008), *La Vaillance des femmes. Les relations entre femmes et hommes berbères de Kabylie*. Paris: La Découverte.

Lagrave, R.-M. (1987). *Celles de la Terre. Agricultrices, l'invention politique d'un métier*. Paris: Editions de l'EHESS.

Lagrave, R.-M. (1990). Recherches féministes ou recherches sur les femmes ? *Actes de la recherche en sciences sociales*, 83, 27-39.

Lagrave, R.-M. (2003). La lucidité des dominées. In P. Encrevé, & R.-M. Lagrave, *Travailler avec Bourdieu* (pp. 311-321). Paris: Flammarion.

Lagrave, R.-M. (2018). La domination masculine encore. *Regards sociologiques*, 47-48, 133-143.

Lagrave, R.-M. (2021). *Se ressaisir. Enquête autobiographique d'une transfuge de classe féministe*. Paris: La Découverte.

Lagrave, R.-M., Encrevé, P. (dir.) (2003). *Travailler avec Bourdieu*. Paris: Flammarion.

Lanzmann, C. (Ed.). (1999). Sur *La Domination masculine* : réponses à Pierre Bourdieu. *Les Temps modernes*, 604.

*Les Structures Sociales
de l'économie.*
De Pierre Bourdieu.
Paris, Seuil, 2000

Esta obra também se encontra disponível em português,
sob o título *As Estruturas Sociais da Economia*, publicada,
em 2001, pelas Edições Piaget, com tradução de Maria Fernanda
Oliveira, e pela Campo das Letras, em 2006, com tradução
de Pedro Simões e Lígia Calapez, sendo a revisão de Carlos Gomes.
A presente sessão teve lugar a 14 de dezembro de 2022 no Anfiteatro
Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
com intervenções de Ester Gomes da Silva e de Frédéric Lebaron.
A moderação esteve a cargo de Virgílio Borges Pereira.

Bourdieu e *As Estruturas Sociais da Economia*: uma visão contemporânea sobre as possibilidades de afirmação de uma nova sociologia económica

Ester Gomes da Silva

Numa das suas últimas obras – *As Estruturas Sociais da Economia* –, Pierre Bourdieu expõe um pensamento crítico sobre as opções metodológicas assumidas pela teoria económica neoclássica, propondo uma nova abordagem para o estudo dos assuntos económicos. O presente capítulo faz uma leitura sobre a proposta apresentada por Bourdieu, refletindo sobre os seus méritos e contextualizando-os no panorama atual da ciência económica.

Bourdieu pronuncia-se criticamente sobre a teoria económica neoclássica, referindo-se à forma descontextualizada como esta trata os fenómenos, histórica e espacialmente, e à utilização do modelo de escolha racional como padrão de comportamento humano. O afastamento da economia relativamente à envolvente social é referido logo no início do texto, quando Bourdieu afirma: “A ciência que designamos por ‘economia’ assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda a prática humana se encontra imersa” (Bourdieu, 2001, p. 13).

A obsessão pelo formalismo e pelo rigor matemático teria levado os economistas a descurar a essência dos problemas económicos – a sua raiz histórica e social – traduzindo-se na produção de conhecimento pouco relevante

para a compreensão do mundo real.¹ A assunção do comportamento racional como modelo de conduta dos agentes sociais teria intervindo no mesmo sentido, manifestando-se na formulação de comportamentos essencialmente mecânicos, definidos independentemente das características sociais dos sujeitos e dos contextos em que têm lugar, e estando por isso alheados do todo social. A perspetiva neoclássica em geral, e especificamente a que aborda o mecanismo da troca, é assim criticada neste texto, tendo por base o mercado de habitação, ou, mais rigorosamente, a compra e venda de casas individuais em França nos anos de 1980.

Bourdieu não se limita, porém, à manifestação de um posicionamento crítico sobre a produção científica em economia. O questionamento metodológico e epistemológico sobre o pensamento económico dominante é acompanhado da apresentação de uma proposta teórica alternativa, que cruza a economia e a sociologia, ciências que têm em comum o objeto de análise:

(...) o verdadeiro objeto de uma verdadeira economia das práticas não passa, em última análise, da economia das condições de produção e de reprodução dos agentes e das instituições de produção e de reprodução económica, cultural e social, isto é, o próprio objeto da sociologia na sua definição mais completa e mais geral (Bourdieu, 2001, p. 27).

A proposta apresentada pelo autor procura então reinserir a economia na multidimensionalidade social, partindo da utilização de uma abordagem comparativa e histórica, em vez de assentar essencialmente num processo dedutivo, e tendo por base um novo quadro conceptual. É assim defendida a introdução das noções de *habitus* e de *campo*, bem como de diferentes tipos de *capital* – e.g., cultural, social, simbólico – conceitos que, do ponto de vista de Bourdieu, permitem reconstruir as disposições dos agentes económicos (as suas necessidades, preferências e propensões) e associar uma dimensão política ao funcionamento do mercado. Deste modo, defende-se um certo retorno às origens do pensamento económico (a economia política do século XIX), com afastamento do individualismo metodológico e da racionalidade microeconómica, sugerindo-se a adoção de um tratamento abrangente das estruturas e relações sociais, reincorporando a história na teorização económica e mobilizando as diferentes dimensões da ordem social no estudo da atividade económica.

¹Uma crítica no mesmo sentido pode ser encontrada em Blaug (1997).

Neste capítulo abordamos a proposta teórica avançada por Bourdieu, bem como as suas críticas sobre o pensamento económico dominante, refletindo sobre a sua originalidade e enquadramento no âmbito da produção científica em economia. Começamos por abordar a perspetiva do autor sobre a troca, evidenciando, a partir desse exercício, a sua visão sobre as insuficiências da teoria económica neoclássica. Procedemos depois a uma reflexão sobre a proposta efetuada por Bourdieu para o tratamento dos assuntos económicos e pelo seu possível contributo para uma reformulação do pensamento económico dominante. A secção final apresenta uma síntese e um conjunto de notas conclusivas.

A análise da troca sob a lente de Bourdieu

O posicionamento crítico sobre a teoria económica neoclássica é ilustrado com base no mercado da produção de casas individuais em Val-d'Oise (França), nos anos de 1980. A escolha não é inocente, como se perceberá ao longo do texto. Tratando-se de um bem com forte carga simbólica, que comporta um investimento avultado para os potenciais compradores (de ordem financeira, mas também pessoal), e que sofre, ao mesmo tempo e de modo considerável, os efeitos da intervenção do Estado, a utilização deste exemplo permite ao autor sublinhar aquilo que entende ser a desadequação das premissas utilizadas pelos modelos económicos e a sua incapacidade em dar conta dos mecanismos sociais envolvidos na troca.²

A desadequação é evidenciada quer do lado da procura quer do lado da oferta, argumentando-se que se trata, em ambos os casos, de produtos da construção social que têm de ser explicados, em vez de serem tomados como dados, como faz a teoria neoclássica, e que tal implica necessariamente o abandono da figura do agente representativo e do modelo de escolha racional.³

² No primeiro capítulo, Bourdieu mostra que a componente simbólica é particularmente forte neste caso, por haver uma associação estreita entre a compra de habitação e a constituição de família. O facto de representar um direito fundamental permite ainda ao autor abordar de modo muito amplo a intervenção do Estado sobre o mercado.

³ O uso do modelo de escolha racional é também criticado sob um outro ângulo, relacionado com uma eventual "ilusão escolástica", isto é, com a utilização das representações pessoais do cientista na construção teórica dos comportamentos dos agentes (Bourdieu, 2001, p. 21).

A abordagem proposta passa assim pela adoção de uma representação diferenciada dos atores económicos, que tem na sua génese uma distribuição desigual de recursos (diferentes qualidades e quantidades de capital), que vai condicionar os seus espaços de escolha e as suas estratégias de atuação.

Do lado da procura, entende-se que as preferências pessoais são socialmente produzidas, variando com a posição ocupada no espaço social e com as movimentações operadas nesse espaço. O conjunto de possibilidades de escolha não é livre, encontrando-se, pelo contrário, delimitado pela estrutura social vigente. Neste contexto, as insuficiências do modelo de escolha racional estão relacionadas sobretudo com a incapacidade intrínseca deste modelo em considerar a delimitação dos espaços de escolha, mais do que com a exigência que o mesmo comporta em matéria de cálculo, como veremos adiante.

No lado da oferta, por sua vez, a desigual distribuição de recursos tem como consequência uma diferente posição na estrutura empresarial vigente. Essa posição determina, por sua vez, um espaço concreto de atuação estratégica, que é também influenciado pelas percepções que a empresa forma sobre os seus concorrentes. Assim, e contrariamente à modelização económica no quadro perfeitamente concorrencial, a oferta de mercado não constitui o resultado de uma mera agregação de empresas independentes entre si, mas um conjunto de produtores que interagem, analisando as posições ocupadas pelos seus concorrentes, com base na informação e nos recursos que têm ao dispor.

A necessidade de inscrever a troca no espaço multidimensional de análise e de a enquadrar no contexto de uma relação de poder, cruzando as esferas individual e social, leva Bourdieu a defender a incorporação de um quadro conceptual novo, em que se destacam os conceitos de *campo* e de *habitus*. O primeiro destes conceitos, entendido como um espaço de posições onde se encontram agentes que lutam entre si, visando a apropriação ou a redefinição do capital existente, é usado na própria configuração da troca, que é entendida como o resultado de um conflito entre atores com diferentes graus de poder:

(...) aquilo a que chamamos o mercado é o conjunto das relações de troca entre agentes colocados em concorrência, interações diretas que dependem, como diz Simmel, de um "conflito indirecto", isto é, da estrutura socialmente construída das relações de força para a qual os diferentes agentes envolvidos no campo contribuem em diversos graus (Bourdieu, 2001, p. 253).

A noção de campo é também mobilizada na representação da oferta – o campo das empresas –, como forma de promover a diferenciação entre concorrentes e dar conta da estrutura da relação de forças existente.⁴ É este conceito que permite delimitar o espaço de escolhas de cada empresa, em função da posição ocupada na estrutura empresarial e das posições assumidas pelos seus concorrentes, bem como da leitura que faz sobre essas posições.⁵ Assim, as estratégias desenvolvidas por cada uma das empresas não são espontâneas, dependendo em primeiro lugar da estruturação particular de poderes do seu contexto de intervenção, e da circunstância de aí figurarem como *dominantes* ou *dominadas*. As que têm domínio sobre o capital do campo enquadram-se na primeira categoria e dispõem de vantagens decisivas na sua qualidade de *first movers*, tomando a dianteira na fixação de preços ou na introdução de novos produtos. Já as empresas dominadas têm o seu espaço de atuação muito condicionado pelas escolhas efetuadas pelas empresas dominantes, gozando apenas de uma pequena margem de autonomia.⁶ A definição da atuação estratégica por parte da empresa depende ainda da sua estrutura interna e das posições assumidas pelos seus dirigentes. Aqui também se assume que a empresa funciona numa lógica de campo, o que faz com que a estratégia a prosseguir a cada momento decorra da luta entre visões distintas expressas pelos seus atores internos, que são novamente detentores de diferentes tipos de capital.

O conceito de *habitus*, por sua vez, permite dar conta da diferenciação presente no lado da procura e da delimitação dos espaços de escolha individuais, introduzindo uma dimensão explicativa sobre o processo de formação das preferências. Refutando o tratamento exógeno e atemporal

⁴ O uso do conceito de campo neste âmbito é defendido como uma formulação mais adequada do que as noções de *sector* ou de *ramo de atividade*, por contemplar a heterogeneidade entre empresas e as diferentes relações de forças em presença, em vez de se limitar a uma mera identificação da atividade produtiva.

⁵ Na linha do que foi referido anteriormente, a posição particular ocupada pela empresa depende das vantagens específicas de que dispõe e que decorrem da posse de diferentes tipos de capital, designadamente, capital tecnológico, jurídico, organizacional ou simbólico, mas sobretudo da posse de capital financeiro, que condiciona o acesso e a acumulação das outras formas de capital.

⁶ Embora se infira desta caracterização uma tendência para uma certa perpetuação da estrutura vigente, com eventual concentração de poder por parte das empresas dominantes, poderá haver alterações neste quadro, motivadas por circunstâncias diversas, como crises, inovação, alterações nas preferências dos consumidores ou a intervenção do Estado nesse campo.

conferido tradicionalmente pela teoria neoclássica, Bourdieu considera que as preferências refletem as condições de vida particulares dos agentes económicos, envolvendo uma dimensão individual, mas também coletiva, na medida em que traduzem a posição do agente no espaço social e a sua trajetória dentro do mesmo.

Partindo da observação de um conjunto de experiências quotidianas, Bourdieu considera, no entanto, haver alguns elementos de regularidade nas escolhas individuais: os agentes decidem com base em estratégias práticas que resultam da aprendizagem efetuada ao longo da vida e permitem responder de modo intuitivo às circunstâncias em que se encontram a cada momento. Essa resposta implícita, que resulta da incorporação não consciente da experiência passada, permite introduzir a formulação de “antecipações razoáveis” em situações comuns, dotando a análise de uma certa previsibilidade, sem necessidade de usar conceções irrealistas do comportamento humano. O agente económico não age em função de uma comparação contínua entre custos e benefícios, presentes e esperados, na lógica do *homo economicus*, mas simplesmente na forma como está acostumado a agir.⁷

O cruzamento de oferta e procura é estabelecido por Bourdieu num plano desequilibrado. Em vez de uma relação entre iguais (as duas lâminas da tesoura, na perspetiva de Marshall), a oferta assume uma posição preponderante: as empresas criam o campo económico, impondo um determinado catálogo de escolhas e condicionando à partida as formas pelas quais os consumidores vão satisfazer as suas necessidades. A procura define-se simplesmente “em relação com um estado particular da oferta e também das condições sociais, nomeadamente jurídicas (...) que lhe permitem satisfazer-se” (Bourdieu, 2001, p. 33), tendo por isso um papel menos relevante. Na verdade, os agentes do lado da procura assumem uma posição algo passiva, vítimas da manipulação exercida por parte de campanhas publicitárias, que exploram as suas necessidades e orientam as suas perceções em relação aos produtos oferecidos, apoiando-se no conhecimento acumulado sobre as suas predisposições e expectativas: “A publicidade só é tão eficaz porque encoraja as disposições preexistentes para melhor as explorar, submetendo o consumidor às suas expectativas e às suas exigências ao mesmo tempo que aparenta servi-lo” (Bourdieu, 2001, p. 40).

⁷ No exemplo em análise – a procura de casas individuais –, são considerados como fatores estruturantes das preferências o volume e composição do capital familiar (económico e cultural), a trajetória social, a composição familiar, a idade e a situação no ciclo da vida familiar.

O principal fator com influência sobre o funcionamento do mercado e sobre a procura, em particular, encontra-se, contudo, no Estado, pela dupla capacidade que lhe assiste de orientar as escolhas dos agentes económicos e de intervir sobre as condições de formação da oferta. Essa intervenção é ilustrada com base na política de habitação desenvolvida pelo governo francês nas décadas de 1970 e 1980, que teria sido desenvolvida com o fito de incentivar a aquisição de casa própria, procedendo ao abandono do investimento direto na construção de habitação pública para alugar a baixo custo e promovendo um esforço concertado (e direcionado) de criação de incentivos ao crédito à habitação.

O Estado é visto como um agente com suprema relevância, com poder para criar o quadro legislativo de suporte à atividade económica e para definir e aplicar as várias políticas. À semelhança das empresas, também os organismos estatais (administração central e local, designadamente) observam uma lógica de campo, cuja atuação é resultado do confronto das visões distintas dos agentes constituintes. Essa intervenção poderá ainda refletir em certa medida o efeito das pressões exercidas pelos agentes do lado da oferta, que poderão estar enviesadas no sentido de proteger os interesses mais fortemente constituídos.⁸

Em síntese, o desenvolvimento da análise em torno dos conceitos de campo e *habitus* permite a Bourdieu responder ao principal elemento de crítica atribuído ao pensamento neoclássico: a consideração da atividade económica como universo separado e autónomo da realidade social. Bourdieu abandona o tratamento do agente económico como ser isolado, integrando a formação da oferta e da procura num contexto social específico, que obedece a critérios históricos e espaciais concretos, não se tratando, por isso, de abstrações. A troca deixa de ser vista como um mecanismo automático, passando a significar um conflito de interesses motivado pelas circunstâncias concretas dos agentes e dos espaços em que têm lugar, enquanto os preços deixam de resultar de mecanismos concorrenciais, refletindo essencialmente as relações de poder existentes no campo da produção, bem como as escolhas efetuadas pelas empresas dominantes, com desconsideração relativa do papel desempenhado pelos consumidores.

A ligação com a envolvente social é ainda densificada pela consideração de que a realização de uma transação, qualquer que ela seja, pressupõe o estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes, que é particularmente

⁸ Assumindo que as empresas dominantes terão mais facilidade de exercer pressão sobre as instâncias estatais, persuadindo-as a tomar medidas que vão ao encontro dos seus interesses, a intervenção do Estado poderá servir para reforçar a concentração de capital existente.

exigente quando se trata de um bem dispendioso e carregado de simbolismo, como a habitação. É isso que explica que tenda a existir uma homologia entre compradores e vendedores, isto é, que a troca se faça mais facilmente entre agentes que ocupam posições similares dentro do espaço social, e que possuem *habitus* semelhantes:⁹

(...) não há nada de natural nem de evidente no facto dos compradores menos abastados se verem remetidos para as sociedades que oferecem os produtos mais grosseiros, sobretudo do ponto de vista estético, enquanto os outros se viram “espontaneamente” para as empresas que ocupam no espaço dos produtores de casas posições homólogas à sua posição no espaço social (...). Se este ajustamento se opera é porque a correspondência entre as características sociais dos compradores e a das empresas, logo dos seus produtos, do seu pessoal, em particular dos seus vendedores, (...) está na origem de toda uma série de efeitos estratégicos no essencial não desejados e semi-inconscientes (Bourdieu, 2001, p. 99).

Uma nova visão sobre a economia?

Aqui chegados, vale a pena questionar até que ponto a proposta de Bourdieu introduz um elemento de disrupção no quadro da teoria económica convencional ou se poderá ser entendida como um complemento, contribuindo para a sua re-historização e ligação à envolvente social.

Importa referir, em primeiro lugar, que não obstante o autor utilizar indistintamente os termos “economia” e “economia neoclássica”, o objeto da sua crítica não é propriamente a análise económica no seu todo, mas sobretudo aquela que faz uso dos modelos de agente representativo, concebidos em torno do postulado do *homo economicus* (que o autor qualifica de “monstro antropológico”), no estudo dos fenómenos sociais.

⁹ A identificação de consumidores e ofertantes permite estabelecer um sentimento de confiança entre ambas as partes, essencial à realização da troca. Como na generalidade dos casos os potenciais compradores não dispõem de meios próprios para adquirir a casa, tendo de recorrer ao crédito, a concretização do negócio pressupõe a realização de uma transação paralela – a de obtenção de crédito –, que também é mediada pelos vendedores, e que apenas se pode fazer existindo uma relação de confiança entre ambos os lados.

O uso indistinto destes termos não é surpreendente: ele radica na posição hegemónica assumida pela corrente neoclássica dentro do pensamento económico, e na consideração por parte de muitos de que esta é a “boa ciência”, a única que reflete verdadeiramente a profissão económica.¹⁰ Bourdieu não ignora que existem outras escolas de pensamento, bem como vários economistas que, como ele, partilham uma visão crítica sobre a ortodoxia económica e o seu método. Na realidade, embora não constitua um assunto de discussão central na economia, vários autores com proveniências distintas questionam efetivamente a adequação do uso do pressuposto da racionalidade na descrição do comportamento humano e a sua associação à busca do interesse próprio.¹¹ Sen (1977), por exemplo, critica a circularidade patente na abordagem clássica do agente racional, em que os comportamentos são explicados por preferências, que são por sua vez definidas a partir de comportamentos, sugerindo a introdução da noção de “compromisso” (*commitment*) como forma de romper este círculo e dar mais estrutura ao conceito de racionalidade. Numa outra linha de análise, vários estudos associados às escolas comportamental e institucional da economia dão conta da necessidade de descrever o comportamento humano em termos mais realistas, considerando haver desvios significativos entre as escolhas efetuadas correntemente pelos agentes económicos e as que decorreriam da aplicação do modelo de comportamento neoclássico (e.g., Simon, 1955, 1976; Williamson, 1981, 2002).

A ênfase no realismo é expressa de modo eloquente por Herbert Simon, um autor fundador da escola comportamental, quando refere “nada haver de mais importante para definir a agenda de investigação e informar os métodos de

¹⁰ Com raízes em finais do século XIX, a corrente neoclássica – caracterizada pela assunção do comportamento racional de agentes dotados de preferências dadas e estáveis, pelo foco em estados de equilíbrio ou em movimentos em relação a esses pontos, e pela rejeição de formas extremas de incerteza (Colander *et al.*, 2004) – ganhou preponderância no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se disseminou a ideia da economia como “ciência da escolha” (Backhouse e Medema, 2009). A partir desta altura, na perspetiva de muitos economistas, a economia definir-se-ia efetivamente como a ciência que utiliza o modelo do agente racional, distinguindo-se dessa forma de outras ciências sociais, como a sociologia (Hodgson, 1998). Mais recentemente tem havido, contudo, uma discussão em torno de um eventual declínio desta corrente, em simultâneo com a afirmação de um maior pluralismo dentro da ciência económica (Colander *et al.*, 2004; Cedrini e Fontana, 2017).

¹¹ Um problema adicional com o conceito consiste no facto do mesmo ser dado a múltiplas interpretações, não sendo muitas vezes claro o sentido que lhe é atribuído. Assim, ele pode ser visto como um conceito positivo ou normativo, estar relacionado com a busca do interesse próprio ou consagrar outras motivações, estar associado a uma noção de utilidade esperada ou à formulação de expectativas racionais (Sent, 2018).

investigação do que a visão da natureza dos seres humanos cujo comportamento estamos a estudar” (Simon, 1985, p. 103, tradução nossa). No quadro da teoria do consumidor, a abordagem comportamental contesta assim a utilização dos pressupostos canônicos da microeconomia neoclássica – a consideração de que as escolhas são feitas sobre um conjunto fixo (dado) de alternativas, cada uma com distribuições de resultados conhecidas e tendo em vista a maximização do valor esperado de uma função de utilidade –, explorando modelos em que uma ou mais destas condições são afastadas.¹²

Procurando ir ao encontro de uma formulação mais realista do comportamento humano, Herbert Simon propõe a utilização de uma noção mitigada de racionalidade – a racionalidade limitada –, que leva explicitamente em linha de conta os constrangimentos cognitivos dos agentes e as suas lacunas no processamento de informação. Neste quadro, os atores tomam decisões com base em regras práticas, hábitos e experiências pessoais, aceitando resultados apenas satisfatórios (em vez de ótimos), e sendo influenciados pela emoção e pelos comportamentos dos outros agentes (Simon, 1955, 1976). A nova economia institucional faz uso deste conceito na explicação das tomadas de decisão dentro das organizações, acrescentando aos constrangimentos cognitivos e de informação a possível adoção de atitudes oportunistas, assumindo um modelo de comportamento humano que fica a grande distância do tradicional foco de obediência ao interesse próprio invocado pelos autores neoclássicos (North, 1990; Williamson, 1981, 2002).¹³

Aproximando-se de algumas das críticas tecidas por estas correntes, Bourdieu assume, contudo, uma perspetiva distinta. Se estas abordagens exploram os limites da racionalidade económica como modelo descritivo do comportamento humano, considerando necessário explorar uma conceção de racionalidade mais ampla que vá além dos “rational fools” (Sen, 1977), incorporando o papel desempenhado pelas normas sociais (Elster, 1989) e contemplando os limites da razão humana, elas não deixam de manter a

¹² No âmbito da teoria neoclássica, a racionalidade é identificada com a maximização da utilidade esperada, o que implica que os indivíduos tenham (ou se comportem como se tivessem) funções de utilidade, isto é, que tenham ordens de preferência bem-comportadas (coerentes e estáveis) sobre as diferentes alternativas em jogo.

¹³ Consideram-se geralmente duas grandes visões institucionalistas na economia: a escola iniciada com Veblen, Commons e Mitchell, que inclui autores como Galbraith e Myrdal, que valoriza a incerteza e vê o sistema económico como um processo evolutivo, designada como o “velho institucionalismo”, e o “novo institucionalismo” de Coase, North e Williamson, com mais afinidade com a teoria neoclássica e com foco na teoria da empresa, nos custos de transação e nos direitos de propriedade (Meramveliotakis, 2020).

racionalidade como princípio de ação. Ora, este entendimento é contestado por Bourdieu, cuja crítica não está tanto na exploração das fragilidades associadas ao cálculo racional, mas, como vimos, na imposição que o mesmo coloca sobre a uniformização do comportamento humano, formalizada com recurso ao agente representativo, e sobretudo no seu desligamento relativamente à envolvente social. Bourdieu está efetivamente mais próximo de outras visões da economia, de teor institucionalista ou evolucionista, que como ele contestam os princípios basilares do pensamento neoclássico, afastando-se de uma lógica de equilíbrio e enfatizando a ideia do sistema económico como um processo evolutivo, onde as instituições assumem um papel fundamental. A noção de *habitus*, por exemplo, é consistente com a velha tradição institucionalista da economia e a sua perspetiva ancorada na formação endógena das preferências. À semelhança de Veblen (1899), Bourdieu estabelece uma relação entre a formação das preferências individuais e o estatuto social, considerando que a ação humana assenta na obediência não consciente a hábitos e regras, em vez de decorrer de um exercício de planeamento racional (Trigg, 2001).

Mais recentemente, a ênfase colocada por Veblen no hábito e nos processos de seleção foi retomada por estudos de inspiração evolucionista desenvolvidos a partir do trabalho fundador de Schumpeter (e.g., Nelson e Winter, 1982; Dosi, 1988; Arthur, 1994). Nesta corrente do pensamento económico é dado destaque à ideia de mudança, que é associada a um processo de seleção, marcado pela manutenção de alguns hábitos e rotinas, enquanto outros são progressivamente abandonados. O conceito bourdieusiano de *habitus* pode ser visto como um contributo relevante neste contexto, proporcionando o enquadramento necessário à formulação de uma abordagem económica histórica e institucional e enfatizando as condições em que a mudança pode ter lugar. Ao permitir que os indivíduos desenvolvam as suas estratégias ao longo do tempo, sujeitos a restrições estruturais, o conceito de *habitus* permite combinar elementos de estrutura com a realização de ações movidas por propósitos, afastando-se de visões extremas – puramente deterministas ou racionalistas – do comportamento humano (Mayhew, 1998).

Também a visão do mercado como “campo de lutas” tem afinidade com a tradição institucionalista e a ênfase colocada por esta corrente sobre as dinâmicas de poder e de conflito (e.g., Veblen, Samuels ou Galbraith). Por regra, e como refere Hodgson (1998), os institucionalistas não rejeitam o modelo de equilíbrio parcial Marshalliano, que pode ser enquadrado num contexto evolutivo, em contraste com a noção de estado estacionário presente nos modelos de equilíbrio geral. Assumem, contudo, que a análise da formação dos

preços tem de ter em conta as estruturas presentes na economia, de natureza institucional ou mercantil, o que aponta para o desenvolvimento de estudos que têm em conta as condições específicas em análise, mais do que para a formulação de grandes teorias gerais e abstratas. Neste contexto, o trabalho de Bourdieu pode ser visto como um contributo relevante para a densificação dos conceitos de oferta e de procura e para a sua redefinição como produtos sociais.

Na caracterização do mercado da casa individual, Bourdieu considera, como vimos, uma relação de dominação da oferta sobre a procura, que faz com que a formação de preços seja responsabilidade das empresas e, em particular, das empresas dominantes. A relação de dominação está muito ligada às questões de incerteza e assimetria de informação, também características de abordagens mais heterodoxas da economia. A assimetria de informação neste caso é determinada pelo maior conhecimento técnico sobre o produto e pela maior experiência de quem pretende vender em relação a quem pretende comprar. Esse desequilíbrio entre forças é exacerbado pelo facto de o vendedor intervir também como promotor de crédito, levando nalguns casos à aquisição por parte do consumidor de algo que não serve o seu interesse e que poderá condicionar de modo importante a sua vida, promovendo a “miséria pequeno-burguesa” referida pelo autor.

O estabelecimento de uma relação entre dominantes e dominados confere, por sua vez, uma natureza dinâmica ao mercado, em linha com a perspectiva evolucionista e, numa lógica de natureza mais macroeconómica, com a teoria da regulação (Boyer, 2003).¹⁴ O papel conferido ao Estado, tido como principal elemento de mudança constitui um fator adicional de convergência com esta corrente. A política assume um papel fundamental, tornando-se necessária a explicitação da sua génese e enquadramento institucional para explicar o funcionamento de um campo em particular e a sua evolução ao longo do tempo.

Tomando em consideração este conjunto de afinidades, não será assim difícil perspetivar uma aproximação entre as correntes da economia referidas anteriormente e a proposta avançada por Bourdieu. Essas visões são igualmente críticas sobre o uso do modelo do agente racional e sobre o afastamento da economia relativamente a outras ciências sociais, enfatizando o papel dos usos e costumes como fenómenos explicativos da atividade económica e sublinhando

¹⁴ A caracterização do campo da oferta, com separação entre empresas dominantes e dominadas e correspondente definição de estratégias tem também ligação com os trabalhos empíricos desenvolvidos pela economia da organização industrial (e.g., Bain, 1968; Scherer e Ross, 1990) citados por Bourdieu (2001, p. 246).

a importância de se proceder à integração do tempo histórico na análise. Tal aproximação pode ser feita sem adesão ao posicionamento por vezes um tanto maniqueísta expresso pelo autor, em que de um lado se colocam os defensores dos direitos sociais e do outro a banca e os “agentes neoliberais”, que atuariam na base de “manobras” para proteção dos seus interesses.¹⁵

Já o uso da reconceptualização teórica proposta por Bourdieu como instrumento para promover a reintegração do pensamento económico ortodoxo no quadro das ciências sociais, nos termos desejados por Bourdieu, não parece provável. Recordemos que uma das questões que merecem objeção mais veemente por parte de Bourdieu consiste no recurso extensivo à abstração e ao uso de premissas irrealistas na descrição do comportamento humano por parte da teoria económica neoclássica. Tais objeções, comuns no espectro das ciências sociais, têm sido afastadas pelos defensores desta corrente com base em diferentes linhas de argumentação. Uma delas enquadra-se na visão da economia como ciência abstrata, na senda de John Stuart Mill (1836), e na noção de que o uso de pressupostos como o da racionalidade é apenas normativo. Nesta linha, o propósito central da economia consistiria em elaborar respostas adequadas a um conjunto predefinido de questões, que podem (ou não) assumir uma conceção realista do comportamento humano. Um exemplo deste tipo de posicionamento pode ser encontrado no trabalho de Harsanyi, quando se refere:

Our theory is a *normative* (prescriptive) theory rather than a *positive* (descriptive) theory. At least formally and explicitly it deals with the question of how each player *should* act in order to promote his own interests most effectively in the game and not with the question of how he (or persons like him) *will* actually act in a game of this particular type. (Harsanyi, 1977, p. 16, ênfase do autor).

Dentro da economia, há ainda quem considere o comportamento racional como descritivo do comportamento humano, ou pelo menos o que mais se aproxima dessa qualidade, sobretudo quando o mesmo é considerado em termos médios e na sua formulação mais fraca, isto é, no plano da racionalidade limitada.¹⁶ Um outro tipo de argumento, tornado célebre após a formulação apresentada por Milton Friedman, afasta, todavia, qualquer preocupação com

¹⁵ Ver, por exemplo, pp. 114 e 147.

¹⁶ Ver, a este respeito, a reflexão efetuada em Sen (2008).

o realismo das premissas consideradas pela teoria económica. Basicamente, esta visão defende que a avaliação da teoria não deve ser feita com base no realismo das suas hipóteses, mas na capacidade de previsão (Friedman, 1966). Neste enquadramento, não haverá à partida necessidade de promover qualquer aproximação a uma construção teórica assente numa descrição mais realista do comportamento humano, até porque, um pouco paradoxalmente, Bourdieu parece validar, ou pelo menos não contestar, a qualidade da previsão efetuada pela teoria convencional:

Se uma hipótese tão irrealista como a que funda a teoria da acção ou da antecipação racional pode parecer validada pelos factos é porque, devido à correspondência estatística, empiricamente estabelecida, entre as disposições e as posições, os agentes formam, na grande maioria dos casos (...), esperanças razoáveis (...) (Bourdieu, 2001, p. 268).

Quando muito, a reconstrução teórica operada por Bourdieu permitiria oferecer um complemento para quem procurasse obter uma maior compreensão sobre a formulação dos objetivos inerentes à ação humana e a sua relação com o tecido social, questões que, ainda assim, não ocupariam o cerne do pensamento económico, sendo por isso deixadas para análise de outras ciências sociais. O propósito de Bourdieu, o de mostrar a compatibilidade da sua visão com os resultados económicos com base numa “filosofia do agente, da ação, do tempo e do mundo social totalmente diferente” (Bourdieu, 2001, p. 270), tendo em vista a reinserção da economia no todo social parece assim não refletir uma preocupação central para os defensores desta perspetiva.

É verdade que nos últimos anos se assistiu a uma evolução no sentido de fazer crescer algum pluralismo na ciência económica, associada a uma revitalização das perspetivas institucionalista e evolucionista (Hodgson, 2007; Cedrini e Fontana, 2017; Davis, 2019). A reemergência da discussão sobre a endogeneidade das preferências e os limites da racionalidade, bem como o abandono de uma teoria geral da interação económica apontam nesse sentido. A ideia estandardizada do indivíduo como elemento autónomo e tomado como dado tem vindo progressivamente a ser afastada em prol de um entendimento que enfatiza a necessidade de proceder à sua inserção social. Ao mesmo tempo, tem havido um avanço no sentido de considerar os processos como evolutivos

(e não mecânicos), assim como em considerar a influência recíproca entre as estruturas sociais e económicas e a esfera de decisão individual. Ainda assim, a inclinação para o formalismo matemático está neste momento profundamente enraizada na forma de fazer economia, constituindo condição necessária para o reconhecimento do trabalho científico e para a progressão na carreira académica. O questionamento sobre o modo de pensar a economia e sobre a sua metodologia ocupa um lugar periférico na investigação económica, e o próprio ensino da economia não aborda estes assuntos, sendo por isso possível, ou mesmo provável, que os graduados em economia nunca sejam colocados perante este tipo de interrogações (Hodgson, 2007; Davis, 2008).

Considerações finais

Em *As estruturas sociais da economia*, Bourdieu faz uma crítica contundente aos princípios fundadores da teoria económica neoclássica e, em particular, à representação dos agentes, das suas motivações e dos seus comportamentos. Um dos pilares em que assenta essa crítica consiste no uso da racionalidade e na sua ligação à lógica de ação individual. Bourdieu expõe os limites de uma caracterização puramente individualista dos agentes no quadro da troca mercantil, em que a interação entre procura e oferta aparece desligada de qualquer enquadramento institucional ou estrutural. Apoiando-se nos conceitos de campo e de *habitus*, propõe uma nova conceptualização, estabelecendo uma lógica de ação compatível com uma abordagem histórica e institucional.

O desejo expresso do autor, o de criar as condições para uma reinscrição da economia como ciência histórica, tem alguma correspondência na heterodoxia económica e, especificamente, com as correntes institucionalista e evolucionista. Enquanto a teoria neoclássica está voltada para a formulação de leis abstratas e para o estabelecimento das condições de equilíbrio, estas correntes enfatizam a ideia de mudança e de contingência, abordando as dinâmicas de transformação da economia e das relações sociais. Neste contexto, a conjugação da diversidade humana com as noções de *habitus* e de campo, inerentemente relacionadas com a consideração de instituições sociais específicas, pode constituir um elemento importante a ser explorado e aprofundado.

Num quadro mais geral, a reflexão de Bourdieu pode ser incluída no debate atual sobre o futuro da ciência económica e sobre as suas relações com as restantes ciências sociais. A proposta efetuada pelo autor assinala as múltiplas

relações de transversalidade e de sobreposição entre economia e sociologia e a sua influência recíproca, convidando a uma nova reflexão sobre a natureza e as fronteiras entre as duas ciências sociais e a sua possível reorganização em diferentes linhas. Em tempos, Hahn (1991, p. 50) previu o declínio da teoria pura, sugerindo que a economia teria cada vez menos a ver com a ciência abstrata e dedutiva que conhecemos e assumiria uma perspectiva marcadamente multidisciplinar: “The ‘uncertain embrace’ of history, sociology and biology will shape a new phase in the history of the discipline, (...) ‘our successors’ being ‘far less concerned with the general ... than we have been’”. Atendendo, porém, à evolução recente da economia, à afirmação crescente da abstração e do formalismo matemático, bem como o desenvolvimento de segmentos de investigação cada vez mais especializados e pouco comunicantes, um tal desenvolvimento não parece particularmente propício.

Referências bibliográficas

- Backhouse, R. E., & Medema, S. G. (2009). Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition. *Economica*, 76, 805-820. <http://www.jstor.org/stable/40268907>.
- Bain, J. S. (1968). *Industrial organization*. New York: John Wiley.
- Blaug, M. (1997). Ugly currents in modern economics. *Policy Options*, 17 (7), 3-8.
- Bourdieu, P. (2001). *As estruturas sociais da economia*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Boyer, R. (2003). L'anthropologie économique de Pierre Bourdieu. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 150(5), 65-78.
- Cedrini, M. & Fontana, M. (2017) Just another niche in the wall? How specialization is changing the face of mainstream economics, *Cambridge Journal of Economics*, Volume 42, Issue 2, 427-451, <https://doi.org/10.1093/cje/bex003>.
- Colander, D.; Holt, R.; & Rosser, J.B., Jr. (2004). The Changing Face of Mainstream Economics. *Review of Political Economy*, 16 (4), 485-499.
- Davis, J. B. (2008) The turn in recent economics and return of orthodoxy, *Cambridge Journal of Economics*, Volume 32, Issue 3, 349-366, <https://doi.org/10.1093/cje/bem048>.
- Elster, J. (1989). Social norms and economic theory. *Journal of Economic Perspectives* 3(4), 99-117.
- Friedman, M. (1966). The Methodology of Positive Economics in *Essays in Positive Economics*, Chicago: Univ. of Chicago Press, 3-43.
- Harsanyi, J.C. (1977). *Rational Behavior and Bargaining Equilibrium in Games and Social Situations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hahn, F. (1991). The next hundred years. *Economic Journal*, vol. 101, n.º 404, 47-50.
- Hodgson, G.M. (2007). Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? *Evolutionary and institutional economics review*, 4, 7-25. <https://doi.org/10.14441/eier.4.7>.

- Meramveliotakis, G. (2020). Surveying the Methodological and Analytical Foundations of the New Institutional Economics: A Critical Comparison with Neoclassical and (Old) Institutional Economics. *Economic and Business Review*, 22(3). <https://doi.org/10.15458/ebr109>.
- Mill, J.S. (1836). *On the definition and method of political economy*. Reprinted in Hausman (1984). *The Philosophy of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- North, D.C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scherer, F.M. & Ross, D. (1990). *Industrial market structure and economic performance*. 3 ed. Chicago: Raud Mc Nally & Co.
- Sen, A.K. (1977), Rational fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory. *Philosophy and Public Affairs*, 6, 317-344.
- Sen, A.K. (2008). Rational behaviour. In *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition.
- Sent,E-M.(2018).Rationalityandboundedrationality:youcan'thaveonewithouttheother,*TheEuropean Journal of the History of Economic Thought*, 25:6, 1370-1386, doi: [10.1080/09672567.2018.1523206](https://doi.org/10.1080/09672567.2018.1523206).
- Simon, H. (1976). From substantive to procedural rationality. In Latsis, Spiro, ed. *Method and Appraisal in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 129-148.
- Simon, H. (1985). Human Nature in Politics: The Dialogue of Psychology with Political Science. *American Political Science Review*. June, 79:2, 293-304.
- Simon, H.A. (1955). A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, 69, 99-118.
- Trigg, A. B. (2001). Veblen, Bourdieu, and Conspicuous Consumption, *Journal of Economic Issues*, 35:1, 99-115, doi: [10.1080/00213624.2001.11506342](https://doi.org/10.1080/00213624.2001.11506342).
- Veblen, T. B. (1899). *The theory of the leisure class: An economic study in the evolution of institutions*. New York: Macmillan.
- Williamson, O. E. (1981). The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. *American Journal of Sociology*. November, 87, 548-577.
- Williamson, O. E. (2002). The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives* – Volume 16, Number 3, 171-195.

Sobre Pierre Bourdieu, *Les structures sociales de l'économie.* Paris, Seuil, 2000

Frédéric Lebaron

Les structures sociales de l'économie (2000, Seuil, "Liber")¹ de Pierre Bourdieu conclui um longo período de trabalho sobre a economia, iniciado na Argélia (com obras principais que vão de *Sociologie de l'Algérie* (1958) a *Algérie 60* (1977), às quais se juntaram várias reedições, entre as quais *Esquisse d'une théorie de la pratique*), balizada por inquéritos coletivos sobre "a banca e a sua clientela" (1963)², "a alta costura" (1970), o patronato (1978), "o mercado imobiliário individual" (1980, 1990) e "os editores [de literatura]" (1999).

No entanto, estes vários estudos não são suficientes para explicar um interesse permanente e sustentado, acompanhado de muitas leituras e discussões, por obras económicas, sejam elas clássicas, neoclássicas contemporâneas, de autores ditos heterodoxos ou de autores de várias investigações empíricas (Lebaron, 2001).

La Distinction, uma obra importante publicada pela primeira vez em 1979, é o resultado de um diálogo de longa data com a investigação realizada no INSEE [Institut national de la statistique et des études économiques], nomeadamente sobre o consumo, a poupança e os estilos de vida, bem como com os trabalhos sobre as práticas culturais dos franceses, aos quais é mais frequentemente associada. Síntese de muitos anos de investigação e de leituras, este livro testemunha a dinâmica das estatísticas oficiais durante este período, que agitou toda a sociologia francesa dos anos 1960 e 70, mas também uma economia

¹ O presente texto foi traduzido do original em francês por Virgílio Borges Pereira.

² Cf. o capítulo consagrado por François Denord ao estudo da banca no livro editado por J. Duval, J. Heilbron e P. Issenhuth (2022).

empírica que se desenvolveu no seu seio, à medida que se realizavam inquéritos e se produziam dados sem um quadro teórico muito estável.

Os trabalhos de Bourdieu sobre as “elites”, ou mais precisamente sobre o “campo do poder”, que ganharam força após o maio de 1968, levaram-no também a estudar o poder económico, através dos administradores de empresas e dos detentores de capital: teve sempre presente o peso preponderante das frações económicas do campo do poder numa sociedade capitalista como a francesa dos anos 1970-1990, e insistiu desde então na importância do capital social e do capital simbólico no seio dessas frações.

Em 1992-93, Bourdieu dedicou o seu curso no Collège de France à antropologia económica, o que lhe permitiu refletir sobre as suas complexas relações com as ciências económicas, desde a economia teórica até à emergente sociologia económica dos Estados Unidos, passando por diversos trabalhos históricos ou de ciências sociais gerais com os quais dialogava.

Em setembro de 1997, foi publicado um número especial das *Actes de la recherche en sciences sociales* sobre “Economia, economistas”, uma oportunidade para Bourdieu afirmar a sua posição teórica com um artigo sobre o “campo económico”, destacando ao mesmo tempo a investigação reflexiva sobre a disciplina económica que começava a desenvolver-se no seu círculo.

Bourdieu pretende, desde o início, construir uma teoria sociológica da economia, trabalhando passo a passo com base em estudos de caso, como alternativa à forma escolástica e formalizada dominante da teoria económica, na esteira da tradição durkheimiana.

Um livro compósito

O conteúdo do livro é compósito, permitindo várias entradas e vários níveis de leitura.

Começa com uma introdução teórica, com uma primeira discussão crítica da teoria económica, em que Bourdieu cita sobretudo teóricos neoclássicos bem conhecidos, como Gary Becker e Maurice Allais, e faz algumas críticas à sociologia económica americana, nomeadamente à abordagem em rede, que considera muitas vezes demasiado “interacionista” nos postulados teóricos que mobiliza, esquecendo as lógicas estruturais dos campos e as relações de dominação que os definem.

Uma grande primeira parte central sobre o “mercado individual da habitação” é composta por quatro capítulos: um primeiro sobre as disposições dos agentes e a estrutura do campo de produção (incluindo um apêndice com duas entrevistas, quadros e elementos de descrição de uma sala de estar); um segundo capítulo sobre o Estado e a construção do mercado (incluindo informações de uma Análise de Correspondências Múltiplas [ACM] sobre agentes eficientes); um terceiro sobre o campo das autarquias locais, que é uma análise sociológica do direito, das normas e das regras em matéria económica, ocasionada por uma sociologia das normas económicas concretas matizando a análise das normas gerais do Estado (cf. anexo); um quarto, que se debruça sobre as interações concretas entre compradores e vendedores (com entrevistas em anexo). Alguns dos capítulos retomam artigos do número de 1990 das *Actes de la recherche en sciences sociales*.

A segunda parte é um programa de investigação teórica para uma antropologia económica que prolonga o curso do Collège de France sobre o assunto.

Um posfácio sobre a globalização, enquadrado no contexto do empenhamento público de Bourdieu nos anos 1990 contra as políticas neoliberais, consiste numa reflexão sobre as questões em jogo na globalização durante esse período, inspirada na leitura de economistas críticos como François Chesnais, que será publicada alguns anos mais tarde na coleção de Bourdieu.

Para apresentar este trabalho, voltaremos a quatro pontos principais: a herança durkheimiana; as questões de método; uma sociologia das políticas económicas e dos mercados; uma sociologia das escolhas económicas: produtores, consumidores e atores de políticas públicas.

A herança durkheimiana

Segundo Philippe Steiner, a abordagem durkheimiana da economia pode ser vista como tendo várias componentes que se encontram, implícita ou explicitamente, consoante os casos, na perspetiva escolhida por Bourdieu (Lebaron, 2001; Steiner, 2005).

Desde o início, o livro pretende ser uma crítica social (sociológica) da economia política, inspirando-se tanto em Karl Marx como em Auguste Comte para atacar a abstração do homem económico na economia política.

A abordagem decididamente empírica de Bourdieu opõe-se a uma perspetiva normativa e abstrata da economia que prevalece na teoria económica

beckeriana. A abordagem decididamente empírica de Bourdieu baseia-se numa metodologia sistemática que liga subtilmente a definição, a observação, a classificação e a explicação. Para Bourdieu, estas etapas são definidas de forma flexível e circular, sendo a construção do objeto precisamente um pouco de tudo isto.

A sociologia económica, a antropologia económica e a sociologia geral encontram-se assim numa relação íntima que, em grande medida, torna impossível isolar a economia do resto da sociologia. Seguindo os passos dos durkheimianos, Bourdieu constrói o “facto económico” como um “facto social económico”.

A sociologia da religião e a sociologia do conhecimento, a análise das crenças e das representações coletivas, surgiram para os durkheimianos (nomeadamente Mauss e Simiand) como os fundamentos da sociologia económica: para Bourdieu, a dimensão simbólica da realidade económica é central e pode ser observada a diferentes níveis, desde as escolhas mais pequenas e concretas de uma família ou de um empresário até às decisões estatais que criam um quadro geral de regras, passando pelas lutas políticas e burocráticas que se desenrolam em torno dessas regras, para as produzir, modificar, aplicar, etc. Deste modo, Bourdieu faz da economia o lugar de uma tentativa de integração teórica de Marx, Durkheim e Weber.

Por último, a abordagem desenvolvida é empírica e utiliza métodos que são geralmente os da sociologia: métodos quantitativos essencialmente descritivos, na tradição de Simiand e Halbwachs, uma abordagem que vai da descrição à análise causal; métodos de observação e de entrevista, e análise de documentos.

Questões metodológicas

O livro baseia-se num inquérito coletivo sobre a habitação unifamiliar, cujo ponto de partida é o facto de a habitação ser um bem simbólico e material no centro das estratégias de reprodução familiar. O foco é um subsector do mercado da habitação e os dados analisados referem-se sobretudo à década de 1980. O estudo contou com a participação de Salah Bouhedja, Rosine Christin, Monique de Saint-Martin, Claire Givry e Pierre Delsaut, citados nos agradecimentos, em papéis diversos.

Bourdieu recorre à análise secundária de dados oficiais, a dados proso-pográficos sobre empresas e atores individuais e às ferramentas da Análise Geométrica de Dados (AGD), para além de análises qualitativas de documentos, entrevistas e observações (nomeadamente em feiras).

A questão da abordagem em rede, que desempenhou um papel muito importante no estudo das organizações e do capitalismo na sociologia americana, é tratada aqui de uma forma essencialmente teórica, sendo que Bourdieu privilegia o estudo dos campos através das ferramentas da AGD.

Além disso, a abordagem é feita caso a caso, utilizando a casa unifamiliar para testar várias ideias teóricas sobre os agentes económicos, os mercados e o Estado.

É justamente este caso que permite concretizar mais as discussões sobre as teorias económicas, embora as referências neoclássicas ou marxistas utilizadas sejam visíveis. Os conceitos são, portanto, testados com base em observações empíricas em curso.

Uma sociologia das políticas económicas e dos mercados

Em vez de se concentrar nos mercados como realidades autónomas, Bourdieu coloca o Estado e as suas intervenções de todos os tipos no centro da sua análise (com dois capítulos centrais).

Utiliza assim o conceito de campo burocrático: as oposições estruturais entre o Ministério da Economia e o Ministério das Obras Públicas determinam a orientação da ação pública. As lutas são omnipresentes neste campo, como revelam as entrevistas com os atores.

A política de “subvenção da pedra” (“aide à la pierre”) opunha-se à política de subvenção da pessoa (“aide à la personne”) e tinha por objetivo incentivar a aquisição de casa própria e a construção de habitações familiares: o seu êxito marcou uma viragem liberal nas políticas de habitação.

O livro analisa as políticas públicas a vários níveis: a aplicação local do quadro jurídico pode variar de um distrito [“département”] para outro, em função das relações de poder locais.

O papel de uma vanguarda político-burocrática das Grandes Escolas, relativamente bem-sucedida, foi decisivo: pode ver-se como o início da viragem neoliberal da política económica (a partir de meados dos anos 1970), mesmo que ainda limitada. Segundo Bourdieu:

Formada por uma aliança entre jovens *polytechniciens* que, tal como os seus antecessores, Yves Carsalade e Hubert Lévy-Lambert, alguns anos antes, tentavam inventar formas mais eficazes e mais económicas de atribuir os auxílios estatais, e jovens “*enarcas*” [“*énarques*”] que, tal como eles, se preocupavam em reduzir os encargos do Estado e queriam promover uma visão liberal, a vanguarda tinha de enfrentar uma burocracia de gestores que, apegados à defesa dos seus interesses específicos de posição e de corpo, se mostram muito mais cautelosos (Bourdieu, 2002, p. 120).

Analisando o mercado como um campo, ele apresenta o espaço dos produtores como um campo de forças, onde as estratégias e decisões são controladas por posições em relações estruturais (representadas com a ajuda das técnicas de AGD).

Concentrando-se nos agentes dominantes no campo, Bourdieu conta a história da dominação de algumas empresas, que beneficiam do apoio de atores estatais e desenvolvem estratégias dominantes (objetivadas pela forma como vendem casas e felicidade).

Embora o comportamento dos jogadores possa ser descrito como um “jogo”, este não se baseia numa consciência total, nem tem objetivos completamente claros: as estratégias são práticas e adaptativas, baseadas no *habitus* económico.

A própria estratégia da empresa deve ser vista como um (sub)campo, onde vários agentes lutam para impor a sua representação da estratégia correta.

Uma questão central (capítulo 1, 4) é a homologia estrutural entre o espaço dos consumidores (populares/burgueses) e o espaço dos produtores. Esta questão ressoa com a oposição entre o polo cultural do espaço social e o apego popular, ou de certas frações económicas, à casa “industrial”.

O ajustamento do mercado, e nomeadamente a formação dos preços, é um processo social que deve ser descrito em termos concretos. A publicidade e as interações diretas entre compradores e vendedores nos fóruns são formas de realizar este ajustamento tateante entre a oferta e a procura: as interações abrem um espaço de incerteza em que este ajustamento é em grande parte cego.

Bourdieu propõe-se, portanto, estudar as interações de mercado numa perspetiva estrutural, nomeadamente no capítulo 4 (“Um contrato sob constrangimentos”). As interações não são simplesmente uma atualização mecânica da estrutura. A dinâmica do campo baseia-se nas interações, mas “sob constrangimentos”: em cada contrato, é toda a estrutura social que está em jogo.

Uma sociologia das escolhas económicas: produtores, consumidores e atores das políticas públicas

Bourdieu leva muito a sério o modelo neoclássico e, como contraponto, desenvolve uma teoria alternativa da ação e das estruturas económicas. Para ele, a economia neoclássica é um erro baseado em preconceitos sistemáticos (escolásticos).

A teoria do *habitus* relaciona as escolhas com as experiências passadas dos agentes económicos, em contextos definidos essencialmente por estruturas, com interações, eventualmente “estratégicas”, atualizando o encontro entre as duas.

As decisões das unidades económicas dependem não só das disposições encarnadas dos agentes (diretores de empresas, por exemplo), mas também do seu volume e composição de capitais (económicos, simbólicos, tecnológicos, etc.) definidos em relação aos dos seus concorrentes ou, mais amplamente, do espaço social global.

Do ponto de vista dos consumidores, a análise desenvolve uma sociologia dos estilos de vida e do espaço social, fazendo do consumo o produto do encontro entre o *habitus* e a oferta de bens e serviços estruturados por relações largamente simbólicas (é o modelo de *La Distinction*). No que diz respeito à habitação, as decisões baseiam-se nas estratégias de reprodução das famílias e em disposições profundamente incorporadas.

A forma como Bourdieu procede neste estudo de caso indica os fundamentos de um programa geral de investigação em sociologia económica, com a noção de homologia estrutural como meio de ligar os lados da oferta e da procura do mercado (e, mais amplamente, em qualquer situação em que produtores e consumidores, no sentido mais lato, se “encontrem”).

Os agentes não são, portanto, calculadores puramente racionais e não podem ser reduzidos à sua função-objetivo. As políticas são estruturantes em todas as fases do funcionamento dos mercados. De um modo mais geral, as lutas simbólicas estão omnipresentes no funcionamento quotidiano da vida económica. A venda de uma casa é, antes de mais, a venda de um crédito.

Conclusão

Les Structures Sociales de l'Économie é um livro que combina uma formulação das ideias e do programa de investigação teórica de Bourdieu com um estudo de caso sobre a habitação unifamiliar em França nos anos 1980, embora o enfoque seja mais forte na contribuição teórica, que se alimenta de uma longa introdução, da secção dedicada aos fundamentos de uma antropologia económica e do posfácio mais “político”.

No entanto, a escolha da casa unifamiliar como caso de estudo está longe de ser trivial ou contingente: trata-se de um sector que Bourdieu considera muito importante para compreender um grande número de dinâmicas, como a evolução política e ideológica de umas classes médias cada vez mais apegadas/alienadas da propriedade pessoal (“os fundamentos da miséria pequeno-burguesa”).

A sua expansão corresponde ao período de evolução para uma ideologia e políticas públicas neoliberais em França, ao desenvolvimento da televisão privada e da publicidade que a acompanha e “fideliza” as disposições capitalistas, conduzindo a uma deslocação global do espaço social nacional para a direita.

Referências bibliográficas

- Durkheim, E. (1895). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- Duval, J., Heilbron, J., & Issenhuth, P. (dir.) (2022). *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique. Enquête au Centre de sociologie européenne (1959-1969)*. Paris, Classiques Garnier, coll. “Bibliothèque des sciences sociales”.
- Halbwachs, M. (1912). *La classe ouvrière et les niveaux de vie*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- Lebaron, F. (2001). “Bases of a Sociological Economy. From François Simiand and Maurice Halbwachs to Pierre Bourdieu”. *International Journal of Contemporary Sociology*, 38, 1, 54-63.
- F. Simiand (1932). *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- P. Steiner (2005). *L'école durkheimienne et l'économie*. Genève-Paris: Droz.

*Science de la
science et réflexivité.*
De Pierre Bourdieu.
Paris, Raisons d'Agir, 2001

Esta obra também se encontra disponível em português,
sob o título *Para uma Sociologia da Ciência*, publicada,
em 2008, pelas Edições 70, com tradução de Pedro Elói Duarte
e revisão de Maria de Lourdes Afonso.

A presente sessão teve lugar a 3 de maio de 2023 na Sala de Reuniões
2 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com intervenções
de Diogo Ramada Curto e de Fernando Luís Machado.
A moderação esteve a cargo de Virgílio Borges Pereira.

Science de la Science et Réflexivité: para uma sociologia como ciência

Fernando Luís Machado

Os sociólogos são objeto de grande atenção, quer positiva, quando tomam o partido de servir a visão dominante, quer negativa, quando, fazendo o seu trabalho, contribuem para desvelar um pouco do mundo social.

PIERRE BOURDIEU, *SCIENCE DE LA SCIENCE ET RÉFLEXIVITÉ*, P. 7

Como comentar este livro?

O livro que aqui comento, em grandes linhas definidas segundo um critério inevitavelmente pessoal, de sociólogo situado, é passível de muitas leituras, não só pelo seu conteúdo, estritamente considerado, mas por ter sido publicado quando o seu autor tinha 71 anos e produzira uma obra vasta, multifacetada e ímpar, que o consagra como um dos raros sociólogos de referência mundial, e *Science de la Science et Réflexivité* é também produto desse trajeto científico singular, que está nele incorporado. Ser um sociólogo de referência significa que os inúmeros trabalhos académicos de Pierre Bourdieu, publicados em várias línguas, inspiram colegas em todas as partes do mundo, sociólogos e outros cientistas sociais, que, de forma inteira ou parcial, adotam os seus ensinamentos teórico-metodológicos e põem-nos em prática nas suas pesquisas. Ser de referência significa também os que o criticam e dele se demarcam cientificamente, o que é sempre uma forma de reconhecimento, em que se assume um confronto de ideias e se escolhem alternativas; e inclui até aqueles que zelosamente o ignoram, como se nunca tivesse existido, que a si mesmos dizem

“este, eu não citarei nunca (ou nunca mais)”, o que não deixa de ser uma forma de lhe prestar homenagem, tal o ruído que, em face da importância de Pierre Bourdieu no campo sociológico internacional, tal silêncio produz.

O livro é relativamente pequeno, mas denso em substância, e por isso, lendo-o com atenção ou apenas consultando-o em primeira aproximação, é fácil perceber que dele se podem fazer leituras de diferentes tipos e com focos de atenção variados. Pode-se tomá-lo como um manual (palavra de que o autor não gostaria de todo) de sociologia da ciência, mas num registo crítico e reflexivo, produto de um trabalho de quase três décadas nesse domínio da sociologia; como uma lição de metodologia, sobre o modo de praticar o ofício de sociólogo; como uma demarcação de uma certa sociologia americana, dominante até aos anos de 1960, e seus prolongamentos franceses; como uma arena em que Bourdieu mede forças com outras correntes da sociologia da ciência internacional, de Merton às chamadas correntes pós-mertonianas; ou ainda, se atendermos ao conteúdo da trintena de página do ponto “Esboço de uma autoanálise” da última parte, como um exercício autobiográfico de tipo particular.

A minha leitura de *Science de la Science et Réflexivité*, feita em resposta ao convite do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto para participar no ciclo que deu origem a este livro, divide-se em três partes, que intersectam algumas das aproximações possíveis que acabei de mencionar. A primeira parte é para saber de onde vem este livro, a sua génese, os contextos em que foi produzido e também para registar algumas observações sobre o livro enquanto produto editorial e material e sobre a sua receção internacional. Na segunda parte, seleciono e sintetizo contributos do autor que visam demonstrar que a sociologia é um empreendimento científico viável e as condições exigentes em que tal pode acontecer. Na terceira parte, comento o diálogo de Bourdieu com Merton e os mertonianos – a corrente fundadora da sociologia da ciência –, à qual Bourdieu dá muito mais atenção do que a outras correntes da especialidade, revendo posições que assumira anteriormente.¹

¹ Nas citações que, ao longo do capítulo, faço de *Science de la Science et Réflexivité*, indico apenas o número da página da respetiva edição francesa de 2002, indicada nas referências bibliográficas.

Génese, contextos e impacto

De onde vem *Science de la Science et Réflexivité*? O livro é a passagem a escrito do último curso lecionado por Pierre Bourdieu no *Collège de France*, em Paris, em 2000-2001, pouco tempo antes da sua morte. O autor foi consagrado como professor da instituição em 1981 e nela lecionou 20 cursos, os primeiros cinco sob o título convencional “sociologia geral”. O *Collège de France*, criado no século XVI, é uma instituição especial, que está no topo, altamente exclusivo, do sistema académico francês, e oferece algumas dezenas de cátedras de muitas áreas do saber, das ciências duras às humanidades, para as quais são convidados a concorrer nomes destacados dessas áreas. Bourdieu colocou-se, assim, na situação algo paradoxal de ser o titular da cátedra de sociologia numa instituição de elite do mundo académico e intelectual francês, mundo que, antes e depois da entrada na instituição, submeteu a uma análise crítica sem concessões, usando essa mesma sociologia como instrumento de trabalho.

Terá sido a antecipação desse paradoxo desconfortável que levou Bourdieu a recusar várias vezes ser candidato à eleição para professor no *Collège de France*, convite que lhe foi dirigido por intermediários membros da instituição. Em *Esquisse pour une Auto-Analyse*, publicado em 2004, um estudo notável em que o autor se toma a si próprio como objeto sociológico, analisando a sua origem, trajeto e circunstâncias, e como eles moldaram o seu particular sistema de disposições – livro de que uma primeira versão aparece na parte final de *Science de la Science et Réflexivité*² –, Bourdieu relata os antecedentes e bastidores do processo que acabou por o levar a transpor as portas da instituição que define como “o lugar dos heréticos consagrados” (210). Analisando com pormenor a sua nunca resolvida ambivalência e tensão relativamente ao mundo intelectual francês, diz³:

Recusei várias vezes ser candidato e expliquei-me, nomeadamente a François Jacob, e depois aos meus amigos, a André Miquel sobretudo, que insistia que eu fosse candidato e a quem tentei até convencer de que, grandiloquente e profético, aquele que deveria tornar-se

² Bourdieu já fizera em 1997, numa pequena secção do livro *Méditações Pascalianas*, intitulada “Confissões impessoais”, um primeiro exercício de autoanálise sociológica, circunscrito aos seus anos de estudante de filosofia na Escola Normal Superior de Paris, na década de 1950.

³ A tradução dos excertos de Pierre Bourdieu citados ao longo do capítulo é da minha responsabilidade.

meu concorrente assumiria muito bem o papel, num certo sentido, melhor do que eu. As minhas reticências (a palavra é demasiado fraca, mas repugnância é demasiado forte), que vinham do mais profundo de mim, levaram-me a toda uma série de atos destinados a cortar as pontes, como a subscrição a favor da candidatura de Coluche⁴ às presidenciais de 1981, ou um artigo nas *Actes de la Recherche* sobre a alta-costura, em que, matando dois coelhos de uma só cajadada, cito um artigo de Barthes na *Elle* a propósito de Chanel e um pequeno texto de Chastel no *Le Monde*, autêntica publicidade jornalística a uma marca de perfume⁵ (137).

Acabando por aceitar ser candidato, e tendo sido eleito, Bourdieu tem pela frente a escolha do tema da lição inaugural, a proferir diante do corpo dos professores, ato solene de consagração da entrada na instituição. Expressando a tal tensão e ambivalência antigas em face do mundo académico, Bourdieu coloca-se em posição de distância analítica perante o ato e chama à sua lição, apresentada em 23 de abril de 1982, “lição sobre a lição”. Sendo um texto sobre a sociologia e de retrospectiva do seu trabalho na disciplina, as primeiras páginas tomam como objeto o próprio ato da lição inaugural.⁶ Foi o momento em que a tensão e a ambivalência atingiram o seu pico. Conta o próprio que, perante uma assembleia de titulares em que se encontravam, é Bourdieu quem os nomeia, Claude Lévi-Strauss, Georges Dumèzil ou Michel Foucault, e em plena leitura da lição, chega a esboçar “um movimento de se interromper e sair” (139). O curso reproduzido em *Science de la Science et Réflexivité*, mesmo tendo sido lecionado 20 anos depois desse episódio tão impressionante – vale a pena ler o que mais o autor conta sobre o sucedido – não deixa de o fazer ecoar. Por um lado, porque há nele toda uma série de vincadas demarcações éticas, epistemológicas, teóricas, disciplinares perante pares do mundo académico, num registo de sociologia que incomoda; por outro lado, porque o livro termina com as tais três dezenas de páginas (socio)autobiográficas, de um sociólogo de referência com 71 anos, em que a relação com o *Collège de France* é referida.

⁴ Humorista, que acabaria por desistir da candidatura, tendo as eleições sido ganhas por François Mitterrand.

⁵ Bourdieu refere-se a Roland Barthes (1915-1980) e André Chastel (1912-1990), ambos professores do *Collège de France*.

⁶ Pierre Bourdieu, *Leçon sur la Leçon*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.

Qual é, em grandes linhas, o conteúdo de *Science de la Science et Réflexivité*? Nas suas 240 páginas, em formato de bolso, o livro está dividido em três secções, precedidas de um prefácio e de uma introdução, ambos breves, e fecha com uma curta conclusão.⁷ Ao longo de todo o livro, mas mais nas duas primeiras secções, há passagens, por vezes extensas, com observações, dir-se-iam adicionais, sobre autores, conceitos e procedimentos metodológicos, que Bourdieu escolheu fazer grafar em caracteres mais pequenos, pelo que, na verdade, o livro é maior do que as suas páginas contadas. Depois da extensa lista de referências bibliográficas, exclusivamente em francês ou inglês, há um índice onomástico, sempre útil para uma sociologia elementar das referências e citações, que dá a ver quem está e quem não está, e também, entre os que estão, quem aparece mais ou menos ao longo do livro, sendo certo que só o lendo se pode perceber o contexto e o sentido desses aparecimentos.

A primeira secção, “Estado da discussão”, apresenta o ponto de vista do autor sobre as diferentes propostas em concurso no domínio da sociologia da ciência a nível internacional, propostas que são examinadas com minúcia e em confrontação. Sem deixar de acertar contas com Merton e os seus discípulos – embora fazendo autocrítica e retificando posições dos seus primeiros textos nesta área, assunto a que voltarei na última parte do capítulo –, Bourdieu demarca-se, com particular veemência, de boa parte das chamadas correntes pós-mertonianas, também amalgamadas, por vezes, na designação “nova sociologia da ciência”. É particularmente acutilante com Michel Callon e Bruno Latour, e a sua teoria do ator-rede, tanto que não resiste à ironia quando, referindo-se ao estudo do primeiro sobre as vieiras (*coquilles Saint Jacques*), depois de informar que o estudo “põe no mesmo plano os pescadores, as vieiras, as gaivotas, o vento, enquanto elementos de um “sistema de actantes””, termina a enumeração com um “Mas fico-me por aqui” (63-64).⁸ A segunda secção do livro, a mais extensa, intitulada “Um mundo à parte”, que é o mundo da ciência, é onde o autor apresenta as suas ideias fundamentais sobre o campo científico, em que inclui, entre outros, os tópicos da autonomia da ciência e do capital científico e suas formas de distribuição. Quer nesta secção quer na anterior, Bourdieu retoma, para reiterar ou, em alguns casos, para

⁷ Sendo a edição originária de 2001, sigo neste capítulo a segunda edição francesa, do ano seguinte.

⁸ Para uma crítica, em sentido oposto, da não consideração por Pierre Bourdieu dos contributos das novas correntes da sociologia da ciência, ver Hugo Mendes (2003, pp. 75-86), justamente sobre o livro que aqui comento. Outra abordagem crítica do livro aqui em causa é a de Telmo H. Caria (2007, pp. 127-146).

rever, conceitos e proposições teóricas, comentários sobre outros autores e sugestões de procedimentos metodológicos que já apresentara nos seus primeiros escritos sobre ciência, nomeadamente, o artigo inaugural sobre o campo científico, publicado em 1976 na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e, no ano anterior, na revista canadiana *Sociologie et Sociétés*⁹. A terceira secção, “Porque devem as ciências sociais tomar-se como objeto”, especifica o sentido e aplicação do método da reflexividade. Depois de um primeiro ponto de orientações para “objetivar o sujeito da objetivação”, o segundo ponto desta secção, “Esboço de uma autoanálise”, é um exercício prático, consequente com essas orientações, em que, como já assinalei, o sociólogo Pierre Bourdieu analisa o sujeito Pierre Bourdieu, um ensaio de autobiografia reflexiva, que viria a dar origem a um texto autónomo, mais desenvolvido, publicado em livro já depois da sua morte, o já mencionado *Esquisse pour une Auto-Analyse* (Bourdieu, 2004a).

É de notar – e este é outro elemento de contexto da produção da obra –, que, sendo *Science de la Science et Réflexivité* uma defesa laboriosa, consistente, amadurecida e intransigente das condições de possibilidade científica das ciências sociais, e da sociologia em particular, e da necessidade de autonomia do campo científico relativamente à sociedade em que está inevitavelmente inscrito, ela é da fase da vida do autor em que o seu envolvimento político e militante é intenso, envolvimento que vem do início da década de 1990 e dura até à sua morte. Para dar um exemplo, no ano anterior ao da publicação do livro, Bourdieu tinha estado presente numa reunião com a direção da ATTAC (*Association pour la Taxation des Transactions Financières et pour l'Action Citoyenne*), a associação de origem francesa constituída em 1998 para combater o chamado neoliberalismo e o seu modo de globalização económica. Nem por isso Pierre Bourdieu, no seu ofício de sociólogo, abdica de separar planos e papéis sociais ou embarca em derivas epistemológicas que põem a sociologia fora de pé, em estado demasiado líquido, por outras palavras, fora da terra firme do campo científico.

O livro, tomado como coisa editorial e material, é modesto, uma edição barata, de bolso, capa mole, feita propositadamente assim por uma editora independente e militante, visando torná-lo acessível, mas que o torna objeto de desgaste rápido. Seria bom que houvesse também, se não aconteceu já, uma edição materialmente mais nobre e mais sólida, ao nível de outros livros do autor (ocorre-me a verdadeiramente distinta primeira edição francesa de

⁹ Pierre Bourdieu (1975, pp. 91-118; 1976, pp. 88-104).

La Distinction), para que o objeto-livro dure nas estantes das bibliotecas e nas mesas de trabalho. Já do ponto de vista editorial, e olhando agora para a edição portuguesa, que até é materialmente menos pobre do que a originária, deu-se um duplo processo de afunilamento e amputação no respetivo título. Em vez de “Ciência da ciência e reflexividade”, que seria a escolha fiel, optou-se por um simples “Para uma sociologia da ciência”.¹⁰ Há, por um lado, um afunilamento disciplinar na sociologia, que Bourdieu, neste caso, não desejaria, porque o livro não é só sociologia da ciência, bastando pensar nos contributos que vai buscar à filosofia, nomeadamente à epistemologia; e há, por outro lado, a amputação de ter-se deixado cair a palavra “reflexividade”, que em Bourdieu representa todo um programa, um modo de estar e fazer ciência social, tanto que, segundo o autor, ela deve estar inscrita no próprio *habitus* científico dos sociólogos, ser uma reflexividade reflexa (174).

O alcance e legibilidade pelo público menos especializado e pelos estudantes que nas universidades fazem primeiras aproximações à obra do autor, que terão estado na mente dos editores portugueses quando escolheram simplificar o título, levam-me ao último comentário desta parte, sobre o impacto de *Science de la Science et Réflexivité*. Há várias maneiras de medir o impacto de uma obra científica, nem todas fáceis de operacionalizar. Podemos considerar as recensões que dela foram feitas e o respetivo sentido; podemos procurar essa obra nas bibliografias de trabalho dos cursos universitários de sociologia, em especial nos de segundo e terceiro ciclo; podemos tentar perceber em que medida a obra em causa tem importância, se faz sentir, na pesquisa publicada por outros sociólogos e cientistas sociais; ou podemos, mais simplesmente, contar as citações que essa obra tem recebido desde a sua publicação. Esta via, de operacionalização mais rápida, embora não linear nem isenta de questionamentos metodológicos e técnicos, pode ser concretizada se consultarmos o perfil de Pierre Bourdieu no Google Académico, com as respetivas citações dos seus inúmeros trabalhos. *Science de la Science et Réflexivité*, mesmo descontando o facto de ser recente na linha do tempo das suas publicações, está longe dos textos mais citados. Dir-se-á até o contrário: é dos menos citados. No final de abril de 2023, o perfil de Bourdieu nessa base de dados tinha mais de um milhão de citações, número condizente com o seu estatuto de verdadeira referência no campo mundial das ciências sociais. Se tomarmos a publicação mais citada do autor, *La Distinction*, com mais de 100 mil citações só na versão em língua inglesa, o livro que aqui

¹⁰ Pierre Bourdieu, *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70, 2004 (Bourdieu, 2004b).

comento fica a longa distância: a edição inglesa, que, ao contrário da portuguesa, manteve o título originário, tinha 5.313 citações; a edição portuguesa, 732; e a edição francesa, 171. Em todo o caso, podemos concluir que o impacto é considerável, a nível internacional. Não deixa de se notar, paralelamente, que o número tão mais baixo de citações da obra na sua língua materna revela, sem surpresa, o panorama mundial em matéria de línguas de ciência.

Sociologia, um empreendimento científico viável¹¹

Quando se chega ao final do exame aprofundado da ciência como prática social institucionalizada através do qual Bourdieu nos conduz ao longo das páginas deste livro, não se chega indiferente. Contra os relativismos que tudo confundem ou liquidificam, Bourdieu apresenta, e sustenta solidamente, um conjunto concreto de análises e orientações, que é operativo para a prática da sociologia. A leitura que faço do livro, como já disse, e não será demais repeti-lo, é a de um sociólogo situado, desde logo por defender uma conceção de sociologia que se inspira em muito do que o autor fez em quatro décadas de ofício. Sistematizo os contributos de Bourdieu em três planos interligados: (i) uma conceção de sociologia que a toma como empreendimento científico viável, parte integrante, por direito próprio, do mundo das ciências; (ii) a identificação circunstanciada de uma condição institucional indispensável para que essa conceção de sociologia seja posta em prática, que é a autonomia do campo sociológico em face do mundo social de que faz parte; (iii) as indicações dadas para se proceder à objetivação dos sujeitos da objetivação, através da reflexividade dos sociólogos sobre a sua prática científica e respetivos contextos, uma sociologia da sociologia, em suma.

Para Pierre Bourdieu, é possível que o campo científico, sendo um lugar histórico, sujeito a condicionamentos sociais de vários tipos, externos e internos ao próprio campo, produza verdades trans-históricas, irreduzíveis à história. Embora as condições de produção de valor científico não sejam as mesmas em todas as ciências, sendo mais difíceis de conseguir nas ciências sociais, este enunciado é, para o autor, universal e aplica-se, portanto, a estas últimas e, no que aqui mais interessa, à sociologia. Este enunciado tem ele próprio, diria, o

¹¹ Nesta secção, na parte relativa à discussão sobre a autonomia do campo sociológico, uso excertos que originariamente publiquei em *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico* (Machado, 2022).

significado trans-histórico que Bourdieu atribui aos factos científicos e é, por essa razão, um contributo precioso para a prática sociológica.

Trata-se de uma formulação que já está presente no artigo de 1976 sobre o campo científico, mas que é retomada e desenvolvida em *Science de la Science et Réflexivité*. Bourdieu diz que a razão por que o campo científico, sendo um lugar social e histórico, consegue produzir verdades que transcendem essa localização tem a ver com a capacidade de fechamento mais ou menos total desse campo, que “faz com que cada investigador tenda a não ter outros recetores a não ser os investigadores mais aptos a compreendê-lo, mas também a criticá-lo, ou mesmo a refutá-lo e a desmenti-lo” (136-137); o conhecimento científico é, então, “aquilo que sobreviveu às objeções e que pode resistir a objeções a vir” (142). Acrescenta ainda, noutro passo clarificador, que

se a verdade se apresenta como transcendente (...) é porque ela é o produto de uma validação coletiva concretizada nas condições totalmente singulares que caracterizam o campo científico, ou seja, na e pela cooperação conflitual, mas com regras, que a concorrência impõe, e que é capaz de impor a ultrapassagem dos interesses antagónicos (164-65).

Por outro lado, a realização de pesquisa empírica é condição de produção de verdade científica, na sociologia tal como nas ciências em geral. Neste ponto, Bourdieu não podia ser mais taxativo. Demarcando-se como sempre do empirismo – porque a sociologia só pode ser empírica se antes disso for teórica, e sempre sujeita, em todas as fases do seu processo de trabalho, a vigilância epistemológica –, Bourdieu rejeita a sociologia sem dados (“*data free sociology*”) e o “textismo”, a prática de constituir a realidade social como um texto, que diz ser característica de alguns autores da nova sociologia da ciência. Falando do lugar da cátedra de sociologia de uma instituição tão nobre quanto o *Collège de France*, o autor rejeita a sociologia de cátedra ou gabinete, que não assenta pés no terreno nem mãos na recolha e tratamento de informação, e são conhecidas as suas tomadas de posição contra a divisão de trabalho científico nos centros e equipas de investigação, que entregam o trabalho teórico aos mais velhos e dominantes e o trabalho empírico aos novatos. Mesmo o sociólogo mais longo e experiente deve envolver-se nos mais banais e aparentemente insignificantes procedimentos associados ao processo de pesquisa. No tom direto e algo agreste que por vezes caracteriza a sua escrita, tom bem visível neste livro, não se

coíbe de qualificar de “teóricos escolásticos” a Escola de Frankfurt, Habermas e Luhmann, e de contrapô-los aos “empiristas submetidos à ortodoxia americana”, dizendo que uns e outros criaram uma rutura praticamente insuperável, que ele gostaria de ultrapassar através de uma terceira via, “realista” (200).

Pôr em prática, na sociologia, esta concepção de ciência coloca dificuldades que não se encontram noutros campos científicos. A construção de verdades científicas é mais difícil nas ciências sociais, e na sociologia em particular. Primeiro, porque o próprio conceito de verdade sobre o mundo social é objeto de conflito, dentro e fora da sociologia. Nas palavras do autor, que parecem um jogo, mas não são,

porque a verdade do mundo social é um objeto de lutas no mundo social e no mundo (sociológico) dedicado à produção da verdade sobre o mundo social, a luta pela verdade do mundo social é necessariamente infinita, interminável (e a ciência social nunca verá terminado o respetivo esforço para se impor como ciência) (220).

Segundo, e em consequência direta do anterior, porque as condições de autonomia do campo sociológico são especialmente difíceis de estabelecer, diferentemente do que acontece nas ciências naturais.

Mais do que outras disciplinas, a sociologia está exposta a definições heteronómicas do que é e do que deve fazer. Isso acontece porque, mostra Bourdieu, as ciências sociais de forma geral, mas particularmente a sociologia,

têm um objeto demasiado importante (interessa a toda a gente, a começar pelos poderosos), demasiado escaldante, para que se possa deixá-lo à sua discricção, abandoná-lo à sua lei exclusiva, demasiado importante e demasiado escaldante, do ponto de vista da vida social, da ordem social e da ordem simbólica, para que lhe seja outorgado o mesmo grau de autonomia que se outorga às outras ciências e que lhe seja reconhecido o monopólio da produção da verdade (170).

Toda a gente, acrescenta, se sente no direito de se meter na sociologia. O que Bourdieu chama “direito de entrada” (num campo científico) é, portanto, mais fraco na sociologia do que noutras ciências. Se na física ou na biologia não se vê

como é que alguém incompetente possa resistir ao confronto com a verificação de conhecimento sobre, digamos, a verdade dos factos, na sociologia,

posições inconsistentes com os factos têm mais possibilidade de se manter e até de prosperar do que nos campos mais autónomos, desde que sejam dotadas, no interior do campo e também no exterior, de um peso social próprio que compense a sua insuficiência, nomeadamente assegurando-lhes apoios materiais e institucionais (créditos, subvenções, lugares) (171).

É fácil encontrar ocorrências que ilustram, com graus diferentes de significado, este direito de entrada mais lasso. Há exemplos mais anódinos, como a maneira de classificar usada pelas livrarias, em que na secção de sociologia se adicionam aos trabalhos próprios da disciplina muitas outras coisas que o não são, desde o ensaio indiferenciado aos livros sobre casos sociais, escritos por jornalistas ou curiosos; e outros mais perniciosos, como o daqueles que, colocando-se nas zonas de sombra das fronteiras disciplinares, se autoneameiam sociólogos, quando conveniente, para logo, mudando as circunstâncias, adotarem a identidade disciplinar em que têm certificação a mostrar, ou porque a tal são levados por imperativos académicos ou porque se lhes torne mais vantajoso, do ponto de vista do reconhecimento social.

Um domínio onde a difícil, mas não impossível, construção de autonomia do campo sociológico é posta duramente à prova é a sua relação com o campo político, seja a relação com o Estado e as políticas públicas, seja a relação com os movimentos sociais ou ainda o caso particular da participação de sociólogos em governos. O grau zero de autonomia perante o campo político, diga-se, seria aquele em que todos os agentes envolvidos nesse campo poderiam estabelecer as agendas de investigação da sociologia, antes mesmo e com mais eficácia do que os próprios sociólogos.

Os modelos de financiamento público da ciência que valorizam a qualidade dos projetos e das equipas, em vez de estabelecerem *a priori* uma agenda fechada de disciplinas e temas financiáveis, dão à sociologia e às restantes ciências sociais, e também às outras áreas científicas, garantias de exercício da sua autonomia. Num quadro deste tipo, os investigadores têm de desenvolver projetos e apresentar os respetivos resultados, justificando o financiamento atribuído, mas fazem-no com autonomia institucional e mental e é o Estado, através de financiamento atribuído, que garante que assim é. Ou, para usar palavras de

Pierre Bourdieu, é num quadro desses que a sociologia “pode encontrar num bom uso da autonomia institucional, garantida pelo seu estatuto de disciplina universitária, as condições de uma autonomia epistemológica e tentar oferecer o que ninguém na verdade lhe pede” (Bourdieu, 2003, p. 53). Porém, a relação do campo científico com o Estado é ambivalente. Se o financiamento público torna “possível uma produção que não seja submetida à sanção imediata do mercado” e o Estado assegura “as condições mínimas de autonomia”, esse mesmo Estado “tem também a capacidade de impor constrangimentos geradores de heteronomia” (Bourdieu, 1997, p. 48). Ora, é precisamente esta capacidade de o Estado limitar a autonomia – que ele mesmo, por outro lado, pode conferir –, que deve ser tida em conta quando se pensa na relação da investigação sociológica com a área das políticas públicas, em particular.

A questão da heteronomia na relação do campo sociológico com o campo político não se coloca apenas pelo lado da relação com as políticas públicas, mas também a propósito da relação com os movimentos sociais e outros ativismos da sociedade civil. Recorrendo ainda uma vez às valiosas reflexões que Pierre Bourdieu dedicou a este tema, é oportuno convocar o conceito de “poder de refração” do campo científico, conceito que o autor desenvolveu noutro trabalho. O poder de refração é a capacidade de o campo científico filtrar as pressões externas a que está sujeito e “quanto mais autónomo um campo é, maior será o seu poder de refração e mais os constrangimentos externos são transfigurados, ao ponto de se tornarem irreconhecíveis”. Contudo, diz ainda, as ciências sociais têm mais dificuldades em serem autónomas, o que significa que estão mais expostas a intromissões exteriores, especialmente do campo político (Bourdieu, 1997, pp. 15-16). Na mesma linha, mas com mais crueza, nota também que os cientificamente dominados (ou seja, as ciências sociais em face de outras áreas científicas) “estão mais inclinados a submeterem-se aos pedidos externos, de direita e de esquerda, e mais preparados, frequentemente por defeito, para os satisfazer, e têm, portanto, mais possibilidade de o conseguir na lógica do plebiscito, do aplausómetro”, até porque há menos sanção interna pelos pares do que noutros campos científicos (171).

Portugal é, diga-se, a talho de foice, um caso (de estudo) interessante, senão singular, quer de relação muito forte da sociologia com as políticas públicas, quer de participação de sociólogos em governos. No primeiro caso, em áreas como educação, juventude, cultura, pobreza, imigração, desigualdades, ambiente, entre outras, a sociologia tem sido frequentemente solicitada para estudos de fundamentação, desenho, implementação e avaliação de políticas públicas e essa circunstância contribuiu decisivamente, de resto, para a

institucionalização avançada da disciplina (Machado, 2020). No que respeita à participação de sociólogos em governos, ela também tem sido frequente, desde o imediato pós-25 de abril de 1974 até ao executivo em funções no presente ano de 2023. A análise dos efeitos, na própria sociologia e sua autonomia, dessa relação duradoura, intensa e multifacetada com o campo político – e também, já agora, o impacto desse envolvimento da sociologia com as políticas públicas no desenvolvimento do país – está, surpreendentemente, por fazer.

A surpresa por não haver reflexão e análise sobre a relação estreita entre a sociologia e o campo político no caso português, aqui chamado por ser ilustrativo, e haverá certamente outros, leva-me ao terceiro contributo de *Science de la Science et Réflexivité* para a prática viável da sociologia como ciência. Trata-se da recomendação, bastante elaborada no livro, de os sociólogos não deixarem de “objetivar o sujeito de objetivação”, ou seja, de analisarem reflexivamente a sua própria prática científica. Esse exercício de reflexividade tem tudo a ver com a questão da autonomia do campo sociológico, na medida em que mais reflexividade contribui para mais autonomia, e também com a viabilidade da sociologia como ciência. Acrescento que tal exercício é tanto mais necessário quanto mais institucionalizada estiver a disciplina, uma vez que a institucionalização plena, que pode levar os sociólogos a tomarem como garantido o seu modo de vida profissional, tenderá a traduzir-se em práticas rotineiras e automáticas, que deixam de se olhar ao espelho. A reflexividade, diz o nosso autor, é o

trabalho através do qual a ciência social, tomando-se a si mesma por objeto, se serve das suas próprias armas para se compreender e controlar e um meio particularmente eficaz de reforçar as chances de aceder à verdade, reforçando as censuras mútuas e fornecendo os princípios de uma crítica técnica (174).

Bourdieu, a este propósito, compara, uma vez mais, as ciências sociais com as ciências naturais, dizendo que a reflexividade é “um passo adicional” que as primeiras têm de dar para cumprirem o seu projeto científico, questão que nas segundas não se coloca (168).

Os procedimentos concretos desse trabalho de reflexividade, de objetivação do sujeito de objetivação – que, não é de somenos notar, deve ser uma “reflexividade reformista” e não uma “reflexividade narcísica”, a qual “se tem a si própria como fim e não tem nenhum efeito prático” (175) –, incluem, primeiro,

objetivar a posição do sujeito de objetivação no “espaço social global, a sua posição de origem e a sua trajetória, as suas pertencas e as suas adesões sociais e religiosas”; depois, determinar a posição por ele ocupada “no campo dos especialistas e a posição desse campo no campo das ciências sociais”, tendo em considerações as particularidades de cada disciplina, a vários níveis, que Bourdieu enumera; e, em terceiro lugar, a “objetivação de tudo o que está ligado à sua pertença ao universo escolástico, em particular à ilusão de que nesse universo se tem um ponto de vista puro, absoluto, ‘desinteressado’” (183). A plena realização da reflexividade, que Bourdieu recomenda aos sociólogos, acontecerá quando ela se converta numa disposição constitutiva do seu *habitus* científico, ou seja, “uma reflexividade reflexa capaz de agir não *ex post*, sobre o *opus operatum*, mas a priori sobre o *modus operandum*” (174).

Crítico da fragmentação das disciplinas científicas, incluindo a sociologia, em especialidades internas, Bourdieu tem o cuidado de acrescentar que a sociologia da sociologia, associada à prática da reflexividade reformista, não é uma especialidade entre outras, remetida para o seu nicho. Ela deve, antes, acompanhar incessantemente a prática sociológica de todos os agentes do campo. Uma forma ampla de entender a sociologia da sociologia, que não exclui, pelo contrário, a reflexividade corrente de cada sociólogo, será a de os sociólogos tomarem a sua disciplina como objeto de investigação empírica, tal como o fazem com outras disciplinas científicas, em sede de sociologia da ciência. Bourdieu assinala-o, com toda a clareza, logo no início do livro: “a sociologia, que coloca às outras ciências a questão dos seus fundamentos sociais, não pode isentar-se deste mesmo questionamento” (16). Contudo, embora tenha deixado esta e outras pistas preciosas para um tal exercício, em particular neste livro, mas não só, Bourdieu nunca chegou a tomar a sociologia e os sociólogos enquanto objeto de investigação empírica delimitada e direta, à exceção do pequeno livro que dedicou à sua própria análise sociológica, de que uma primeira versão se encontra, como disse, na terceira parte de *Science de la Science et Réflexivité*.

Pares reencontrados: Bourdieu, Merton e a sociologia da ciência

Como disse no início, a primeira parte de *Science de la Science et Réflexivité*, “Estado da discussão”, é dedicada a um balanço (muito) crítico sobre as várias correntes

em competição na sociologia da ciência, começando por Robert K. Merton e os mertonianos, com os quais Bourdieu já tinha um debate antigo, iniciado no artigo de 1976 sobre o campo científico, publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. O que é interessante é que o tom e a substância do que diz sobre o trabalho do autor norte-americano e seus colegas mais próximos, e mesmo sobre a pessoa de Merton, mudam consideravelmente em comparação com as suas primeiras posições sobre eles. Digo interessante sabendo que, para o nosso autor, não há atos desinteressados no campo científico. E, de facto, o eu achar interessante este tópico e a ele dedicar a terceira secção deste comentário tem a ver com a minha posição de que os dois, Merton e Bourdieu, são conciliáveis, que têm muito mais em comum do que normalmente se pensa, não só para se fazer sociologia da ciência e sociologia da sociologia, mas noutras áreas, por exemplo, os processos de exclusão e integração social. Deu-me satisfação intelectual ver que, no seu último ano de vida, Bourdieu reconheceu, tarde mas humildemente, valor à sociologia (da ciência) mertoniana.

Em que sentido retifica, então, Bourdieu as suas primeiras posições sobre a abordagem mertoniana? Sem deixar a crítica de que Merton ignora “a forma como os conflitos científicos se travam e são geridos” (30) e, por isso, considera o seu conceito de campo científico mais adequado do que o conceito mertoniano de comunidade científica, alegadamente homogénea e orientada por pacíficos valores comuns, o nosso autor elogia o carácter realista e objetivista da abordagem do norte-americano, em que “não se duvida que o mundo social existe, que a ciência existe” (30). E acrescenta, fazendo do mesmo passo uma das suas muitas críticas às correntes da “nova sociologia da ciência” (nas quais, em todo o caso, também identifica contributos positivos), que Merton dá a ver coisas que “não se veem à escala do laboratório” (30). Bourdieu é particularmente elogioso relativamente a um texto de 1967 de dois dos mais próximos colegas de Merton, os irmãos Stephen e Jonathan Cole, que analisam o sistema de recompensas em ciência e a sua relação com a prática de publicação, um artigo “notável, que continua válido e que deve ser integrado no capital adquirido” da sociologia da ciência (26)¹². Numa nota de humildade, Bourdieu reconhece ainda que, nos seus primeiros escritos neste domínio, foi muito injusto com Merton e que isso resultou de “um efeito da posição que eu então ocupava, a de recém-chegado a um campo internacional dominado por Merton e pelo estrutural-funcionalismo” (31) e que fez mal em “meter no mesmo saco de Parsons e Lazarsfeld um Merton que tinha reintroduzido Durkheim, que fazia história da ciência e que rejeitava o

¹² Stephen Cole, Jonathan Cole (1967).

empirismo sem conceitos e o teoricismo sem dados (31). Na verdade, a revisão da posição de Bourdieu já tinha começado antes, quando aceitou participar com um pequeno capítulo num livro de homenagem a Merton, publicado no Reino Unido, em 1990, em que se lhe refere como “um dos maiores sociólogos e historiadores da ciência contemporâneos”, de que “um dos grandes méritos (...) foi ter estabelecido que o mundo da ciência deve ser analisado sociologicamente, em todos os aspetos” (Bourdieu, 1990, p. 297).

Para dar mais substância a este comentário, no que se refere ao reencontro do par Bourdieu e Merton, fiz uma breve análise da quantidade e qualidade das citações que o primeiro faz do segundo em *Science de la Science et Reflexivité*, provavelmente influenciado pelo facto de as práticas de citação terem constituído um dos objetos da sociologia da ciência mertoniana. Mas aqui, não deixei de seguir, ao mesmo tempo, a indicação do próprio Bourdieu, no livro, de que se deve ir, nesse tipo de análise, além de uma bibliometria “que se apoia em critérios estritamente quantitativos” e dar também atenção ao lado qualitativo das citações, distinguindo as positivas e as negativas, como o autor lembra ter feito em *Homo Academicus*, de modo a obter um índice de capital simbólico (pp. 33-34).

O que mostra essa análise das citações de *Science de la Science et Réflexivité*? Do ponto de vista quantitativo, entre os 166 nomes mencionados no índice onomástico do livro, o de Merton é quarto mais referido, 10 vezes, apenas superado por Durkheim (17 vezes), Bachelard (12) e Kant (11). Há ainda algumas referências a outros sociólogos que trabalharam e publicaram com Merton, como os já referidos irmãos Stephen e Jonathan Cole e também Harriet Zuckerman. Estes indicadores dão a ver a atenção que, no quadro do debate sobre as várias correntes da sociologia da ciência, Bourdieu dedica à corrente mertoniana.

E qual o sentido dessas citações? São positivas ou negativas? São citações combativas, de demarcação ou citações cooperativas, de diálogo, diria, comunitárias, no sentido de comunidade científica? Dos 13 excertos que identifiquei associados às 10 referências a Merton no índice onomástico, e os excertos são mais do que as referências porque uma destas remete para uma sequência de várias páginas consecutivas com excertos diferentes, seis são citações combativas, cinco cooperativas, uma tem as duas facetas e outra é neutra. Se compararmos com o outro texto em que Bourdieu aborda extensamente a obra de Merton, o já referido artigo de 1976 sobre o campo científico, a conclusão é esta: no último, todas as citações são negativas. As referências negativas em *Science de la Science et Réflexivité* têm a ver, quase sempre, com a crítica do conceito mertoniano de comunidade científica, como mundo alegadamente

homogêneo, com valores comuns e finalidades pacificamente partilhadas entre investigadores, a que Bourdieu contrapõe o conceito de campo científico, com as suas relações de conflito entre dominantes e dominados e as estratégias associadas a essas relações. Há também uma passagem em que Bourdieu se refere a Parsons, Merton e Lazarsfeld como “tríade capitolina”, alusão ao trio de divindades (Júpiter, Juno e Minerva) a que se prestava culto na colina do Capitólio na Roma antiga, sendo que essa crítica acaba por ser abandonada quando diz, como já mencionei, que fez mal em amalgamar Merton aos outros dois membros do trio.

Quanto às citações positivas, de cooperação, elas são quase tantas quantas as negativas e são mais extensas e mais pormenorizadas. Além das duas que já referi, o elogio ao carácter realista e objetivista da abordagem de Merton, que não duvida de que o mundo social existe, que a ciência existe, e o penitenciar-se de ter posto Merton no mesmo saco de Parsons e Lazarsfeld, há outras referências positivas. Uma é Bourdieu dizer que releu com outros olhos os textos do norte-americano, que aprendeu coisas sobre as condições em que esses textos foram escritos que ignorava quando primeiramente os criticou, referindo em particular o trabalho sobre a “estrutura normativa da ciência”, em que Merton apresenta os quatro valores que os cientistas devem adotar e que devem guiar a sua prática (universalismo, comunalismo, desinteresse, ceticismo organizado). Bourdieu diz que “o tom ingenuamente idealista deste texto, que exalta a democracia, a ciência, etc.”, compreende-se melhor, no contexto em que foi escrito, como “uma maneira de opor o ideal científico à barbárie” (31). O texto foi publicado em 1942 e o contexto de barbárie a que Bourdieu se refere é o do regime nazi na Alemanha e o modo como funestamente instrumentalizou ao seu serviço o conhecimento científico. Bourdieu recorda, oportunamente, que esse trabalho saiu pela primeira vez como artigo numa revista fundada por Georges Gurvitch nos EUA, onde se tinha refugiado, o que não terá sido uma coincidência.

Outra citação positiva que Bourdieu faz de Merton e dos mertonianos é quando manifesta a sua concordância com o facto de eles terem posto em evidência o contexto estrutural que envolve cada centro de investigação ou laboratório, o que faz que, “se uma determinada descoberta se faz num laboratório reputado de uma universidade prestigiada, ela tem mais hipóteses de ser validada do que se for feita noutro menos considerado” (46). E outra ainda tem a ver com o aplauso ao conceito de “ambivalência dos cientistas” a propósito das reivindicações de prioridade nas descobertas científicas, e que se traduz, por um lado, em as instituições darem valor a terem sido elas as pioneiras em determinada descoberta e, por outro lado, exaltarem, e Bourdieu

transcreve as palavras de Merton, uma “dedicação desinteressada no avanço do conhecimento” (106). Quanto ao artigo dos irmãos Cole, o tal que Bourdieu, como se viu, considera fazer parte do capital adquirido da sociologia da ciência, as palavras não se cingem ao que já reportei, não se trata de uma referência de passagem. O artigo é longamente analisado, sendo-lhe apontados vários méritos, entremeados de algumas críticas.

O tom de reencontro de pares que perpassa as várias páginas que Bourdieu dedica a Merton e aos mertonianos resulta também do que o primeiro diz sobre a pessoa do segundo, o que é um tanto inesperado. Bourdieu regista, com subtil satisfação, as afinidades biográficas que existem entre os dois, e que diz que desconhecia até certa altura. Se a descoberta dessas afinidades contribuiu para a reapreciação que faz do trabalho do norte-americano, hipótese plausível, não deixa de haver nisso alguma candura. Diz o nosso autor:

No caso de Merton, eu ignorava não apenas o contexto dos seus primeiros escritos, mas também a trajetória de que ele era originário: aquele que me pareceu, num congresso internacional de que era o rei, um WASP elegante e refinado, era afinal um emigrado recente de origem judaica, que, tal como na postura e vestuário, exagerava no sentido de elegância *british*; e essa disposição para a hipercorreção, muito comum em pessoas de primeira geração em vias de integração e que aspiram ardentemente ao reconhecimento, estava sem dúvida na génese da sua prática científica e da sua exaltação da *profession*, da sociologia que entendia constituir como profissão científica. (31-32)

As afinidades que Bourdieu encontra parecem-me evidentes: Bourdieu era um migrante interno, proveniente de uma família relativamente humilde, e que, saído de uma zona rural nos Pirenéus franceses, atingiu o topo da vida académica em Paris e da sociologia mundial; Merton, de origem igualmente modesta, já nascido nos EUA, em Filadélfia (não um migrante ele próprio, como Bourdieu parece pensar), era filho de emigrantes externos oriundos da Europa Oriental, e chegou, na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, ao topo do sistema académico norte-americano e da sociologia mundial. Como muitos emigrantes e seus descendentes nos EUA, aliás, Merton, nascido Meyer Robert Schkolnick, deixou cair o nome de nascimento. Dito isto, vê-se que Bourdieu

esboça uma objetivação do sujeito de objetivação Robert K. Merton que não me parece convincente e que, julgo, contradiz a sua concepção de uma sociologia viável como ciência, desde que assegurada a respetiva autonomia. Esse esboço aparece na segunda parte do excerto acima, em que alude ao trajeto e sistema de disposições de Merton, e continua no excerto seguinte, que relaciona esse trajeto e disposições com o trabalho científico do seu par:

Vemos aqui, parece-me, todo o interesse da sociologia da sociologia: as disposições que Merton transpunha para a sua prática científica estiveram na gênese dos seus pontos de vista e dos seus erros – contra os quais uma verdadeira sociologia reflexiva teria podido protegê-lo; e percebê-lo é dar-se princípios ético-epistemológicos para tirar partido, seletivamente, das suas contribuições. (32)

Se é verdade que não deixa de reafirmar, neste passo, que, ao contrário do que pensava de início, há contribuições do norte-americano das quais tirar partido, as considerações críticas que faz suscitam-me três notas, com que termino. A primeira é a presunção da reflexividade insuficiente de Merton para conseguir perceber que a sociologia que fez reflete a pessoa que foi, ficando subentendido que Bourdieu considera a sua própria reflexividade suficiente, incluindo para se objetivar, como fez em *Esquisse pour une Auto-Analyse*. Não há como verificá-lo. A segunda nota é sobre o determinismo em que o nosso autor parece cair, ao fazer depender da origem, do trajeto social e das disposições dos respetivos protagonistas uma atividade tão especializada e tão singular como a profissão e o pensamento científico. O que nos diz é que Merton, tendo alegadamente renegado as suas origens e adotado disposições de elite, não pôde deixar de cometer erros enquanto sociólogo. É certo que se pode trazer aqui, em defesa de Bourdieu, a sua teoria do *habitus*, como sistema de disposições incorporadas que integra toda a experiência passada e funciona permanentemente como matriz da prática social individual. Mas será literalmente assim quando o que está em causa é o pensamento e a prática científica – a que o próprio Bourdieu chama “mundo à parte” –, para mais quando se trata do trabalho de um Merton que, justamente, estudou, de forma extensa, a ciência e os cientistas?

A terceira nota, que decorre da anterior, é para invocar, a este propósito, um dos textos mais importantes do património da sociologia do conhecimento, o artigo que Merton publicou, em 1972, intitulado “*Insiders and outsiders: a chapter in sociology of science*”. Nesse texto, Merton analisa longamente, do ponto de

vista do conhecimento do social, os prós e os contras do olhar de dentro, que significa que conheceremos melhor uma realidade se fizermos parte dela, e do olhar de fora, que significa que a conheceremos melhor se lhe formos exteriores. Havendo argumentos válidos sobre as vantagens e sobre os limites de cada um desses pontos de vista, Merton mostra que nem o internalismo nem o externalismo, chamemos-lhes assim, têm todas as vantagens ou todos os inconvenientes, e que a própria definição do que são exatamente esses pontos de vista é mais complexa do que parece. Se aplicarmos aqui esta distinção, concluímos que Bourdieu, ao defender que o conhecimento que um sociólogo consegue atingir está ligado ao meio social a que pertence, adota uma posição de tipo internalista. Equivale a dizer que se Merton tivesse mesmo sido, no contexto dos EUA, um WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*) da classe alta nova-iorquina, e já agora se Bourdieu tivesse sido, em França, um parisiense de origem burguesa, as suas obras sociológicas teriam sido inevitavelmente diferentes. Não está isto em contradição com a ideia de que o campo científico é um lugar histórico capaz de produzir verdades trans-históricas?

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1975). La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Sociétés*, 7 (1), 91-118.
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, 88-104.
- Bourdieu, P. (1982). *Leçon sur la leçon*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1990). Animadversiones in mertonem. In J. Clark & C. Modgil (eds). *Robert K. Merton: Consensus and controversy* (pp. 297-301). Londres: Falmer Press.
- Bourdieu, P. (1997). *Les usages sociaux de la science: Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA Éditions.
- Bourdieu, P. (1997). *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Raisons d'Agir.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Bourdieu, P. (2004a). *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'Agir.
- Bourdieu, P. (2004b). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Caria, T. H. (2007). Poder e reflexividade em ciência: Revisão crítica do *Science de la science* de Pierre Bourdieu, *Educação & Linguagem*, 10 (16), 2007, 127-146.

Cole, S., & Cole, J. (1967). Scientific output and recognition: A study in the operation of the reward system in science. *American Sociological Review*, 32 (3), 377-390.

Machado, F. L. (2022). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Porto: Afrontamento.

Mendes, H. (2003). "Il faut faire...": O não cumprido programa de investigação de Pierre Bourdieu em sociologia da ciência. *Fórum Sociológico*, 9/10 (2.ª série), 75-86.

Merton, R. K. (1972). Insiders and outsiders: A chapter in the sociology of knowledge. *American Journal of Sociology*, 78 (1), 9-47.

O ataque às ciências sociais e a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu

Diogo Ramada Curto

Se as ciências sociais estão sob ataque, como poderão ser reinvestidas do seu papel emancipatório de luta pelo conhecimento científico da sociedade e instrumento de um mundo melhor? O ataque, longe de se tratar de uma situação inédita, não é único em relação a outros países. Ou seja, a debilidade no modo de fazer valer o reconhecimento das ciências sociais, bem como das instituições de investigação e ensino que lhes estão vinculadas revela-se na facilidade com que as mesmas se tornam alvo de uma depreciação permanente. Um dos modos mais correntes de proceder a essa depreciação, determinado pelos valores do mercado, é aquele que se resume à noção de que as ciências sociais não servem para nada. O reverso desta mesma depreciação encontra-se na valorização das ciências económicas e, em complemento, sociais ou políticas, para efeitos de definição de políticas públicas, de intervenções no mercado e na vida das empresas.

Contudo, é na instrumentalização política das ciências sociais, no âmbito de uma articulação pejada de ambiguidades, que se encontram as formas mais comuns da sua desvalorização. Dois acontecimentos de diferente natureza, sucedidos muito recentemente, necessitam de ser tidos em conta para perceber melhor o sentido de tais ataques ou modos de depreciar quem se dedica a procurar conhecer melhor a sociedade. Um deles assumiu contornos espalhafatosos, quando três investigadoras escreveram um longo artigo onde procuraram descrever o modo de funcionamento de um centro de investigação em ciências sociais. Neste, um professor estrela, com notórias tendências narcísicas, naturalizou durante décadas formas de assédio moral e sexual, no interior de um sistema de troca de favores. Boaventura de Sousa Santos, director emérito de um desses centros, sociólogo do direito, sentindo-se visado por essa

descrição que pretendia descrever uma espécie de tipo ideal, evocou presunção de inocência, para logo ameaçar as autoras com um processo judicial.

Os contornos do debate com larga repercussão mediática, que levou a investigação em ciências sociais pelos piores motivos a abrir telejornais, obrigam a uma dupla reflexão. Por um lado, as autoras do artigo que descreveu uma espécie de tipo ideal de centro ou laboratório de investigações sociais seguiram o mesmo método praticado, durante toda uma vida, pelo denominado professor estrela. Isto é, da mesma forma que este sempre defendeu a prática de uma investigação sobre o social posta ao serviço de um activismo ligado a causas emancipatórias, as autoras do artigo descreveram o modo de funcionamento de uma instituição denunciando, corajosa e abertamente, uma situação política de injustiça perpetrada por aqueles que se encontravam em posições de dominação.

Por outro lado, a resposta ou, talvez seja melhor dizer, a ameaça de resposta por parte do professor estrela não se fez esperar. Contudo, em lugar de respeitar o seu próprio método, seguido por quem o denunciou, apresentando uma descrição etnográfica alternativa à versão apresentada pelas autoras, o professor estrela considerou que a melhor arma era o ataque. Assim, aquele que procurara durante uma vida explorar a existência de sistemas alternativos de justiça, ao sentir-se acochado, não hesitou em vir chorar publicamente, apresentando-se como vítima de uma injustiça. Aqui del-rei, que me querem fazer mal e castigar por uma mão no joelho e a infâmia de um graffiti! Neste quadro, o militante e activista da esquerda radical, aqui e lá fora, argumentou que só os tribunais oficiais do Estado – muito longe das formas alternativas e plurais de justiça que lhe foram sempre caros, para pensar o direito dos oprimidos – poderiam repor o seu bom nome. Será esta uma posição – em que se troca a descrição etnográfica pelo processo judicial – coerente com os ideais de esquerda? Tenho sérias dúvidas.

O segundo acontecimento, minúsculo, não mereceu qualquer difusão mediática. Resume-se a uma citação que dá que pensar, por pôr em causa muitas das genealogias e modos de celebração das ciências sociais. Refiro-me à correspondência trocada entre Jorge Dias e José Cutileiro, publicada pelo antropólogo João Leal na revista *Etnográfica* (vol. 27, n.º 1, 2023). Tenho presente uma carta específica, que terá sido escrita por volta de 1969. Nela, o primeiro, mais velho, formado na Alemanha nazi, revelou a Cutileiro que tinha medo do que viria a acontecer com as ciências sociais em Portugal. E, apesar de Dias poder ser considerado um dos principais representantes do modo do Estado

Novo entender as ciências sociais, distanciou-se e criticou Adriano Moreira – que se fizera catedrático quando fora ministro do Ultramar, sem nunca se ter doutorado –, sem deixar de lhe atribuir um papel decisivo nas ciências sociais em Portugal. Jorge Dias reconheceu, assim, o papel decisivo de Adriano Moreira, ao escrever: “apesar de [ele] ter sido o principal elemento impulsionador das ciências sociais no nosso país, também foi o agente destruidor, que lhes minou os alicerces, com a sua política pessoal, arbitrária e contraditória”.

Seria fastidioso procurar desenvolver, a partir daqui, uma breve história das ciências sociais em Portugal. Para isso seria necessário ter em conta os mais diversos contributos, alguns deles de grande alcance, produzidos em diferentes configurações, mas sobretudo desde a Segunda Guerra, por geógrafos, economistas, sociólogos, juristas, historiadores, agrónomos, antropólogos, politólogos, especialistas em relações internacionais, etc. Interessante seria reparar nas pontes estabelecidas com a literatura, enquanto modo de conhecimento do mundo. Para o período posterior à década de 1950, há que reparar nas políticas públicas de modernização, nas suas relações com os projectos de organização de uma sociedade corporativa, e no modo como as mesmas se relacionam com a investigação em ciências sociais.¹ E particular atenção teria de ser dada à circulação internacional de ideias. É que só a partir desta circulação, no confronto com os centros e laboratórios, se pode testar a oscilação entre a defesa de uma autonomia disciplinar – que procede por especializações, para procurar impor a primazia desta ou daquela disciplina – e os sucessivos projectos que se destinam a pensar em conjunto, de forma interdisciplinar, o conjunto das ciências sociais. Por exemplo, os casos recentes de Amartya Sen, prémio nobel da economia, ou de Thomas Piketty – ambos autores de obras de grande fôlego intelectual – vieram desafiar o confinamento disciplinar da economia, considerada a mais científica das ciências sociais, devido à sua base estatística e econométrica.

No entanto, a evocação dos referidos casos de Boaventura de Sousa Santos e de Adriano Moreira, tem a vantagem de trazer para o debate, respectivamente, à esquerda e à direita, aquela que é uma das grandes debilidades das ciências

¹ Para uma reflexão aprofundada sobre corporativismo, planos de fomento do Estado Novo, técnicos ou engenheiros da modernização e interesses económicos, ver Bruno Monteiro, *Homens industriais: uma sociologia histórica das tomadas de posição do patronato português (1945-1974)* (2015, pp. 16-39). Para uma cronologia útil da relação entre investigação científica, planos de fomento – envolvendo os debates na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional, desde a década de 1950 –, organismos internacionais e a criação de novas instituições (tais como a JNICT, em 1967), ver Beatriz Ruivo, *As políticas de ciências e tecnologia em Portugal no caminho para o futuro* (2017, pp. 81-98).

sociais, em comparação com outras ciências, a saber, a permeabilidade das mesmas aos usos políticos. Estes podem levar ao reconhecimento individual deste ou daquele politólogo ou sociólogo, seguindo aliás um padrão tradicional de legitimação caro às elites de juristas e economistas. Contudo, o que acrescentam em reputação individual, pela capacidade de produzir opiniões, acabam por retirar em reconhecimento científico. Tal acontece, sobretudo, porque as ciências sociais continuam a ser julgadas por modelos de reconhecimento – muito pouco escrutinados e que continuam a ser preponderantes – provenientes das ciências naturais, de laboratório, em particular, da física ou das ciências biomédicas.

Um dos melhores guias para pensar todas estas questões, tanto em relação às ciências no seu conjunto, como às ciências sociais em particular, encontra-se na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Não por acaso, um sociólogo que Boaventura de Sousa Santos sempre fingiu desconhecer. Tenha-se em conta, sobretudo, os seus últimos anos de vida. Deles foi feito um documentário, que pôs a nu o seu lado de militante preocupado com as condições de vida dos que mais sofriam com a desigualdade social e se encontravam desprovidos de qualquer tipo de capital simbólico ou material. Isto é, enquanto cidadão, Bourdieu não se furtou ao envolvimento nas causas de emancipação dos mais desfavorecidos ou miseráveis. No entanto, foi precisamente no momento em que intensificou esse seu envolvimento político em causas emancipatórias, claramente situadas à esquerda, que se mostrou mais interessado em reflectir, de forma aprofundada e sistemática, sobre a necessidade de uma autonomia das práticas científicas. Uma série de conferências organizadas pelo sociólogo Virgílio Borges Pereira no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto levaram-me à releitura de alguns dos seus textos cujos resultados aqui apresento, por me parecerem essenciais neste momento de ataque às ciências sociais².

Nos primeiros meses de 2001, Pierre Bourdieu dedicou o seu curso do Collège de France à sociologia da ciência. No centro da sua contribuição, não estava uma mera noção, mas o que ela implicava enquanto atitude de permanente reflexividade. É em seu nome que se inicia e termina o curso, intitulado

² Além das razões aduzidas, para pensar no campo das ciências sociais em Portugal como extremamente frágil e pouco sedimentado, há que colocar a questão das trocas desiguais e da dependência em relação a modelos importados. Uma tal posição, porém, nada tem de excepcional quando confrontada com a situação do Reino Unido, pois também ali foi possível detectar, entre muitos outros aspectos e modos de resistência, o peso crescente atribuído a sociólogos e autores alemães (Weber, Marx, Beck, Habermas) e franceses (Durkheim, Bourdieu, Foucault), ver A. H. Halsey, *A History of Sociology in Britain* (2004, p. 179).

Science de la science et reflexivité (2001). Um aspecto, aliás, não retido pela tradução portuguesa (*Para uma sociologia da ciência*, trad. Pedro Elói Duarte, 2021). Reivindicando para si uma postura profundamente reflexiva – “trabalho pelo qual a ciência social, tomando-se a si mesma como objecto, se serve das suas próprias armas para se compreender e controlar” (p. 123) ou “que a sociologia da sociologia deve acompanhar a prática da sociologia” (pp. 154-155) –, Bourdieu começou por se posicionar a si mesmo num campo de relações onde sabia que se tinha de confrontar com outras interpretações da ciência, para fazer valer argumentos e pontos de vista (Albert & Kleinman, 2011, pp. 263-273; Camic, 2011, pp. 275-293; Hess, 2011, pp. 333-348; Kim, 2023).

Tal como acontecera em muitas das suas obras anteriores, a reflexividade surgia como uma necessidade destinada a escrutinar a história de modo concreto, isto é, pondo o dedo em qualquer tipo de actividade científica. Por isso, não se tratava de postular “produtos finais ou princípios postulados pelos cientistas” – para utilizar a expressão empregue por Loïc Wacquant. Mas de entender a ciência à luz de uma orientação histórica, onde fosse possível fazer a história social dos instrumentos que servem para construir a realidade social. E, se a história da ciência pode ser “nobre ou ignóbil”, como Foucault demonstrou, o mais importante – sempre nas palavras de Wacquant – foi conceber “a verdade como um ‘erro ratificado’, num infundável esforço para ultrapassar as pré-noções nascidas do senso comum vulgar e erudito” (Wacquant, 2007, p. 296).

Na introdução e no primeiro capítulo, Bourdieu posiciona-se em relação a três debates. O primeiro surge sobre a forma de inscrição na grande tradição francesa de reflexão e de “ambição científica sobre a ciência”. Os nomes de Jules Vuillemin, Bachelard, Koyré e Canguilhem integraram-na e foram evocados em abono de uma tradição filosófica rigorosa que sempre procurou pensar os problemas da investigação científica no seu conjunto. Ou seja, longe de estabelecer à partida uma barreira entre ciências naturais e sociais, Bourdieu reclamou para si um modo que era, simultaneamente, mais unificado de pensar a ciência, mas que não deixava de atender à especificidade e à história de cada uma das disciplinas. Aliás, a partir dessa mesma perspectiva integrada da ciência, a referência ao caso Sokal permitiu-lhe posicionar-se em relação ao pós-modernismo.

Por um lado, é indiscutível que Bourdieu em nenhum momento se mostrou pronto a desistir da prossecução da verdade por via da investigação científica, nem tão-pouco se revelou disponível a reduzir a realidade ao estatuto do texto, investindo o seu uso de um jargão próprio de uma militância de esquerda. Por outro lado, ao contrário de Sokal: nunca atribuiu à física ou às ciências naturais

o valor de padrão ao qual todas as outras ciências ou disciplinas se deveriam submeter; manteve-se fiel à tradição kantiana de que toda a realidade é, em si mesma, uma construção fundada em categorias ou, como já Bachelard tinha referido, os factos, longe de serem um dado, são construídos em laboratório, logo, o “acto científico crucial é a *construção do objecto*”; e fez com que a sua insistente postura reflexiva, através da qual se deveria pôr em causa a prática da ciência, fosse entendida como um exercício de libertação e de emancipação. Como dirá, mais adiante, no livro em causa: “a sócio-análise do espírito científico, tal como a evoco, parece-me ser um princípio de liberdade, portanto, de inteligência” (p. 128).

O segundo debate referido por Bourdieu tem uma história longa e, porventura, equivocada. Parte de uma ideia resumida do que foi a sociologia norte-americana, num suposto eixo que ia de Harvard a Columbia. Num texto anterior, publicado em português em *O Poder Simbólico*, chamara-lhe uma *holding* sustentada, por um lado, pelas tipologias e sistemas classificatórios de uma teoria da acção social tal como tinham sido propostos por Talcott Parsons, formando o funcionalismo-estrutural; por outro lado, pelas metodologias interessadas nas regularidades estatísticas orientadas para a investigação empírica de Paul Lazarsfeld, porventura mais directamente inspiradas na cientometria, com larga aceitação nos círculos de tomada de decisão económica e de elaboração de políticas públicas.

Não será, com certeza, este o momento para perceber que uma tal imagem simplificada da sociologia norte-americana visava gerar um contraste e suscitar uma polémica. O importante, por ora, é reparar que a noção de comunidade científica, tal como foi proposta por Robert Merton e, depois, adoptada por T. S. Kuhn, se manteve fiel ao funcionalismo parsoniano, interessado nos modos de integração social, que excluía do seu horizonte os múltiplos conflitos presentes em qualquer tipo de comunidade científica. A simples presença de investigadores de segundo plano, dedicados mais a tarefas burocráticas, em contraste com outros capazes de inovar e de alcançar modos carismáticos de reconhecimento, a começar pelos *early starters*, aponta para a existência de inúmeras lutas no interior de comunidades e laboratórios.

A terceira discussão empreendida por Bourdieu diz respeito à denominada “sócio-filosofia da ciência” de Bruno Latour. Foi, talvez, sobre as análises feitas por este último acerca do que se passa em laboratório que Bourdieu assumiu um estilo mais contundente. Concretamente, embora estivesse disposto a admitir e a partilhar com Latour que o laboratório era um espaço de permanente interacção, onde os factos são construídos e se assiste à

auto-verificação, Bourdieu recusou-se a aceitar a passagem dos factos como construção para uma realidade composta de textos, discursos e ficções. A estes e à sua interpretação semiológica, Latour teria, ainda, acrescentado uma série de objectos com vida própria e capacidade para tomar iniciativas, a começar pelas pipetas e portas automáticas. A descrição do modo caricatural como Bourdieu se refere e desqualifica o trabalho de Latour não ficaria completa sem a referência à denúncia de como a retórica é posta ao serviço da “procura do efeito de radicalidade”, coberta por “sinais exteriores de cientificidade” e articulada com uma série de “falsos problemas” (pp. 49-50, 54, 57).

Se os três debates acabados de anunciar contêm em si alguns dos instrumentos analíticos com que Bourdieu traçou o seu programa de uma sociologia reflexiva da ciência, só no segundo capítulo do livro procedeu, de forma mais desenvolvida, à sua explicitação. Sem a intenção de lhes sobrepor uma grelha, baseada em qualquer pretensa aspiração a querer parecer original, melhor será proceder ao seu inventário, procurando reconstituir o seu sentido e sequência. Mais do que a noção de laboratório, Bourdieu procura compreender a ciência com base no conjunto das inter-relações que se estabelecem no interior de um campo e que transcendem a própria noção localizada de laboratório (entendido como uma espécie de equivalente ao valor que outrora se conferia à monografia regional). O campo é entendido como uma estrutura onde se faz sentir uma lógica relacional estabelecida entre os diferentes agentes, grupos ou instituições em confronto. No interior desse mesmo campo, os agentes interiorizam um *habitus* específico. Este último mantém uma relação de homologia com o “olho”, com o “estilo” próprio e até com as posturas corporais de cada agente e respectiva disciplina. Assim sendo, entre o campo e o *habitus* existe uma articulação, um vai-e-vem, salvaguardando o facto de que “entre o espaço das posições e o espaço das tomadas de posição não há uma relação de reflexo mecânico” (p. 85).

Se o que está em causa é a construção do objecto – a ponto de mesmo em Auguste Comte, Bourdieu ter encontrado a mesma preocupação, como fez questão de sublinhar em *Le Métier de sociologue* – todos os cruzamentos interdisciplinares são possíveis. Assim sendo, o campo científico – onde se assiste a uma permanente disputa e a sucessivas tentativas destinadas a monopolizar o uso da razão acerca da interpretação da realidade – é atravessado por uma série de tensões.

A primeira diz respeito ao modo de Bourdieu pôr em causa a física, sobretudo a física quântica, e de um modo geral as ciências naturais, enquanto campos disciplinares capazes de monopolizar ou de se constituir em modelo único de validação científica. Foi contra esta tentação que Bourdieu procurou estabelecer

um programa destinado a levar a cabo uma história das diferentes disciplinas, todas elas com os seus critérios de validação, passíveis de ser analisados historicamente. De igual modo, argumenta, será preferível manter em aberto a ideia segundo a qual em cada disciplina se assiste a modos próprios de formação de um *habitus*, ou seja, de um “olho” treinado e interiorizado por cada um dos agentes, bem como de um “estilo” que não se encontra subsumido na física ou nas ciências naturais.

A segunda das tensões que se detecta na obra em apreço de Bourdieu apresenta-se quase como uma contradição. É que, depois da já referida entrada contra as lógicas da integração e de definição de uma comunidade homogênea, em benefício das lutas e conflitos que atravessam todo e qualquer campo científico, Bourdieu parece baixar os braços. Isto é, um campo como o científico, investido de um evidente grau de autonomia e fechamento, que impõe critérios rígidos de admissão, não é atravessado apenas por disputas e por modos desiguais de distribuição do capital ou das competências científicas. Claro que estes últimos podem assumir muitas formas. É o que acontece quando “os agentes dotados de menos capital específico, ou seja, menos eminentes, segundo os critérios especificamente científicos, têm tendência a recorrer aos poderes externos para se reforçar e eventualmente triunfar” (p. 84). Contudo, o que acaba por vir ao de cima na configuração do próprio campo são os modos internos de validação e reconhecimento do trabalho científico. Estes poderão ser pensados tanto a partir de lutas pela monopolização da verdade, com base numa desigual distribuição de bens, como com base em estratégias que se encontram mais próximas da economia da dádiva, entendida como expressão de um desinteresse pelo lucro, sem com isso deixar de dissimular a “ambição de garantir um poder” (p. 78). A própria história da ciência inglesa no século XVII, tal como foi empreendida pelos historiadores Steven Shapin e Simon Schaffer (*Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*, 1985), também revelou a Bourdieu que os modos de validação da ciência, à época, eram parte de uma nova ética aristocrática e nobiliárquica, que não estava ao alcance dos que não detinham tal estatuto. Porventura o mais importante é considerar que, ao lado dos conflitos e sem se esgotar neles, o campo integra modos de validação dos agentes e do conhecimento por eles produzido.

Uma última tensão é bem explicitada por Bourdieu. Por um lado, importa considerar o universalismo de uma razão universal, na qual se encontra fundada uma filosofia científica, que se inspira tanto nas categorias *a priori* de Kant ou na gramática de Wittgenstein, como na referida sequência da tradição científica francesa que passa por Bachelard. Por outro lado, insista-se,

Bourdieu não deixa de considerar a historicidade, a contingência ou a especificidade histórica e sociológica de cada disciplina. Assim, sem nunca deixar de declarar que os factos são construídos e validados em campos bem localizados, Bourdieu nunca desiste de lutar por uma conciliação – à maneira sociologizada de Durkheim – entre uma razão universal e os contextos particulares do seu uso. É com base na conciliação entre o universal e o histórico, entre a leitura gramatical de Wittgenstein e outra de carácter sociológico, que se insurge: tanto contra toda e qualquer expressão de falsa cientificidade e de falsos problemas, que geralmente surgem camuflados com um léxico sistemático de aparência universal; como contra os excessos do fragmentarismo pós-moderno, desenvolvido ao arrepio das teorias universais, conforme lhe pareciam ser – de forma porventura muito parcial – os estudos de Michel Foucault (paradoxalmente, também, este se esforçou por reflectir historicamente sobre a ciência, nas suas diferentes disciplinas e genealogias do conhecimento).

A articulação com o último capítulo estava dada: contra as mais diversas formas de minar o conhecimento científico, incluindo o das ciências sociais, impunha-se desenvolver diferentes formas de luta. Assim, ao abrir o terceiro e último capítulo, Bourdieu coloca a questão do risco que existe quando se declara a especificidade das ciências sociais, em relação às outras ciências, acabando por decretar ou dar a entender que existe uma “impossibilidade de compreender cientificamente o seu objecto” (p. 119). E recapitula que, desde a obra citada que organizara com Chamboredon e Passeron *Le métier de sociologue* (1968), sempre argumentara que “as ciências sociais são ciências como as outras, mas que têm dificuldade particular em ser ciências como as outras” (p. 119).

Uma das maiores dificuldades que afectava as ciências sociais, no seu entender, era a sua fraca autonomia. Esta condição de debilidade faz-se sentir em relação ao campo político e é sentida, sobretudo, pelos agentes que surgem numa posição de subordinação:

aqueles que são dominados cientificamente são, com efeito, os mais inclinados a submeter-se às pressões externas, de direita ou de esquerda (é aquilo que chamo a lei do jdanovismo) e estão melhor preparados, geralmente por defeito, para as satisfazer, e têm portanto mais hipóteses de triunfar na lógica do plebiscito – ou do aplaudímetro ou do audímetro (pp. 121-122).

À época, Bourdieu encontrava na televisão um dos melhores exemplos da mesma debilidade da sociologia em se fazer reconhecer, quando confrontada com os detentores do poder temporal. Neste confronto, as ciências sociais, afastadas do reconhecimento social quase unânime que merecem as ciências da natureza, estavam votadas a ser contestadas e a parecer controversas (p. 123).

Existem outros factores que contribuem para a fraca autonomia e fragilidade das ciências sociais. Por exemplo, da mesma forma que Bourdieu ensaia, por diversas vezes, uma distinção entre ciência associada à colocação de verdadeiros problemas, em oposição aos simulacros científicos e falsos problemas, também se preocupou em distinguir entre o bem-fundado do trabalho reflexivo no qual o sociólogo se submete a uma análise congénere à do mundo social, comparativamente com uma reflexividade “narcísica”. É que esta última se limita “muitas vezes a um retorno complacente do investigador às suas próprias experiências”, sem com isso produzir nenhum efeito prático capaz de contribuir para aumentar a distância e a objectividade (p. 124).

Um outro modo de falsa reflexividade, porventura mais difícil de erradicar, surge directamente associado ao chamado pensamento de Estado. Bourdieu designa-o, ironicamente, de reflexividade reformista por surgir quando as categorias da estatística do Estado se confrontam com realidades inclassificáveis. É nessa altura que se verifica que

o pensamento de Estado é tão forte, sobretudo na mente dos cientistas de Estado oriundos das grandes escolas estatais, que o desbaratamento das rotinas classificatórias e dos compromissos que normalmente permitem salvá-las (...) não chegaria para pôr em causa as taxinomias burocráticas, garantidas pelo Estado, se os estatísticos do Estado tivessem a oportunidade de ter encontrado uma tradição reflexiva que só podia ter nascido e crescido no polo da ciência “pura”, burocraticamente irresponsável, das ciências sociais (p. 126).

Feitos os avisos às formas desviantes da reflexividade, Bourdieu dedica-se a pensar três modos de objectivar o sujeito da objectivação. É nesta linha de reflexão que melhor se faz sentir a sua formação filosófica, a qual surge expressa numa capacidade de duvidar e de pôr, racionalmente, em causa falsidades e simulacros, para procurar a verdade por via do conhecimento objectivo. Neste

sentido, interroga-se sobre a sua própria trajectória de cientista social. Antes de mais, trata-se de perceber como se pode objectivar no interior de um espaço social o sujeito da objectivação: as suas origens, trajectória, adesões sociais e religiosas. De qualquer modo, terá sempre de se entrar em linha de conta com o seu próprio ponto de vista, uma vez que “o *habitus* assegura o relacionamento do espaço das posições e do espaço dos pontos de vista” (p. 131).

Em segundo lugar, seria necessário compreender a posição ocupada pelo mesmo no campo dos especialistas (e a posição desse campo ou disciplina no campo das ciências sociais), atendendo às tradições nacionais de cada disciplina. É neste domínio que Bourdieu melhor se dá a conhecer no seu trajecto académico e nas lutas em que esteve envolvido. A começar pela ideia de que, quando começou, todos os lugares estavam ocupados pela geração dos antigos que detinham as posições dominantes (p. 134). Até ter conseguido alcançar, na academia, mas também na edição, uma posição que se traduziu em todo um programa destinado a romper com as fronteiras e especialidades disciplinares, procurando “reunificar uma ciência social falsamente fragmentada” (p. 139). Foi assim que definiu uma agenda de investigação onde seria possível juntar a história social e a sociologia, a história da filosofia e a história de arte, a etnologia, a história e a linguística, etc. (p. 139). A este respeito, o contraste é grande entre o projecto de conjunto de Bourdieu, que entende a sociologia como uma plataforma a partir da qual são desejáveis articulações interdisciplinares, e muitos dos seus aproveitamentos, os quais tendem a reduzir a sociologia aos seus limites de disciplina especializada no interior do campo mais vasto das ciências sociais e institucionalizada em departamentos míopes.

Um pormenor retirado da narrativa dessa trajectória não pode ser ignorado. Bourdieu revela ter tentado encontrar aliados para o seu projecto de uma sociologia aberta a todas as ciências sociais e à história, contra o modelo americano dominante baseado numa cisão entre “teoria” e “metodologia”. Começou, aliás, por tentar encontrá-los na Alemanha, mas também se deu conta da grande divisão entre os teóricos da Escola de Francoforte, Habermas e Luhmann, em relação aos empiristas submetidos à ortodoxia americana. Simultaneamente, procurou libertar a obra de Durkheim dos seus usos funcionalistas; Weber das leituras que sobre ele tinham feito Talcott Parsons e Raymond Aron; e tentou, ainda, ultrapassar os bloqueios dos marxistas, que se alimentavam da rejeição de Weber e da sociologia empírica, para fazer valer muitos dos seus postulados. Tudo isso, com a ambição de se encontrar uma base internacional para esta nova ciência, por uma acção pedagógica voltada especialmente para a Hungria, que

se libertava lentamente da *diamat* [materialismo dialéctico de cariz soviético], e descobria a estatística (principalmente da pobreza), para a Argélia, que nesse tempo era uma referência das lutas do Terceiro Mundo, e para o Brasil (p. 142).

Um dos principais obstáculos a este projecto unificado e interdisciplinar para as ciências sociais sucedeu na década de 1970 e foi representado, pelo menos em França, pela passagem das orientações científicas de Vuillemin e Koyré para aqueles que são tidos como os mentores do pós-modernismo, Foucault e Deleuze. É, talvez neste ponto e sobretudo a respeito de Foucault, que se encontram algumas críticas desajustadas por parte de Bourdieu. As verdades formais e universais passaram a ser consideradas antiquadas e até reacionárias, em comparação com a análise de situações histórico-culturais particulares (p. 145). Terá sido esta passagem que suscitou as críticas mais duras ao grupo de investigação que Bourdieu construiu em torno do Centre de Sociologie Européenne. Apelidado de seita, na justificação defensiva do autor, “por não se compreender e aceitar a intenção global de um projecto científico colectivo, cumulativo, que integra os conhecimentos teóricos e técnicos da disciplina, numa lógica semelhante à das ciências da natureza” (p. 148). Inadequado, também, terá sido apelidar Bourdieu de mandarim – um conceito, julgado por ele como simplista, quando aplicado a um professor do Collège de France, “a menos institucional (ou a mais anti-institucional) das instituições universitárias francesas” (p. 148).

Mais do que se sentir acantonado em tais conceitos de seita e mandarinato, Bourdieu preferiu estabelecer uma relação de homologia entre as suas origens provincianas e populares, por ele assumidas em claro contraste com a sua entrada na aristocracia escolar das grandes escolas francesas. Talvez tivesse sido esse mesmo contraste o responsável pela atracção que sempre sentiu pela *coincidentia oppositorum*. Era assim que se devia compreender a sua recusa em aceitar tanto o aristocratismo como o populismo ou, numa outra perspectiva, a sua reivindicação do legado de Weber e Durkheim, quando por alturas do Maio de 68 era bem visto ser-se marxista. A mesma tentativa de ganhar distância ou de reconciliar os contrários foi também a que o levou a “investir grandes ambições teóricas em objectos empíricos muito triviais” (pp. 151-152).

Este inventário dos temas e dos principais debates em que Bourdieu se envolveu levanta várias questões. Antes de mais, para que servem todos estes conceitos, lutas e reivindicações de uma postura reflexiva, no fundo aquela que deve acompanhar todo e qualquer agente que trabalhe num campo científico? Penso que teria o estatuto equivalente ao de um falso problema procurar

submeter agora os temas e questões de Bourdieu à minha grelha ou sistema classificatório. Da mesma forma que me interrogo sobre o ganho que pode existir num simples resumo, também tenho sérias dúvidas sobre se existiria alguma vantagem em traduzir Bourdieu numa outra linguagem, a propósito de uma qualquer inovação ou clareza conceptual.

O equivalente de um outro falso problema seria constituído pelo apontar das ausências, bem como das imprecisões ou deturpações do pensamento dos outros. Claro que a leitura deste livro, infelizmente de fim de vida, concebido como um curso, tem mais o formato de uma agenda para trabalhos futuros do que o de uma concretização de um programa de investigação. Por isso, é fácil apontar lacunas, como a da pouca relevância assumida pelas questões de género; do mesmo modo que podem parecer forçadas algumas simplificações. Neste último caso, cabem as que tendem a apresentar Foucault como um mero representante das epistemologias do fragmento; e a sociologia dominante norte-americana oscilando entre o funcionalismo e o empirismo (sem capacidade para albergar uma diversidade de pontos de vista da Escola de Chicago a Wright Mills, passando por Barrington Moore Jr., Alvin Gouldner e Howard Becker). Em suma, há que afastar todos os simulacros de uma leitura pretensamente crítica e rigorosa, porque capaz de pôr em causa o autor homenageado. Até porque os rituais da contra-celebração sempre mantiveram uma relação de dependência e muitas vezes de subserviência com quem organizava as cerimónias de comemoração.

Mais pertinente, mesmo que possa ser considerado demasiado alinhado com o programa de Bourdieu para a ciência, será verificar como é que algumas das ideias de Bourdieu resistiram ao tempo, foram utilizadas, geraram formas de oposição ou se transformaram numa reminiscência que será impossível recuperar. No país em que até há bem pouco tempo, as epistemologias do Sul eram utilizadas como bandeira de uma internacionalização, em substituição – pelo menos parcelar, mas não menos engajada politicamente – de uma vulgata deslumbrada com o pós-modernismo, a leitura do livro em causa surge como um exercício salutar por uma série de razões que passo a expor, à guisa de conclusão.

A primeira diz respeito ao projecto unificado para as ciências e para todas as ciências sociais, de clara inspiração durkheimiana. Projecto europeu, concebido em parte contra os imperialismos de uma razão universal, ou seja, norte-americana, que procura retomar o legado dos clássicos de Marx a Durkheim ou Weber, mas que procura estabelecer pontes tão díspares, como aquelas que vão da Hungria à Argélia ou ao Brasil. Projecto que se alinha pela famigerada internacionalização, mas que se mostra particularmente atento, aos desvios e

formas de dominação que se podem encontrar em seu nome. Projecto sempre integrado e colaborativo que não pretende tirar partido de qualquer derivado do terceiro mundismo, do exclusivo da subalternidade ou do monopólio intelectual dos que falam de dentro do Sul Global, reivindicando para si a posição dos que estão do lado de fora hasteando a bandeira das epistemologias do Sul.

Depois, é sempre de sublinhar que se trata de um projecto que põe em causa a naturalização da dominação das ciências naturais, em particular da física, em detrimento de todas as ciências sociais. Sobretudo, quando estas se encerram em especialidades ditas disciplinares, que se dispõem hierarquicamente e lutam entre si pelo reconhecimento. Numa altura em que as formas principais de financiamento se deslocam da física para as ciências biomédicas e o estatuto das ciências sociais sofre uma desvalorização acentuada, a exigência de reflexividade, exemplificada por Bourdieu, constitui-se como um desafio a empreender. Arriscaria, ainda, dizer que porventura mais importante será reconhecer que a reflexividade se constitui em marca de uma agenda que pretende apresentar o cientista social, com o seu *habitus* de vigilância epistemológica na construção de objectos que respondam a problemas pertinentes, como uma figura passível de ser generalizada a todo o campo científico.

Por último, talvez valha a pena reter – não para aplicar mecanicamente, mas para tomar como exemplo das lutas a empreender – alguns dos combates de Bourdieu: em relação ao pós-modernismo; às análises que se encerram num círculo vicioso de um pensamento de Estado; tudo em prol de uma concepção emancipada de ciência, sem necessariamente conotá-la com a militância e a contestação de esquerda (que muitas vezes foge à própria vigilância epistemológica, para cair em raciocínios de vulgata e em simplismos forçados). Enfim, num momento em que os ataques às ciências sociais se multiplicam, vale a pena continuar a ler Bourdieu, tomando-o como exemplo de um resistente e lutador que se bateu pelo rigor científico, pela investigação crítica centrada em problemas, e por um projecto unificado para as ciências sociais.

Referências bibliográficas

- Albert, M., Kleinman, D. L. (2011). *Bringing Pierre Bourdieu to Science and Technology Studies*, *Minerva*, vol. 49(3) – *Beyond the Canon: Pierre Bourdieu and Science and Technology Studies*, 263-273.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Éditions Raison d'Agir.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*, trad. de Fernando Tomás. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2021). *Para uma sociologia da ciência*, trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C., & Passeron, J.-C. (1968). *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton.
- Camic, C. (2011). Bourdieu's Cleft Sociology of Science, *Minerva*, vol. 49(3) – *Beyond the Canon: Pierre Bourdieu and Science and Technology Studies*, 275-293.
- Halsey, A. H. (2004). *A History of Sociology in Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Hess, D. J. (2011). Bourdieu and Science and Technology Studies: Toward a Reflexive Sociology. *Minerva*, 49(3), – *Beyond the Canon: Pierre Bourdieu and Science and Technology Studies*, 333-348.
- Kim, K.-M. (2023). *Bourdieu's philosophy and sociology of science: a critical appraisal*. New York, NY: Routledge.
- Leal, J. (2023). Cinquenta anos depois de *A Portuguese Rural Society*. *Etnográfica*, 27 (1), 255-269.
- Monteiro, B. (2015). *Homens industriais: uma sociologia histórica das tomadas de posição do patronato português (1945-1974)*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida
- Ruivo, B. (2017). *As políticas de ciências e tecnologia em Portugal no caminho para o futuro*. Lisboa: Sinapis.
- Schaffer, S. (1985). *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Wacquant, L. (2007). Lendo o "Capital" de Bourdieu". In J. Madureira Pinto & V. Borges Pereira (Orgs.), *Pierre Bourdieu: a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (pp. 295-332). Porto: Afrontamento.

Manet.
Une révolution symbolique.
De Pierre Bourdieu.
Paris, Points, 2016 [2013]

A presente sessão teve lugar a 27 de julho de 2023
na Sala de Reuniões 1 da Faculdade de Letras da Universidade
do Porto, com intervenções de Celso Santos e de Virgílio Borges Pereira,
aqui se apresentando a intervenção deste último.
Acrescenta-se a esta intervenção um texto do próprio
Pierre Bourdieu dedicado a Manet.

Manet ou a sociologia de Bourdieu em plena ação

Virgílio Borges Pereira

Gostaria de começar por saudar os presentes, que nos dão o prazer da respetiva companhia nesta tarde de Verão e, em particular, o meu colega Celsos Santos, a quem agradeço muito ter respondido afirmativamente a este desafio, que lhe fiz há muitos meses e a que respondeu positivamente de modo imediato. Gostaria, igualmente, de me justificar pela minha presença neste momento.¹ Esta deve-se a uma vontade de poder discutir publicamente este livro e também, reconheça-se, à necessidade de colocar em tempo útil um ponto final provisório a este ciclo e de, numa fase tão adiantada do ano, não ter coragem para formular pedidos complicados e exigentes a mais nenhum colega. Reconheço que discutir e comentar um livro de Bourdieu e, em particular, este livro, *Manet, une révolution symbolique*, não é tarefa simples, muito menos fácil.... Daí que, e recorrendo a uma fórmula também frequente na escrita de Bourdieu, tente aliar, com este exercício de análise da obra que aqui proponho, a necessidade à procura da virtude, assumindo a responsabilidade e o desafio de me pronunciar sobre este livro.

Sem me alongar muito, a justificação para a eleição deste livro para o ciclo em que este se integra prende-se também com a necessidade de trazer à discussão uma obra póstuma de Bourdieu, que fosse capaz de revelar bem o seu modo de pensamento relacional em ação, no momento da sua produção e que, simultaneamente, pudesse ser um testemunho do carácter vigoroso do trabalho realizado por Bourdieu que permanecia, em grande medida, inédito e/ou por publicar, à data do seu falecimento, e do esforço coletivo que foi necessário para o tornar conhecido.

¹ O presente texto retoma, com pequenos complementos, o essencial da intervenção efetuada no quadro do ciclo. Preserva, deliberadamente, o formato da intervenção oral que lhe esteve subjacente.

Como é bem sabido, o presente livro integra um conjunto relativamente alargado de obras que a equipa de colaboradores de Bourdieu tem vindo a publicar ao longo das duas últimas décadas com recurso a diversos materiais, que incluem textos inéditos, compilações de escritos dispersos, depoimentos orais transcritos no quadro dos cursos lecionados por Bourdieu, entre outros documentos. O anexo biobibliográfico deste livro documenta o significado destas obras póstumas na produção sociológica de Bourdieu. Como outros, este livro baseia-se nas lições de Bourdieu no Collège de France, cuidadosamente transcritas por uma extensa equipa, que incluiu Pascale Casanova, Patrick Champagne, Christophe Charle, Franck Poupeau e Marie-Christine Rivière. Consiste em 18 densas lições, levadas a cabo entre 1998 e 2000, e completa-se com um manuscrito inacabado, redigido por Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu, historiadora de arte, intitulado “Manet o heresiarca. Génese dos campos artístico e crítico”, a que se acrescentam um capítulo de Christophe Charle, “*Opus infinitum*. Génese e estrutura de uma obra sem fim” e um outro, da autoria de Pascale Casanova, “Autorretrato como artista livre, ou ‘não sei porque me meti nisto’”.²

Como se depreende, o livro é, fundamentalmente, feito de lições e, ao longo dessas 18 lições, o leitor tem o que considero tratar-se de um grande privilégio, a possibilidade de acompanhar Bourdieu a raciocinar e a expor o seu pensamento e análise em atos sucessivos, a propósito de uma sua preocupação sociológica antiga e persistente, a obra de arte, sendo esta combinação, desde logo, uma das suas grandes originalidades e, em última análise, a razão para o termos mobilizado para esta sessão. Livro denso, na edição lida, com mais de 800 páginas, *Manet, une révolution symbolique*, ainda que seja um livro incompleto, diz, desde muito cedo, aquilo que pretende: demonstrar, através dos instrumentos da análise sociológica, como a obra de arte e o artista responsável pela sua produção – domínios frequentemente resistentes à explicação e compreensão sociológicas – podem e devem constituir-se em objeto de análise sociológica de pleno direito. E, mais em concreto, que a sociologia reúne todas as condições para demonstrar como Édouard Manet e a sua obra, inevitavelmente singulares, podem ser concebidos como integrando uma revolução simbólica dotada de regularidades bem determinadas.

² O presente texto recorre, como se compreenderá, a um conjunto alargado de citações da obra analisada; para facilitar a compreensão, tais citações foram todas traduzidas para língua portuguesa, sendo as traduções da total responsabilidade do autor.

Para responder aos desafios que habitualmente se associam às sessões deste ciclo e sendo esta uma obra mais recente, menos lida e menos debatida de Bourdieu, pelo menos entre nós, procurei desenvolver um exercício de objetivação relativamente simples, dividido em dois momentos: explicitar, brevemente, a estrutura da obra e o modo como a li; procurar explicitar a chave analítica que lhe está subjacente – exercícios que considero serem sempre necessários na abordagem de uma obra, mas que adquirem especial necessidade quando se tratam de estudos e escritos de Bourdieu, face à diversidade de leituras de que são alvo. Outros exercícios seriam possíveis e necessários, mas ficarão para outras ocasiões, ou terão um registo mais alusivo, por razões de tempo e de espaço disponíveis.

A estrutura da obra e o contexto da sua leitura

O curso, nas suas 18 lições, está dividido em duas partes. Uma primeira, ocorrida no ano letivo de 1998/1999, intitula-se “o efeito Manet”, desenvolvendo-se ao longo de nove lições. A segunda parte desenrola-se no ano letivo de 1999/2000 e desenvolve-se ao longo de outras tantas nove lições, intitulando-se “Fundamentos de uma estética disposicional”. São lições densas, marcadas pelo estilo habitual de Bourdieu, com movimentos de avanço e de recuo no pensamento, respostas a interpelações da audiência, explorando a *nuance* e a construção de um ponto de vista, de uma tematização sociológica que, como veremos, está longe de ser pouco relevante em mais um dos seus livros e que nos confronta com uma ciência em processo de construção, uma prática antiga na sua obra (Pasquali, 2021, p. 63).

Li este livro em Paris, no decurso de uma licença sabática, em 2018, já o livro tinha sido publicado há alguns anos. Contactando com Patrick Champagne desde meados/final da década de 1990, sabia que Bourdieu trabalhara em torno da obra de Manet durante bastante tempo – na sequência, entre outros trabalhos, alguns deles mais antigos, do livro que dedicou à génese do campo literário, em *Les Règles de l'art* (Bourdieu, 1992) – e, em particular, nos anos finais da sua presença no Collège de France, que coincidiria, praticamente, com os anos finais da sua vida. Não sendo o último dos seus cursos, era um dos últimos e, com grande probabilidade, o mais denso e elaborado destes, por força do tema. Queria, por isso, ler o livro com atenção, sabendo que estaria a confrontar-me com um dos seus últimos trabalhos e procurei reservar-lhe um tempo especial.

Aguardei, assim, alguns anos – o livro fora publicado originalmente em 2013, numa edição de 782 páginas, pelas Éditions du Seuil. No outono de 2018, em Paris, depois do trabalho diário num centro de investigação especial, onde pude encontrar também excelentes estudiosos da obra de Bourdieu, todas as noites lia uma lição e assim fui caminhando até ao fim do livro, acompanhando o fio do raciocínio do seu autor. Não demorei muito. O desafio que se me coloca hoje é o de restituir publicamente, alguns anos passados desde 2018, o resultado desse exercício de leitura e a análise que lhe subjaz.

Passo a passo, procurarei objetivar a construção analítica levada a cabo por Bourdieu no livro, não ignorando as rugosidades e hesitações, típicas do discurso oral de quem antecipa leituras e responde a interrogações, de um pensamento no momento da sua elaboração e a propósito de um livro que ficou incompleto, mas que nem por isso deixa de ser fascinante. Diria até que também por isso é fascinante. O que mais poderia ter feito Bourdieu para o terminar efetivamente? Imagino o que seria, mas não falarei disso. O que se segue é uma tentativa de documentar a chave analítica da obra a partir do que ela nos permite ler.

Uma chave analítica para ler um livro inacabado e em construção

Desde muito cedo, Bourdieu diz o que pretende. Tratando de Manet e da sua pintura, propõe-se tornar inteligível uma revolução simbólica, no que esta contempla de sobressalto em matéria de estruturas cognitivas e, por vezes, também de estruturas sociais. Neste caso, uma revolução simbólica “bem-sucedida” (Bourdieu, 2016, p. 13), concretizada por Manet, tomando por referência a sua vida e as suas obras, e cuja lógica Bourdieu explicita, inspirando-se na obra de um grande historiador de arte – Michael Baxandall, e o seu *L'Œil du Quattrocento. L'usage de la peinture dans l'Italie de la Renaissance*³ (livro de 1972, na sua edição original inglesa, de 1985 na francesa) –, e que, como é bem sabido de quem frequenta este ciclo, desempenhara um papel decisivo na génese da

³ A citação do título francês da obra de Baxandall não é aqui um acaso, ou a eventual procura de um efeito de erudição. Esta citação remete para a consagração do “olhar” no respetivo título, um tema que possui grande significado na escrita de Bourdieu, em geral, e grande relevância neste livro, em particular, como se verá seguidamente e que o título francês da obra consagra explicitamente; registre-se que a tradução francesa do livro de Baxandall foi realizada por Yvette Delsaut, uma das mais antigas e notáveis colaboradoras de Pierre Bourdieu.

obra mais paradigmática de Bourdieu, *La Distinction*. Percebe-se, lendo o *Manet* de Bourdieu, que também aqui este livro de Baxandall tem um papel decisivo: com efeito, é um “olhar”, um ponto de vista, um “olho”, “um órgão socialmente construído”, “um sistema de categorias de percepção incorporadas” (Bourdieu, 2016, p. 14) que muda completamente, cuja mudança acontece num quadro carismático, para falar como Weber (p. 15), que Bourdieu pretende objetivar. Manet é o protagonista de uma inversão da ordem simbólica.

Para se compreender essa inversão, Bourdieu começa por explicitar qual era a ordem “acabada”, “cumprida”, “estabelecida”, que se tomava como “evidente” (2016, p. 16). Essa ordem pode começar por ser enunciada através da linguagem dos aprendizes de pintor, aqueles que nunca foram admitidos no *Salon* [doravante, *Salão*] – a exposição anual das obras promovidas pela *Académie de Beaux-Arts* [doravante, *Academia*] –, os *rapins*, que nomeavam a pintura acadêmica como *peinture pompier* (p. 17). Esta última expressão é todo um programa. É muito difícil traduzi-la para português retendo a sua mais genuína significação, mas a pintura *pompier* remete para a pompa das representações das cenas históricas dos quadros valorizados pela Academia, para o cerimonial acadêmico e/ou para os capacetes brilhantes representados nesses mesmos quadros. Pintura, por isso, pomposa, pretensiosa.

Manet, vivendo 51 anos, entre 1832 e 1883, afirma-se pictórica e artisticamente num contexto histórico, o da França do Segundo Império, de 1852 a 1870, em que o país é dominado “por uma arte de Estado” (Bourdieu, 2016, p. 22). Esta funda-se num campo burocrático, configurado em torno de museus, da Academia de Belas-Artes, de diferentes instituições, onde se destaca o Salão, que contribui ativamente para um trabalho de formação de uma arte e de um gosto – e de um público para essa arte. A revolução simbólica “acabada” provocada por Manet é feita através de pinturas específicas que rompem, transgridem com esse campo burocrático dominante e com o gosto que este impele. O exercício de demonstração do argumento sociológico de Bourdieu é visível desde a primeira aula. O argumento constrói-se no detalhe da leitura das pinturas e, neste caso, projetando-as e analisando-as, num propósito de conhecimento que articula a sua produção com a sua recepção. *Déjeuner sur l’herbe*, de 1863, é a obra que primeiro se candidata a este exercício de análise, mas outras têm o mesmo tratamento, como *Olympia* (também de 1863) e, no final do curso, todas as mais significativas.

A jeito de reflexão preliminar, importa ter presente que os vários desafios de conhecimento inscritos na análise sociológica dos processos sociais, historicamente constituídos, aqui em causa – como os que passam pelo estatuto

das fontes, das biografias de artistas e de críticos, das obras de arte, da intencionalidade na produção e recepção destas últimas –, são objeto de precisões analíticas, que permitem delimitar o ponto de vista sociológico visado e aquele que é realmente construído por Bourdieu ao longo do livro. O leitor atento perceberá que Bourdieu, procurando reconstituir a revolução simbólica produzida por Manet, dá um grande espaço à análise da recepção crítica das obras do pintor, reconstituindo o espaço da crítica do modo o mais exaustivo possível. A medida da revolução simbólica é aferida por essa recepção crítica.

Segundo Bourdieu, nenhum “escrito sociológico revolucionário de Marx ou de Durkheim” terá gerado “uma centésima parte da violência”, do sentimento de escândalo, provocado por *Dejeuner sur l’herbe* ou por *Olympia* (2016, p. 35). O escândalo é gerado por um “heresiarca”, Manet, que quebra o “acordo entre as estruturas cognitivas e estruturas sociais” que suporta a arte acadêmica (p. 36). No cerne do escândalo, explicita Bourdieu, encontram-se “incongruências”, “contradições”, procuradas pelo pintor, que se inscrevem na forma, no conteúdo do quadro e, fundamentalmente, no modo como estas são percebidas no seu tempo. Em *Déjeuner sur l’herbe*, estamos perante um quadro que é demasiado grande para o seu conteúdo: mede 2,08 por 2,64 metros (os formatos deste tipo de temas eram bem mais pequenos). Para um quadro que era habitualmente classificado como uma “cena de género”, de carácter familiar, mais especificamente, uma “cena de banho”, muito pouco valorizada nas hierarquias artísticas académicas do seu tempo, enquanto tal, a cena era demasiado realista e demasiado grande para o seu realismo (Bourdieu, 2016, pp. 37-38). Um quadro com mais de dois metros por dois metros seria o formato para uma cena nobre, histórica, clássica, religiosa. Contudo, da acusação, escandalosa, por incorrer em ignorância, rapidamente se passa à indignação escandalosa – e correlativa acusação – devida a pretensão: “Por quem se toma” Manet para fazer uma coisa destas? O escândalo radica, desde logo, aqui. Mas Bourdieu demonstra que a transgressão que lhe subjaz se prolonga por outros domínios: um deles remete para a referência histórica – do ponto de vista da crítica, é importante notar que os críticos da época não praticavam, na generalidade, a referência histórica na análise da obra de arte; ora, dominando a sua arte e a sua história, Manet coloca deliberadamente em choque o antigo e o contemporâneo, o nobre e o trivial (2016, p. 39); reprova-se ainda em Manet a ausência de conhecimento da composição e da perspectiva, ainda que ele tivesse feito toda a sua formação em ateliers reconhecidos pela arte académica, neste caso, o de Thomas Couture (1815-1879); e registam-se os efeitos contraditórios que estão subjacentes à

composição do quadro – uma pastoral aparentemente pura decorrente do *décor* e a corrupção urbana subjacente ao modelo nu, um modelo feminino nu que não interage com os homens vestidos, de algum modo justapostos, e que enfrenta o espectador com o olhar. Ampliando-se e reforçando-se mutuamente, a acumulação de transgressões envolve o “sagrado estético” e o “sagrado ético-sexual” (Bourdieu, 2016, p. 57).

A revolução simbólica cumprida por Manet tem subjacente a si um quadro que Bourdieu interpreta, assim, como uma “bomba simbólica” (2016, p. 63). O elemento central que a faz detonar enquanto bomba releva da negação da retórica acadêmica e do lugar que a eufemização tinha nesta. Manet rompe com esta. Por exemplo, e para além do que foi até aqui dito, no modo como expõe o nu. Ilumina-o frontalmente e não de lado, à esquerda, atenuando-o, eufemizando-o (p. 64). Mas também no modo, muito criticado na época, como justapõe e distancia personagens, formas, cores, rejeitando assim o ideal de convergência e de unificação que está inscrito na pintura acadêmica, eliminando a história que esta sempre contava. O quadro, considera Bourdieu, seria, assim, “uma provocação reflexiva à reflexividade”, uma pintura sobre a pintura (2016, p. 68).

As incursões na análise da obra e do seu autor são, progressivamente, articuladas por Bourdieu no seu programa de conhecimento sociológico, comportando o estudo combinado das disposições, do posicionamento social e das tomadas de posição de Manet no campo em que se insere, o que implica inevitáveis ruturas com pressupostos habituais na análise da arte, das suas obras e autores. Uma citação, longa, permite esclarecer bem este movimento analítico:

À questão: “Quem pintou *Le Déjeuner sur l’herbe*?”, respondendo evidentemente que foi Manet, quer dizer, um indivíduo, situado no tempo e no espaço, dotado de um corpo, inserido socialmente, etc. Mas, do ponto de vista sociológico, este indivíduo que pintou este quadro não foi o sujeito segundo a tradição ocidental, foi um habitus inserido num campo. Um habitus, quer dizer, um ser biológico socializado, dotado de disposições permanentes socialmente constituídas de que é necessário descrever a gênese social, da mesma maneira que é necessário descrever a gênese social do campo [do espaço social] em que se encontra Manet, ao lado de Courbet, Delacroix e Ingres (Bourdieu, 2016, p. 112).

Um tal exercício leva Bourdieu a um passo exigente: tentar compreender as disposições de Manet na sua relação com a obra de arte, procurando reconstruir o ato da sua pintura, focado em *Déjeuner sur l'herbe*. Este quadro é uma cena de atelier, que se apresenta como uma cena de ar livre, recorrendo deliberadamente a uma série de artifícios (Bourdieu, 2016, p. 126). Contrariamente a Courbet, que em *L'Atelier du peintre*, se pinta pintando, Manet encena um “quadro vivo” e coloca o modelo, num gesto ousado – Bourdieu diz que o coloca numa “postura impossível” (2016, p. 127) –, dando-lhe uma pose clássica, mas não a das fontes históricas habituais, colocando-o a olhar o pintor e o espectador. Roupas, figos e cerejas, uma rã introduzem um elemento decorativo, reforçando a ideia de encenação no atelier e demonstrando que Manet dominava os códigos académicos, sem deixar de jogar, hábil e provocatoriamente, com eles. Os personagens completam um tal quadro de encenação. Os modelos são um dos irmãos de Manet e o seu futuro cunhado, Ferdinand Leenhoff. Não são modelos profissionais, que transportariam consigo a pose académica e tirariam a roupa, pelo que se apresentam vestidos e contrastam com o nu da mulher (mulher que será uma composição do rosto da sua futura mulher com o corpo da sua modelo da época) (Bourdieu, 2016, pp. 128-129). Tudo isto sob um fundo que funciona como um décor teatral, a jeito de uma tapeçaria. Detetado um lugar a preencher, atrás, Manet, citando Wateau, coloca nele uma mulher, aumentando o contraste (p. 130). Reconstituindo o procedimento, Bourdieu pretende demonstrar que cada pincelada é ao mesmo tempo estruturada e livre e que, sem abusar da fórmula de Mauss, *Déjeuner sur l'herbe* é um “fenómeno social total”:

Para o compreender, é necessário mobilizar não somente um pouco de cultura histórica específica – iconologia – mas também referências, fontes, reais ou supostas, que remetem para a ordem especificamente artística, assim como política, a ordem cultural, a ordem estatal, tudo o que o artista pôde envolver pela mediação dos seus “eu não quero fazer isto”, “faço isto, faço aquilo, etc.” (Bourdieu, 2016, p. 151).

No âmago do exercício, uma vez mais na obra de Bourdieu, uma crise. A revolução simbólica realizada por Manet é uma crise do conjunto da instituição artística, que, para ser compreendida, envolve uma teorização do próprio Estado. A crise aqui inscrita é uma crise do sistema de ensino. A revolução simbólica não teria sido possível sem a sobreprodução de *rapins*, que se transformam no motor e no público de Manet. Mas, para se compreender bem o impacto de um quadro

como *Déjeuner sur l'herbe*, é preciso ter presente que este faz parte de um jogo acadêmico, inscrevendo-se numa luta que tem a arte institucional e de Estado no seu centro. Tal é possível porque, fruto de um processo definido ao longo de várias décadas, o Estado francês, contrariamente ao que sucede noutros países neste tempo (como em Inglaterra), intervém de modo muito ativo sobre os gostos. Socorrendo-se do trabalho da historiadora inglesa Geraldine Pelles (1963) – dedicado a uma comparação das situações artísticas em Inglaterra e em França entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX –, assim como dos seus próprios estudos, Bourdieu distingue claramente as situações sociais no mundo artístico nos dois países neste período: para além de menos numerosos, os artistas ingleses não estavam integrados num sistema de Estado, estavam antes submetidos a um sistema de relações de patrocínio (Bourdieu, 2016, p. 266). Em França, transformada em arte de Estado, a arte académica desenvolve-se como arte escolástica, com as suas próprias instituições e postos, dirigidos pela exposição anual no Salão: a escolha para a exposição no Salão equivalia a uma classificação social, oficialmente reconhecida, como pintor. Os grandes “mestres” dos ateliers, que por estes passavam em dias fixos para dar conselhos e ensinamentos, são os agentes da escolha para a exposição no Salão anual. Suportada financeiramente por banqueiros, dirigentes do Estado e da indústria, que compram as obras no Salão, numa lógica que tem muito de consumo conspícuo, a arte *pompier* possui uma estética (e uma ética) normativa(s). A arte *pompier* é uma arte inscrita hierarquicamente. No topo da hierarquia, os temas antigos e bíblicos, que se aprendem a pintar na Academia de Pintura e de Escultura, fundada em 1816, que combina a consagração com a pedagogia e que se prolonga comercialmente no Salão, lugar de vendas (Bourdieu, 2016, pp. 191-192). O funcionamento interno da academia configura-se, assim, numa série contínua de concursos, o maior é o que conduz ao *Grand Prix* anual, que, ao vencedor, abre as portas para uma estadia na *Villa de Medecis* em Roma. A lógica do concurso possui propriedades bem definidas. Implica grande docilidade face aos grandes “mestres”, uma grande competição entre os alunos e a normalização da formação técnica coletiva sob pressão no atelier. Uma formação que se estrutura funcionalmente em torno da hierarquia em todos os domínios. Para se ter uma noção, a distância relativamente ao modelo no atelier é crítica no funcionamento das aprendizagens e uma retradução do *ranking* nas provas de avaliação: segundo a incisiva análise de Bourdieu, quanto mais bem avaliado na semana anterior, mais próximo do modelo, que se desenha e pinta copiando, estará o aprendiz na semana seguinte (2016, p. 194); a competição e a emulação são permanentes, a necessidade da limpeza omnipresente, a estética

converte-se numa ética que se organiza em torno da economia, do rigor e da limpeza; é por isso que os críticos de Manet dirão deste que faz pinturas “sujas” ou “fáceis”. Tratando os aprendizes através de uma combinação de igualitarismo com aristocratismo, os grandes “mestres” organizam combates com pincéis entre pintores (p. 195), tornando a ansiedade no sentimento mais proeminente no dia a dia do atelier, fazendo da violência simbólica, aquela que se realiza com a cumplicidade da vítima, um elemento estrutural da arte *pompier*: “quanto mais dura é uma prova iniciática, mais forte é a adesão e mais felizes são as lembranças” (p. 196). Produto da escola, a quem devem tudo, que conquistaram ao longo de longas carreiras, os grandes “mestres” (p. 198), possuem origens provinciais e são agentes decisivos no processo de transformação da Academia “numa espécie de banco central do valor artístico”, conclui Bourdieu (p. 200). A ortodoxia que praticam é uma arte de escola, organizada em torno da execução e de um virtuosismo técnico que se realiza nessa mesma execução, e que envolve, simultaneamente, um virtuosismo histórico. Colocados os temas históricos no topo da hierarquia dos valores da arte académica, os pintores transformam-se em especialistas do detalhe histórico e da respetiva cópia, esta última aferida pelo virtuosismo da técnica (Bourdieu, 2016, p. 205). Arte de exibição, a arte académica é uma técnica orientada para produzir efeito. Um efeito de legibilidade, baseado em códigos comunicativos e jurídicos que se domina competentemente (Bourdieu, 2016, p. 206). Para tornar clara esta observação, Bourdieu recorre a uma extensa e especialmente significativa citação do trabalho de Monique Segré (1993, pp. 67-68):

Em geral, o céu é azul, as estradas cinzentas, os campos são verdes, etc. Cito: “o tratamento dos nus femininos obedece a condições muito restritas. Os nus são sempre harmoniosos, destituídos de imperfeição, (...): o corpo não tem história, as mulheres são sempre jovens e ao mesmo tempo de uma idade indefinível. São belas, mas sem carácter, sem personalidade. Qualquer manifestação de sentimento é voluntariamente excluída, as faces têm sempre a mesma expressão, marcada, de uma beatitude celeste, as poses são languidas, os gestos sem objeto, formando arabescos, o sorriso um pouco congelado, tudo o que poderia dar vida ao corpo e ao rosto é apagado” (Bourdieu, 2016, p. 209).

Procurando um efeito retórico, a história “desistoricizada” da arte académica promove uma estética do finito, do acabado (Bourdieu, 2016, pp. 209-210). Com efeito, e à luz de um tal procedimento, outra das grandes críticas que se fazia a Manet, talvez a maior, era a de que fazia esquisos. O finito é um condensado de exigências. O horror suscitado pelas obras de Manet, tal como pelas de Courbet, de Delacroix, decorria de serem consideradas inacabadas e, por isso, mal pintadas. Procurando a discrição, o pintor académico acaba o quadro para que tal discrição seja possível.

Bourdieu, intercalando referências históricas, precisões conceptuais, respostas a interlocutores, tem, ao longo das lições, passagens muito perspicazes, do ponto de vista sociológico, que permitem documentar as inscrições práticas e simbólicas visadas pelo seu estudo. A este nível, assinala a relevância dos dois momentos em que se divide a arte académica: a impressão, onde imperava o esboço, e a invenção, onde se consumava a estética do acabamento. Os “impressionistas” – percebe-se a origem do nome do movimento – tornam-se escandalosos porque subvertem a ordem consagrada pela arte académica, vendendo e publicando obras inacabadas, incompletas, cujo destino deveria passar pela preservação, fechada, no atelier. Estes esquisos, tornados públicos e vendidos no mercado, são, por isso, transgressões estéticas e, inevitavelmente, transgressões éticas.

Com as suas obras e litigando a seu propósito, Manet promovia uma profunda rutura com a estética e a ética da arte académica. Rompia com o estilo de vida, com a representação dramática da história, com a prioridade dada à forma (Bourdieu, 2016, pp. 221-225). *Déjeuner sur l'herbe*, pintura herética de um heresiarca, com exposição no Salão anual recusada pelos grandes “mestres” da arte académica, abre portas à contestação do mesmo Salão e das suas normas. Ainda que a primeira reação do sistema do Salão tenha passado pelo endurecimento das condições de participação (Bourdieu, 2016, pp. 226-231), Manet, favorecido pelas suas disposições e posição, assim como pelo crescimento do número de *rapins*, assistirá ao crescimento da contestação dos critérios de julgamento utilizados nas escolhas feitas pelos detentores de poder académico que conduzem à exposição no Salão. A invenção do Salão dos Recusados, em 1863, “instituição ambígua”, diz Bourdieu, é a vários níveis paradoxal, abrindo portas à “revelação” e à revolta (2016, p. 391). Criado para expor num “pelourinho” a arte incompleta e os seus autores – importando ter presente que tal sucedeu, já que o escárnio e o maldizer imperaram em muitos juízos, tudo indicando que no Salão dos Recusados se juntavam obras muito heterogêneas –, o Salão dos Recusados permitirá a afirmação lenta, entre os *rapins*, de um sentimento de

comunhão com muitas das obras neste expostas, ao ponto de um comité de salvação dos recusados ser criado, envolvendo fins políticos, que, mais do que a contestação do Salão, vai gerar uma contestação dos membros do respetivo júri e dos seus critérios, que se traduz no fim do “mercado cativo” que o Salão representava (Bourdieu, 2016, p. 419). Este processo transforma Manet num pintor maldito para os académicos, mas cria-lhe uma reputação entre os *rapins* em ação nos ateliers, tornando, progressivamente, muito difícil distinguir um artista maldito de um artista falhado. Consumar-se-á a “bancarrota simbólica do Salão” e, com esta, a da arte académica:

É isso que é um revolucionário simbólico: alguém que, completamente possuído por um sistema, consegue apoderar-se dele virando o domínio que tem desse sistema contra esse sistema. É uma coisa muito estranha. Nos estados avançados de universos e campos autónomos, esta é a única forma de revolução. Não há revolucionários autodidatas (Bourdieu, 2016, pp. 402-403).

A revolução simbólica operada por Manet é favorecida por um quadro combinado de fatores – concebido, por Bourdieu, como “um modelo multifatorial” –, que se articula com os processos até aqui descritos. Fatores técnicos, como a difusão da litografia, que permite aumentar o interesse pela arte e pelo cultivo da paisagem, a invenção do tubo de pintura de metal, que melhora o trabalho de preparação das cores no atelier, e as cores químicas, a mudança na preparação das telas, que também reconfigura a divisão e a dominação do trabalho no atelier. Fatores morfológicos, como os relativos ao aumento do número de pintores. Fatores do lado da procura, como os relativos ao enriquecimento da burguesia interessada por arte, que compra pintura de género (Bourdieu, 2016, pp. 406-413).

O grande desafio analítico do livro passa, assim, pela compreensão da revolução simbólica concretizada por Manet. Procurando compreendê-la a partir da prática, Bourdieu mobiliza o seu modo de conhecimento relacional para concretizar tal compreensão, o que implica conhecer as disposições e os capitais de Manet e a relação que estes estabelecem entre si e com o campo em que Manet se insere.

Manet tem condições muito especiais para operar esta revolução. Um segmento importante do livro consagra-se, precisamente, a uma tentativa de compreensão sociológica do habitus de Manet. Ainda que seja tentado ao

longo de vários momentos do livro, é no segmento final do curso que emerge esse propósito de modo mais deliberado. Bourdieu não resiste a explicar as razões subjacentes a determinadas operações conceituais e convoca extensa literatura sociológica, desde logo, sua, e histórico-sociológica, de outros, para explicitar procedimentos. A análise do habitus de Manet constitui uma das chaves explicativas do livro. Manet é mais um caso de “habitus clivado” na obra de Bourdieu: é, na verdade, um grande burguês oriundo da alta administração, rodeado de uma rede relacional assaz poderosa que se define na grande burguesia e na grande aristocracia, contrariamente aos pintores *pompier*s, de origens provinciais e com maior necessidade de integração no sistema e de submissão ao mesmo; por outro lado, Manet é um republicano de esquerda, com disposições políticas e estéticas largamente subversivas, ainda que socialmente muito bem integrado e protegido. Nas palavras de Bourdieu, “bem inserido na burguesia, brilha nos cafés boémios” (2016, p. 483), tem uma grande capacidade de circulação no campo do poder. Com efeito, o pai de Manet era juiz de tribunal de primeira instância, a mãe, filha de embaixador, fora educada na Suécia. 63 hectares de terra em Gennevilliers proviam a família de grandes rendimentos, que, com a morte do pai, serão em parte transformados em capital, libertando Manet da pressão do mercado da arte e permitindo-lhe fazer escolhas deliberadamente artísticas. Casa, depois da morte do pai, que se opunha ao casamento, com Suzanne Leenhoff, professora de música contratada pelos pais, e que é mãe de uma criança que Manet não chegou a perfilhar (havendo larga discussão sobre este assunto), mas que consagrou no seu testamento. Seguro, contrariamente a muitos dos artistas seus contemporâneos, nunca rompeu com a família. O seu aristocratismo leva-o a desenvolver um espírito desafiador. Trabalha muito e investe na sua arte, falando dela – “falava muito bem da sua pintura” (Bourdieu, 2016, p. 431), afastando-se e opondo-se, simultaneamente, a conservadores e a revolucionários (p. 489).

Se o habitus clivado de Manet fica assim identificado, importa ter presente o seu capital. Bourdieu descreve a vida de Manet como um processo de acumulação de capital (Bourdieu, 2016, pp. 491 e seguintes). Não obstante as derrotas, como ser recusado pelo Salão, é esta acumulação de capital que lhe permite enfrentar o sistema académico e sobreviver-lhe, desafiando-o, acabando por subvertê-lo através da sua pintura herética e da revolução simbólica que opera. Como se percebeu, Manet acumulou um significativo capital económico, que lhe permitirá construir um mercado próprio, tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista simbólico. Essa acumulação de capital económico combina-se com uma grande acumulação de capital social.

Curiosamente, Bourdieu acentua especialmente a relevância da acumulação de capital social. Talvez porque Manet não cumpre, inicialmente, os propósitos de acumulação de capital cultural convencionais da família, a saber, não estuda Direito, falha a entrada na escola naval, embora tenha feito longa viagem preparatória ao Brasil, algo que o levará a desenhar profusamente.

O colégio Rollin, que Manet frequenta, era o colégio com a pedagogia mais liberal de Paris e o mais burguês. Embora não o converta na trajetória esperada, Manet “adquire aqui um capital cultural excepcional”, demonstra Bourdieu (2016, p. 494). A segurança, dir-se-ia, ontológica, que permite a Manet enfrentar os acadêmicos sem hesitar, é construída a partir daqui, pela combinação que garante de capital cultural com capital social. Em contextos determinados, Manet acumula, de facto, muito capital social, que combina com significativo capital cultural.

O salão do comandante Lejosne, membro da guarda imperial, mas um anticonformista, rodeado de republicanos e de anticonformistas, e onde Manet conhece Baudelaire, Monet, Gambetta, entre muitos outros, é um local de grande acumulação de capital social (Bourdieu, 2016, p. 495).

O salão da senhora Manet, uma vez casado e prolongando atividade do salão da casa familiar dos pais de Manet, permite a Édouard Manet alargar o capital social da família através das relações que estabelece a partir das suas recepções e do piano que a sua mulher tocava e que envolve pelo menos uma dezena de membros da grande burguesia industrial, financeira e comercial francesa (Bourdieu, 2016, pp. 497-501).

O atelier de Thomas Couture, onde Manet passou seis anos, e que Manet terá escolhido por Couture “não ser um acadêmico como os outros” (Bourdieu, 2016, p. 502; p. 48), é um local de incorporação de capital cultural específico e de um capital social denso.

O Museu do Louvre, que Manet frequentou incessantemente até ao fim da vida e onde estudou obras e encontrou discípulos e a grande maioria dos seus pares (Bourdieu, 2016, p. 503).

Os cafés e a boémia *chic* que comportavam, em particular, a busca de uma outra legitimidade que nestes se começa a estabelecer, uma legitimidade do contra, uma “contra-academia”, primeiro no Café Guerbois, depois em La Nouvelle Athènes, onde pontuam grupos muito diferentes, mas que Manet conhece bem e, talvez ainda mais relevante, sendo grupos muito diferentes, circulando com grande facilidade entre estes (Bourdieu, 2016, pp. 506-510).

Os ateliers dos pintores são locais de grande acumulação de capital. A começar pelo seu próprio atelier, ou melhor, pelos seus diferentes ateliers, pois Manet teve vários. O atelier de *Déjeuner sur l’herbe* e *Olympia* é um típico atelier

de *rapin*, mais tarde Manet terá um salão. O importante é ter presente que sendo lugares de acumulação de capital cultural, os ateliers são também lugares de produção e de reprodução de um capital de relação, de um capital social específico, que permite perceber que o afrontamento da Academia foi realizado e possibilitado por um empreendimento personificado por Manet, mas no quadro de uma ação coletiva.

Nota final

Se fui bem-sucedido com o que tentei realizar, perceber-se-á que comecei por discutir a obra de Bourdieu sobre Manet a partir dos conceitos de espaço social e de campo, ao documentar as condições em que se definia a arte académica e a crise que Manet trouxe ao campo burocrático em que esta se fundava ao constituir um campo artístico. Prolonguei a procura da chave analítica da obra salientando o significado das disposições sociais e dos capitais de Manet. Espaço social, campo, habitus e capital, eis, portanto, alguns elementos fundamentais do programa sociológico de Bourdieu em ação. O livro comporta outros exercícios, nomeadamente, uma tentativa de empreender uma análise sobre o campo da crítica de arte no momento da produção da obra de Manet, desemboca na análise do percurso social e artístico de Manet e na produção de uma ciência das suas obras pictóricas, que envolve um diálogo e uma documentação de outras obras, analisadas ao detalhe, num exercício, em grande medida, interminável, que articula o espaço social e o espaço simbólico em que Manet se move. Faria sentido regressar aqui novamente a *Déjeuner sur l'herbe*, mas tal, creio, já não será necessário. A exposição do argumento já vai longa e será melhor ler o livro (em particular, as páginas 536 e seguintes).

Bourdieu era um profundo conhecedor da história e da sociologia da arte. Os cursos revelam-no, o manuscrito inacabado que redige com a sua mulher, Marie-Claire Bourdieu, também. Os textos de Christophe Charle e de Pascale Casanova dão bem conta destas suas qualidades e destacam linhas de análise que permitem conceber o caminho que Bourdieu seguiria se tivesse concluído a investigação: haveria atualizações de conhecimentos; as prioridades analíticas estariam, seguramente, alinhadas com o aprofundamento do conhecimento sociológico sobre a estrutura das revoluções simbólicas, com uma introdução cabal do conhecimento comparativo sobre a estruturação dos campos artísticos e com o apuramento do estudo das disposições sociais dos artistas.

Ainda que seja uma obra inacabada, se dúvidas houvesse sobre a sua qualidade (embora deixe, por razões de espaço, para uma outra ocasião uma discussão sobre a sua receção), talvez a prova mais evidente da capacidade que se encontra nela seja o reconhecimento prático, pelo próprio Museu d'Orsay – onde hoje reside *Déjeuner sur l'herbe*, por oferta ao Estado francês no início do século XX –, do capital específico de Bourdieu nesta matéria. Até ao final de domingo passado, entre vários e importantes livros da especialidade, era precisamente este *Manet: une révolution symbolique* que se encontrava também na banca de venda de livros que encerrava a muito concorrida exposição que o Museu d'Orsay dedicou nesta Primavera/Verão a Degas e a Manet.

Referências bibliográficas

Baxandall, M. (1972). *Painting and Experience in fifteenth century Italy*. Oxford: Oxford University Press (tradução francesa, por Yvette Delsaut, (1985), *L'Œil du Quattrocento. L'usage de la peinture dans l'Italie de la Renaissance*. Paris: Gallimard).

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1992). *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil.

Bourdieu, P. (2016). *Manet: une révolution symbolique*. Paris: Éditions Points.

Pasquali, P. (2021). Les coulisses du *Métier*. Genèse et postérité d'un classique des sciences sociales. In P. Bourdieu, J.-C. Passeron, & J.-C. Chamboredon, *Le Métier du sociologue*. Paris: éditions EHESS.

Pelles, G. (1963). *Art, Artists and Society. Painting in England and France, 1750-1850*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Segré, M. (1993). *L'Art comme institution. L'École des beaux-arts, XIX^e-XX^e siècle*. Cachan: Éditions de l'ENS-Cachan.

O efeito Manet

Pierre Bourdieu

O pintor Édouard Manet encarna a revolução estética do final do século XIX, quando o academismo foi rejeitado em favor de novas formas e regras, impostas não pelo Estado, mas pelos próprios artistas. Pierre Bourdieu dedicou dois anos de aulas no Collège de France a esta transformação, que continua a estruturar o nosso modo de ver a arte.¹

O objetivo do curso

Este ano, vou falar-vos do que se pode descrever como uma revolução simbólica bem-sucedida, a que foi instigada por Édouard Manet (1832-83). Tentarei tornar a própria revolução inteligível – tanto o que a tornou única, como as obras que a concretizaram. Em termos mais gerais, quero explicar a ideia de uma revolução simbólica.

Se as revoluções simbólicas são particularmente difíceis de compreender, sobretudo quando são bem-sucedidas, é porque o mais difícil de compreender é sempre o que parece evidente, na medida em que uma revolução simbólica cria as estruturas através das quais percebemos essa revolução. Dito de outro modo, à semelhança das grandes revoluções religiosas, uma revolução simbólica subverte as estruturas cognitivas e, por vezes, em certa medida, as estruturas sociais. Assim que é bem-sucedida, impõe novas estruturas cognitivas que,

¹Texto originalmente publicado em língua francesa. A presente tradução toma por referência as passagens da obra em que este texto se baseia, na sua edição mais recente (P. Bourdieu, *Manet : une révolution symbolique*, publicado pelas Éditions Points, em 2016), conjugado com as edições inglesa e francesa do texto em formato de artigo, originalmente publicado no jornal *Le Monde diplomatique*. A tradução para língua portuguesa foi realizada por Virgílio Borges Pereira. São devidos agradecimentos a Jérôme Bourdieu pela autorização de publicação da presente versão em língua portuguesa.

por se generalizarem, se difundirem e habitarem o conjunto dos sujeitos que percebem um universo social, tornam-se imperceptíveis.

As nossas categorias de percepção e de apreciação, aquelas que utilizamos habitualmente para compreender as representações do mundo e o próprio mundo, nasceram desta revolução simbólica bem-sucedida. A representação do mundo que nasceu desta revolução tornou-se, portanto, evidente – a tal ponto que o escândalo provocado pela obra de Manet na sua época é surpreendente ou chocante para nós. Por outras palavras, assistimos a uma espécie de derrube...

A pintura “*pompier*” e a Arte de Estado

Sob o Segundo Império (1852-70), quando Manet entrou em cena, a França tinha uma arte de Estado. Havia o *Salon*, o *Institut*, as *Beaux-Arts*, os museus, em suma, todo um sistema burocrático, poder-se-ia dizer, para gerir os gostos do grande público²... Esta instituição académica integrada funcionava através de uma série contínua de concursos que ofereciam prémios distintos. O mais importante era o *Grand Prix* anual, cujo vencedor seria premiado com uma estadia na *Villa Medici*, em Roma. A lógica da competição, já bem conhecida, definia todo o sistema e, do mesmo modo, tinha todos os traços reconhecíveis dos sistemas produzidos por corpos e destinados a produzir corpos, como o sistema de aulas preparatórias para a entrada nas *grandes écoles*³ (...).

Ateliers e ritos de iniciação

O mais novo participante num atelier de pintura tinha de se submeter a uma iniciação. Tinha de pagar uma *bienvenue* [boas-vindas], que consistia em bebidas e brioques. Havia entre 18 e 25 alunos por turma – era o caso da Academia Julian – e trabalhavam das 8 ou 9 da manhã até às 4 da tarde, outra característica das instituições de ensino, que impunham um trabalho muito intenso baseado

² Pintura *pompier* é um termo pejorativo para a arte académica da segunda metade do século XIX, que pode aludir quer aos capacetes brilhantes (como os dos bombeiros) das personagens históricas frequentemente representadas nos frescos, quer ao carácter *pomposo* das cenas que representa ou à cerimónia anual do *Salon* (de pintura e escultura), a exposição de trabalhos reunidos pela *Académie des Beaux-Arts*. Esta exposição de arte oficial realizou-se em Paris, do século XVIII até 1881.

³ Este parágrafo reúne ideias formuladas em duas lições diferentes.

em exercícios técnicos. A hierarquia era omnipresente. Um aluno, a quem se chama *massier* (bedel), era eleito pelos outros e escolhia o ponto de vista a partir do qual preferia desenhar o modelo, que podia ser um molde de gesso ou um modelo vivo, enquanto os outros alunos se posicionavam de acordo com a sua classificação nos concursos.

O que é muito importante é que, tal como nas classes preparatórias, a hierarquia está presente em todos os instantes: todos os alunos são colocados em escalões hierárquicos e, por exemplo, a sua distância em relação ao modelo é uma retradução do *ranking* nas provas da semana anterior. Esta chamada de atenção para a hierarquia é um alerta permanente para a emulação. Por exemplo, os grandes patrões da época, como Gérôme, Léon Bonnat, Gustave Moreau, William Bouguereau, passavam regularmente pelos *ateliers* – há centenas de caricaturas em que se vêem a falar com um aluno, por vezes sentados no seu lugar e a retocar o desenho ou a dar conselhos. Os professores vestiam-se muito bem, a antítese absoluta do *rapin bohème* (*aprendiz de pintor boémio*).⁴ Entre os conselhos que Gérôme dava estava a importância da limpeza: era preciso limpar muito bem os pincéis, não desperdiçar tinta, etc., que eram algumas das muitas coisas consideradas importantes. Se é verdade, como disse no início, que a estética tem algo a ver com a ética, e que há uma ética da economia, do rigor e da limpeza, então esta era sexual e eticamente conotada. As pinturas dos impressionistas, em particular as de Manet, eram consideradas sujas ou “fáceis” (no sentido implícito quando se chama fácil a uma mulher) e, por isso, corruptas, corruptoras e, essencialmente, desprovidas esteticamente.

A revolução fingida

Já na época de Manet, surgiam impostores que, tendo percebido a revolução que estava a acontecer primeiro do que todos os outros, operavam uma conversão aparente e, durante algum tempo, puderam beneficiar tanto dessa conversão como da conservação. Entre os mais típicos, e a ele voltaremos, está Fougerolles, uma das personagens de *L'Œuvre*⁵ de Zola, baseado no pintor

⁴ Nome dado por Théophile Gautier ao pequeno grupo de pintores nunca admitidos no *Salon* e de músicos e escritores desempregados sem editor, que se reuniam no café Momus. Foram imortalizados em *Scènes de la Vie de Bohème* (1851) de Henri Murger e em *La Bohème* (1896) de Puccini.

⁵ Zola defendeu Manet. O seu romance *L'Œuvre* retrata o mundo artístico e o destino de um pintor almadidoado, Claude Lentier.

real Jules Bastien-Lepage. Fougerolles é uma personagem prototípica que pode ser encontrada em todos os domínios: por exemplo, na alta-costura, há revolucionários como André Courrèges, e depois há arranjadores como Yves Saint Laurent. Em todos os domínios, há pessoas que, em geral, vêm depois, que compreendem o que aconteceu e sabem como fazer uma versão “suave” da revolução “dura”, obtendo assim um grande lucro. Em determinada altura, até os amigos de Manet preferiam Bastien-Lepage a Manet. Não se trata de uma brincadeira: Manet ainda não tinha sido consagrado e os seus macaqueadores, os macaqueadores do génio, já faziam dinheiro, apesar de ser condenado – morreu ainda condenado. Se se tem a mística do artista maldito, pode ser um bom sinal morrer condenado, mas não me parece que seja divertido viver essa experiência. A partir do momento em que a revolução simbólica está em marcha, há lugar para a impostura da revolução, a pretensão da revolução...

Do banal ao escândalo

Vejam agora a obra que têm diante de vós. Quero, muito rapidamente, afirmar a minha intenção com a projeção de *Le Déjeuner sur l'herbe*. É óbvio que, ao mostrar uma obra que é trivial, que foi banalizada – pode ser encontrada em latas de biscoitos, e é seguramente a obra mais comentada depois da *Mona Lisa* –, que é a mais vista, e que por isso passa despercebida, tenho a intenção um pouco louca de vos permitir reconectar com o sentimento de escândalo que esta obra agora banalizada provocou em tempos. Como é que uma obra digna de uma lata de biscoitos foi capaz de causar polémica a uma escala que hoje não podemos imaginar?...

O heresiarca⁶ que criou o quadro provocou um escândalo e perturbou uma ordem simbólica, o acordo entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais que estão na origem da nossa experiência do mundo social e que tomamos como garantidas. Estas estruturas apresentam-se frequentemente sob a forma de oposições binárias: a oposição entre a alta e a baixa estética, que corresponde à hierarquia dos géneros, a oposição entre o masculino e o feminino, entre a burguesia e a classe operária, etc. Por exemplo, o que foi imediatamente detectado por um certo número de críticos “populares” (críticos que escrevem em jornais de grande circulação e que estão ansiosos por serem bem vistos pelo

⁶Uma pessoa que está na origem de uma heresia.

seu público, dizendo-lhe o que ele quer ouvir – o fenómeno *Audimat* já existia⁷), foi o barbarismo sexual, o facto de o quadro representar homens burgueses vestidos e uma mulher nua, que se supõe ser uma jovem costureirinha galante.

Este quadro está cheio de incongruências – talvez devêssemos dizer “inconsistências”, ou seja, está cheio de contradições do ponto de vista das categorias e dos esquemas de percepção que estavam tacitamente gravados no inconsciente das pessoas da época, do que era aceitável para a maioria dos espectadores e dos artistas. Por exemplo, notaram que o quadro, que mede 2,08m por 2,64m, era demasiado grande para o seu objeto. Já não temos em mente este tipo de métricas e, em particular, a relação entre a hierarquia das categorias artísticas e, por conseguinte, das obras, e a hierarquia das dimensões das telas. Várias pessoas consideraram-na demasiado grande para uma pintura de género, nomeadamente para uma cena de banho⁸, que constitui uma categoria particular. Alguns críticos constataram uma contradição entre a contemporaneidade da obra e o seu carácter pastoral, demasiado realista para ser uma cena de banho. Outra causa de escândalo que os críticos assinalaram foi o facto de o quadro ser demasiado público e oficial para uma imagem lasciva do tipo que se comprava debaixo da mesa ou que se escondia na carteira de um homem. Esta obra era uma dupla transgressão de duas espécies de sagrado: ela transgredia um sagrado específico, de ordem estética, que é denunciado pelos mais competentes especificamente, os mais crentes, que são os que mais se escandalizam, e um sagrado não específico, que é o sagrado ético-sexual.

Afinidade entre as hierarquias

A outra revolução simbólica em que podem pensar, o maio de 68, é interessante do ponto de vista da intuição conservadora, que encontrou uma verdade sociológica profunda, a saber, que existe uma afinidade entre todas as hierarquias: quem mexe com uma hierarquia, mexe com todas as outras (ou poderia mexer). Teme-se que estes artistas irresponsáveis, que subvertem a hierarquia entre o contemporâneo e o antigo, possam atingir a hierarquia entre a burguesia e o povo, etc. A estratégia de Manet não era totalmente inconsciente; ele queria de facto provocar – republicano, muito à esquerda,

⁷ Bourdieu refere-se aqui à preocupação com a medição das audiências.

⁸ A “pintura de género” é um tipo de obra que representa cenas de carácter anedótico ou familiar. Considera-se que ocupa um lugar bastante baixo na hierarquia das imagens e foi estudada nas academias de belas-artes europeias.

apresentou ao Salão o seu *Portrait d'Henri Rochefort* (1881), um dos heróis da Comuna condenado ao exílio. Esta estratégia de ataque a todas as hierarquias tinha como objetivo matar dois coelhos de uma cajadada só, atingindo simultaneamente a Academia e a burguesia.

Mais uma vez, em matéria de transgressões estéticas, critica-se Manet por não saber o suficiente sobre composição ou perspectiva. As pessoas de boa-fé lembram que ele estudou nos melhores ateliers de pintores (o de Thomas Couture, que era muito reputado e até considerado um pouco subversivo). Portanto, não se podia criticá-lo por ignorância, porque o fazia de propósito e, além disso, Manet tinha respondido preventivamente aos seus detractores na própria tela [*Le Déjeuner sur l'herbe*], incluindo uma natureza-morta que era uma obra-prima de composição, como se tivesse colocado num canto um sinal da sua excelência. (Eu próprio uso expressões latinas só para mostrar que posso, se quiser... [Risos] Não sei porque me estou a meter nisto... [Risos]). Assim, ele substituiu uma perspectiva necessariamente hierárquica – quanto mais longe, mais pequeno – por uma perspectiva mais plana. Courbet, que não gostava de Manet (o sentimento era mútuo), dizia que parecia uma rainha de um baralho de cartas. Há toda uma série de aspectos técnicos nesta pintura, como a iluminação frontal que faz desaparecer o modelo, o que produz um efeito realista e elimina a idealização.

Por exemplo, nos nus de Alexandre Cabanel (eles próprios um pouco picantes, ver *O Nascimento de Vénus* (1863)) ou de Bouguereau, o eufemismo é sempre evidente, não só pela distância histórica dos temas representados (as Vénus, etc.), mas também pela técnica. O efeito realista faz-nos pensar que se trata de um piquenique em Asnières [nos subúrbios de Paris]. E se se trata de um piquenique, interrogamo-nos sobre a modelo: porque está nua? Estará a acontecer algo de perturbador, tanto mais que Manet começou por chamar ao seu quadro *La partie carrée*⁹?

Falsa oposição entre realismo e formalismo

Dito isto, paradoxalmente, a iluminação frontal cria um efeito de formalismo. O quadro oferece uma alternativa à funesta tradição histórica que opõe o realismo ao formalismo: Manet, tal como Flaubert, é simultaneamente realista

⁹ Nota da Tradução: expressão que designa práticas sexuais entre dois casais, “ménage à quatre”.

e formalista. Zola, para defender Manet, invocou os argumentos da “pintura pura”, em que as formas, as cores e as marcas justapostas são utilizadas apenas para criar manchas de cor, para produzir efeitos plásticos e não para comunicar um significado. Tratava-se de pintura pura em todos os sentidos do termo. Entre outras coisas, significava uma pintura dessexualizada. Poder-se-ia dizer que Manet opõe ao olhar vulgar do público o olhar estético puro dos ateliers. Há uma anedota em *Manette Salomon*, o romance dos irmãos Goncourt. Os irmãos tinham tomado notas das conversas nos ateliers e registam a anedota seguinte: uma modelo posava nua, sem qualquer problema, diante de um grupo de homens no atelier, mas quando se apercebeu de que alguém de fora a olhava, correu a buscar um roupão para cobrir a sua nudez. É uma anedota interessante na medida em que mostra que há dois tipos de olhar: um olhar puro, estético, dessexualizado, neutralizado, e um olhar sexual. Manet recorda ao público que vem ver os nus de Cabanel por razões ambíguas e vergonhosas, lembrando-nos a divisão entre o artista e o profano. Em *Les Règles de l'art*, observo que foi precisamente nesta altura que se inventou a oposição entre arte pura e amor puro, por um lado, e arte venal e amor venal, por outro (Bourdieu, 1998, pp. 46-49).

Há, portanto, uma transgressão estética e uma transgressão sexual. Manet parece deliciar-se com a acumulação de todos os elementos que sugerem uma posição baixa do ponto de vista estético (cenas de género, paisagens, pastiches de retratos) e uma situação escabrosa ou potencialmente escabrosa. O que a leitura contemporânea notou foi a oposição entre o alto e o baixo no sentido social da palavra, e a oposição entre o masculino e o feminino. Fundamentalmente, o que foi considerado escandaloso foi o encontro entre *collégiens* – a palavra é constantemente utilizada – ou estudantes, e costureirinhas galantes [“*grisettes*”], ou seja, mulheres do povo de virtude duvidosa, que constituem uma ameaça para a reprodução biológica (através de doenças venéreas) e para a reprodução social (através de casamentos indesejáveis). Estas mulheres eram despudoradas – tem havido muita discussão sobre o olhar na obra de Manet. Curiosamente, um crítico referiu-se à sua *Olympia* (1863)¹⁰ como “Manette”.

Manette é a personagem do romance de Goncourt. É a história de uma modelo judia que se revela a ruína do pintor que se apaixona por ela. *L'Œuvre*, de Zola, é a história de um artista que, numa noite, recebe a visita de uma jovem que acaba por se tornar sua amante e sua modelo. E a questão recorrente é se o poder criativo não se perde com a perda do poder sexual. A mulher é

¹⁰Um nu de Manet que causou escândalo.

ameaçadora na medida em que ameaça a ordem simbólica e a hierarquia dos géneros sexuais; e ameaça também a ordem social através dos perigos que representa para a reprodução. E para a herança...

A teoria disposicionalista

Apresentei – embora hesite em dizê-lo porque soa pretensioso, desmesurado e um pouco arrogante, mas, enfim, é isto – uma espécie de teoria estética baseada, por um lado, na ideia de que, para compreender uma obra, especialmente uma obra de rutura, é importante ter em conta o efeito social que ela produziu, na medida em que este revela as razões ou as causas desses efeitos; e, por outro lado, no facto de esta estética da reação, ou do efeito, ter de ser uma estética da *disposição* e não da *intenção*. E é sobre este último ponto que gostaria de insistir, porque se trata de um problema muito frequente com que se confrontam os historiadores da arte, da literatura, do direito, em suma, os historiadores de todas as obras humanas. Não creio que seja possível escrever uma história das obras ou dos actos humanos que não envolva uma filosofia da ação.

Fala-se sempre de uma filosofia da história, mas nunca de uma filosofia da ação, ou seja, de uma teoria do que é agir. Por exemplo, será que agir consiste em pôr em prática as intenções? Será que não existem ações não intencionais? Será que as ações não intencionais são automáticas ou ininteligentes? Temos aqui uma dicotomia clássica. Todo o meu trabalho como etnólogo, e depois como sociólogo, levou-me a formar uma teoria da prática e, ao mesmo tempo, uma teoria que não é prática – isto pode parecer tautológico, mas é importante –, uma teoria da prática que tem o seu princípio operacional não nas intenções conscientes ou nas premeditações, mas nas disposições. Vou explicar isto melhor porque é particularmente importante (Bourdieu, 1980, 1996, 2000). Penso que estas condutas, que são ordenadas sem um princípio explícito de ordenação – como os rituais, que são extremamente ordenados e organizados – só podem ser adequadamente compreendidos através de uma teoria da prática a que eu (e outros¹¹) chamo disposicionalista, que coloca as disposições corporais – esquemas que geram práticas que não precisam de ser conscientes para funcionarem, e que podem funcionar fora da consciência e da intenção (o que não quer dizer que sejam elementares ou primitivas) – em vez de intenções explícitas, no início das ações...

¹¹Ver Emmanuel Bourdieu (1998).

Esta teoria disposicionalista deve ser implementada em ambos os lados, ou seja, do lado do produtor e do lado do recetor. O produtor implementa disposições, o que não significa que não saiba o que está a fazer, apenas que não sabe *tudo o que* está a fazer. E o recetor também implementa esquemas interpretativos que podem estar mais ou menos alinhados, e que se exprimem num sentimento de escândalo quando são frustrados, quando a expectativa é frustrada, porque um sistema de disposições é um sistema de expectativas. A comunicação entre uma obra de arte e um espectador é uma comunicação entre dois conjuntos de inconscientes muito mais do que uma comunicação entre consciências: passa muito pouco pela consciência, mesmo que retrospectivamente se possa explicitar as coisas. Esta estética do efeito que aqui proponho é, portanto, inteiramente compatível com uma estética disposicionalista, na medida em que a análise da reação provocada pelos efeitos da obra de arte permite apreender o território implícito e inconsciente que o artista, a crítica e o público têm parcialmente em comum, ou seja, aquilo a que se pode chamar o “senso comum” partilhado da época... Esta teoria das disposições permite compreender tanto os mal-entendidos como a compreensão, que é um caso particular num universo de mal-entendidos. A compreensão ocorre em casos particulares em que os esquemas investidos numa produção, numa prática, numa obra, numa palavra, em suma, numa produção simbólica, são idênticos aos esquemas que o espectador, o recetor ou o leitor investem na receção. Quando isso acontece, há uma compreensão imediata e um sentimento de evidência, mas este sentimento de evidência também pode ser devido a um mal-entendido, e quando há uma discrepância demasiado grande entre os esquemas do produtor e os esquemas do recetor, há um sentimento de escândalo, de indignação, etc...

Narcisismo, ferido

A teoria disposicionalista da ação vai contra toda a tradição cultural ocidental, toda a filosofia da consciência e do sujeito, a filosofia que recebemos sob a forma de cartesianismo, kantianismo, ou então sob a forma suave da filosofia cristã. Todos nós estamos imbuídos de uma filosofia do sujeito intencional, e fazer a pergunta “Quem produziu este ou aquele quadro?” é quase necessariamente convidar à resposta óbvia “Um sujeito produziu este quadro”. À

pergunta “Quem pintou *Le Déjeuner sur l’herbe*?”, respondo obviamente que foi Manet, quer dizer, um indivíduo situado no tempo e no espaço, com um corpo, inserido socialmente, etc.

Mas, de um ponto de vista sociológico, este indivíduo que pintou este quadro não foi o sujeito segundo a tradição ocidental, foi um *habitus* inserido num campo. Um *habitus*, quer dizer, um ser biológico socializado com disposições permanentes, socialmente constituídas, cuja gênese social deve ser descrita, tal como também é necessário descrever a gênese social do campo [do espaço social] em que se encontra Manet, ao lado de Courbet, Delacroix e Ingres... Desprezar a intenção em favor da disposição não é desprezar todas essas coisas como a “criação”, a “inteligência”, as “competências práticas”, a “arte”, em suma, todas essas coisas a que atribuímos muito valor, porque as atribuímos a nós próprios. Temos interesses inconscientes na filosofia da consciência e do sujeito. Estamos a resistir, no sentido da palavra tal como é usada no famoso texto de Freud sobre as “três grandes feridas infligidas ao nosso narcisismo” (Freud, 1996, pp. 43-51): Nicolau Copérnico, Charles Darwin e Sigmund Freud deslocaram o centro da visão do mundo do sujeito para o mundo. Freud disse que tinha infligido a terceira ferida narcísica ao dizer, basicamente, que não somos realmente o sujeito das nossas ações; é antes o inconsciente. De facto, penso que o que estou a fazer contém uma ferida narcísica particularmente grave para os intelectuais, na medida em que equivale a dizer que o sujeito de uma obra é uma relação complexa entre um *habitus* socialmente constituído e um campo historicamente constituído, e que é na relação entre eles que se inventa um teorema, uma nova forma de pintar, etc.

Referências bibliográficas

Bourdieu, E. (1998). *Savoir faire: contribution à une théorie dispositionnelle de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.

Bourdieu, P. (1980). *Le Sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1996 [1994]). *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.

Bourdieu, P. (1998 [1992]). *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil.

Bourdieu, P. (2000 [1972]). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil.

Freud, S. (1996[1916]). Une difficulté de la psychanalyse. In S. Freud, *Œuvres complètes. Psychanalyse*, vol. 15. Paris: PUF.

Anexo biobibliográfico¹

Algumas datas e factos relevantes na biografia de Pierre Bourdieu (1930-2002)

Nasce a 1 de Agosto de 1930, em Denguin, no Béarn, no sul de França.

Frequenta o Liceu de Pau entre 1941 e 1947.

Frequenta o Liceu Louis-le-Grand, em Paris, entre 1948 e 1951.

Frequenta a École normale supérieure, em Paris, entre 1951 e 1954.

Frequenta a Faculdade de Letras de Paris entre 1951 e 1954.

Licenciado em Filosofia, torna-se Professor no Liceu de Moulins, entre 1954 e 1955.

Cumpr o serviço militar, na Força Aérea Francesa, parte dele na Argélia, entre 1955 e 1957.

Torna-se Assistente da Faculdade de Letras de Argel, entre 1958 e 1960.

Regressa a França, tornando-se Assistente na Faculdade de Letras de Paris, entre 1960 e 1961.

Entra para a Faculdade de Letras de Lille, onde será *Maître de conférences* entre 1961 e 1964.

Regressa a Paris e torna-se Directeur d'Études da École des Hautes Études en Sciences Sociales, cargo que ocupará de 1964 até 2001.

Torna-se Chargé de cours da École normale supérieure, cargo que ocupará entre 1964 e 1984.

¹ O presente anexo foi elaborado com recurso aos trabalhos de Patrick Champagne e Olivier Christin, *Pierre Bourdieu: mouvements d'une pensée* (Paris, Bordas, 2004), Enrique Martin-Criado, *Les Deux Algéries de Pierre Bourdieu* (Broissieux, Éditions du Croquant, 2008), e de Louis Pinto, Gisèle Sapiro e Patrick Champagne, *Pierre Bourdieu, sociologue* (Paris, Fayard, 2004). Os elementos relativos à bibliografia retêm informação coligida em Yvette Delsaut e Marie-Christine Rivière, *Pierre Bourdieu, une bibliographie* (Paris, Raisons d'agir, 2022).

Diretor da coleção “Le sens commun ” das Éditions de Minuit entre 1964 e 1992.

Diretor do Centre de sociologie de l'éducation et de la culture da EHSS, entre 1970 e 1984.

Professor Visitante no Institute for Advanced Studies da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América, entre 1972 e 1973.

Diretor da revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, entre 1975 e 2002.

Professor da Cátedra de Sociologia do Collège de France, entre 1982 e 2001.

Diretor do Centre de Sociologie Européenne (CSE) do Collège de France e da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, entre 1985 e 1998.

Diretor da revista internacional de livros *Liber*, entre 1989 e 1998.

Diretor da coleção *Liber* das Éditions du Seuil, entre 1998 e 2002.

Morre, em Paris, a 23 de janeiro de 2002.

Alguns Prémios

Medalha de Ouro do CNRS – 1993.

Prémio Erving Goffman da University of California-Berkeley – 1996.

Prémio Ernst-Bloch da cidade de Ludwigshafen – 1997.

Medalha Huxley Memorial do Royal Anthropological Institute de Londres – 2000.

Membro Correspondente da British Academy – 2001.

Principais obras em livro de Pierre Bourdieu publicadas em França

(1958). *Sociologie de l'Algérie*. Paris: Presses universitaires de France.

(1964). *Le Déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Editions de Minuit (com A. Sayad).

(1964). *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Editions de Minuit (com J-C Passeron).

(1964). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Editions Mouton (com A. Darbel, R. Castel e J-C Chamboredon).

- (1964). *Un Art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Editions de Minuit (com L. Boltanski, R. Castel e J-C Chamboredon).
- (1965). *Rapport pédagogique et communication*. Paris: Editions Mouton (com J-C Chamboredon et M. de Saint Martin).
- (1966 e 1969). *L'Amour de l'art. Les musées de l'art européens et leur public*. Paris: Editions de Minuit (com A. Darbel).
- (1968). *Le Métier de sociblogue*. Paris: Editions Mouton/Bordas (com J-C Passeron et J-C Chamboredon).
- (1970). *La Reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Editions de Minuit (com J-C Passeron).
- (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Editions Droz. (edição revista. Paris: Editions du Seuil, 2000).
- (1977). *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles*. Paris: Editions de Minuit.
- (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.
- (1980). *Le Sens pratique*. Paris: Editions de Minuit.
- (1980). *Questions de sociologie*. Paris: Editions de Minuit.
- (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- (1984). *Homo Academicus*. Paris: Editions de Minuit.
- (1987). *Choses dites*. Paris: Editions de Minuit.
- (1988). *L'ontologie politique de Martin Heidegger*. Paris: Editions de Minuit.
- (1989). *La Noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris. Editions de Minuit.
- (1992). *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Editions du Seuil.
- (1992). *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Editions du Seuil (com L. Wacquant).
- (1993). *La Misère du monde*. Paris: Editions du Seuil (et al.).
- (1994). *Libre-échange*. Paris: Editions du Seuil (com H. Haacke).
- (1994). *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Editions du Seuil.
- (1996). *Sur la television*. Paris: Liber-Raisons d'agir.
- (1997). *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA.
- (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Editions du Seuil.

- (1998). *Contre-feux*. Paris: Raisons d'agir Editions.
- (1998). *La domination masculine*. Paris: Editions du Seuil.
- (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Editions du Seuil.
- (2000). *Propos sur le champ politique* (introdução de Ph. Fritsch), Lyon, Presses universitaires de Lyon.
- (2001). *Contre-feux 2*. Paris: Raisons d'agir Editions.
- (2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Editions du Seuil.
- (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir Editions.
- (2002). *Interventions. Science sociale et action politique*. 1961-2001. Marseille: Agone.
- (2002). *Le bal des célibataires*. Paris: Editions du Seuil.
- (2004). *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'agir Editions.
- (2008). *Esquisses algériennes*. Paris: Editions du Seuil.
- (2010). *Le Sociologue et l'Historien*. Marseille: Agone (com R. Chartier).
- (2012). *Sur l'État (1989-1992)*. Paris: Raisons d'agir Editions/Editions du Seuil.
- (2013). *Manet. Une révolution symbolique. Cours au Collège de France (1998-2000) suivis d'un manuscrit inachevé de Pierre et Marie-Claire Bourdieu*. Paris: Raisons d'agir Editions/Editions du Seuil (nova edição revista, Paris, Editions Points, 2016).
- (2015). *Sociologie générale, volume 1. Cours au Collège de France (1981-1983)*. Paris: Raisons d'agir Editions/Editions du Seuil.
- (2016). *Sociologie générale, volume 2. Cours au Collège de France (1983-1986)*. Paris: Raisons d'agir Editions/Editions du Seuil.
- (2017). *Anthropologie économique. Cours au Collège de France (1992-1993)*. Paris: Seuil/ Raisons d'agir.
- (2021). *Microcosmes. Théorie des champs*. Paris: Raisons d'agir Editions.
- (2022). *L'Intérêt au désintéressement. Cours au Collège de France (1987-1989)*. Paris: Raisons d'agir Editions.
- (2023). *Impérialismes. Circulation internationale des idées et luttes pour l'universel*. Paris: Raisons d'agir Editions.

Bourdieu e os seus livros: exercícios práticos de leitura é o resultado de um ciclo de debates dedicado à obra sociológica de Pierre Bourdieu levado a cabo durante mais de um ano, por ocasião do vigésimo aniversário da sua morte, no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Privilegiando a referência fundamental constituída pelos livros, de diferente formato e alcance, redigidos por Pierre Bourdieu ao longo da sua extensa e intensa vida sociológica, *Bourdieu e os seus livros: exercícios práticos de leitura* debate dez dos seus títulos a partir de vinte contributos. Tais contributos incluem, para além de escritos do próprio Pierre Bourdieu, textos de Annick Prieur, Carla Aurélia de Almeida, Cláudia Marisa Oliveira, Diogo Ramada Curto, Ester Gomes da Silva, Fernando Luís Machado, Franck Poupeau, Frédéric Lebaron, Inês Brasão, João Queirós, João Teixeira Lopes, José Madureira Pinto, Loïc Wacquant, Nuno Domingos, Pedro Abrantes, Virgílio Borges Pereira e Yasmine Siblot.

